

Documentos Emanados da
XXIII Cúpula Ibero-Americana
de Chefes de Estado e de Governo
e Declarações, Conclusões e
Documentos da XXIII Conferência
Ibero-Americana e de outras reuniões
ibero-americanas 2013



**Documentos Emanados da
XXIII Cúpula Ibero-Americana
de Chefes de Estado e de Governo
e Declarações, Conclusões e Documentos
da XXIII Conferência Ibero-Americana
e de outras reuniões
ibero-americanas 2013**



**XXIII CUMBRE
IBEROAMERICANA**
PANAMÁ 2013



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

Imprime: Imprenta Kadmos

Editor: J. F. Ludovice, Director de Planificación,
Secretaría Adjunta-SEGIB

Índice

Preâmbulo	7
Parte 1. Documentos Emanados da XXIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo	9
1. Resolução sobre a Renovação da Conferência Ibero-Americana	11
2. Declaração de Panamá	15
3. Programa de Ação	23
4. Diretrizes para a Renovação da Conferência Ibero-Americana	31
5. Comunicados Especiais	35
Parte 2. Documentos Encomendados pela Conferência Ibero-Americana	69
1. Uma reflexão sobre o futuro das Cúpulas Ibero-Americanas*	71
2. Os Organismos Ibero-Americanos: sua coordenação, articulação e integração na Conferência Ibero-Americana	89
3. Consolidação do Espaço Cultural Ibero-Americano	97
Parte 3. Declarações e Conclusões da XXIII Conferência Ibero-Americana e de outras Reuniões Ibero-Americanas 2013	127
A) Declarações acolhidas pela XXIII Cúpula Ibero-Americana	129
1. XV Reunião da Rede Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE)	131
2. VI Reunião Ibero-Americana de Ministros da Economia e Fazenda	135
3. I Reunião de Ministros dos Assuntos Sociais	139
4. XXIII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Educação	145
5. XVI Conferência Ibero-Americana de Ministros da Cultura	151
6. VIII Reunião de Ministros de Infraestrutura e Logística	157
B) Declarações e Conclusões emanadas de Fóruns, Seminários e Encontros preparatórios celebrados no âmbito da XXIII Cúpula Ibero-Americana	161
I) Fóruns e Encontros - Declarações e Conclusões	163
1. VIII Fórum Ibero-Americano de Governos Locais	165
2. IX Encontro Cívico	169
3. IX Fórum Parlamentar Ibero-Americano	173
4. IX Encontro Empresarial	179

II) Outras Conferências, Seminários e Reuniões - Declarações e Conclusões	185
1. Seminário sobre Diplomacia Cultural	187
2. Seminário sobre o tema da Cúpula	189
3. Fórum Ibero-Americano de PEMES	201
4. VII Fórum Ibero-Americano de Responsáveis de Educação Superior, Ciência e Tecnologia e Inovação	205
5. Fórum Ibero-Americano de Logística e Portos	211
6. V Congresso Ibero-Americano de Cultura	217
C) Declarações e Conclusões de outras Reuniões Ibero-Americanas realizadas à margem da XXIII Cúpula Ibero-Americana	219
1. XVIII Conferência de Ministros de Justiça dos Países Ibero-Americanos	221
2. III Encontro Ibero-Americano e do Caribe sobre Segurança Viária (EISEVI 3)	227
3. Reunião de Ministros do Turismo da Ibero-América (no âmbito da 55ª Reunião da Comissão Regional para as Américas da OMT)	229
4. I Congresso Bienal sobre Segurança Jurídica e Democracia na Ibero-América	231
5. Fórum Ibero-Americano de Organismos Reguladores Radiológicos e Nucleares	239
6. XV Reunião de Ministros da Administração Pública	243
7. Seminário Ibero-Americano de Migração e Desenvolvimento	249
8. Primeiro Congresso Regional de Telecomunicações	257
9. II Fórum da Declaração de Cádiz 2012 da Sociedade Civil Gaditana	261
10. III Encontro Inter-religioso Ibero-Americano	265
11. Seminário “Cidades Sustentáveis para o Bem-Estar de Todas e de Todos”	269



Preâmbulo

Este livro recolhe os Documentos emanados da XXIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada na Cidade do Panamá nos dias 18 e 19 de novembro de 2013. Neles se conserva a essência dos compromissos assumidos pelos governos para fortalecer e renovar a Comunidade Ibero-Americana, sustentada num acervo de valores e princípios democráticos, como eixos fundamentais que norteiam a realização de atividades comuns, bem como para prosseguir no desenvolvimento de políticas públicas que favoreçam o bem estar de todos os povos ibero-americanos.

Em 2012, no final da XXII Cúpula Ibero-Americana de Cádiz, deu-se início a um importante proceso de renovação da Conferência Ibero-Americana e de reestruturação da Secretaría Geral e, para o efeito, constituiu-se uma Comissão dirigida pelo ex Presidente do Chile, Ricardo Lagos, e conformada também pela ex Chanceler do México, Patricia Espinosa, e o Secretario Geral Ibero-Americano, Enrique V. Iglesias, com o objetivo de elaborar um Relatório que pudesse contribuir para delinear esse processo de reestruturação e atualização da Conferência, de acordo com as mudanças que se produziram no mundo e, muito especialmente, na Comunidade Ibero-Americana nos últimos vinte anos. O documento *Uma reflexão sobre o futuro das Cúpulas ibero-americanas*, incluído aqui, reúne as propostas feitas pela referida Comissão.

Nesta mesma linha, a Resolução sobre a Renovação da Conferência Ibero-Americana, adoptada pelos Chefes de Estado e de Governo aqui incorporada, estabelece as novas prioridades da cooperação ibero-americana, os novos parâmetros para a organização das Cúpulas, bem como as orientações para a renovação do funcionamento, organização e financiamento da Secretaria Geral Ibero-Americana.

Incluem-se também os acordos e consensos alcançados pelas autoridades dos estados ibero-americanos nos mais diversos âmbitos da esfera política, desde as Declarações sectoriais surgidas das Reuniões Ministeriais, até às aprovadas por parlamentares, presidentes de câmara, académicos, empresários ou representantes de organizações sociais. Todas elas acordadas no âmbito do tema escolhido pelo Governo panamiano



como eixo central da XXIII Conferência Ibero-Americana: “O papel político, económico, social e cultural da Comunidade Ibero-Americana num novo contexto mundial”.

São igualmente reunidas as declarações e conclusões de outras reuniões ibero-americanas realizadas à margem da Conferência, que refletem a riqueza e vitalidade da Comunidade Ibero-Americana nos mais diversos campos.



Parte 1

Documentos emanados da XXIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo



Resolução sobre a Renovação da Conferência Ibero-Americana

As Chefes e os Chefes de Estado e de Governo, reunidos na XXIII Cúpula Ibero-Americana, na Cidade do Panamá, com o propósito, entre outros, de proceder à renovação da Conferência Ibero-Americana e à Reestruturação da Secretaria-Geral Ibero-Americana, agradecem à Comissão dirigida pelo ex Presidente do Chile, Ricardo Lagos, e também integrada pela ex Ministra dos Negócios Estrangeiros do México, Patricia Espinosa, e pelo Secretário-Geral Ibero-Americano, Enrique V. Iglesias, as propostas incluídas no Relatório *Uma reflexão sobre o futuro das Cúpulas Ibero-Americanas*;

Destacando que a Ibero-América é herdeira de um vasto acervo de princípios, valores e de cultura e raízes históricas comuns;

Reconhecendo que o processo de construção histórica da Comunidade Ibero-Americana, mantém a sua abrangência e vigência, enriquecida na sua multiculturalidade e pluriethnicidade.

Considerando as transformações mundiais que tiveram lugar desde a criação da Conferência em 1991, e particularmente o surgimento de novos fóruns regionais na América Latina e nas Caraíbas;

Reiterando uma vez mais que a identidade ibero-americana está fundamentada na cultura.

Tomam nota das Conclusões Gerais da Presidência da Reunião Extraordinária de Ministros dos Negócios Estrangeiros emitidas no Panamá no termo desse encontro, dia 2 de julho deste ano, que incluem os elementos que centraram os debates dos Ministros.

Em conformidade, resolvem:

A. Identificação de novas prioridades e renovação da Cooperação Ibero-Americana

1. Dar prioridade, no âmbito ibero-americano, ao tratamento dos temas da agenda política que sejam de interesse comum, promovendo



aqueles nos quais a Conferência tem um acervo próprio e um valor acrescentado.

2. Concentrar as atividades da Conferência Ibero-Americana em torno de grandes áreas de ação, tais como os Espaços Ibero-Americanos do Conhecimento, da Cultura, da Coesão social, da Economia e da Inovação e de outros espaços nos quais tem vantagens comparativas.
3. Aprovar as novas Diretrizes para a Cooperação Ibero-Americana adotadas pelos Responsáveis de Cooperação ibero-americanos e encomendar à SEGIB, em coordenação com os Responsáveis de Cooperação, o início do seu processo de implementação.

B. Melhoramento da organização das Cúpulas

4. Estabelecer uma periodicidade bienal das Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo a partir da XXIV Cúpula, que terá lugar no México, em 2014, de modo a que se estabeleça uma alternância entre as Cúpulas ibero-americanas e as Cúpulas CELAC-UE.
5. Alargar o espaço dedicado ao diálogo privado entre as Chefes e os Chefes de Estado e de Governo num Fórum de Reflexão sobre o tema central da Cúpula e outros assuntos de particular interesse político.
6. Adotar nas Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo, a partir de 2014, um documento conciso e operacional que inclua medidas concretas e mensuráveis. As Chefes e os Chefes de Estado e de Governo poderão, além disso, aprovar uma comunicação política sobre o conteúdo dos debates no Fórum de Reflexão, que poderá ser acompanhada por um relatório da presidência da Conferência, e poderão também adotar Comunicados Especiais.
7. Nos anos em que se realizar a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, os Ministros dos Negócios Estrangeiros, os Coordenadores Nacionais e os Responsáveis de Cooperação reunir-se-ão, como até agora. As Reuniões Ministeriais Setoriais serão programadas de forma bienal a partir de 2015 e terão lugar de acordo com o calendário estabelecido.
8. Nos anos em que não se realizar a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, reunir-se-ão os Ministros dos Negócios Estrangeiros, precedidos por reuniões de Coordenadores Nacionais e de Responsáveis de Cooperação, a fim de dar seguimento e acompanhar o estado

da situação e da implementação das ações e mandatos dos Chefes de Estado e de Governo e avaliar a cooperação ibero-americana respectivamente.

C. Renovação do funcionamento, organização e financiamento da SEGIB

9. Fortalecer a coordenação com os organismos ibero-americanos (OEI, OISS, OIJ e COMJIB), para realizar ações conjuntas que contribuíam para a optimização e racionalização dos recursos humanos e financeiros, tais como unificar os atuais Escritórios de Representação em Escritórios Ibero-Americanos. Dessa forma, estabelecer um Grupo de Trabalho de composição aberta, convocado pela *Secretaria Pro Tempore* e em consulta com os organismos ibero-americanos, elabore propostas que permitam avançar no processo de integração e de renovação institucional, as quais serão apresentadas na I Reunião Ordinária de Coordenadores Nacionais e Responsáveis de Cooperação, com vista à sua adoção na XXIV Cúpula Ibero-Americana.
10. Instruir a SEGIB para que proponha à CELAC o estabelecimento de um contacto regular e de cooperação e que alargue a sua relação com a União Europeia, em particular no quadro da alternância das Cúpulas Ibero-Americana e CELAC-UE.
11. Convocar antes do final do mês de Abril de 2014, uma Reunião Extraordinária de Coordenadores Nacionais e de Responsáveis de Cooperação, com vista a dar directrizes à SEGIB para elaborar a proposta de orçamento de 2015, que conterá, entre outras, as prioridades orçamentais e o montante total do orçamento, tendo em conta:
 - a) Um relatório de um grupo de trabalho de composição aberta, convocado pela *Secretaria Pro Tempore*, para realizar uma avaliação de maneira integral das oficinas regionais, com propostas relativas à continuidade ou não das mesmas e, se for o caso, o seu financiamento e estrutura.
 - b) Um relatório de um Grupo de Trabalho de composição aberta, convocado pela *Secretaria Pro Tempore* para propor a escala de quotas aplicáveis.
 - c) A alteração da actual proporção das quotas que aportam os países da SEGIB, para passar gradualmente em três anos, da actual percentagem de distribuição de 70% para os países da Penín-



sula Ibérica e 30% para a América Latina, a uma nova distribuição de 60%/40%. O critério de gradualidade não será aplicado à quota de Portugal.



Declaração do Panamá

Nós, as Chefes e os Chefes de Estado e de Governo dos vinte e dois países ibero-americanos, reunidos na Cidade do Panamá, nos dias 18 e 19 de outubro de 2013, para debater “O papel político, económico, social e cultural da Comunidade Ibero-Americana num novo contexto mundial”, tema central da XXIII Cúpula Ibero-Americana, realizada no quadro das comemorações dos 500 anos da chegada de Vasco Núñez de Balboa ao Mar do Sul, acontecimento que contribuiu para o alargamento das fronteiras do conhecimento geográfico universal e outorgou ao continente americano e muito especialmente ao Panamá a sua particular condição de eixo privilegiado de comunicação entre o Oriente e o Ocidente, entre o Oceano Atlântico e o Pacífico.

REAFIRMANDO a nossa vontade aprofundar o debate sobre a projeção da Conferência Ibero-Americana, com base na identidade cultural, como fórum de diálogo, concertação política e cooperação, no quadro de uma profunda transformação da economia mundial, no qual a nossa Comunidade deve desempenhar um papel relevante face aos novos desafios do crescimento económico e do desenvolvimento sustentável, da governação, da inclusão social, da justiça e do bem-estar geral dos nossos povos;

RATIFICANDO uma vez mais os valores do nosso acervo político, económico, social e cultural sobre os quais assentam os princípios da Conferência Ibero-Americana a favor da consolidação da democracia e do Estado de direito, da participação política dos cidadãos, da promoção e proteção dos direitos humanos, com inclusão e coesão social;

REAFIRMANDO o enorme valor da nossa cultura comum como principal instrumento de integração da Comunidade Ibero-Americana e como fator determinante da identidade e da coesão social dos nossos povos;

ACORDAMOS

No âmbito político

1. Manter um diálogo fluído sobre temas de agenda internacional e procurar, sempre que seja possível, consensos nos cenários multilaterais; contrabalançar de forma conjunta a aplicação de medidas



unilaterais que vulnerem os princípios do Direito Internacional e possam afetar a paz e a segurança internacionais e os princípios da soberania e da livre determinação dos povos.

2. Fortalecer o diálogo da Comunidade Ibero-Americana com outras instâncias de integração ou de concertação política, intrarregional ou sub-regional, das quais alguns dos nossos países fazem parte, conscientes de que essa multiplicidade de pertencas é um fator propício na procura de convergências para evitar sobrepor ou impor as respetivas agendas de trabalho, promover sinergias, definir áreas de ação e encontrar soluções para os problemas que nos são comuns.
3. Reafirmar o nosso compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, baseados no Programa 21 e nos resultados da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo, bem como a nova agenda de Desenvolvimento Mundial Post 2015, que com as suas dimensões económica, social e ambiental, coloca um especial ênfase na inclusão, na erradicação da pobreza e na redução das desigualdades, as quais requerem uma transformação para alcançar a sustentabilidade, a solidariedade e a cooperação, observando o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas entre os Estados.
4. Fomentar uma cooperação internacional para o desenvolvimento, alinhada com as prioridades, perspectivas, ferramentas e estratégias nacionais de desenvolvimento económico, social e ambiental, destinadas a promover um desenvolvimento sustentável e um crescimento económico firme e equilibrado; e apoiar o processo de renovação da cooperação ibero-americana com o fim de a orientar para ações prioritárias que permitam uma maior articulação das políticas públicas nacionais, potenciá-la a todos os níveis para promover novas sinergias de integração regional, e consolidar os progressos alcançados na Cooperação Sul-Sul e na cooperação triangular.
5. Impulsionar a agenda digital da região, considerando, entre outras coisas, a promoção do m-gobierno (Governo móvel) e a diminuição do fosso digital, como estratégias complementares às iniciativas de governo eletrónico já em curso na Ibero-América, dando especial ênfase ao papel que podem desempenhar as tecnologias da comunicação e da informação e em particular, as tecnologias móveis pela sua maior acessibilidade.

- 
6. Destacar as iniciativas para estender um cabo submarino que una directamente a América Latina com a Península Ibérica e permita a comunicação e intercâmbio de informação de maneira rápida, económica e com garantias de confidencialidade entre a Europa e a América Latina, potenciando também o aprofundamento da cooperação nas áreas da educação, ciência e tecnologia e investigação.

No âmbito económico

7. Aprofundar os esforços necessários para promover o desenvolvimento económico com inclusão social, impulsionar o investimento em capital produtivo e fortalecer os mercados nacionais, tendo em vista o maior bem-estar dos nossos povos.
8. Trabalhar de forma conjunta e coordenada, contribuindo para a estabilidade e para a reforma do sistema financeiro internacional, *inter alia*, promovendo uma maior participação dos países em desenvolvimento na reforma das instituições financeiras internacionais, bem como o cumprimento das normas internacionais para melhorar a regulação das instituições financeiras, adotar medidas concretas para obter uma maior transparência na gestão dos fluxos financeiros e estabelecer mecanismos para reduzir a dependência das agências de notação de risco.
9. Promover uma maior coordenação das políticas públicas, nas quais as prioridades sócias estejam no centro do desenho da política económica dos nossos países para prevenir e mitigar os efeitos nocivos e as múltiplas manifestações e consequências que as crises económicas e financeiras internacionais têm nos nossos povos e nos nossos Estados.
10. Aplicar melhores práticas que fortaleçam a prevenção e o controlo de ações que desgastam as bases tributáveis, evitando assim a fraude, a evasão e a planificação fiscal abusiva, mediante uma estratégia integrada, coordenada, e de acordo com a nova cena internacional.
11. Continuar a desenvolver ações que promovam os investimentos nacionais e estrangeiros, num quadro de segurança jurídica e do direito de cada Estado a regular tais atividades, em condições de independência, respeito mútuo e equidade, a fim de assegurar o desenvolvimento sustentável e o crescimento económico com inclusão social, que tornem possível a construção e o estabelecimento das infraes-



truturas necessárias para o desenvolvimento, que fomentem a eficiência energética, que contribuam para a integração física, operacional e tecnológica de e entre os países, bem como a redução das assimetrias nos níveis de desenvolvimento entre os países.

12. Solicitar às instituições multilaterais monetárias e financeiras que contribuam para desenvolver instrumentos que respondam a choques exógenos, económicos e de outro tipo, tais como o financiamento do investimento em políticas públicas e em projetos de infraestrutura, de forma a que os programas de crescimento a longo prazo não sejam interrompidos.
13. Sublinhar que um objetivo essencial da mobilização de recursos domésticos é criar recursos para o desenvolvimento e o crescimento económico com inclusão social, e que os processos sustentáveis de reestruturação de dívidas soberanas promovem esse objetivo ao assegurar o reembolso das referidas dívidas sem obstaculizar o fluxo de recursos disponíveis para financiar políticas que promovam o desenvolvimento e o crescimento económico.
14. Reconhecer o esforço efetuado pelo Panamá para alargar o canal e promover, graças às oportunidades que a sua privilegiada posição geográfica oferece, a ligação entre os países da região e desta com o resto do mundo; e apoiar a oportunidade que esta melhoria das ligações representa para atender à procura de novos serviços, assim como para desenvolver parques ou zonas de atividade logística que permitam atribuir valor acrescentado às mercadorias e oferecer uma efetiva articulação intermodal entre os diversos meios de transporte e os serviços relacionados. Destacar igualmente a importância estratégica das plataformas logísticas ibéricas para aceder aos mercados europeus.

No âmbito social

15. Sublinhar a importância de contar com Estados presentes e ativos, consciente da responsabilidade que lhes cabe e, neste sentido:
 - Continuar a desenvolver políticas públicas sociais integrais, que incorporem uma perspetiva intercultural e de género, que promovam uma proteção social universal sustentada, equitativa, e que estabeleçam condições para promover a igualdade e inclusão social.

- 
- Dar resposta sustentada às novas necessidades da população.
 - Seguir promovendo as políticas públicas integrais no exercício efectivo dos direitos fundamentais do ser humano a fim de fazer frente de maneira eficaz aos flagelos da fome, da desnutrição crónica infantil, da pobreza e da pobreza extrema.
 - Seguir incrementando, no quadro dos objetivos do Programa Ibero-Americano Metas 2021, a eficiência do financiamento estatal para garantir a qualidade e a universalização da educação.
 - Continuar a promover políticas inclusivas para grupos em situação de vulnerabilidade, com uma perspetiva integral dos direitos humanos, incorporando, entre outras a perspetiva de deficiência de forma transversal e o enfoque intergeracional, com o fim de garantir a sua inclusão e protecção social.
 - Celebrar a realização, pela primeira vez, no quadro das Cúpulas Ibero-Americanas, de uma Reunião de Ministros de Assuntos Sociais, com o objetivo de abordar as políticas públicas da área social de forma integral e intersectorial, incorporando a perspetiva de género e a perspetiva de deficiência.
16. Desenvolver políticas e estratégias de formação e capacitação profissional que respondam mais adequadamente às necessidades de um mercado de trabalho cada vez mais exigente, em mudança e competitivo, e continuar a promover a inserção profissional da população desempregada, dos grupos em situação de vulnerabilidade e daqueles que trabalham no setor informal, sob condições de igualdade.
 17. Reconhecer o contributo das pessoas migrantes para as sociedades de destino e reafirmar a importância de continuar a zelar pela protecção dos seus direitos.
 18. Reforçar a institucionalidade das políticas e estratégias para a promoção da igualdade e promover políticas públicas multissetoriais que incorporem de forma transversal a perspetiva de género em todos os níveis de ação governamental, que garantam a equidade de *jure* e de facto entre homens e mulheres, que favoreçam a paridade e o pleno exercício da cidadania em igualdade de condições e contribuam para prevenir, erradicar e sancionar a violência e a discriminação contra as mulheres e as jovens em todas as suas dimensões.

- 
19. Fortalecer as políticas de inclusão dos povos indígenas e dos afro-descendentes que possibilitem, no quadro institucional interno, o seu acesso e plena participação na vida política e económica dos nossos países, o reconhecimento, a preservação e a valorização da sua diversidade cultural e o fortalecimento do diálogo num quadro intercultural de respeito, convivência e articulação entre as diversas culturas.

No âmbito da cultura

20. Dar um novo e maior impulso à Carta Cultural Ibero-Americana e ao seu plano de ação, como referência fundamental para o desenvolvimento das políticas culturais destinadas a consolidar o Espaço Cultural Ibero-Americano.
21. Articular a partir do Relatório elaborado pela SEGIB, com base nos encontros mantidos com peritos em Madrid, Panamá e México, um Programa de Trabalho concreto para a consolidação de um Espaço Cultural Ibero-Americano com o objectivo de preservar e difundir a diversidade cultural e os programas ibero-americanos de cooperação cultural.
22. Promover uma economia ibero-americana da cultura dinâmica e com alto valor agregado, que potencie as indústrias culturais que desenvolva os mercados comuns e os sistemas de co-produção, Ampliar os investimentos públicos e privados destinados a fortalecer todos os níveis das diversas cadeias produtivas da economia e da cultura, tendo em conta os desafios e oportunidades que representa o transito no âmbito digital do sector cultural e criativo.
23. Promover condições para uma melhor regulação, protecção e circulação de bens e serviços e conteúdos culturais entre os nossos países, que contribua para estabelecer um mercado comum ibero-americano da cultura mais competitivo.
24. Aprofundar os esforços conjuntos para fazer frente de maneira efectiva ao tráfico ilícito bens culturais, por ser um flagelo que afeta gravemente a soberania cultural dos nossos Estados, bem como a identidade, a interculturalidade e multi culturalidade dos povos da Comunidade Ibero-Americana

- 
25. Promover os mecanismos ibero-americanos de cooperação cultural, que, entre outros, inclua a formação, capacitação e proteção dos direitos de criadores, artistas, gestores e técnicos.
 26. Articular esforços de diplomacia cultural para alargar e aprofundar a compreensão da diversidade cultural, dos direitos culturais e da relação da cultura e da economia, a partir de uma perspetiva intercultural e promover processos de formação de capacidades e fortalecimento institucional, na conceção e desenvolvimento da ação cultural no exterior.
 27. Desenvolver e reforçar as políticas públicas de turismo cultural com inclusão e acessibilidade, e promover uma maior colaboração entre os setores público e privado para fortalecer as ações de preservação e promoção do nosso património cultural.

Nós as Chefes e os Chefes de Estado e Governo dos países ibero-americanos:

28. Acolhemos os acordos alcançados na XV Reunião Ibero-americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE), A VI Reunião de Ministros da Economia e Fazenda, a I Reunião de Ministros de Assuntos Sociais, a XXIII Conferência Ibero-Americana de Educação, a XVI Conferência Ibero-Americana de Cultura, a VIII Reunião de Ministros de Infraestrutura e Logística.
29. Tomamos nota com interesse das Declarações e Conclusões emanadas dos Foros, Seminários e Encontros preparatórios celebrados no âmbito da XXIII Cimeira Ibero-Americana.
30. Recebemos com satisfação o ingresso na Conferência Ibero-Americana do Japão como Observador Associado e da Organização Internacional de Migrações (OIM), da Associação Latino-americana de Integração (ALADI), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Comissão Económica para a América Latina (CEPAL), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização Pan Americana de Saúde (OPS) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).
31. Expressamos o nosso maior agradecimento a S.E. ao Presidente Ricardo Martinelli Berrocal e ao Governo do Panamá, ao povo panamiano e da Cidade do Panamá, pela hospitalidade demonstrada por ocasião desta Cúpula.

- 
32. Destacamos os esforços levados a cabo, tanto pela Secretaria Pro Tempore, como pela SEGIB, no desenvolvimento dos trabalhos da Conferência Ibero-Americana 2013 e na organização da Cúpula Ibero-Americana do Panamá.
 33. Reiteramos o nosso agradecimento ao Governo do México pelo seu oferecimento de realizar a XXIV Cúpula Ibero-Americana em Veracruz.

De maneira muito especial, manifestamos a nossa maior e mais profunda gratidão ao Secretario Geral Ibero-Americano, Enrique V. Iglesias, que agora conclui o seu segundo mandato à frente da SEGIB, pelo extraordinário trabalho realizado durante estes oito anos e pedimos-lhe que siga contribuindo, através da sua visão privilegiada e experiência única da Ibero-América, na consolidação da nossa Comunidade.

E subscrevemos a Resolução sobre a Renovação da Conferência Ibero-Americana, a presente Declaração de Cádiz e o Programa de Ação, que forma parte integrante dela, nos textos originais em língua espanhola e portuguesa, ambos igualmente válidos, na Cidade do Panamá, em 19 de Outubro de 2013.



Programa de Ação

Preâmbulo

Os Chefes de Estado e de Governo Ibero-americanos, tomando em consideração os objetivos estabelecidos na Declaração da XXIII Cimeira Ibero-americana em particular, a decisão sobre a Renovação da Conferencia Ibero-americana, assim como as deliberações sobre o tema “O papel Político, Econômico, Social e Cultural da Comunidade Ibero-americana em um Novo Contexto Mundial” e sobre os outros temas que compõe a agenda atual da Conferencia e em cumprimento dos mandados das Cimeiras anteriores;

Convencidos da necessidade da execução de uma renovação da cooperação ibero-americana, baseada em novas estratégias e instrumentos de acordo com a realidade e necessidades da região, conforme o indicado no Programa de Ação de Cádiz;

Adotam as seguintes decisões que compõe o Programa de Ação:

A. Programas, Projetos e Iniciativas Anexas Ibero-americanas:

- A.1. Aprovar a criação do Programa Ibero-americano de Fomento à Política Cultural de Base Comunitária denominado Ibero-cultura Viva, cujo objetivo é reconhecer e fomentar atividades culturais e artísticas de base comunitária proposto pelo Brasil e que conta com a adesão da Argentina, Bolívia, Costa Rica, Chile, El Salvador, Espanha, Paraguai e Uruguai
- A.2. Aprovar a criação da Iniciativa Ibero-americana de Cooperação denominada Ibero-memoria Sonora e Audiovisual, a proposta do México e da Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB), que contribuirá com a preservação e difusão do patrimônio sonoro e audiovisual na região, aos quais aderiram Argentina, Costa Rica, Colômbia, Chile y Espanha.
- A.3. Aprovar a criação da Iniciativa Ibero-americana de Comunicação Social e Cultura Científica, que tem como objetivo fortalecer o desenvolvimento de uma cultura cidadã integral na população ibero-americana, baseada na apropriação e uso responsável do conheci-



mento científico-tecnológico. Esta Iniciativa, proposta por Argentina, é apoiada por Espanha, Guatemala e República Dominicana.

- A.4. Dar por finalizado o Programa Ibero-americano de Cooperação Interinstitucional para o Desenvolvimento da Pequena e Média Empresa (IBERPyme), agradecendo aos seus impulsores o trabalho desenvolvido.
- A.5. Reconhecer os avanços e resultados dos Programas, Projetos e Iniciativas de Cooperação Ibero-americana:
 - A.5.1. A consolidação do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul, enfatizando os resultados obtidos no desenvolvimento de metodologias e instrumentos de gestão, assim como o fortalecimento das capacidades institucionais das Unidades Técnicas dos países membros, o qual permite melhorar a qualidade dos projetos e ações da CSS na região.
 - A.5.2. O aumento nesses últimos 8 anos da participação de países membros nos Programas Ibero-americanos de Cooperação Cultural, de 57 a 147 adesões, assim como a vinculação de terceiros, tanto de ordem local e regional como da sociedade civil.
 - A.5.3. A constituição do Comitê Intergovernamental da Iniciativa de Cooperação Ibero-artesãos, a criação de seu fundo financeiro, a aprovação de seu regulamento e Programa Operativo Anual, com o que se contribuirá a alcançar os objetivos estabelecidos. Agradecer a Colômbia seu esforço ao tornar-se cargo da unidade técnica desta Iniciativa e incentivar a adesão e participação de mais países para se converter em Programa Ibero-americano de Cooperação.
 - A.5.4. A publicação do II Informe do Observatório de Adultos Maiores no âmbito do Programa de Cooperação Ibero-americana sobre a Situação dos Adultos Maiores, que da conta de sua situação no que respeita as condições de vida, recursos, acesso e a atenção sanitária e aos serviços sociais em 7 países da região.
 - A.5.5. A segunda convocatória do Programa Ibero-americano de Mobilidade Acadêmica Pablo Neruda, que da conta de sua progressiva consolidação como estratégia Ibero-americana de cooperação universitária em rede no âmbito do Espaço Ibero-americano do Conhecimento.

- 
- A.5.6.** A incorporação da transversalidade de etnia e perspectiva de gênero na atuação do Plano Ibero-americano de Alfabetização (PIA) e do programa Ibero-americano de Acesso a Justiça.
- A.5.7.** A execução de uma Plataforma Ibero-americana de Serviços de Propriedade Industrial ao Setor Produtivo, no âmbito do Programa Ibero-americano de Propriedade Industrial e Promoção do Desenvolvimento que visa oferecer aos usuários, especialmente às pequenas e médias empresas (PYMES), às universidades e aos centros de pesquisa Ibero-americanos, um ambiente integrado de promoção e proteção dos direitos de propriedade industrial, para favorecer sua mais exitosa participação nos sistemas globais e regionais de inovação.
- A.5.8.** Reconhecer a trabalho do Programa de Cooperação Rede Ibero-americana de Arquivos Diplomáticos ao colocar a disposição dos Programas de Cooperação e das instituições dos países, critérios e métodos para a preservação e uso dos acervos de documentos.

B. Encarregar à SEGIB:

- B.1.** Que no prazo de um ano, até a XXIV Cimeira Ibero-americana que se realizará no México em 2014, se tenham implementado os alinhamentos adotados para a renovação da cooperação Ibero-americana.
- SEGIB apresentará, antes do fim de novembro de 2013, um roteiro que estabeleça metas específicas e um cronograma para a implementação de ditos alinhamentos, assim como informes periódicos a ser considerados nas reuniões de Responsáveis que se convoquem.
- B.2.** Que elabore um diagnóstico do âmbito jurídico-administrativo dos Programas de Cooperação Ibero-americana e realize propostas de atuação.
- B.3.** A convocatória de oficinas para a formação de gestão por resultados, comunicação e visibilidade. De mesmo modo, com o apoio do Programa de Cooperação Sul-Sul, a execução de metodologias e indicadores comuns para a avaliação e seguimentos dos Programas, Iniciativas e Projetos Anexos de Cooperação Ibero-americana, e impulsar a sinergia entre os mesmos.

- 
- B.4. Que em coordenação com a Unidade Técnica do Programa Ibero-americano sobre Gestão de Recursos Hídricos apresente uma proposta de reformulação deste, na próxima reunião do Comitê Intergovernamental que se celebrará no Panamá no primeiro semestre de 2014.
 - B.5. A elaboração de uma proposta, que será submetida a aprovação da Cimeira do México, que ponha as novas tecnologias ao serviço da Comunidade Ibero-Americana mediante a criação de um portal/plataforma virtual de instrução não formal, aberta e gratuita, em colaboração com as redes universitárias e os Programas e Projetos já estabelecidos neste âmbito.
 - B.6. Que articule com as instituições acadêmicas e de formação em matéria de Diplomacia Cultural da região, a atualização do currículo para atender as novas formas de gestão e Diplomacia Cultural.
 - B.7. Que à luz dos resultados do V Congresso Ibero-americano de Cultura de Zaragoza, Espanha, denominado “Cultura Digital, Cultura em Rede”, trabalhe na mesma elaboração da Agenda Digital Cultural para Ibero-América, a fim de diminuir a brecha existente.
 - B.8. Que respalde o relançamento do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e Caribe. Igualmente, que acompanhe o processo preparatório da Cimeira Mundial dos Povos Indígenas que será realizada, no âmbito das Nações Unidas, em Setembro de 2014.

C. Reuniões Ministeriais

C.1. XV Reunião Ibero-americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE)

Ressaltar a importância de fortalecer os sistemas de coordenação entre todas as instancias e níveis de governo e de potencializar a implementação de sistemas de controle, seguimento e avaliação de programa e metas em todo o sistema governamental. Concordamos e damos à SEGIB as medidas adotadas no âmbito de fortalecimento institucional, com o fim de propiciar um estudo conjunto, a ser elaborado pela SEGIB, que sirva de referencia para todas as instancias de governo de nossos países.



C.2. XVIII Reunião Plenária de Ministros de Justiça dos Países Ibero-americanos

Respalda os avanços da COMJIB, em matérias tais como a harmonização da legislação penal na América Central, através do Convenio Centro-americano de Cooperação Reforçada em Matéria de Luta contra a Criminalidade Organizada e o tratado relativo à ordem e detenção e aos procedimentos de entrega entre os Estados membros do Sistema de Integração Centro-americana (SICA); assim como a promoção da Guia de Desenvolvimento de Infraestruturas Penitenciárias com visão de Direitos Humanos e a Guia de Implementação de Gestão de Sistemas de Vigilância Eletrônica na América Latina.

Saudar a designação do novo Secretario Geral da COMJIB, Ministro de Justiça da Costa Rica, Senhor Fernando Ferraro.

C.3. VI Reunião de Ministros de Economia e Fazenda

Reafirmar a estreita colaboração entre nossos países para seguir lutando contra a evasão fiscal, com o objetivo de permitir que nossos governos contem com maiores recursos para promover o desenvolvimento econômico de nossos países. Um elemento fundamental neste campo é facilitar o intercambio de informação entre as autoridades fiscais Ibero-americanas.

C.4. Reunião de Ministros de Assuntos Sociais

Acordar implementar políticas públicas orientadas a melhorar o acesso a um emprego digno, à atenção de saúde universal, promovendo a segurança social e os sistemas de proteção social. Desta maneira reduzir as brechas de acesso aos serviços sociais básicos, melhorando assim a qualidade de vida de nossos povos, especialmente nas zonas rurais e de difícil acesso, assim como em assentamentos urbanos precários.

C.5. XXIII Conferência Ibero-americana de Educação

Acordar manter e reforçar o compromisso adquirido pelos Ministros Ibero-americanos de Educação com o projeto Metas Educativas 2021, ratificado na Cimeira de Chefes e Chefas de Estado e de Governo celebrada em Argentina em 2010, que tem como objetivo garantir uma educação de qualidade para todos os alunos para fazer frente a pobreza, a exclusão



social e a desigualdade e enfrentar ao mesmo tempo os desafios da sociedade da informação e do conhecimento.

C.6. XVI Conferencia Ibero-americana de Ministros de Cultura

Valorizar a apresentação do Informe sobre a consolidação do Espaço Cultural Ibero-americano segundo o mandato da XXII Cimeira Ibero-americana de Chefes e Chefas de Estado e Governo, celebrada em Cádiz, em 2012. No Informe se ressaltam entre outros, as profundas raízes da diversidade cultural Ibero-americana, o valor estratégico do espaço cultural na atual globalização, sua inclusão e coesão social e seu serviço a integração regional. Um espaço, igualmente, de valores, em especial os relacionados com direitos fundamentais, entre eles os culturais que visa o futuro e as novas gerações. Para 2016 se celebrará um Congresso sobre ECI em ocasião dos dez anos da adoção da Carta Cultural Ibero-americana. Agradecer a realização dos encontros em Madrid, Panamá e México.

C.7. VIII Reunião de Ministros de Infraestrutura e Logística e Seminário Preparatório da XXIII Cimeira sobre infraestruturas, logística e transporte

Ressaltar o compromisso de avançar a negociações nos âmbitos nacionais, bilaterais, subregionais e regionais para (i) reduzir os custos do movimento de mercadorias e gerar uma estratégia coordenada e eficiente da oferta das infraestruturas, garantindo sua interconectividade, operação e manutenção sob critérios de igualdade, e (ii) adequar as políticas e as regulações logísticas aos objetivos colocados. Para isso, é prioritário detectar os aspectos ou pontos críticos que constituem, na atualidade, os gargalos técnicos e econômicos do déficit de infraestrutura, chave determinante no desenvolvimento da cadeia logística de transporte, com orientação ao desenvolvimento de corredores internacionais na região.

D. Reconhecer e Acolher

D.1. Os resultados do IX Encontro Cívico Ibero-americano, que com a participação de uma diversidade de organizações sociais, tem traçado linhas de trabalho específicas para a sociedade civil e do I Fórum Ibero-americano de Logística e Portos que apresentou recomendações sobre a planificação e o fortalecimento das cadeias logísticas na região.

- 
- D.2. O desenho e a apresentação do Canal de Cooperação, no âmbito da Cimeira, assim como a consolidação da página WEB de cooperação Ibero-americana, ferramentas que contribuirão para dar uma maior visibilidade a nossa cooperação.
- D.3. A execução do Observatório Ibero-americano da Cultura (OIBC), com a participação ativa dos responsáveis da informação estatística cultural de cada país, e especialmente a dos diversos sistemas subregionais (Sistema de Informação Cultural do Mercado Comum do Sul, Comunidade Andina de Nações e SICA).
- D.4. A execução do Programa de Trabalho para a Consolidação do Espaço Cultural Ibero-americano, o qual contará com a participação dos ministérios e instituições culturais da região e servirá de base para reforçar políticas públicas de desenvolvimento sustentável para a preservação, difusão, acesso e usufruto da Cultura.
- D.5. Os acordos alcançados no VII Fórum Ibero-americano de Responsáveis de Educação Superior, Ciência e Inovação, em especial o referente ao impulso da Agenda Cidadã da Ciência, a Tecnologia e a Inovação; o estudo prospectivo das necessidades formativas e de mobilidade de investigadores na região; a elaboração de uma proposta para estabelecer um Sistema de Informação da Educação Superior, a Ciência, a Tecnologia e a Inovação; o reforço da colaboração entre o Espaço Ibero-americano do Conhecimento (EIC) e a European Research Area (ERA); e os avanços em matéria de reconhecimento de títulos, que incluem valorizar a possibilidade de constituir um conselho Ibero-americano de Acreditação da Educação Superior.
- D.6. A execução do Programa para o emprego das pessoas com deficiência que vem desenvolvendo a Organização Ibero-americana de Segurança Social (OISS) no âmbito de Ano Ibero-americano da Inclusão Laboral das Pessoas com Deficiências.
- D.7. Os avanços na implementação do Convenio Multilateral Ibero-americano de Segurança Social, assinado por 15 países Ibero-americanos e já operativo em Bolívia, Brasil, Chile, Equador, El Salvador, Espanha, Paraguai y Uruguai.
- D.8. Os resultados do I Fórum Ibero-americano de MIPYMES que permitiram à Comunidade Ibero-americana compartilhar boas prati-



cas em matéria de política pública e difundir as ações que os organismos, bancos regionais e o setor privado estão levando adiante na região.

- D.9. O plano de trabalho adotado pelos Ministros de Turismo da Ásia e Ibero-américa no âmbito da Assembleia Anual da Organização Mundial de Turismo (OMT) de 2013, resultante do diálogo entre ambas partes nas áreas de sustentabilidade, fiscalização, facilitação de viagens e conectividade aérea.
- D.10. Os resultados do Encontro Ibero-americano de Inovação Cidadã realizado na cidade do Panamá no dia 16 de outubro, sobre a base da articulação de uma equipe de trabalho multisetorial composta por representantes de governos, empresas, organizações sociais e organismos internacionais.
- D.11. O início do funcionamento da Escola Ibero-americana de Polícia, mediante a realização de seu Primeiro Curso, celebrado em junho deste ano em Palencia, Espanha.
- D.12. A apresentação da 1ª Pesquisa Ibero-americana das Juventudes cujos resultados constituem uma via de conhecimento para a formulação e implementação de políticas públicas em matéria de juventude.



Diretrizes para a Renovação da Cooperação Ibero-Americana

A Cooperação e o espaço político-estratégico Ibero-americano:

A Cooperação Ibero-americana (Cib) tem sido e é, um elemento positivamente valorizado pelos países que formam esta Comunidade.

A cooperação que se realiza no espaço ibero-americano possui algumas características próprias e essenciais, especialmente favoráveis para contribuir ao desenvolvimento dos países da região.

Dentre as quais se podem destacar as seguintes:

1. É um apoio a Políticas Públicas.
2. É uma cooperação horizontal que garante a apropriação e que faz parte de uma serie de atores de importância na região.
3. É uma cooperação de acordo com os processos de regionalização nos quais está implicado o espaço ibero-americano e que ajuda a fortalecer os mesmos.
4. Contribui e promove a identidade ibero-americana, fortalecendo as capacidades dos países através do intercâmbio de experiências.

Desafios: a mudança necessária

Desde o início das cimeiras ibero-americanas em 1991, as mudanças acontecidas no sistema internacional tem provocado transformações nos países da região:

- Os países do espaço ibero-americano têm conhecido importantes progressos nos seus níveis de desenvolvimento que tem permitido a redução da pobreza e implementação de políticas públicas comprometidas com a coesão social, contudo persistem brechas de desenvolvimento que se manifestam de maneira diferenciada ao interior da região, que são necessárias abordar e que justifica manter a cooperação ibero-americana.
- Estas mudanças, do mesmo modo, têm gerado movimentos importantes na cooperação internacional. Os esquemas e modalidades de



cooperação “tradicional” tem se enriquecido com outros modelos de cooperação, solidários e horizontais, como a cooperação Sul-Sul e triangular, que é necessário levar em consideração.

Por ele, e a mais de 20 anos transcorridos desde a criação do espaço ibero-americano se deve proceder a uma atualização da cooperação ibero-americana, realizando um reconhecimento daqueles programas e projetos cujo impacto tem sido visível e reconhecido ao longo dos anos. De mesma maneira, se deverá garantir a qualidade dos resultados, otimizar todas suas intervenções, implementar de forma coordenada e assegurar um uso eficiente dos recursos. Por outro lado, deverá dar conta dos seus resultados mediante indicadores específicos, elaborados previamente em forma consensual. Nesta tarefa o compromisso de rendição de contas da SEGIB, deve se renovar para ocupar um lugar central.

Por sua vez, estas linhas de ação devem contar com um sentido estratégico para se alinhar as prioridades nacionais dos países, para que incidam em seus planos de desenvolvimento harmonizando mecanismos, com um enfoque de resultados tangíveis, impulsionando a mútua responsabilidade e transparência, e relevando desta maneira a Clb no contexto mundial, o qual permitirá um melhor posicionamento e incidência nos espaços e fóruns internacionais.

Se requer, portanto, uma renovação da Cooperação Ibero-Americana que permita:

- Racionalizar e alinhar a cooperação ibero-americana às estratégias de desenvolvimento nacional, prioridades e desafios da região.
- Agregar valor às políticas de desenvolvimento nacional.
- Estruturar-se com base em áreas prioritárias.
- Proporcionar a geração de capacidades e ao intercambio de boas praticas.
- Realizar uma planificação de atividades, focalização e orientação a resultados.
- Vincular-se com outros espaços regionais existentes e com os outros atores da Cooperação Internacional.
- Consolidar a Cooperação Ibero-americana como um modelo próprio.



Conforme foi acordado na Estratégia da Cooperação Ibero-americana aprovada em 2011 no Paraguai, a mesma “se orientará ao fortalecimento da identidade Ibero-americana através de atuações conjuntas que tendem ao desenvolvimento e consolidação de capacidades no campo cultural, científico, educativo, social e econômico” e seu motor é a solidariedade”, já que está baseada no compromisso voluntário para enfrentar juntos os desafios do desenvolvimento em nossa região, reduzir a vulnerabilidade dos nossos países frente a fatores internacionais adversos e que atua sem condicionais e gerando um desenvolvimento sustentável para todos. (Argentina).

Ações pontuais

Sobre a base das razões que justificam a renovação da Cooperação Ibero-americana, se propõe realizar as seguintes ações:

1. Revisar as linhas de trabalho contidas na Estratégia da Cooperação Ibero-Americana (Anexo 1), sobre a base das necessidades da região, que consolide e renove o acervo que foi gerado da Cooperação Ibero-americana até hoje e que apoie as Políticas Públicas dos países.
2. A apresentação por parte da Secretaria para a Cooperação de um Plano de Ação quadrienal da Cooperação Ibero-americana, para sua aprovação e coordenação, que desenvolva a Estratégia da Cooperação Ibero-americana, que defina diretrizes e prioridades em médio prazo para o Sistema de Cooperação Ibero-americana e todos seus atores.
3. A apresentação por parte da Secretaria para a Cooperação aos Responsáveis de Cooperação para sua aprovação e coordenação, de um Programa Operativo Anual que permita avançar no cumprimento do Plano de Ação quadrienal que deverá detalhar os objetivos, resultados, atividades, orçamento desagregado e indicadores (de desempenho e resultado).
4. A apresentação semestral por parte da Secretaria para a Cooperação aos Responsáveis de Cooperação de informação que contenha indicadores sobre a cooperação ibero-americana, a efeitos de gerar estatísticas e realizar o seguimento e avaliação do cumprimento de resultados das ações das ações contempladas na Estratégia de Cooperação Ibero-americana.
5. A apresentação por parte da Secretaria para a Cooperação aos Responsáveis de Cooperação de um diagnóstico anual dos Programas,



Iniciativas e Projetos Anexados, que aporte informação quantitativa e qualitativa em aspectos chave tais como: estado de pagamento de cotas, ingressos e gasto executado, gasto realizado por partidas, resultados de desenvolvimento dos programas, iniciativas e projetos anexos, procedimentos de gestão, grau de cumprimento do Manual Operativo e alinhamento com a Estratégia de Cooperação Ibero-americana; todo o anterior com o fim de permitir a toma de decisões por parte dos Responsáveis de Cooperação.

6. Reconhecer o Informe da Cooperação Sul-Sul na Ibero-americana, como referente para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, fortalecendo sua visibilidade e divulgação, por parte da SEGIB. Neste sentido o Programa Ibero-americano de Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul pode compartilhar as capacidades metodológicas e técnicas com o conjunto da cooperação ibero-americana quando seja requerido.
7. Estabelecer que a Cooperação Ibero-americana deverá (1) apoiar as políticas públicas adotadas nos países, (2) estar enfocada em objetos estratégicos, verificáveis através de indicadores, (3) contar com um compromisso de financiamento, (4) garantir o uso otimizado dos recursos, (5) submeter-se a um exercício periódico de prestação de contas, (6) gerar sinergias entre os Programas, Iniciativas e Projetos anexados ao interior dos espaços ibero-americanos e entre eles, e (7) propiciar a articulação com outros espaços e mecanismos de cooperação.
8. No marco da reforma do organograma da SEGIB, reconhecendo o aporte realizado pela Secretaria para a Cooperação e com o fim de cumprir estes alinhamentos, a nova estrutura desta Secretaria deverá: (a) responder aos novos desafios da cooperação ibero-americana; (b) contar com recursos humanos com base em términos de referencia definidos com os Responsáveis de Cooperação, por meio de um processo de seleção aberto e transparente; (c) as áreas de trabalho devem estar de acordo com as prioridades identificadas nestes alinhamentos; (d) sem incremento de orçamento da SEGIB.
9. Encarregar a Secretaria Geral Ibero-americana e especialmente à Secretaria para a Cooperação a que em um prazo de um ano, até a XXIV Cimeira Ibero-americana, que se realizará no México em 2014, tenham implementado os alinhamentos de renovação da cooperação ibero-americana adotados.



Comunicados especiais

1. Comunicado Especial sobre a necessidade de pôr fim ao bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelo governo dos Estados Unidos da América a Cuba, incluindo a aplicação da chamada lei Helms-Burton (Cuba)
2. Comunicado Especial de apoio à luta contra o terrorismo em todas as suas formas e manifestações (Cuba)
3. Comunicado Especial sobre a Questão das Ilhas Malvinas (Argentina)
4. Comunicado Especial sobre o uso tradicional de mascar a folha de Coca (Bolívia)
5. Comunicado Especial sobre 2013 Ano Internacional da Quinoa (Bolívia)
6. Comunicado Especial sobre o Direito Humano à água e ao saneamento (Bolívia)
7. Comunicado Especial sobre a Reunião Plenária de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas, conhecida por Conferência Mundial sobre Povos Indígenas (Nova Iorque, 22 e 23 de setembro de 2014) – (Bolívia)
8. Comunicado Especial sobre o uso do Espanhol nos Organismos Multilaterais (Espanha)
9. Comunicado Especial sobre Inovação Cidadã (Panamá e México)
10. Comunicado Especial sobre o Fundo de Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe
11. Comunicado Especial sobre a candidatura do cidadão guatemalteco José Alberto Oribe Vides para o cargo de Diretor Executivo da Organização Internacional do Açúcar (Guatemala)
12. Comunicado Especial sobre a necessidade de criar mecanismos efetivos para a superação das dificuldades do Paraguai como país em desenvolvimento sem litoral marítimo (Paraguai)
13. Comunicado Especial sobre os Direitos dos Camponeses e de outras pessoas que trabalham nas zonas rurais (Bolívia)

- 
14. Comunicado Especial sobre os Diálogos de Paz entre o Governo da Colômbia e as FARC (Argentina)
 15. Comunicado Especial sobre as novas perspectivas da política de drogas (Guatemala)



1. Comunicado especial sobre a necessidade de pôr fim ao bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelo governo dos Estados Unidos da América a Cuba, incluindo a aplicação da chamada Lei Helms-Burton

(Proposta de Cuba)

As Chefes e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos na Cidade do Panamá, Panamá, por ocasião da XXIII Cúpula Ibero-Americana:

Considerando as referências ao tema em questão nas declarações de anteriores Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo da Ibero-América e reconhecendo o valor da reafirmação e da atualização do conteúdo dos comunicados adotados pelas Cúpulas de Salamanca, Montevideu, Santiago do Chile, San Salvador, Estoril, Mar del Plata, Assunção, Paraguai e Cádiz, Espanha, com igual título, ao abordar o tema que convocou a XXIII Cúpula Ibero-Americana “O papel político, económico, social e cultural da Comunidade Ibero-Americana num novo contexto mundial”;

Reafirmam uma vez mais que na defesa do livre intercâmbio e da prática transparente do comércio internacional, resulta inaceitável a aplicação de medidas coercivas unilaterais que afetam o bem-estar dos povos, o seu acesso e aproveitamento pleno dos benefícios da cooperação internacional em todas as esferas e obstruem os processos de integração.

Reiteram a mais enérgica rejeição à aplicação de leis e medidas contrárias ao Direito Internacional, tal como a Lei Helms-Burton e apelam ao Governo dos Estados Unidos da América a pôr fim à sua aplicação.

Pedem ao Governo dos Estados Unidos da América que satisfaça as 21 sucessivas resoluções aprovadas na Assembleia Geral das Nações Unidas e ponha fim ao bloqueio económico, comercial e financeiro que mantém contra Cuba.



2. Comunicado Especial de apoio à luta contra o terrorismo em todas as formas e manifestações

(Proposta de Cuba)

As Chefes e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos na Cidade do Panamá, Panamá, por ocasião da XXIII Cúpula Ibero-Americana:

Reiteram a sua total condenação de qualquer ato de terrorismo como ato criminoso e injustificável e reafirmam o seu compromisso de combater o terrorismo sob todas as suas formas e manifestações, incluindo os casos nos quais há Estados direta ou indiretamente envolvidos, em estrita observância do Direito Internacional, das normas internacionais de proteção dos direitos humanos e do Direito Internacional Humanitário, para o qual, entre outras ações, reforçarão, sempre que for necessário, as legislações nacionais e promoverão uma cooperação internacional ativa e eficaz para prevenir, investigar, sancionar e eliminar qualquer manifestação deste flagelo. Igualmente, comprometem-se a tomar medidas rápidas e eficazes para prevenir, penalizar e eliminar o financiamento e a preparação de qualquer ato terrorista e a negar refugio aos instigadores, financiadores, autores, promotores ou participantes em atividades terroristas, em conformidade com o quadro jurídico internacional, incluindo as respetivas convenções internacionais e as resoluções relevantes das Nações Unidas.

Reafirmam o compromisso com a Estratégia Global das Nações Unidas contra o Terrorismo adotado em setembro de 2006, atualizada em 2008, 2010 e 2012, e reiteram a determinação de implementar, de forma equilibrada, os quatro pilares da Estratégia, aplicando os princípios nela estabelecidos e desenvolvendo todas as medidas que se contemplam na mesma como a via mais eficaz para acabar com a ameaça do terrorismo e assegurar paralelamente o pleno respeito pelo Estado de Direito e pelos Direitos Humanos. Felicitam igualmente o trabalho realizado pela Equipa Especial das Nações Unidas sobre a Execução da Luta contra o Terrorismo.

Reafirmam a necessidade de evitar a impunidade para aqueles que cometem atos de terrorismo e instam todos os Estados a que, em conformidade com o estabelecido no Direito Internacional, cooperem plenamente na



luta contra o terrorismo, especialmente com aqueles em cujo território ou contra cujos cidadãos se cometam atos de terrorismo, impedindo que se organizem, instiguem ou financiem esses atos contra outros Estados, mediante organizações assentes nos seus territórios, a fim de encontrar, capturar, negar refúgio seguro e submeter à justiça, com base no princípio do julgamento ou da extradição, e da sua própria legislação nacional, a quem apoie ou facilite o financiamento, planeamento, preparação ou prática de atos de terrorismo, faculte refúgio seguro ou participe ou tente participar nesses atos.

Repudiam a elaboração unilateral de acusações infundadas a Estados de alegadamente apoiarem e copatrocinarem o terrorismo, o que resulta inconsistente com o Direito Internacional.

Instam todos os Estados a assegurar, em conformidade com o Direito Internacional, que a condição de refugiado ou asilado não seja utilizada de modo ilegítimo pelos financiadores, autores, organizadores ou patrocinadores dos atos de terrorismo, e que não se reconheça a reivindicação de motivações políticas como causa de negação dos pedidos de extradição de pessoas requeridas pela justiça para decidir sobre a sua responsabilidade em atos de terrorismo.

Reafirmam os Comunicados Especiais sobre Terrorismo adotados nas XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI e XXII Cúpulas Ibero-Americanas que rejeitam o facto de que o responsável pelo atentado terrorista a uma aeronave da Cubana de Aviación em outubro de 1976, que provocou a Morte de 73 civis inocentes, não tenha sido julgado por terrorismo, e apoiam as diligências para conseguir a sua extradição ou para levá-lo à justiça.

Reafirmam o valor da extradição como instrumento essencial na luta contra o terrorismo e apelam àqueles Estados que tenham recebido pedidos de extradição de terroristas, apresentados por Estados membros da nossa Comunidade, que as considerem devidamente e em estrito respeito pelo quadro jurídico aplicável.

Apelam a todos os Estados que ainda não o tenha feito que considerem a possibilidade de fazerem parte, urgentemente, de todas as convenções e protocolos relativos ao terrorismo, para cumprirem as obrigações decorrentes desses instrumentos, assim como também de todos os acordos internacionais que os compelem a prestar assistência jurídica, julgarem e penalizarem atempadamente e de forma apropriada, aqueles que financiam, patrocinam, participam e cometem atos terroristas, sempre em



estrita observância do Direito Internacional e com respeito pelos direitos humanos, pelo Direito Internacional Humanitário, e pela legislação nacional de cada Estado, quer sejam cometidos contra pessoas, meios públicos ou privados de transporte, de carga ou passageiros, contra pessoas internacionalmente protegidas, contra representações diplomáticas, instalações turísticas quer contra outras instalações públicas ou privadas.

Continuarão a trabalhar para adotarem as medidas que forem necessárias e adequadas, conformes com as suas respectivas obrigações, em virtude do Direito Internacional, a fim de proibirem por lei a incitação a cometer atos terroristas e prevenirem as condutas dessa índole.

Solicitam aos Estados que, no quadro das Nações Unidas, cooperem para chegar a um acordo sobre uma convenção geral contra o terrorismo internacional e a concertá-la, resolvendo as questões que ainda subsistem como um obstáculo à realização dessa convenção, incluindo as relativas à definição jurídica e ao alcance dos atos abrangidos pela convenção, para que possa servir como instrumento eficaz de luta contra o terrorismo. Comprometem-se a continuar a cooperar ativamente entre eles e com os órgãos competentes do sistema das Nações Unidas na prevenção e combate ao terrorismo.

Reiteram a profunda solidariedade para com as vítimas de atos terroristas e seus familiares, expressam o seu desejo de que recebam o apoio necessário e manifestam a oportunidade de que o Secretário Geral das Nações Unidas dê continuidade ao Primeiro Simpósio Internacional das Nações Unidas de Apoio às Vítimas do Terrorismo, que teve lugar em 2008, para a criação, no quadro da ONU, de um mecanismo prático que lhes proporcione assistência internacional.



3. Comunicado Especial sobre a Questão das Ilhas Malvinas

(Proposta da Argentina)

As Chefes e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos na Cidade do Panamá, Panamá, por ocasião da XXIII Cúpula Ibero-Americana:

Reafirmam a necessidade de que os Governos da República Argentina e do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte reiniciem, logo que possível, as negociações tendentes a encontrar uma rápida solução para a disputa de soberania das Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul e dos espaços marítimos circundantes, no quadro das resoluções da Organização das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos e das disposições e objetivos da Carta das Nações Unidas, incluindo o princípio de integridade territorial. Destacam igualmente a permanente vocação para o diálogo demonstrada pela República Argentina.

Relativamente às ações unilaterais de prospeção e exploração de recursos renováveis e não renováveis que o Reino Unido tem vindo a realizar na área em disputa, recordam os apelos da comunidade internacional para se absterem de adotar decisões que envolvam modificações unilaterais na situação das Ilhas Malvinas em conformidade com a Resolução 31/49 da Assembleia Geral das Nações Unidas, que em nada contribuem para alcançar uma solução definitiva da disputa territorial.

Assinalam que o reforço da presença militar na área de disputa, ao mesmo tempo em que viola a Resolução 31/49 antes mencionada, resulta incompatível com a política de compromisso na procura de uma solução pela via pacífica da controvérsia territorial entre os Governos da República Argentina e do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Neste sentido, destacam as sucessivas resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas que apelam ao Secretário Geral que adote medidas de bons ofícios, para que se retomem as negociações tendentes a encontrar o mais rapidamente possível uma solução pacífica para a referida disputa.



4. Comunicado Especial sobre o uso tradicional de mascar a folha de coca

(Proposta da Bolívia)

As Chefes e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos na Cidade do Panamá, Panamá, por ocasião da XXIII Cúpula Ibero-Americana:

Recordando o Comunicado Especial sobre a Coca Originária e Ancestral, Patrimônio Natural da Bolívia e do Peru, aprovado no âmbito da XXI Cúpula Ibero-Americana, realizada em Assunção no ano de 2011.

Recordando também o Comunicado Especial sobre o uso Tradicional de Mascar a Folha de Coca, aprovado no âmbito da XXII Cúpula Ibero-Americana, realizada em Cádiz no ano de 2012.

Conscientes da importância de conservar as práticas culturais e ancestrais dos povos indígenas, no âmbito do respeito dos direitos humanos e dos direitos fundamentais dos povos indígenas, de conformidade com os instrumentos internacionais.

Assumem a readesão do Estado Plurinacional da Bolívia, à Convenção Única sobre Estupefacientes de 1961, emendada pelo Protocolo Retificativo de 1972, a partir de cujo ato se elimina a proibição do consumo tradicional da Folha de Coca (akulliku) e de outras actividades relacionadas com o mesmo.



5. Comunicado Especial sobre 2013 Ano Internacional da Quinoa

(Proposta da Bolívia)

As Chefes e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos na Cidade do Panamá, Panamá, por ocasião da XXIII Cúpula Ibero-Americana:

Lembrando o Comunicado Especial sobre 2013 Ano Internacional da Quinoa, aprovado no quadro da XXII Cúpula Ibero-Americana que teve lugar em Espanha, em novembro de 2012;

Reafirmando a Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas A/RES/66/221, de 22 de dezembro de 2011, que declara o ano 2013 como “Ano Internacional da Quinoa”, na qual se reconhece que a quinoa é um alimento natural com um elevado valor nutritivo e que os povos indígenas andinos, mediante os seus conhecimentos e práticas tradicionais de viver bem e em harmonia com a natureza, mantiveram controlaram, protegeram e preservaram a quinoa no seu estado natural, incluindo as suas numerosas variedades cultivadas e locais, como alimento para as gerações atuais e vindouras, e afirmando a necessidade de concentrar a atenção mundial na função que pode desempenhar a biodiversidade da quinoa, devido ao seu alto valor nutritivo, na consecução da segurança alimentar, da nutrição e da erradicação da pobreza;

Decidem:

1. Saudar o Lançamento Mundial do Ano Internacional da Quinoa, que teve lugar no dia 20 de fevereiro de 2013, no quadro do sexagésimo sétimo período de sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas e o Painel de Alto Nível sobre Segurança Alimentar e Nutrição. Assim como a realização do IV Congresso Mundial da Quinoa que teve lugar de 8 a 12 de julho de 2013, em Ibarra, Equador, que centrou a atenção mundial nas potencialidades nutritivas e na biodiversidade da quinoa, e na sua contribuição para a erradicação da fome e da pobreza.
2. Felicitar e apoiar, no âmbito do Ano Internacional da Quinoa, 2013, a criação e implementação na Bolívia, de um Centro Internacional



da Quinoa e Grãos Alto Andinos, com o objetivo de fortalecer a investigação e inovação tecnológica do Grão de Ouro dos Andes, que contribuirá para a segurança alimentar dos nossos povos. De essa forma apoiar as iniciativas de implementar uma rede de centros de investigação e promoção da quinoa.

3. Convidar de novo os países ibero-americanos a desenvolver iniciativas que aumentem a consciência do público relativamente às propriedades nutritivas, económicas, ambientais e culturais da quinoa, para além do Ano Internacional da Quinoa.
4. Encorajar os governos e as organizações regionais e internacionais pertinentes a que façam contribuições voluntárias e prestem outras formas de apoio para o sucesso da comemoração do Ano Internacional da Quinoa, e convidar as organizações não governamentais, outras partes interessadas e o setor privado a que contribuam generosamente e continuem a apoiar a comemoração do referido Ano Internacional da Quinoa e para além deste.



6. Comunicado Especial sobre o Direito Humano à água e ao saneamento

(Proposta da Bolívia)

As Chefes e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos na Cidade do Panamá, Panamá, por ocasião da XXIII Cúpula Ibero-Americana:

Reafirmando a Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas A/RES/64/292, de 28 de julho de 2010, na qual a Assembleia Geral reconhece o direito à água potável e ao saneamento como um direito humano essencial para a plena fruição da vida e de todos os direitos humanos;

Recordando o documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que teve lugar no Rio de Janeiro (Brasil), de 20 a 22 de junho de 2012, intitulada “O futuro que queremos”, na qual os Estados Membros assumiram compromissos relativamente ao direito à água potável e ao saneamento;

Recordando também as resoluções do Conselho de Direitos Humanos relativas ao direito humano à água e ao saneamento;

Destacando a importância e os esforços nacionais para alcançar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio com o abastecimento de água e o saneamento e a realização do direito humano à água e ao saneamento, através do qual qualquer pessoa, sem discriminação, tem direito a água e saneamento suficientes, seguros, aceitáveis, acessíveis e a um preço razoável, para usos pessoais e domésticos;

Reafirmando o seu apoio ao mandato da relatora especial sobre o direito humano à água potável e ao saneamento, acolhem o seu trabalho e encorajam a relatora especial a que siga contribuindo para os debates sobre o programa das Nações Unidas para o desenvolvimento com posterioridade a 2015, em particular o que se refere á integração do direito humano à água potável e o saneamento (linguagem dos OP 4 e 14 da Resolução 21/12 do Conselho dos Direitos Humanos);

Destacando a importância e necessidade de continuar a contribuir para o debate da agenda de Desenvolvimento pós-2015, apela-se aos Estados



para que incorporem o direito humano à água potável e ao saneamento no programa internacional para o desenvolvimento após 2015. Para isso, a sua implementação deve ser orientada pelas seguintes ações:

1. Reconhecer a importância de contar com água potável e saneamento em condições equitativas como componente essencial do usufruto de todos os direitos humanos.
2. Expressar a sua disposição de incorporar o direito humano à água e ao saneamento, na agenda das Nações Unidas para o desenvolvimento após 2015, de acordo com a decisão de cada um dos Estados Membros da nossa Comunidade.
3. Propor a realização de trocas de experiências, incluindo as boas práticas e as dificuldades (lacunas) da aplicação do direito humano à água e ao saneamento.
4. Considerar a possibilidade de atribuir uma percentagem da ajuda internacional destinada à água potável e ao saneamento na perspectiva dos direitos humanos.

Decidem organizar uma reunião de alto nível dos países ibero-americanos sobre o direito humano à água e ao saneamento, em julho de 2014, a fim de contribuir para a agenda de desenvolvimento pós-2015.



7. Comunicado Especial sobre a Reunião Plenária de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas, conhecida por Conferência Mundial sobre Povos Indígenas (Nova Iorque, 22 e 23 de setembro de 2014)

(Proposta da Bolívia)

As Chefes e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos na Cidade do Panamá, Panamá, por ocasião da XXIII Cúpula Ibero-Americana:

Recordando o comunicado especial da XVII Cúpula Ibero-Americana das Chefes e dos Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, que teve lugar de 8 a 10 de novembro de 2007 em Santiago do Chile, relativo à Conferência Internacional sobre os Povos Indígenas;

Reafirmando que a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas reconhece e reafirma que os indígenas têm, sem discriminação, todos os direitos humanos reconhecidos no direito internacional e que possuem direitos coletivos indispensáveis para a sua existência, bem-estar e desenvolvimento integral como povos;

Reafirmando também a resolução 66/296, de 17 de setembro de 2012, sobre a Organização da Reunião Plenária de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas, que será conhecida por Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas, a realizar nos dias 22 e 23 de setembro de 2014, em Nova Iorque, com vista à aplicação da resolução 65/198, de 21 de dezembro de 2010, da Assembleia Geral das Nações Unidas;

Destacando a importância da participação dos povos indígenas na conquista do desenvolvimento sustentável, e reconhecendo também a importância da Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas no contexto da aplicação de estratégias de desenvolvimento sustentável nos planos mundial, regional, nacional e subnacional;

Destacando a importância da Reunião Plenária de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas, que será conhecida por Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas, de setembro de 2014, para que possa



contribuir decididamente para a agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento após 2015;

Decidem:

1. Participar ativamente e ao mais alto nível possível, e prevendo a participação dos representantes das organizações dos povos indígenas nas delegações nacionais, na Reunião Plenária de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas, que será conhecida por Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas, a ter lugar nos dias 22 e 23 de setembro de 2014, em Nova Iorque, assim como em outras instâncias internacionais pertinentes.
2. Destacar que as negociações do Documento Final, conciso e orientado para a ação da Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas, estarão orientadas para trocar pontos de vista e as melhores práticas sobre a realização dos direitos dos povos indígenas, incluindo o cumprimento dos objetivos da Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas.
3. Prestar homenagem ao trabalho realizado pelos povos indígenas nas reuniões de preparação dos grupos regionais e temáticos, assim como às recomendações pelos quatro temas principais da Conferência Preparatória Mundial dos Povos Indígenas para a Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas, realizada de 10 a 12 de junho de 2013, em Alta, Noruega.
4. Convidar os Estados Membros a promover diálogos nacionais com os Povos Indígenas sobre a realização da Conferência Mundial dos Povos Indígenas.
5. Fazer um apelo a todos os Estados membros das Nações Unidas para garantir que a agenda das Nações Unidas seja inclusiva para os povos indígenas e respeite plenamente os seus direitos, em conformidade com a com a declaração das Nações Unidas sobre o direito dos povos indígenas.



8. Comunicado Especial sobre o uso do espanhol nos organismos multilaterais

(Proposta de Espanha)

As Chefes e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos na Cidade do Panamá, Panamá, por ocasião da XXIII Cúpula Ibero-Americana:

Outorgam uma grande importância à defesa do multilinguismo nos organismos e foros internacionais, incluindo os seus órgãos de peritos, fundos e programas, como ferramentas de comunicação e trabalho.

Desse modo, congratulam-se com a criação, em 2013, do Grupo de Amigos do Espanhol no seio das Nações Unidas, cuja Carta Constitutiva foi firmada por 21 países falantes de espanhol, com o objectivo principal de avançar na consolidação do uso do espanhol nas Nações Unidas.



9. Comunicado Especial sobre Inovação Cidadã

(Proposta do Panamá e México)

As Chefes e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos na Cidade do Panamá, Panamá, por ocasião da XXIII Cúpula Ibero-Americana:

Saudam as iniciativas desenvolvidas pelos governos ibero-americanos para promover uma Rede de Governos ibero-americanos de Vinculação com as Organizações da Sociedade Civil e o projecto de inovação Cidadã.

A primeira, incorporada nas Declarações, Conclusões e Cartas da XXII Cúpula Ibero-Americana e de outras Reuniões ibero-americanas 2012, encoraja a conformação de uma rede para trocar experiências entre os governos da Ibero-América sobre mecanismos de participação cidadã e da incidência da sociedade civil nos processos de construção de política pública.

A segunda propõe promover a inovação Cidadã, entendida como a participação ativa dos cidadãos em iniciativas inovadoras que visam transformar a realidade social utilizando tecnologias digitais. Por esse motivo, consideram de interesse que o projecto Cidadania 2.0 da Secretaria Geral Ibero-Americana, articule uma rede Ibero-Americana de inovação cidadã que tenha como objectivo principal gerar uma agenda de propostas para promover a inovação cidadã na região.

De igual forma saudam a realização do Encontro Ibero-Americano de Inovação cidadã: transformando a Ibero-América na era digital na Cidade do Panamá, em 16 de Outubro de 2013 e tomam nota dos seus resultados.



10. Comunicado Especial sobre o Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe

(Proposta de Guatemala)

As Chefes e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos na Cidade do Panamá, Panamá, por ocasião da XXIII Cúpula Ibero-Americana:

Reconhecem que o Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe (Fundo Indígena) é um organismo internacional constituído com a representação paritária dos povos indígenas e governos, criado como Programa de Cooperação Ibero-americano na II Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo (Madrid, 1992) com o fim de apoiar os processos de auto desenvolvimento dos povos, comunidades e organizações indígenas da América Latina e do Caribe, reconhecendo o trabalho realizado em matéria de concertação e diálogo entre organizações indígenas e sectores governamentais através de instâncias consultivas nacionais, regionais e interagências.

Convidam os Estados Membros a continuar o apoio e fortalecimento da Universidade Indígena Intercultural (UII), como plataforma para a construção colectiva de um sistema de educação superior indígena na região e reforçar o compromisso com o Fundo Indígena como “Património dos Povos e Estados da Região” acolhido como compromisso da X Assembleia Geral, celebrada na Cidade de Guatemala, Guatemala, em Novembro de 2012.



11. Comunicado Especial sobre a candidatura do cidadão guatemalteco Jose Alberto Orive Vides para o cargo de Diretor Executivo da Organização Internacional do Açúcar

(Proposta de Guatemala)

As Chefes e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos na Cidade do Panamá, Panamá, por ocasião da XXIII Cúpula Ibero-Americana:

Sublinham a importância que para os países ibero-americanos tem a Organização Internacional do Açúcar e o interesse em poder participar mais ativamente nos órgãos decisórios da mesma.

Nesse sentido congratulam-se pela possibilidade de poder contar com o guatemalteco José Alberto Orive Vides à frente da OIA, como Diretor Executivo da mesma.



12. Comunicado Especial sobre a necessidade de criar mecanismos efetivos para a superação das dificuldades do Paraguai como país em desenvolvimento sem litoral

(Proposta do Paraguai)

As Chefes e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos na Cidade do Panamá, Panamá, por ocasião da XXIII Cúpula Ibero-Americana:

Reafirmam a necessidade de promover o crescimento e o desenvolvimento dos Estados Membros da Conferência Ibero-Americana, e de reduzir as disparidades existentes. Neste contexto, manifestam a importância de criar mecanismos efetivos para a superação das dificuldades que o Paraguai enfrenta como país em desenvolvimento sem litoral, largamente apoiado e fundamentado:

No Art. 125 da Convenção sobre o Direito do Mar; no Artigo V do GATT 94; no Art. 35 da Declaração Ministerial de Doha; na Decisão CMC 33/07 e na Decisão CMC 19/11 “Liberdade de Trânsito”; e nas seguintes Resoluções, aprovadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas: 55/2, Declaração do Milênio; 56/180, Ações específicas relacionadas com as necessidades particulares e problemas de países em desenvolvimento sem litoral; 63/2, Documento Final do exame de metade do período do Programa de Ação de Almaty: Atenção às necessidades especiais dos países em desenvolvimento sem litoral num novo contexto global para a cooperação em matéria de transporte em trânsito para os países em desenvolvimento sem litoral e de trânsito, sobre questões fundamentais em matéria de políticas de trânsito; nos Comunicados Conjuntos dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados de 29 de junho de 2011 e de dezembro de 2011; e na XXI Cúpula Ibero-Americana - Declaração de Assunção, de 29 de outubro de 2011.

Reconhecem, nesse sentido, a situação especial da República do Paraguai como país em desenvolvimento sem litoral, pode este constituir-se numa importante ligação entre o Atlântico e o Pacífico. Nesse contexto comprometem-se outorgar-lhe todo o apoio necessário, assim como a



implementar medidas concretas e imediatas, que lhe permitam ultrapassar as suas vulnerabilidades e os problemas decorrentes dessa condição, facilitando-lhe o livre trânsito, através do território dos países de trânsito, por todos os meios de transporte, em conformidade com as regras aplicáveis do direito internacional, as convenções internacionais e as convenções bilaterais em vigor.



13. Comunicado Especial sobre os Direitos dos Camponeses e de outras pessoas que trabalham nas zonas rurais

(Proposta da Bolívia)

As Chefes e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos na Cidade do Panamá, Panamá, por ocasião da XXIII Cúpula Ibero-Americana:

Recordando a resolução do Conselho de Direitos Humanos 21/19, de 27 de setembro de 2012, através da qual se criou o Grupo de Trabalho Intergovernamental de Composição Aberta encarregado de negociar, finalizar e apresentar ao Conselho de Direitos Humanos um projeto de Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos camponeses e de outras pessoas que trabalham nas zonas rurais;

Recordando também o Documento Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio + 20, intitulado “o futuro que queremos”, que reconhece, entre outros temas, que as comunidades rurais desempenham um papel importante no desenvolvimento económico, social e ambiental, assim como a importância das práticas agrícolas tradicionais sustentáveis, os sistemas tradicionais de fornecimento de sementes, o financiamento, os mercados, e os regimes seguros de posse da terra, para povos indígenas e comunidades locais;

Profundamente preocupados porque 75% das pessoas que sofrem de pobreza extrema no mundo vivem e trabalham nas zonas rurais e 80% das pessoas que passam fome vivem na área rural, especialmente nos países em desenvolvimento, 50% deles são pequenos proprietários e agricultores tradicionais que vivem em terrenos exíguos e cultivam produtos para subsistir ou vender nos mercados locais; sendo outros 20% pessoas sem terra, cuja maioria continua a ser de agricultores arrendatários ou trabalhadores agrícolas assalariados e 10% pessoas que subsistem mediante atividades tradicionais de pesca, caça e pastorícia;

Sublinhando a necessidade de dispor de uma Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos camponeses e de outras pessoas que trabalham nas zonas rurais;



Saúdam calorosamente a realização da primeira sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental de Composição Aberta encarregado de negociar, finalizar e apresentar ao Conselho de Direitos Humanos um projeto de Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos camponeses e de outras pessoas que trabalham nas zonas rurais, que teve lugar de 15 a 19 de julho de 2013, no Palácio das Nações de Genebra, Suíça.

Instam a continuar o debate e a discussão sobre a proposta de Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos camponeses e de outras pessoas que trabalham nas zonas rurais a fim de alcançar os objetivos da resolução 21/19 do Conselho de Direitos Humanos.



14. Comunicado Especial sobre os diálogos de paz entre o Governo da Colômbia e as FARC

(Proposta da Argentina)

As Chefes e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos na Cidade do Panamá, Panamá, por ocasião da XXIII Cúpula Ibero-Americana:

Expressam o seu apoio às conversações entre o Governo da Colômbia e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC.

Destacam que este processo, que contribui para a paz na região, reflecte o desejo do povo colombiano e de toda a Comunidade Ibero-Americana, de por fim a um prolongado conflito interno que afetou o desenvolvimento político, social e económico do país.

Valorizam os esforços do Presidente Juan Manuel Santos e do seu Governo na busca da paz por meio do diálogo e da reconciliação; e fazem votos para que as negociações se concluam com sucesso, num clima de entendimento, compromisso e respeito pelo Estado de Direito.



15. Comunicado Especial sobre novas perspectivas da política de drogas

(Proposta da Guatemala)

As Chefes e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos na Cidade do Panamá, Panamá, por ocasião da XXIII Cúpula Ibero-Americana:

Saudam as iniciativas tendentes a promover um debate sobre o problema mundial das drogas que permita uma efetiva luta contra este flagelo desde uma perspectiva integral, que contemple, entre outros aspectos, a saúde pública e a prevenção.



Parte 2

Documentos encomendados pela Conferência Ibero-Americana



Relatório

Uma reflexão sobre o futuro das Cúpulas Ibero-Americanas

Cidade de Panamá, Panamá, 2 de julho de 2013

1. O mandato

Na XXII Cúpula Ibero-americana (Cádiz, Espanha 16-17 novembro 2012) os Chefes de Estado e de Governo acordaram na criação de uma **Comissão** encarregada de formular propostas para a renovação da Conferência Ibero-americana e reestruturação da Secretaria Geral.

Os Chefes de Estado e de Governo decidiram que a referida Comissão fora presidida pelo ex Presidente do Chile, Ricardo Lagos, e integrada pelo Secretário Geral Ibero-Americano, Enrique V. Iglesias e pela ex. Chanceler do México, Embaixadora Patrícia Espinosa.

A Comissão contactou e auscultou os Chefes de Estado e de Governo, Ministros dos Exteriores e altos funcionários dos 22 países iberoamericanos, assim como representantes dos sectores acadêmico e privado, não obstante, as suas reflexões são da sua exclusiva responsabilidade.

2. A identidade Ibero-Americana

- 2.1. O encontro dos dois mundos, há mais de 500 anos, deu origem à Comunidade Ibero-americana, com base nos povos originários, na imigração da colonização ibérica e dos escravos provenientes de África. Com o correr do tempo foram sendo incorporados fluxos migratórios da Europa, Médio Oriente e Ásia, que chegaram à América, especialmente na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX. Este espaço ibero-americano é uma comunidade mestiça, caracterizada pela convivência e mistura de etnias e de culturas proporcionada por línguas e histórias partilhadas.
- 2.2. A nossa identidade ibero-americana, que se desenvolveu ao longo de mais de 500 anos, continua a evoluir e a incorporar novos fluxos migratórios e novas visões. Hoje em dia constitui um rico espaço cultural cada vez mais reconhecido e que oferece maiores e reno-



vadas oportunidades. Não se trata de um espaço rígido, preso ao passado, mas antes uma identidade viva, que se por um lado reflete distintas circunstâncias e experiências históricas, projeta visões partilhadas frente aos desafios atuais.

- 2.3. A Comunidade Ibero-Americana é um exemplo de convivência entre diferentes identidades étnicas e culturais, no mesmo espaço geográfico. Todavia, falta ainda um longo caminho por percorrer para solidificar sociedades inclusivas que ofereçam a todos os cidadãos as oportunidades para desenvolver plenamente as suas potencialidades.

3. Algo de história

- 3.1. Em 1991, o Governo da Espanha, (representado pelo Rei, pelo Presidente do Governo), e o Presidente do México, apoiados pelo Presidente do Brasil, lançaram a iniciativa de celebrar uma reunião de mandatários dos países Ibero-Americanos, que teve lugar na cidade de Guadalajara no México.
- 3.2. Nesse encontro os Chefes de Estado e de Governo acordaram constituir uma Conferência Ibero-Americana flexível e de estrutura ligeira nos seus mecanismos de apoio, com base em três critérios fundacionais: ser Estados soberanos da América e da Europa, com o espanhol ou o português como línguas oficiais; ter o consenso como método de adoção de decisões; e promover o diálogo aberto, respeitando a diversidade de modelos econômicos e políticos.
- 3.3. Dessa forma acordaram que os países participantes se comprometeram com propósitos e princípios consagrados na carta das Nações Unidas, no Direito Internacional, no aprofundamento da Democracia, no Desenvolvimento, na promoção da proteção universal dos Direitos Humanos, no fortalecimento do multilateralismo e das relações de cooperação entre todos os povos e nações e na recusa da aplicação de medidas coercivas unilaterais contrárias ao direito internacional.
- 3.4. Desde então, a Conferência passou a realizar-se anualmente ao mais alto nível. Não tem por base um tratado internacional, mas antes sucessivas declarações de caráter político. Dessa forma foi-se consolidando um acervo ibero-americano de posições acordadas por unanimidade.

- 
- 3.5. A partir de 1995, foram desenvolvidos programas de cooperação ibero-americana em diversos âmbitos, administrados e financiados pelos países da região que favorecem o fortalecimento da nossa comunidade.
 - 3.6. A Cúpula de 2002 solicitou ao ex. Presidente do Brasil, Senhor Fernando Henrique Cardoso, a preparação de um relatório com propostas para promover uma maior coesão e eficácia da cooperação, presença internacional e institucionalização do sistema de conferências.
 - 3.7. O “**Relatório Cardoso**” -uma importante reflexão política sobre os valores que diferenciam esta comunidade de nações - propôs, o estabelecimento de uma Secretaria Permanente Ibero-americana, que fez a sua primeira apresentação no ano 2005. A criação da SE-GIB constituiu um passo fundamental para assegurar o apoio à organização das Cúpulas e dos programas e projetos de cooperação.

4. O mundo mudou

- 4.1. Nos últimos 20 anos, o mundo mudou e o espaço ibero-americano não ficou alheio a tais mudanças. No início dos anos 90, a realidade dos países ibéricos era muito diferente da que se vislumbra nos nossos dias: eram países com uma transição democrática de muito sucesso e que caminhavam com passo rápido e seguro pelos caminhos que conduziam ao desenvolvimento e ao bem estar. Por sua parte, os países da América Latina avançavam no processo de democratização, no estabelecimento de instituições e na superação dos problemas económicos da chamada “década perdida”; em muitos casos começava um processo de estabilidade e abertura das economias ao comércio e investimentos internacionais.
- 4.2. Hoje, vivemos mudanças comparáveis às ocorridas no início dos 90 com o fim da guerra fria. Os efeitos da crise financeira de 2008-2009, que geraram severos problemas económicos e políticos nos Estados Unidos e na Europa; a consolidação da Ásia, e da China em particular, como um ator económico fundamental na ordem mundial; e, as mudanças políticas, sociais e económicas observadas na América Latina desde 2002, constituem fenómenos que voltam a mudar os parâmetros nos quais se desenvolve a comunidade ibero-americana.

- 
- 4.3. A América Latina vive um momento da sua história no qual a Democracia se instalou, apesar de ainda ser necessário fortalecer a institucionalidade democrática e responder de maneira mais adequada às legítimas expectativas dos nossos cidadãos. No âmbito econômico a resistência que a América Latina mostrou face à atual crise, que afeta principalmente a Europa e os Estados Unidos, faz com que emerja como uma região de grande potencial. Hoje, o mundo olha a América Latina com uma diferente perspectiva.

5. Mudanças políticas, sociais e econômicas no espaço Ibero-Americano

- 5.1. De uma parte, para a União Europeia, as especiais relações da Espanha e Portugal com a América Latina constituem um espaço privilegiado pelos seus vínculos históricos, linguísticos, culturais e econômicos. Por outra parte, Espanha e Portugal são importantes pontos de apoio para as relações econômicas, comerciais e políticas da América Latina com a Europa.
- 5.2. Este espaço vê-se fortalecido, até porque, em resultado da recente crise, se gerou uma maior simetria na dinâmica econômica de seus países membros. A qual possibilita também, a conformação de um espaço comum com situações, desafios e problemas, mas também, com a oportunidade de gerar laços de cooperação para solucionar situações, apelando a experiências partilhadas.
- 5.3. Alguns dos grandes desafios que hoje enfrenta a América Latina, podem colher experiências úteis vividas nos países da península ibérica, a saber:
- Subsiste a preocupação pelo nível de pobreza na América Latina, mas deve preocupar muito mais a desigualdade. Como se faz para gerir políticas públicas eficientes para diminuir a desigualdade?
 - A estruturação de uma nova classe média emergente, com mais capacidade de consumo e de endividamento, mais habilitada, que remete em questão os velhos paradigmas do exercício do poder.
 - A necessidade de melhorar a qualidade da política. O problema, hoje, não é o de termos ou não termos democracia, mas antes saber como melhorar as instituições próprias da democracia representativa e como otimizar a sua relação com a democracia participativa

5.4. Como gerar mecanismos de diálogo e de cooperação que permitam que este espaço ibero-americano possa ajudar a enfrentar estas novas realidades? Como atualizar-nos para estas novas realidades? Propomos uma reflexão sobre quatro aspectos vinculados a esta pergunta:

- A identificação de novas prioridades nos campos sobre os quais vêm atuando as cúpulas: Político, Econômico, Social e Cultural.
- A melhoria da organização das Cúpulas.
- A renovação da Cooperação Ibero-americana e as suas implicações sobre o funcionamento, organização e financiamento da Secretaria Geral (SEGIB)

6. A Cooperação como eixo da Comunidade Ibero-Americana

- 6.1. A cooperação ibero-americana desempenhou um importante papel nas relações entre os seus países, contribuindo para fomentar políticas públicas de desenvolvimento assim como processos de regionalização.
- 6.2. No contexto atual, devemos substituir a concepção de cooperação definida na relação “doador-receptor” por uma concepção mais moderna que interiorize as mudanças ocorridas nos últimos anos. Hoje, quase todos os países latino-americanos são qualificados como de renda média, tendo mudado, significativamente, a assimetria que existia há 10 anos, do que se trata hoje de saber é se somos capazes, uns com os outros, de cooperar para resolver problemas comuns e construir um futuro partilhado.
- 6.3. A cooperação ibero-americana integra a intensa atividade desenvolvida por quatro instituições que vêm operando desde há várias décadas nos países ibero-americanos: a Organização Ibero-Americana para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI); a Organização Ibero-Americana para a Segurança Social (OISS); a Organização Iberoamericana da Juventude (OIJ); e a Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos (COMJIB).
- 6.4. Atualmente, a SEGIB dá o seu apoio a 23 projetos intergovernamentais de cooperação nas áreas social, econômica e cultural; 6 projetos tutelados; 1 iniciativa e 5 redes ibero-americanas de cooperação.

- 
- 6.5. A cooperação ibero-americana tem um traço singular que a distingue das formas tradicionais de administrar a cooperação, uma vez que os projetos são selecionados, administrados e financiados pelos países membros, o que contribuiu para a sua eficácia.
 - 6.6. Uma contribuição da Secretaria no âmbito da cooperação Sul-Sul, que vale a pena destacar diz respeito ao inventário que se integrou das distintas atividades que realizam entre si os países ibero-americanos, e à qual se incorporaram os países do Caribe.

Propostas

- 6.7. Focalizar a cooperação Ibero-Americana: Nos seguintes pontos incluem-se propostas de distintos âmbitos.
- 6.8. Requer-se desenvolver uma **estratégia de comunicação** orientada para conferir uma maior visibilidade aos programas, iniciativas e projetos de cooperação, a fim de que estes sejam claramente identificados pelas sociedades Ibero-americanas e cheguem aos diversos públicos para que estão destinados.
- 6.9. É necessário promover uma aproximação sistemática com o setor privado e com a sociedade civil, com a finalidade de propiciar a sua participação ativa.
- 6.10. **Diálogo Político**
- 6.11. Durante mais de uma década, a Conferencia Ibero-Americana foi o único fórum de diálogo político ao mais alto nível, no qual participaram todos os países latino-americanos e ibéricos.
- 6.12. O diálogo político entre os países da Região mudou nos últimos anos. Hoje os países latino-americanos, contam com um foro próprio, a Comunidade dos Estados da América Latina e Caribe (CELAC), que facilita a adoção de posições conjuntas, serve de ponto de apoio à solução de diferendos entre os seus países membros, acorda posições coletivas frente aos grandes temas internacionais. A CELAC é o espaço político da região, que contribui para fortalecer a sua presença num cenário internacional. Pela sua parte, os países ibéricos são membros da União Europeia, pelo que têm a obrigação de tomar decisões sobre temas fundamentais com os seus sócios europeus.
- 6.13. Apesar das mudanças ocorridas nos últimos anos, o certo é que o espaço Ibero-americano continua a existir, seguindo válido como



uma história partilhada, uma comunidade de línguas e valores, que faz deste espaço uma grande oportunidade para enfrentar de forma colaborante os desafios comuns. Hoje, o “Ibero-Americano” traz valor acrescentado a cada uma das partes envolvidas.

Propostas

- 6.14. Neste novo contexto, as **Cimeiras deverão reavaliar os seus objetivos** e a sua forma de operar, privilegiando os diálogos e o intercâmbio de experiências e pontos de vista sobre temas de interesse comum que poderiam dar lugar a ações de cooperação posterior.
- 6.15. Sugerem-se as seguintes áreas de renovado interesse para o diálogo político:
 - a) **Os grandes temas do debate internacional, particularmente, os que ocupam o G20.** O cenário internacional em mudança coloca constantemente temas que merecem a atenção de um grupo tão importante de mandatários. Em relação ao G 20, e tendo em conta que quatro países ibero-americanos já pertencem a esse grupo, o debate sobre alguns dos temas poderia ser útil.
 - b) Os problemas da **segurança da cidadania** e o crime organizado de que sofrem os países latino-americanos e em particular, do Caribe, devem ser abordados com um enfoque global. Nesse contexto é importante aproveitar a experiência e as iniciativas que se geraram no quadro da Conferência de Ministros de Justiça dos Países Ibero-Americanos (COMJIB).
 - c) **O desenvolvimento de um novo marco concetual e de cooperação sobre os fluxos migratórios a nível global. Trata-se de um tema de atualidade**, uma vez que tanto os países da América Latina e do Caribe, como os europeus são países de origem, transito e destino de migrantes. As crises económicas que o espaço econômico europeu atravessa e em particular o ibérico, deram lugar a correntes de retorno de migrantes instalados na Península nos últimos anos bem como de migrantes europeus em direção à América Latina.
 - d) É importante manter os encontros de representantes dos parlamentos ibero-americanos e promover um espaço para a sua participação nas Cimeiras. Tal fortaleceria a relevância do es-



paço ibero-americano, ao incorporar de maneira mais ativa os setores políticos nacionais.

6.16. **Cooperação na área econômica**

- 6.17. As relações económicas entre os países membros da Comunidade Ibero-americana potenciaram-se fortemente nos anos 90, quando muitos países latino-americanos abriram suas economias e atraíram importantes fluxos de investimento estrangeiro, incluindo investimentos de Espanha e Portugal.
- 6.18. A situação mudou nos últimos anos. Hoje a América Latina tem uma relação económica mais simétrica com os países da Península Ibérica, com crescentes fluxos de investimento em ambos os sentidos.
- 6.19. A SEGIB promoveu ações de cooperação para apoiar pequenas e médias empresas, tendo em vista o desenvolvimento de negócios. Para o efeito promove programas e seminários, bem como encontros anuais, que se celebram no âmbito das Cimeiras.

Propostas

- 6.20. A fim de seguir aprofundando os vínculos económicos entre os países ibero-americanos, sugere-se promover a cooperação nas seguintes áreas:
- a) **Tecnologia e inovação** : Propõem-se impulsionar uma iniciativa que convoque os empresários, as instituições de investigação e desenvolvimento tecnológico e as instituições de ensino superior para criar plataformas tecnológicas que promovam a competitividade e a produtividade em todos os níveis da cadeia de valor.
 - b) **Investimento**: Mobilizar apoios à constituição de empresas multi-ibero-americanas, especialmente PyMES, através da capacitação e acesso ao financiamento. Garantir um **ambiente favorável para os investimentos, a fim de consolidar a posição da América Latina como uma região atrativa para investimentos produtivos.**
 - c) **Infraestrutura** : Apoiar e estimular o **investimento em infraestruturas**, nas quais a América Latina tem um grande déficite que impõe limitações à sua capacidade de crescimento.

- 
- d) **Promover o empreendedorismo juvenil** através de um programa para facilitar o estágio de jovens empreendedores em empresas ibero-americanas, por períodos curtos.
 - e) Apoiar a consolidação da recente iniciativa do setor privado ibero-americano de criar um **Sistema Ibero-Americano de Arbitragem Comercial**.
 - f) Promover a ativa participação do setor privado no desenho e execução de programas de cooperação.

6.21. **Cooperação na área Social**

6.22. A cooperação ibero-americana no setor social tem sido muito variada ao longo das décadas de atividade das instituições dedicadas à cooperação em matérias como educação, a coesão social, a cultura, a segurança social e a juventude. A região enfrenta enormes desafios na diminuição da desigualdade e na construção de sociedades mais inclusivas.

Propostas

6.23. Sugere-se o fortalecimento da cooperação nas seguintes áreas:

- a) Criar um Espaço Ibero-Americano do Conhecimento que articule diversos programas com a participação de instituições educativas públicas e com empresários, privilegiando os seguintes âmbitos.
 - **Criação de um sistema ibero-americano de bolsas para estudantes** de ensino superior e pós graduação, similar ao programa Erasmus, da União Europeia.
 - Fortalecer o programa de **mobilidade acadêmica de professores** e investigadores e que conte com recursos financeiros públicos e privados para o seu funcionamento, a fim de promover o intercâmbio de experiências e propiciar a criação de capacidades tecnológicas próprias.
 - Criar um sistema de **reconhecimento de créditos académicos e revalidação de créditos, graus e títulos universitários** que facilitem o fluxo de talentos em toda a Ibero-América. Existem muito valiosas iniciativas em execução.

- 
- **A criação de espaços de diálogo com as comunidades indígenas** a fim de participarem na definição de programas de cooperação destinados a apoiá-las. Em particular propiciar que o Fundo Indígena, criado durante a primeira Cúpula Ibero-americana, em Guadalajara, no ano 1991, apoie eficazmente estes programas.
 - b) Apoiar os **programas de cooperação cultural e social com as comunidades afro-descendentes**, atualmente em via de instrumentação.
 - c) Fortalecer os vínculos entre **empresa e sistema educativo** promovendo atividades de estágio em empresas ibero-americanas abertas a este tipo de apoio. Estas e outras iniciativas similares podem servir para abordar o problema do elevado desemprego juvenil na Ibero-América.

6.24. **Cooperação na área Cultural**

- 6.25. O apoio às Culturas da região, não é somente uma forma de nos projetarmos para o exterior com a nossa própria identidade, mas, constitui também uma maneira de fortalecer os laços ibero-americanos dentro das nossas fronteiras. A Cultura tem demonstrado ser o melhor instrumento de comunicação, de fortalecimento da paz e da coesão social no espaço ibero-americano.
- 6.26. A identidade cultural, particularmente o âmbito da língua é o que nos une e distingue como comunidade ibero-americana. A OEI e a SEGIB promoveram uma variada gama de programas de cooperação em áreas como o cinema, a música, os museus, os arquivos, as indústrias culturais, as orquestras juvenis, o artesanato, entre outras.

Propostas

- 6.27. É necessário reforçar os intercâmbios e a colaboração para o conhecimento e enriquecimento das culturas ibero-americanas e, ao mesmo tempo, contribuir para a projeção da Ibero-América no mundo.
- 6.28. Para este fim poder-se-ia avançar nos seguintes âmbitos:
- a) **Criar um Espaço Cultural Ibero-americano**, que articule os distintos programas e iniciativas neste âmbito e que abarque todas



as dimensões da cultura, de acordo com os compromissos assumidos na Carta Cultural Ibero-Americana.

- b) **Promover o conhecimento e a difusão das línguas espanhola e portuguesa**, propiciando a cooperação entre os Institutos Cervantes e Camões, e as instituições dos países da América Latina.
- c) **Promover e proteger as indústrias culturais**, através de iniciativas de grande impacto social (como concertos ou feiras culturais) e que possam ser atrativas para os agentes económicos dos mercados culturais.
- d) **Potenciar as relações culturais com as comunidades de origem ibero-americana que vivem em países como Estados Unidos, Canadá e Japão entre outros**. Há mais de 50 milhões de pessoas que falam os idiomas ibero-americanos e, parte de sua identidade, relaciona-se com suas origens culturais. Esses grupos estão adquirindo uma crescente presença na vida política desses países. Será útil estabelecer alianças estratégicas da SEGIB com Institutos de promoção das comunidades iberoamericanas nesses países, como o Instituto dos Mexicanos no Exterior. Uma experiência similar aos Congressos de Cultura Ibero-americana ou iniciativas com amplo poder de convocar a sociedade, poderia reproduzir-se nesses países, o que propiciaria vínculos mais sólidos com os valores e raízes culturais.
- e) Continuar a organizar os **Congressos de Cultura Ibero-americana**, que deram excelentes resultados na difusão da cultura Ibero-Americana.

7. Propostas para a Organização das Cúpulas Ibero-Americanas

7.1. Nas consultas realizadas, houve consenso sobre a necessidade de renovar as Cúpulas, com base nas valiosas experiências acumuladas ao longo de mais de duas décadas.

Propostas

7.2. Neste contexto, sugerimos:

- a) **Modificar a frequência** anual das Cúpulas para períodos bienais, de forma alternada com as Cúpulas CELAC-UE, já que hoje em



dia são muitas as instâncias que convocam os mandatários e comprometem boa parte da sua agenda. Nos anos em que não se realizem as Cúpulas, haverá um encontro centrado nas atividades de cooperação ibero-americana, com a participação dos Ministros de Relações Exteriores.

- b) Esta reunião de Ministros de Exteriores será precedida por uma **Reunião Bial de Altos Funcionários de Cooperação Ibero-americana**, com a participação dos Secretários das cinco organizações ibero-americanas. Nessa reunião se avaliará o progresso dos programas de Cooperação destes organismos, em particular os que derivam dos mandatos das Cúpulas. Os resultados dos debates serão apresentados aos Ministros de Exteriores, que os encaminharão aos Chefes de Estado e de Governo.
- c) **Destinar o maior tempo possível ao diálogo aberto e informal entre as Chefas e Chefes de Estado e de Governo** seguindo um formato de “retiros” com temas sugeridos pelo país sede, embora conferindo liberdade aos mandatários de suscitar os assuntos que considerem de interesse. Tal significa que as Cúpulas devem ser reuniões para conversar informalmente e em privado sobre temas de interesse comum.
- d) Propõe-se que, daqui em diante, as **Chefas e os Chefes de Estado e de Governo não aprovem mais declarações**, programas de ação e comunicados especiais, salvo aqueles que sejam levados à sua consideração pelos Chanceleres. A Chefa ou Chefe de Estado e/ou de Governo do país sede da Cúpula poderá divulgar um resumo dos debates, da mesma maneira que os Mandatários poderão emitir uma declaração formal sobre um ou mais temas, quando o estimem conveniente.
- e) As decisões que devem ser adotadas formalmente passarão a ser tratadas pelos Ministros de Exteriores. A reunião de Chanceleres prévia à Cúpula Ibero-Americana, será a última instância para a aprovação dos referidos documentos.
- f) Será muito útil e necessário que a SEGIB mantenha contatos regulares com as secretarias a cargo da CELAC e da Cúpula CELAC-EU, de forma a que haja uma adequada coordenação de agendas, calendários e uma colaboração construtiva e permanente.

- 
- g) As Cúpulas Ibero-americanas serão precedidas por encontros empresariais, da sociedade civil, de parlamentares e dos governos locais.
 - h) Organizar, no âmbito das **Cúpulas Ibero-americanas**, algum **evento cultural relevante** que desperte o interesse de um amplo setor da população, como uma forma de tornar mais próximo estes encontros de mandatários da sociedade.
 - i) Organizar painéis de mandatários para dialogar com o setor privado e a sociedade civil sobre aspetos relacionados com o tema central da Cúpula, aproveitando as tecnologias de informação e da comunicação.

8. Propostas para a Secretaria Geral Ibero-Americana

- 8.1. **Fortalecimento da Secretaria Geral Ibero-americana** : É fundamental uma maior coordenação e colaboração entre as distintas instituições no âmbito ibero-americano. Para o efeito, propõe-se que todas as organizações ibero-americanas (a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI); a Organização Ibero-americana de Seguridade Social (OISS); a Organização Ibero-americana da Juventude (OIJ); e a Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos (COMJIB)), se integrem numa estrutura que garanta a comunicação, coordenação, criação de sinergias e o maior aproveitamento dos recursos com que contam. Tal requereria uma negociação detalhada de um instrumento em que se mantenham as competências das distintas instituições. Importa que os seus escritórios no terreno se coordenem e procurem operar num mesmo local com a designação de “Escritório Ibero-Americano de Cooperação”.
- 8.2. Os titulares dos quatro organismos ibero-americanos participariam conjuntamente com o Secretário Geral na Reunião Bienal de Altos Funcionários de Cooperação Ibero-americana.
- 8.3. Tendo em conta que a totalidade dos países consultados coincidiu em considerar a **Cultura como um fator integral de coesão e projeção do Espaço Ibero-americano**, propomos que a área cultural tenha um nível de Secretariado Cultural no organigrama da SE-GIB.

- 
- 8.4. Agrupar os programas, iniciativas e projetos de cooperação em quatro grandes Espaços Ibero-Americanos: O Espaço Comum de Conhecimento, o Espaço Cultural, o Espaço da Coesão Social e o Espaço da Economia de Inovação, o que facilitaria a tarefa de seleção e avaliação de prioridades, evitando a dispersão.
 - 8.5. Criação de um **Fundo de Cooperação Ibero-americano**, aberto à participação de Governos, instituições públicas e privadas, bem como observadores associados. A finalidade deste fundo é de assegurar a viabilidade dos projetos de cooperação e cumprimento dos mandatos das Cúpulas.
 - 8.6. Ampliar a **presença da SEGIB na América Latina através dos Escritórios de Representação**, para que os programas e os projetos de cooperação respondam mais eficazmente à realidade concreta dos países, para fortalecer o contato com os Governos e conseguir uma maior visibilidade da Comunidade Ibero-americana. Propõe-se igualmente que o financiamento destes Escritórios, se incorpore no orçamento geral da SEGIB, e seja complementado com a sua capacidade de mobilizar recursos próprios provenientes da execução de projetos.
 - 8.7. A SEGIB deverá **aprofundar seus contatos regulares com instituições acadêmicas** dedicadas à investigação do pensamento ibero-americano e das relações ibero-americanas e, nesse sentido promoverá e divulgará estudos e ensaios sobre a identidade da cooperação ibero-americana nas suas distintas frentes. Seria útil poder dispor de uma publicação regular e/ou virtual. Também se considera de utilidade a promoção de concursos sobre temas ibero-americanos, convocando, especialmente as jovens gerações.
 - 8.8. **Abrir um espaço de diálogo e de coordenação com outros organismos regionais** de cooperação, o qual contribui para maximizar e complementar o valor agregado que cada um deles aporte.
 - 8.9. É fundamental para os interesses da Comunidade Ibero-Americana conferir uma maior visibilidade às suas ações e programas. Nesse espírito, deverá fortalecer as relações de diálogo com a sociedade civil, através dos meios digitais que permitam uma cidadania informada e participativa dos processos que decorrem das Cúpulas e dos Instrumentos de Cooperação.

- 
- 8.10. Em função das decisões de reforma acordadas pelos Governos, e antes da aprovação do orçamento da Secretaria para o ano de 2014, o Secretário Geral apresentará aos Coordenadores Nacionais a **proposta de um novo organigrama, que permita à SEGIB contar com uma equipa de recursos humanos estável, profissional e adequado ao seu funcionamento.**
- 8.11. Promover a participação e o apoio dos países observadores-associados-associados e das organizações que são observadores consultivos da Conferência Ibero-Americana.

9. Financiamento

- 9.1. Propomos avançar no sentido de uma distribuição mais equilibrada na escala de quotas para financiar a institucionalidade da Secretaria Geral Ibero-americana.
- 9.2. Atualmente a escala de quotas da SEGIB rege-se pelo princípio 70/30, isto é, 70% por conta da Espanha e Portugal e 30% por conta dos países latino-americanos. O México, Brasil e Argentina contribuem, em conjunto, um 24.71%, enquanto os outros 16 países latino-americanos fornecem 5.29%.

Propostas

- a) **Modificar a distribuição da escala de quotas, para uma proporção de 60/40**, 55% corresponderiam a Espanha, 5% a Portugal e Andorra, e 40 % aos países da América Latina. As quotas de cada país da América Latina e Caribe definir-se-ão com base na escala de quotas das Nações Unidas e serão atualizados de forma automática, cada vez que aquela instituição o faça.
- b) Propomos, igualmente, **a médio prazo, estabelecer uma proporção de 50/50** entre as quotas suportadas pela América Latina e por Espanha, Portugal e Andorra.

10. Conclusão

Podemos assinalar com toda a convicção que num mundo profundamente global e interdependente, os governos ibero-americanos podem contribuir para a construção de soluções em benefício das suas sociedades.



O futuro da Comunidade Ibero-Americana será melhor para todos se conseguirmos aprofundar as suas raízes e preservar os valores que lhe deram origem, garantindo o respeito e o reconhecimento à sua diversidade e fortalecendo os meios de diálogo e a cooperação na construção de um futuro melhor e mais digno para todos.

Devemos nesta nova etapa, concretizar os três espaços que lhe darão a projeção política a esta comunidade ibero-americana: o espaço comum do conhecimento, o espaço comum da tecnologia e a inovação e o espaço comum da cultura.

ANEXO I: Consultas aos Estados Ibero-americanos

Na XXII Cúpula Ibero-americana (Cadiz, Espanha 16-17 novembro 2012) os Estados participantes tomaram a decisão de criar uma Comissão encarregada de formular propostas, em consulta com os países, para a renovação da Conferência Ibero-americana e a reestruturação da Secretaria Geral.

País	Autoridade consultada	Data da consulta
1. Andorra	*Ministro das Relações Exteriores – Gilbert Saboya Sunyé	12/02/2013
2. Argentina	*Ministro das Relações Exteriores e Culto – Héctor Marcos Timerman	03/04/2013
3. Bolívia	*Ministro das Relações Exteriores – David Choquehuanca Céspedes	17/05/2013
4. Brasil	*Ministro das Relações Exteriores – Antonio de Aguiar Patriota	02/04/2013
5. Chile	*Ministro das Relações Exteriores – Alfredo Moreno Charme	17/05/2013
6. Colômbia	Ministra das Relações Exteriores – María Ángela Holguín Cuéllar	17/05/2013
7. Costa Rica	*Ministro das Relações Exteriores e Culto – José Enrique Castillo Barrantes	18/05/2013
8. Cuba	* Ministro das Relações Exteriores, Bruno Rodriguez * Vice Ministro das Relações Exteriores, Abelardo Moreno	06/06/2013
9. Ecuador	*Ministro das Relações Exteriores, Comercio e Integração – Ricardo Patiño Aroca	17/05/2013
10. El Salvador	*Vice Ministro das Relações Exteriores, Integração e Promoção Econômica – Carlos Alfredo Castaneda Magaña	17/05/2013
11. Espanha	S.M. O Rei – Juan Carlos I *Ministro de Assuntos Exteriores e de Cooperação – José Manuel García-Margallo *Secretário de Estado de Cooperação Internacional e para Ibero-América – Jesús Gracia Aldaz	12/02/2013 11/02/2013 11/02/2013
12. Guatemala	*Vice Ministro das Relações Exteriores – Carlos Raúl Morales Moscoso	18/05/2013
13. Honduras	*Secretária das Relações Exteriores – Mireya Agüero de Corrales	18/05/2013
14. México	*Secretário das Relações Exteriores – José Antonio Meade Kuribreña	13/03/2013
15. Nicarágua	*Vice Ministro das Relações Exteriores – Orlando Gómez Zamora	18/05/2013
16. Panamá	*Ministro das Relações Exteriores – Fernando Núñez Fábrega	18/05/2013
17. Peru	*Ministra das Relações Exteriores – Eda Rivas Franchini	17/05/2013
18. Paraguai	*Chanceler Nacional, Sr. José Félix Estigarribia *Presidente do Paraguai, Sr. Federico Franco *Presidente Eleito do Paraguai, Sr. Horacio Cartes	21/06/2013
19. Portugal	Primeiro Ministro – Pedro Passos Coelho *Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros – Paulo Portas	13/02/2013
20. R. Dominicana	*Vice Ministra de Política Exterior – Alejandra L. de la Cruz	18/05/2013
21. Uruguai	* Ministro das Relações Exteriores, Sr. Luis Almagro	24/06/2013
22. Venezuela	*EEmbaixador Extraordinário e Plenipotenciário ante Peru – Alexander Gabriel Yáñez Deleuze	17/05/2013



Relatório

Os Organismos ibero-americanos: a sua coordenação, articulação e integração na Conferência Ibero-Americana

Setembro de 2013

I. Introdução

O Sistema Ibero-Americano Intergovernamental é constituído pelo conjunto articulado da Conferência Ibero-Americana (formada pelos 22 países membros e pela SEGIB) e pelos Organismos Ibero-Americanos sectoriais (a Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI, a Organização Ibero-Americana de Segurança Social – OISS, a Organização Ibero-Americana da Juventude – OIJ e a Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos – COMJIB).

Estes organismos são anteriores à SEGIB e em dois dos casos à própria Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

Com efeito, em 1949 foi criado o Escritório de Educação Ibero-Americana, o qual, após um processo de modificações no quadro dos Congressos Ibero-Americanos de Educação, se transformou, em 1954, em organismo intergovernamental, adotando o seu Estatuto três anos mais tarde. A atual denominação do antigo Escritório é a de Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).

Igualmente, cabe recordar que a *Carta Constitucional* da Organização Ibero-Americana de Segurança Social (OISS) foi aprovada no II Congresso Ibero-Americano de Segurança Social, que teve lugar em Lima (Peru), em 1954.

Por outro lado, a Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos (COMJIB), remonta as suas origens à denominada “Ata de Madrid”, adotada no ano 1970, durante a realização de uma reunião de Ministros da Justiça da região. Finalmente, em 1992, foi adotado o chamado *Tratado de Madrid*, que lhe conferiu personalidade jurídica própria.



Nesse mesmo ano (1992), no quadro da VI Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude, realizada em Sevilha, resolveu constituir-se formalmente a Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), iniciando-se um processo que culminaria em 1996, ano no qual se subscreveu a Ata de Fundação da OIJ.

Finalmente, no ano 2004, através da adoção do Acordo de Santa Cruz de la Sierra, decide dar-se um salto qualitativo na institucionalidade da Conferência Ibero-Americana, criando-se a Secretaria-Geral Ibero-Americana como instância que supera a Secretaria para a Cooperação Ibero-Americana (que tinha sido criada no ano 1999) e como organismo coordenador do espaço ibero-americano.

A modo de referência rápida, anexa-se ao presente, um quadro comparativo destes organismos.

Como se depreende do mesmo, todos eles são organismos internacionais com tratados/instrumentos constitutivos e acordos de sede com Espanha, que, portanto, dispõem de personalidade jurídica e orçamentos próprios. Todos eles têm como línguas oficiais o espanhol e o português.

Cabe também assinalar que:

- nem todos têm a mesma adesão plena que a própria Conferência Ibero-Americana (embora as diferenças sejam poucas, particularmente as relativas à Guiné Equatorial e a Porto Rico ou a ausência de Andorra em todos eles);
- todos contam com escritórios de representação em países (somando os da SEGIB são 29);
- a cooperação que se executa no quadro da Conferência Ibero-Americana, realiza-se em conformidade com as diretrizes, requisitos e características que se estabelecem no Acordo de Bariloche e no seu Manual Operacional; no entanto, a maior parte das atividades de cooperação que estes organismos realizam não se encontra sujeita a estas formalidades.

II. Os organismos especializados

O sistema ibero-americano foi-se alimentando da potência e da riqueza resultantes da sua atuação específica em diversos campos. Entre eles, cabe destacar, muito especialmente, o da atividade, já com 60 anos, nas



áreas da educação, da cultura e da segurança social, pelo trabalho que desde então têm vindo a desenvolver a OEI e a OISS, e com mais de 20 anos no setor da justiça e da juventude, pelo trabalho desempenhado pela COMJIB e pela OIJ.

O trabalho especializado nestas áreas e a existência de organismos específicos, permitiram o estabelecimento de uma teia de cooperação entre os países ibero-americanos que teria sido muito difícil de conseguir se estes não existissem; ao mesmo tempo, permitiu ir concretizando desenvolvimentos e acordos pioneiros que serviram de exemplo fora da região; basta mencionar, entre outros, o Acordo Ibero-Americano de Segurança Social, as Metas 2021, a Iber-Rede ou a Convenção Ibero-Americana de Direitos dos Jovens.

Daí a importância de fortalecer um sistema que conte com a riqueza da diversidade e a potência garantidas pelos organismos dependentes das diversas autoridades dos países ibero-americanos, mas, ao mesmo tempo coordenado e articulado com as diretrizes determinadas pela Cimeira de Chefes de Estado e de Governo.

III. O Conselho de Organismos Ibero-Americanos (COIB)

O artigo 2.º do Estatuto da SEGIB consagra como responsabilidade desta a de *“Assegurar a coordenação das diversas instâncias da Conferência Ibero-Americana com os restantes organismos ibero-americanos reconhecidos pela Conferência”*.

Em consequência disso, e tendo em consideração a necessidade de coordenar o trabalho dos diversos organismos e de o articular com a própria Conferência Ibero-Americana, por proposta da SEGIB, em setembro de 2010, constituiu-se o Conselho de Organismos Ibero-Americanos (COIB) como o mecanismo de coordenação, diálogo e proposta entre a SEGIB, a OEI, a OISS, a OIJ e a COMJIB. O mesmo, foi instituído por um acordo adotado pelos Secretários-Gerais dos cinco organismos e tem por objetivo fortalecer ainda mais o diálogo e a coordenação interagenciais a nível ibero-americano, potenciar o aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis e promover, definitivamente, o fortalecimento da Conferência Ibero-Americana.

Isso foi incluído no ponto 19 do Programa de Ação da XX Cimeira, que teve lugar em 2010:



“19. Saudar a criação do Conselho de Organismos Ibero-Americanos (COIB) como mecanismo de coordenação e diálogo e proposta entre estas organizações que tem por objetivo fortalecer ainda mais a sinergia interagencial a nível ibero-americano, potenciar o aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis e promover a consolidação da Conferência Ibero-Americana. Solicitar à SEGIB que continue a coordenar a articulação da Conferência Ibero-Americana com a OEI, a OISS, a OIJ e a COMJIB.”

IV. Proposta de fortalecimento da coordenação entre as agências ibero-americanas

IV.a) No quadro do processo de renovação da Conferência Ibero-Americana, considera-se necessário promover uma maior sinergia entre os diversos organismos ibero-americanos de forma a melhor coordenar o funcionamento do sistema, otimizar a utilização dos recursos humanos e financeiros, evitar sobreposições funcionais, homogeneizar a cooperação e os critérios de funcionamento institucionais e reforçar a articulação dos diferentes esforços com a própria Cimeira de Chefes de Estado e de Governo.

Por essa razão, e tendo em conta as propostas do Relatório elaborado pela Comissão presidida pelo Ex-Presidente R. Lagos, assim como as reflexões que foram realizadas no quadro da Reunião Extraordinária de Ministros das Relações Exteriores, que teve lugar no passado dia 2 de julho e a I RCN, realizada em Madrid, a SEGIB iniciou um processo de consultas com os 4 organismos, ao abrigo da qual se apresenta esta proposta de fortalecimento da articulação e coordenação estrutural dos organismos ibero-americanos.

IV.b) O COIB demonstrou ser um instrumento eficaz e por isso **considera-se necessário que o mesmo seja criado por decisão expressa dos Chefes de Estado e de Governo (CEeG) a adotar na próxima Cimeira do Panamá que se deveria concretizar num documento específico ou ser incluído no documento ou Consenso relativo à renovação da Conferência.** Recorda-se que a criação inicial foi realizada pelos Secretários-Gerais e não pela Cimeira.

Esta via, de carácter mais político do que jurídico, permite dar-lhe a entidade que requer (já que a decisão da sua criação se toma ao mais alto nível da Conferência) assegurando-se ao mesmo tempo uma aplicação imediata.



Outros mecanismos de articulação e coordenação exigirão um processo de análise mais complexo e de tomada de decisões que, devendo afetar os instrumentos constitutivos dos diversos organismos (tratados, acordos de sede e estatutos), demorará, na prática, vários anos até à sua efetiva implementação.

IV.c) Propõe-se que o COIB, criado pelos CEEG, tenha a seguinte estrutura (retomando a atual estrutura do Conselho):

- *Integração*: Secretários-Gerais da SEGIB, da OEI, da OISS, da OIJ e da COMJIB.
- *Presidência*: a cargo do Secretário-Geral Ibero-Americano
- *Secretaria Técnica*: a cargo da SEGIB
- *Grupo de Trabalho permanente*: logo abaixo da reunião de Secretários-Gerais cria-se o referido grupo integrado por um membro de cada instituição. O mesmo acompanhará os planos e ações acordados pelos Secretários-Gerais.
- *Sessões*: o COIB reunir-se-á de forma ordinária 4 vezes por ano. Realizará as sessões extraordinárias que se considerem necessárias a pedido de qualquer dos Secretários-Gerais. A convocatória das reuniões ficará a cargo da SEGIB.

IV.d) Orientações e funções do COIB:

1) Coordenação e articulação

Os princípios orientadores do funcionamento destes organismos são os seguintes:

- colaboração recíproca e coordenação;
- complementaridade e não sobreposição;
- especialização de acordo com a matéria;
- racionalização na utilização dos recursos materiais, humanos e financeiros.

O COIB, criado pelos Chefes de Estado e de Governo, constitui-se no âmbito da coordenação permanente e articulação dos diversos organismos ibero-americanos.



Para esse efeito, a OEI, a OISS, a OIJ e a COMJIB:

- apresentarão um relatório institucional relativo às suas realizações e dificuldades à Reunião de CN e um relatório da cooperação desenvolvida e dos futuros projetos aos RC.
- os seus Secretários-Gerais, a pedido da SEGIB e da SPT, poderão prestar informações na Reunião de Ministros das Relações Exteriores que se realiza antes da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo.
- os seus Secretários-Gerais participarão na Reunião de Ministros das Relações Exteriores posterior à Reunião de Cooperação de Alto Nível que tiver lugar nos anos alternados à realização das Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo.
- como integrantes do Sistema Ibero-Americano, participarão nas Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo, podendo, em casos especiais e atendendo ao eixo temático da Cimeira em causa, apresentar um relatório na mesma.
- são os organismos especializados de consulta nos seus respetivos âmbitos de competência para as diferentes instâncias da Conferência Ibero-Americana.
- são os organismos assessores e colaboradores da SEGIB no cumprimento das suas funções e dos mandatos emanados da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo.
- estabelecerão um contacto periódico entre os seus escritórios nos países e os diferentes RC de cada país.

No quadro das reuniões do COIB, os diferentes organismos deverão coordenar as suas ações, estabelecer prioridades comuns, e prestar informação e consulta relativamente às principais decisões relacionadas com as orientações do trabalho dos organismos.

2) Estratégia comum:

O COIB deve elaborar a sua estratégia e plano de cooperação bienal e apresentar as prioridades e diretrizes gerais de atuação para serem aprovadas pela Cimeira de CEEG.

3) Adesão

a partir da criação do COIB a adesão plena dos países de todos os organismos ibero-americanos fica submetida às decisões que a própria Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo adotar a esse propósito, respeitando-se as adesões em vigor em cada organismo nessa data.

4) Escritórios de representação

Nos países nos quais os organismos ibero-americanos tiverem escritórios, estabelecer-se-ão os acordos necessários para, de forma conjunta, aproveitar os recursos humanos e as infraestruturas, coordenar melhor os esforços nas sub-regiões e dar uma maior visibilidade ao sistema na sua globalidade, funcionando os escritórios como antenas de informação e difusão dos organismos no seu conjunto.

Sem prejuízo destes, os organismos podem ter/manter os seus diferentes escritórios.

Os organismos deverão estabelecer os acordos correspondentes para dar viabilidade a esta decisão o mais rapidamente possível.

5) Comissão de Estudo

O Grupo de Trabalho Permanente do COIB elaborará um relatório pormenorizado para apresentar aos países, com o objetivo de homogeneizar e concentrar ainda mais as funções e o aproveitamento dos recursos disponíveis, analisando as especificidades de cada organismo a fim de propor as convergências que se considerem pertinentes.

6) Visibilidade

Com o objetivo de dar maior visibilidade à cooperação ibero-americana, deverão realizar-se esforços conjuntos (publicações, eventos, folhetos institucionais, páginas web, campanhas de difusão, etc.) e, de dois em dois anos, elaborar e publicar um relatório da cooperação ibero-americana, coordenado pela SEGIB, que inclua o que tiver sido realizado pelos 5 organismos no seu conjunto.

7) Mandatos Cimeira

Os mandatos que a Cimeira de CEEG atribuir aos organismos ibero-americanos serão canalizados através do COIB. Corresponderá à SEGIB efetuar o acompanhamento correspondente aos mesmos e informar a Cimeira ou a instância correspondente do respetivo cumprimento.

Os mandatos emanados das diferentes Reuniões Ministeriais Setoriais serão analisados pelo COIB a fim de estabelecer as sinergias que se considerem pertinentes.

Igualmente, o COIB poderá formular as propostas que considerar oportunas à Cimeira de Chefes de Estado e de Governo e a outras instâncias da Conferência Ibero-Americana.

8)

O COIB deverá elaborar e propor a agenda da reunião de Cooperação de Alto Nível a ter lugar nos anos alternados à Cimeira de Chefes de Estado e de Governo.

9) Projetos Conjuntos

Nas áreas que forem identificadas como prioritárias para o conjunto dos organismos promover-se-ão programas/projetos nos quais os cinco organismos atuem de forma conjunta.

10)

No sentido de evitar as sobreposições funcionais e/ou temáticas que se possam detetar, encarrega-se o COIB de adotar as decisões que nesse sentido forem necessárias de forma de evitar duplicações, o que se deverá refletir numa decisão conjunta do Conselho ou dos organismos pertinentes. Igualmente, para efeitos do cumprimento dos objetivos que lhe são assinalados, o COIB deverá desenvolver as sinergias e mecanismos de atuação que permitam uma melhor utilização dos recursos e capacidades de cada organismo, em função dos acordos que se estabelecerem.

11)

Esta decisão deverá ser dada a conhecer às mais altas instâncias de cada organismo integrante do COIB adotando-se as medidas correspondentes para o cabal cumprimento da presente.



Relatório

Consolidação do Espaço Cultural Ibero-Americano

2013

I. Fundamentos do espaço cultural Ibero-Americano

1. Apresentação

Desde a I Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada na cidade mexicana de Guadalajara nos dias 18 e 19 de julho de 1991, os mandatários dos diversos países esboçaram, ainda de maneira tímida e algo difusa, a ideia de constituir um espaço deliberativo permanente, sustentado num passado e numa cultura comuns. Desde as primeiras edições da declaração final os governantes acordaram “transformar o conjunto de afinidades históricas e culturais que nos ligam num instrumento de unidade e desenvolvimento baseado no diálogo, na cooperação e na solidariedade”.

Estava claro desde o início que o principal elemento constitutivo do que mais tarde se viria a denominar a Comunidade Ibero-Americana era o acervo cultural comum. Ao longo dos anos, a Comunidade Ibero-Americana experimentou mudanças nas suas ênfases econômicas e sociais, nas suas visões políticas, na sua forma de se regular. Mas se observarmos com atenção, existiu o propósito de consolidar ligações através do fortalecimento do acervo cultural comum.

De uma forma muito esquemática, podem-se agrupar em três grandes blocos as ações promovidas a partir das cúpulas para fortalecer estas ligações culturais. O primeiro desses interesses, que por sua vez se constitui num princípio fundacional, é o reconhecimento da diversidade cultural não só dentro da Comunidade em geral, como também dentro de cada um dos países membros em particular. Já desde a declaração de Guadalajara os mandatários reconheciam “a imensa contribuição das populações de origem para o desenvolvimento das nossas sociedades e (por isso) reiteramos o nosso compromisso com o seu bem-estar econômico e social, assim como a obrigação de respeitar os seus direitos e a sua identidade cultural”.



Não é, por isso, de estranhar, que uma das primeiras ações concretas derivadas das Cúpulas fosse a constituição do Fundo para o Desenvolvimento das Populações Indígenas da América Latina e do Caribe”.

O segundo bloco de ações é constituído pelos denominados programas IBER, que se tornaram os mais importantes instrumentos de cooperação cultural da Comunidade Ibero-Americana. Surgiram em 1996, por ocasião da cúpula, realizada na ilha Margarita na Venezuela, quando os mandatários acordaram criar o programa Ibermedia, destinado a estimular a coprodução de filmes e documentários sob a premissa de que a “Ibero-América tem uma forma de contar as suas histórias”. A partir do êxito desta iniciativa, foram surgindo outros programas temáticos que se agrupam sob diferentes denominações: Iberescena, Iberarquivos, Ibermuseus, iberrotas, Ibermúsicas, Iberorquestras Juvenis, RADI (Arquivos Diplomáticos), TEIB (Televisão Educativa e Cultural), Iberartesanías, Iberbibliotecas, além dos de nova criação no presente ano, Ibercultura Viva e Comunitária e Ibermemória Sonora e Audiovisual.

O terceiro campo no qual se trata a institucionalidade da Comunidade Ibero-Americana é o da definição do que temos vindo a denominar o “Espaço Cultural Ibero-Americano”. Este conceito, implícito desde as primeiras declarações das cúpulas, foi adquirindo um “corpus” de elementos constitutivos que permitem identificá-lo conceptualmente, e, por isso, dar-lhe uma categoria dentro do direito internacional, bem como uma personalidade jurídica.

Foi a partir da academia que se tratou de configurar o corpus de identidade do denominado Espaço Cultural Ibero-Americano. Nos primeiros anos do século XXI, uma série de intelectuais, de diversas disciplinas e em diferentes fóruns, foram promovendo a definição conceptual de aquilo que nas primeiras declarações se intuía como “conjunto de afinidades culturais e históricas”, “conjunto de nações que partilham raízes e um rico património”, “acervo cultural comum sustentado na riqueza das nossas origens e na sua expressão plural”. Aquele esboço, aquilo que se intuía, mas não se definia, necessitava de uma precisão conceptual que permitisse transformar o difuso numa realidade concreta. Foi surgindo então o conceito de Espaço Cultural.

A necessidade de definir esse “algo” que sustentava a existência da Comunidade Ibero-Americana transferiu-se da academia para a diplomacia e é assim que nas Cúpulas de São José da Costa Rica (2004) e de Sala-



manca (2005) se propõe aos Chefes de Estado e de Governo avançar na elaboração de um projeto de Carta Cultural Ibero-Americana “que fortaleça o espaço cultural comum aos nossos países”.

O rascunho do documento foi elaborado por um grupo de intelectuais que, sob os auspícios da OEI e da SEGIB, se reuniram no Mosteiro do Escorial. Este documento, após duas novas reuniões de trabalho celebradas em São Paulo e Montevideú, foi analisado pelos Ministros da Cultura da Comunidade e finalmente a “Carta Cultural Ibero-Americana” foi aprovada na XVI Cúpula celebrada na cidade de Montevideú entre os dias 3 e 5 de novembro de 2006.

A carta constitui-se como um documento de direito internacional, não vinculativo, mas com a força política de ser referendado pela assinatura de 24 chefes de Estado e de Governo da Ibero-América. É também o primeiro documento internacional que desenvolve os princípios da “Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais”.

Dentro do Plano de Ação para a divulgação e o desenvolvimento da Carta, convocaram-se os Congressos Ibero-Americanos de Cultura que tiveram lugar na Cidade do México, São Paulo, Medellín e Mar del Plata. O quinto Congresso terá como sede a cidade de Zaragoza no próximo mês de novembro.

A Carta Cultural, construída em torno de quatro blocos -Preâmbulo, Princípios, Âmbitos de ação e Espaço Cultural Ibero-Americano – forma um corpo teórico e um campo de atuação para a consolidação do Espaço Cultural. Com efeito, da leitura do capítulo final, deduz-se que o “espaço” não é um conceito em construção, mas sim o reconhecimento de um fato palpável. A redação não admite dúvidas: “A Ibero-América é um espaço cultural dinâmico e singular”.

Mas os mandatários pretendem avançar ainda mais no fortalecimento, promoção e consolidação desse espaço cultural. Assim o expressaram na Declaração de Cádiz, após a celebração da XXII Cúpula. Tanto no texto da declaração final como no Programa de ação, está patente a vontade de aprofundar e potenciar o conceito de Espaço Cultural dentro do qual se estreitem os programas de cooperação, se constitua em elemento central do desenvolvimento e, fortalecido no seu interior plural, se disponha ao diálogo fecundo com as outras culturas que formam o acervo comum da humanidade.



Com base nestes propósitos, o Programa de Ação derivado que emana de Cádiz outorga à SEGIB o mandato de “apoiar e acompanhar as ações que os diferentes órgãos do sistema de cooperação ponham em marcha para a consolidação do Espaço Cultural Ibero-Americano, considerando as suas dimensões econômica, jurídica, comunicativa, cidadã, social patrimonial e institucional, com especial ênfase no desenvolvimento de uma forte e dinâmica economia ibero-americana da cultura”.

O presente documento pretende desenvolver cada uma das dimensões que a cúpula de Cádiz considera essenciais para o processo de consolidação do Espaço Cultural Ibero-Americano.

2. As profundas raízes da diversidade cultural ibero-Americana

A Comunidade Ibero-Americana é o resultado de um dos acontecimentos mais importantes da história recente da humanidade, a de aquele momento nos últimos anos do século XV em que, nas palavras de Montaigne, o velho mundo acabou de saber que existia “un autre monde”. Ora bem, a história desse outro mundo não começa nesse momento, pois as suas comunidades já existiam, e, inclusivamente, muitas delas tinham várias notícias da existência de outros seres humanos e de outras terras e tinham a sua história própria, assim como acontecia com as comunidades europeias, africanas ou asiáticas. Muitas dessas comunidades tinham, naquele momento, mais de trinta séculos de existência e graus de desenvolvimento social e cultural autônomos, em alguns casos muito elevados. Por mais óbvio que possa parecer, este fato não pode ser ignorado, pois é ele que fundamenta o pano de fundo das profundas raízes étnicas e culturais e a grande diversidade e riqueza da realidade cultural ibero-americana atual. Assumir isto é, além disso, a condição atual de um entendimento cultural que repare os sofrimentos e exclusões, para muitas dessas comunidades, que este encontro lhes trouxe.

É fundamental entender a cultura ibero-americana como uma grande manifestação, tal como a europeia, da modernidade cultural. Uma modernidade própria, diferente, que também participa na filosofia racionalista ilustrada, mas, esta seria uma das suas marcas, notavelmente vitalista, comunitária e com uma intrínseca capacidade universalista de se projetar e impregnar outros espaços e lugares estranhos aos seus lugares originais. Saindo da etapa do estigma folclórico e reducionista da cultura ibero-americana que tem vindo a imperar desde há muito tempo, é



necessário reivindicar esta como a outra grande manifestação da cultura da modernidade. Modernidade que, perante a europeia, é caracterizada por uma profunda e variada hibridação cultural de elementos clássicos e ilustrados e de elementos tradicionais autóctones, tanto de origem como vindos de fora. Nessa mistura cultural do original, do afrodescendente e do europeu está, precisamente, a sua enorme energia criativa e originalidade, e a explicação da profunda diversidade do espaço cultural ibero-americano. A latitude dessa diversidade é muito ampla e não é uma mera justaposição de elementos, estes elementos fazem parte de um sistema interligado, de um grande sistema ou conjunto de culturas com uma inquestionável vocação de universalidade. Culturas, não obstante, muitas delas portadoras de originais e sugestivas cosmovisões do bom viver (sumak kawsay, suma quamaña...)

Esse é o grande valor da cultura e das culturas ibero-americanas sobre o qual se pode fazer repousar um projeto de consolidação desse sistema como um projeto de futuro com um elevado valor geoestratégico, e que hoje condensa o conceito de Espaço Cultural Ibero-Americano que ilumina a Carta Cultural Ibero-Americana e sobre o qual a Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, celebrada em Cádiz, em 2012, assumiu um claro compromisso para a sua consolidação e promoção.

3. O Espaço Cultural Ibero-Americano na globalização

Como é que um projeto como este se encaixa no atual processo de globalização?

A globalização viria a ser um desvio recente do longo período de mundialização cujas raízes se fundem no mundo antigo, mas que recebe dois extraordinários empurrões com a descoberta da América e com o surgimento no século XVII, com a paz de Westfalia, de um mundo organizado em Estados nacionais. Perante a mundialização, processo mais integral, a globalização tende a primar pragmaticamente os interesses comerciais e tecnológicos sobre os ideias políticos, sociais e culturais, o que implica um enfraquecimento da capacidade dos Estados nesse novo cenário mundial e uma profunda mutação dos contatos que trazem a revolução das comunicações e, em particular, as novas tecnologias digitais. Neste novo contexto, os Estados estariam a decair no seu protagonismo, sustentado no tradicional princípio de soberania cultural, como atores culturais internacionais. Agora, uma parte da vida cultural, fundamentalmente a



que tem a ver com os bens e serviços culturais gerados pelas indústrias criativas, vê-se submetida a processos de difusão mercantil transnacional de uma intensidade desconhecida antes, assim como às novas condições de circulação e acesso que traz a desmaterialização dos suportes internacionais através dos quais antes se canalizava a cultura. Esta nova situação abre, sem dúvida, grandes oportunidades à difusão e ao contato cultural, mas, ao mesmo tempo, é causa de novas exclusões e desigualdades.

4. Apostar no círculo virtuoso do cultural

A cultura tem duas caras, é potencialmente portadora do melhor, mas, por vezes – felizmente, o menor número de vezes – também é fonte de graves conflitos e até dos piores horrores. Mas a sua faceta positiva situa-nos perante o círculo virtuoso, uma vez que a cultura encerra uma imensa e inesgotável possibilidade de humanizar, de aproximar e de enriquecer os seres humanos. Esta virtude torna-a potencialmente sustentadora de um valor geoestratégico – dito com maior precisão, geocultural – de primeira ordem, pela sua inata capacidade de iluminar um projeto universal de favorecimento da convivência planetária e de desenvolvimento da riqueza espiritual e simbólica dos seres humanos. É aqui que os espaços culturais poderiam ser vistos como um elo útil de articulação de uma nova arquitetura mundial do cultural, oferecendo também um plano intermédio entre o global e o estatal, a possibilidade de uma construção mais plena para a fertilidade e o fluir da diversidade à escala universal que se ofereça, por sua vez, como um círculo de segurança para a ação estatal e infra-estatal. Seria ingênuo acreditar que a cultura pode resolver, por si só, os profundos problemas políticos, de injustiça e desigualdade de que o mundo padece, e, em particular, os países Ibero-Americanos. Mas é inquestionável que a cultura entesoura uma incomensurável capacidade de aproximação, enriquecimento e gozo simbólico e de trazer felicidade e sentidos de vida aos seres humanos, ainda muito longe de ter sido devidamente aproveitada.

O Espaço Cultural Ibero-Americano revela-se assim como um grande projeto interno, mas não menos para o exterior, de contribuição da região para a implementação da sua riqueza cultural no concerto cultural mundial. Um projeto para olhar para o futuro, ancorando-se no cultural, um ator fundamental na construção de uma nova ordem mundial. Papel que não se desvirtuaria, mas acrescenta – porque uma América culturalmente



forte será mais reconhecida e desenvolver-se-á com mais segurança em si mesma – na hora atual da sua abertura política e comercial ao Pacífico.

O conceito de Espaço Cultural Ibero-Americano tem crescido nas últimas décadas como ideia forte da comunidade ibero-americana. Assim se vê em numerosas declarações e documentos dos últimos vinte anos, entre os quais se salientam as contribuições das Cúpulas Ibero-Americanas, e, de forma muito especial, da Carta Cultural Ibero-Americana, adotada em Montevideu em 2006. Esta Carta elevou a afirmação do Espaço Cultural Ibero-Americano ao nível de objetivo central ao incluir nos seus principais objetivos a “consolidação do Espaço Cultural Ibero-Americano como um âmbito próprio e singular, com base na solidariedade, no respeito mútuo, na soberania, no acesso plural ao conhecimento e à cultura e ao intercâmbio cultural” e ao destinar um título próprio, entre os cinco que as compõem, a este assunto.

O último sucesso destacado na afirmação deste conceito na vida da região encontra-se na recente Cúpula Ibero-Americana de Cádiz, de 2012, em cuja Declaração, após sublinhar a importância da cultura e da educação como fatores de inclusão social e de desenvolvimento sustentável, se inclui o seguinte acordo: “Promover o Espaço Cultural Ibero-Americano, afirmando o valor singular da cultura que partilhamos e da sua diversidade, velando pelos direitos culturais e facilitando a circulação e o intercâmbio de bens e serviços culturais na região”. Concretizando este acordo, o programa de ação anexo à Declaração, inclui a proposta seguinte: “Consolidar o desenvolvimento do Espaço Cultural Ibero-Americano em conformidade com os enunciados da Carta Cultural nas suas dimensões econômica, social, institucional, jurídica, histórico-patrimonial, educativa e comunicacional. Para isso, constituir um grupo técnico aberto a todos os governos ibero-americanos convocado pela SEGIB, para a análise das diferentes dimensões do Espaço Cultural Ibero-Americano, com especial ênfase na sua dimensão econômica para a promoção de uma Economia Ibero-Americana da Cultura, informando anualmente a Conferência de Ministros da Cultura”.

O referido grupo técnico, formado por cinco especialistas da região nomeados pelo Secretário Geral da SEGIB, antes da consulta aos respetivos governos, foi constituído no passado mês de abril. Após várias reuniões de trabalho, o grupo técnico formulou um primeiro rascunho de Relatório que foi submetido ao juízo e debate de um grupo alargado de cerca de meia centena de especialistas e observadores assistentes e de outros



consultados posteriormente que se reuniram no México, nos dias 12 e 13 de junho de 2013, no quadro de um Seminário organizado para esse fim pela SEGIB com a colaboração de CONACULTA. A relação dos especialistas participantes aparece incorporada no anexo ao presente relatório.

5. Um projeto de integração

Falar da consolidação de um Espaço implica a referência implícita a um processo de fundo de integração cultural no qual se pode avançar através de diferentes caminhos e ritmos. Sendo os processos de integração multidimensionais e de larga duração temporal (pois abarcam, a diferentes ritmos, as esferas do público, do social, do econômico e do cultural), a Ibero-América é o espaço regional do planeta que goza de melhores condições para ser forte na integração cultural e gerar sinergias para o melhor desenvolvimento das outras esferas.

A integração cultural da região tem já um caminho percorrido, e, por isso, o presente projeto de consolidação do Espaço Cultural Ibero-Americano deve saber valorizar este acervo.

Quando se fala de integração de um espaço, a gama de opções possíveis é ampla e oscila entre a fórmula mais imediata e básica da cooperação multilateral e, no outro extremo, a criação de um sistema organizativo institucional de integração que, ao modo da fórmula federal, disfrute de competências próprias cedidas pelos Estados nacionais. Uma visão prudente e possibilista deverá colocar neste momento o centro de gravidade deste projeto na ação de cooperação, entendida esta no seu sentido mais equitativo e próprio à natureza da cultura, como ação de colaboração entre os que se reconhecem portadores de valores de mercedores de igual dignidade.

É todavia oportuno questionar-se sobre o que se deve entender por integração em relação à cultura, tendo em conta a natureza intrinsecamente dinâmica desta e o valor e importância de todas as expressões culturais para o amparo do princípio, amplamente assente nos instrumentos internacionais (Declaração da UNESCO de Princípios de Cooperação Cultural Internacional, Convenção sobre a Proteção e Promoção da diversidade cultural...), de igual dignidade de todas as culturas.

Neste sentido, deve compreender-se a integração como um processo de articulação das partes de um projeto conjunto, no qual estas disfrutem da possibilidade de desenvolver e fazer evoluir a sua singularidade, mas que



ao mesmo tempo lhes oferece um enquadramento forte e mais amplo de preservação, interação e projeção para outra comunidade.

Frequentemente, uma errônea compreensão da integração cultural faz equivaler a esta a assimilação, em que as expressões culturais mais fortes absorvem e fagocitam as mais fracas. Mas “integrar”, na sua acepção mais genuína, significa construir ou completar um todo e o seu substrato etimológico mais íntimo leva-nos à palavra latina *integer*, inteiro e robusto, que na sua raiz mais literal (*in tegere*, não tocar), designa o íntegro, o inteiro. Estas sugestões subterrâneas da língua ajudam a compreender a integração cultural como a montagem de um todo no qual as partes não perdem a sua personalidade, mas se juntam a um conjunto que lhes proporciona segurança e novas possibilidades de implantação das suas capacidades. Com uma imagem musical, integrar no cultural seria como criar uma orquestra da diversidade cultural na qual todos os atores participam numa partitura comum, na qual em alguns momentos todos tocam, noutros parte dos seus membros e em que, no fim, cada membro tem a oportunidade de interpretar o seu solo.

Quer dizer, a integração está equidistante da assimilação assim como da dispersão.

6. Um projeto inclusivo e para a coesão social

O novo pensamento da diversidade cultural é um acicate para esta compreensão da integração como uma esfera inclusiva na qual hão de caber todos e na qual todos possam desenvolver as suas diferenças interagindo com os outros. O reconhecimento da diversidade, nos termos propostos pela Convenção da UNESCO de 2005, é portadora de um impulso universalista e humanista para o nosso tempo: a diversidade cultural é a forma natural de desenvolvimento das sociedades humanas em relação de diálogo e respeito, e, por isso, a grande riqueza da espécie não é caminhar para uma cultura única mas sim preservar todos os modos singulares e irrepetíveis de seres humanos, modos articulados, em relações de diálogo e interação, através de uma arquitetura complexa de planos e escalões de diferente geometria e amplitude dos quais é resultado a nova situação das identidades complexas implicativas e tangenciais. Quer dizer, a diversidade cultural, como conceito inclusivo e favorecedor da coesão social, aberto e universalista, deve atender à totalidade de sujeitos e atores geradores e transmissores de expressões culturais, a partir de uma con-



cepção generosa e fecunda da liberdade cultural – que hoje adquire uma dimensão nova como possibilidade de optar na diversidade – partindo das próprias pessoas para os sujeitos coletivos, comunidades nacionais, territoriais, locais, de origem e indígenas, imigrantes, minorias, jovens e idosos, coletivos culturais... As cidades são hoje poderosos laboratórios de vida e diversidade (em que a Ibero-América condensa, com especial intensidade, toda a sua complexa diversidade cultural de origem, afrodescendente e as novas migrações) que precisam de uma atenção especial, mas sem se deixar de assumir por isso como fundamental o objetivo de reequilíbrio campo-cidade nas políticas culturais.

Neste sentido, vista à escala mundial, a cultura ibero-americana representa, e sem por isso fechar os olhos às inequidades que também a marcam, um notável exemplo de implicação e inter-fecundação, porque o comunitário, o local, o territorial e o nacional não foram obstáculos para o surgimento de um acordo de pertença a uma categoria superior de aproximação por numerosas contribuições. Especialmente, por um extraordinário conjunto de culturas e por duas línguas, o espanhol e o português, línguas francas, mas também e sobretudo, dois poderosos veículos de cultura; e complementada por um nutrido grupo de línguas de origem e autóctones que criam uma primeira teia de comunicação entre as suas gentes, várias delas ultrapassando as fronteiras estatais.

7. Um projeto de valores

O projeto de consolidação do Espaço Cultural Ibero-Americano não pode ser concebido como uma obra de engenharia burocrática, sem uma alma, sem valores que o iluminem. Como diz um antigo refrão da região, para arar bem, há que atar o arado a uma estrela.

Esses valores, formulados nos instrumentos internacionais e condensados na Carta Cultural Ibero-Americana e na Convenção da UNESCO sobre a proteção e promoção da diversidade das experiências culturais, têm a ver, como expressam os textos da Carta e da Convenção, com a liberdade cultural e com o reconhecimento e garantia dos direitos culturais, com a centralidade da cultura, a igualdade na expressão e no acesso, o respeito mútuo, a soberania cultural, o acesso plural ao conhecimento e à cultura, o intercâmbio cultural e o desenvolvimento sustentável, a solidariedade para a vida em comum, a participação, o pluralismo e a diversidade, todos eles iluminados por uma profunda preocupação



pela superação da discriminação das gentes e das comunidades, assim como pela função social da cultura, a erradicação da pobreza (na sua plenitude, de conhecimento e material), a igualdade de gênero e a inclusão social, para conseguir sociedades mais harmoniosas baseadas no reconhecimento cultural e que façam da cultura um fator essencial da construção social, da construção da convivência e da cidadania em prol de uma mudança civilizacional.

De fato, o texto da Carta Cultural Ibero-Americana na sua frase final, encerra com um apelo expresso a esses valores na consolidação do Espaço Cultural Ibero-Americano: “Neste quadro promover-se-ão as afirmações, ideias e valores consagrados na presente Carta cultural como linhas orientadoras na construção do Espaço Cultural Ibero-Americano”.

Valores que, em síntese, não consiste noutra coisa senão dotar de uma pulsão ética o projeto do ECI que assente nos direitos fundamentais, e, como parte substancial dos mesmos, nos direitos culturais como ideal humanizador. A cultura, assim entendida, possui a capacidade de se erguer num âmbito simbólico da vida democrática, através do exercício de consensos e dissensos, e numa alavanca para a inclusão e a coesão social. Valores que encontram também uma destacada expressão no consolidado acervo constitucional Ibero-Americano (importa referir, entre outros, os programas culturais das Constituições da Colômbia, Brasil, Espanha, Portugal, Venezuela, México... recentemente revitalizados pelas Constituições da Bolívia e do Equador), que precisa sem dúvida de progredir na sua aplicação e eficiência, mas que se manifesta no contexto mundial com um avançado e original canteiro de direitos culturais e de sugestivas fórmulas Constitucionais culturais.

8. O Espaço Cultural Ibero-Americano é um processo com olhos no futuro. Os jovens

Seria um erro conceber a cultura ibero-americana – e a pluralidade de culturas em que assenta – como algo estático; a cultura ibero-americana tem de ser aceite como um processo profundamente dinâmico. Vem de um passado, tem um presente, e, este aspeto é fundamental, aspira, articulada institucionalmente como Espaço Cultural, a ser um projeto de futuro, um sistema dinâmico e evolutivo de inter-fecundação cultural. A Carta Cultural Ibero-Americana expressa-o cabalmente: “A Ibero-América é um espaço cultural dinâmico e singular; no qual se reconhece uma



notável profundidade histórica, uma pluralidade de origens e variadas manifestações”.

O substrato fatural deste espaço é-nos dado por um passado, com grandes luzes e com importantes sombras também, com as quais se deve aprender. Um presente, com uma realidade cultural vigorosa, rica e criativa, com uma altíssima potencialidade de projeção do concerto mundial. De fato, nenhum outro espaço cultural do planeta goza das vantagens e das potencialidades do espaço ibero-americano. Mas, sobretudo, é um projeto de futuro que tem a virtude de gerar uma esperança e uma utopia possível, sempre que assuma ser plenamente inclusivo na sua diversidade e estar profundamente comprometido com os valores democráticos e os direitos fundamentais como quadro de diálogo e de formação dos consensos e de debate dos dissensos das suas gentes e comunidades. Neste sentido, o conceito de ibero-americano, entendido como um projeto cultural inclusivo e democrático de iguais, adquire um valor extraordinário de reencontro sobre uma base cultural “real” e com “uma notável profundidade histórica, uma pluralidade de origem e variadas manifestações”, segundo afirma a Carta Cultural Ibero-Americana.

Quando se fala de futuro, quer-se que o Espaço Cultural Ibero-americano seja um projeto que assuma os problemas presentes com um olhar renovado para o futuro. Hoje, os jovens, ao não estarem em grande medida integrados nas elites de poder e estando em muitos casos excluídos estruturalmente do trabalho como resultado da reconversão da economia mundial, deram lugar a uma cultura crítica e social que dificilmente é assumida pelos sistemas de governo e Estado. É patente que o mundo está a viver, em todas as áreas do planeta, uma emergência dos problemas de inclusão dos jovens, que coloca em evidência o desajuste de fundo existente entre as formas dominantes do mundo da economia e a política e a juventude. A irrupção é muito diferente da das décadas dos anos sessenta e setenta do século passado, pois existe nela uma rejeição de sentido e cultural das estruturas de governo e do Estado que aponta para uma interpelação ética e que se manifesta numa tendência dos jovens para a afirmação dos seus mundos simbólicos próprios independentes das culturas oficiais.

Mas esta reação, apesar de já não assentar em epopeias futuras e estar marcada por um notável pessimismo histórico, está não obstante repleta de intenção cultural, simbólica e social ativa e aponta para a produção de efeitos políticos relevantes. É aqui onde, precisamente, se manifesta



a oportunidade do ECI, sabendo porém que o problema é, sem dúvida, de uma grande complexidade e envergadura, pois envolve variáveis civilizacionais que abarcam desde a própria crise sistêmica da ordem mundial até às transformações psicossociais em curso.

Neste estado de coisas, o projeto do Espaço Cultural Ibero-Americano deveria saber ser sensível à procura dos jovens como atores sociais e ser capaz de lhes proporcionar um lugar de destaque de participação diversa e ativa em todos os lugares onde se define o mundo da vida cultural e dar um lugar real ao novos modelos de educação emancipadora e de formação cultural baseados na autonomia e criação crítica. A possibilidade que se oferece agora de poder abordar esta questão a partir dos espaços supranacionais, e em concreto a partir do Espaço Cultural Ibero-Americano, não seria mais do que uma forma de adaptar as políticas culturais e sociais, superando os estreitos espaços nacionais, à mundialização acelerada das relações sociais que a juventude já vive.

O Espaço Cultural Ibero-Americano pode ser, em definitivo, se assim se quiser, uma oportunidade democrática e criativa para socializar propostas e visões que os nossos países já percorrem e também para ter visões propositivas, progressivas e participativas. A nossa região possui uma enorme quantidade de jovens, muitos eles presos pela violência e pela marginalização devido ao seu esquecimento social, que não deixam de oferecer sugestões e críticas às velhas e novas exclusões e que, ao serem ouvidos, podem fortalecer as potencialidades culturais com um sentido de atualidade, urgência e futuros partilhados. A cultura possui uma virtualidade intrínseca de alavanca para a erradicação da violência, enquanto esta é, para os sujeitos que dela padecem, uma negação da humanização que a ação cultural, juntamente com outras políticas econômico sociais, lhe pode voltar a oferecer.

9. O que é o Espaço Cultural Ibero-Americano

Para precisar bem do que falamos, convém penetrar numa definição do que é o Espaço Cultural Ibero-Americano e referir quais as vantagens que poderia trazer para os cidadãos.

Os processos de integração conhecidos até agora não foram capazes de cunhar uma linguagem unívoca. Enquanto nos processos de natureza econômica dominam os conceitos de mercado comum ou mercado interior, os processos de vocação mais política falam de união, organização, asso-



ciação de Estados... A isto junta-se o fato de, nos últimos anos, a palavra “espaço” ser utilizada cada vez mais frequentemente na denominação de numerosos processos de cooperação e integração (Espaço Europeu de Educação Superior, Espaço Europeu de Investigação, Espaço Europeu de liberdade, segurança e justiça, Espaço Ibero-americano do Conhecimento, Espaço Ibero-Americano de formação, Espaço Ibero-Americano de Tecnologia e Inovação...), apesar de o habitual ser que estes espaços sejam descritos contextualmente e não em termos conceptuais. Uma característica dominante é tratarem-se de projetos setoriais ou parciais de integração e assentarem mais em acordos e ações de cooperação do que num sistema de estruturas institucionais.

Uma primeira aproximação a essa definição consiste em separar analiticamente a expressão. Neste sentido, o Espaço Cultural Ibero-Americano seria caracterizado por um objeto (o cultural) relativo a uma comunidade (a ibero-americana) e por uma dimensão espacial aberta na qual se manifestam os dois elementos precedentes. Aprofundando o significado da expressão e fazendo uma síntese do conjunto de reflexões anteriores, o Espaço Cultural Ibero-Americano poderia ser definido como um:

- projeto comum de cooperação cultural vocacionado para uma futura integração a partir da igual dignidade das culturas, que se refere a uma comunidade cultural diversa, plural e complexa, portadora de um repertório partilhado de valores e elementos simbólicos, de identidade e de cidadania cultural e de elementos linguísticos dentro dos quais duas línguas comuns asseguram o entendimento e interação cultural das suas gentes.
- valores simbólicos gerados numa experiência histórica partilhada e assentes num âmbito geográfico supranacional e susceptível de abarcar no projeto, através de relações de associação e cooperação, outros grupos e comunidades (como é o caso da comunidade latina nos Estados Unidos da América) presentes noutros espaços geográficos externos à região mas ligados histórica e culturalmente à mesma.
- e que partilha o propósito de tornar esse espaço uma área fluida, livre de fronteiras e obstáculos para a comunicação, a interação cultural e a disseminação dos referidos valores e a garantia dos direitos culturais, assim como o propósito de agir e ser reconhecida a partir do exterior como

- uma comunidade complexa de identidade e diversidade cultural e como um ator geocultural perante o resto do mundo.

10. Consolidar, não criar o Espaço

Impõe-se precisar um aspeto. O substrato cultural do Espaço existe e remete para uma comunidade que não quebrou a sua continuidade histórica. Mas uma comunidade cultural não é, apenas, um espaço. É o elemento humano necessário, mas um Espaço é uma construção social e institucional que envolve fins, valores, objetivos, programas, atores, meios, procedimentos e instituições responsáveis. Em definitivo, é um projeto político, no sentido mais generoso e genuíno desta palavra, de procura do interesse geral em benefício da comunidade.

Por isso é importante, neste momento, ancorar na existência de uma importante institucionalização pública, social e privada de programas e atividades e redes com vocação de espaço ibero-americano, na medida que têm vindo a tornar seus, explícita ou implicitamente, os valores e os objetivos do espaço, e, em particular, apagando fronteiras interiores para o livre fluir das diversas expressões culturais ibero-americanas. Importa referir, em primeiro lugar, o leque de estruturas institucionais que desenvolvem no âmbito ibero-americano competências nas matérias culturais (SEGIB, OEI, CAB, CERLALC...) ou das outras que representam projetos de integração mais amplos que são também portadoras de objetivos culturais (OEA, CELALC, MERCOSUR, UNASUR, ALBA, CAF, CAN...). Estas instituições têm vindo a promover diversos programas, entre os quais importa agora referir os programas de Cooperação Cultural da SEGIB e outros programas e declarações com destacada vocação ibero-americana (Carta Cultural Ibero-Americana, Conferências Ibero-Americanas de Cultura, Ibermedia, Iberarchivos ADAI, Iberescena, Ibermuseos, Iberorquestas Juvenis, Ibermúsicas, Iberartesanías, Iberbibliotecas, Iber-rutas, RADI, TEIB, Educação Artística, Cultura e Ciudadania, ODAI, CAMPUS euro americanos...). E fazem igualmente parte do Espaço as redes de cultura, tanto de iniciativa institucional como privada, como, entre outras, Ibertur, Interlocal, a Rede de promotores culturais da América Latina, RICIP...

Em definitivo, dispomos de numerosos fragmentos de Espaço Cultural Ibero-Americano já construídos e é isto que faz com que o correto seja falar de afirmação ou “consolidação do Espaço – como o fazem a Carta



Cultural Ibero-Americana e a Declaração da Cúpula de Cádiz – e não de “criação” do Espaço. Criar è gerar algo “ex novo”, consolidar è promover algo que já existe. E, efetivamente, o espaço em parte já é.

II. Propostas e estratégias para a consolidação do Espaço Cultural Ibero-Americano

1. Introdução

Avançar na construção do Espaço Cultural Ibero-Americano é uma tarefa que necessita de um enfoque integral, porque a cultura em si é multifacetada e projeta-se para além do que convencionalmente chamamos cultural. O ECI tem de assumir essa singular natureza da cultura e tem de atender a partir da afirmação do que já existe, ao desenvolvimento de estratégias gerais e de estratégias específicas para cada uma das principais dimensões que causam impacto na vida cultural e que podem tornar possível que o Espaço seja integralmente um âmbito fluido para a circulação dos bens e serviços culturais, dos valores do patrimônio cultural, do conhecimento, dos criadores e dos empreendedores culturais. Estas estratégias têm o seu referente maior na Carta Cultural Ibero-Americana e na própria Declaração da XXII Cúpula Ibero-Americana de Cádiz.

2. Propostas e estratégias gerais

2.1. O Espaço Cultural Ibero-Americano deve oferecer uma proposta integral sobre a vida cultural assumindo a cultura em toda a sua plenitude e integralidade. Por isso, o ECI deve:

- atender tanto às clássicas manifestações com a forma do cultural (artísticas, musicais, literárias...) como às novas formas de cultura e às culturas como formas de vida;
- assumir equilibradamente a cultura como um fator individual de desenvolvimento pessoal assim como a cultura como expressão coletiva, social e comunitária. O ECI deve ser um projeto para todos: cidadãos, atores institucionais, sociais, econômicos e culturais, comunidades tradicionais, de origem e afrodescendentes, jovens, imigrantes e movimentos de cidadãos.
- envolver tanto as instâncias públicas (instituições e organismos públicos, programas e ações institucionais) como as sociais (sujeitos privados, indústrias culturais, setor terciário);

- 
- e, definitivamente, há que revalorizar a cultura como função social e simbólica, como campo de conhecimento, crítica, reconhecimento, consensos e dissensos sobre os quais se constrói a coesão e a inclusão social e novos âmbitos para a participação democrática.

2.2. O sentido do ECI é fortalecer o sistema cultural ibero-americano através da integração regional. O sentido final da ação de consolidação do ECI é criar as condições que favoreçam a sua valorização atual e progressão futura através de ações de colaboração, cooperação e integração, sobre a base da igual dignidade de todas as culturas constitutivas do sistema de diversidade ibero-americano que é resultado de um passado comum, o acervo de elementos culturais e linguísticos partilhados, o reconhecimento recíproco e a solidariedade entre as suas gentes. Para avançar na integração, o curso fundamental é a geração de um espaço regional fluido de livre circulação de valores e expressões culturais, de pensamento e conhecimento, de bens e serviços culturais, assim como dos criadores e empreendedores culturais, para o que será muito importante fortalecer a articulação e sinérgias do ECI com outros esquemas de integração da região ibero-americana, que constituem procesos de integração cultural inovadores. As referidas ações deverão estar abertas às comunidades ibero-americanas e latinas assentes noutros países de fora da região, através de acordos de associação ao ECI.

2.3. O ECI deve estabelecer un compromisso com o desenvolvimento sustentável, que deve salientar a importância da formação de um novo governo da cultura a partir de um novo binômio “cultural e desenvolvimento sustentável” que faça daquela um pilar fundamental do desenvolvimento. Esta estratégia deve assentar nos princípios éticos, estéticos e culturais do desenvolvimento que estejam em conformidade com as mudanças civilizacionais, no que diz respeito ao melhoramento da qualidade de vida, ao conceito de bom-viver, à erradicação da pobreza e à coesão social, tendo em conta as agendas internacionais do desenvolvimento (Declaração do Milênio das Nações Unidas, ODM, Agenda 21...). A experiência adaptativa ao meio das culturas presentes no espaço Ibero-Americano entesoura um grande acervo de soluções, conhecimentos e boas práticas para o desenvolvimento sustentável, que devem ser valorizadas e consideradas na formulação dos projetos técnicos e científicos de desenvolvimento. Trata-se de enfrentar o fosso da atual inequidade, dado que a presente geração consome recursos não renováveis das gerações seguintes, e gerar conhecimento para a reposição destes recursos.



A cultura deve ser incorporada como um fator explícito na formulação de planos de desenvolvimento integral e de desenvolvimento setorial e, em particular, nas novas formas de cooperação Sul-Sul e triangular, crescentes nos últimos anos na região. Também se propõe que os Estados estabeleçam previsões legislativas sobre a obrigatoriedade de tomar em conta a variável cultural e realizar análise de impacto cultural nos planos e projetos de desenvolvimento. Conviria, por fim, a incorporação dos assuntos culturais nos fóruns e reuniões sobre cooperação que se celebram na região.

2.4. O ECI deve apostar na transversalidade da cultura. A planificação da vida cultural passa por promover a tomada em consideração das demais políticas públicas, e, em particular, as da economia, educação e ciência, turismo, desenvolvimento, meio ambiente, novas tecnologias..., os aspectos culturais de que estas possam ser portadoras. Uma das marcas distintivas do ECI deveria ser o seu compromisso com uma visão da cultura que tome em consideração a sua transversalidade. Com o fim de assegurar estes enfoques horizontais do cultural, seria muito conveniente a elaboração de um relatório de boas práticas na transversalidade da cultura na região ibero-americana que inclua propostas e medidas, por áreas específicas, que possam servir de referência e estímulo para os organismos multilaterais e para os governos dos outros países iberoamericanos. Também seria necessário procurar fórmulas organizativas de coordenação, nos governos e administrações nacionais, territoriais e locais, das diferentes instituições envolvidas nos processos de transversalidade da cultura.

2.5. O ECI deve ser presidido pelos valores do acervo jurídico da região sobre a cultura e, especialmente, pelos direitos culturais. O Espaço Cultural Ibero-Americano deve ser iluminado pelos valores e princípios (referidos na epígrafe 1.7 do presente relatório) consagrados nos instrumentos internacionais adotados na região, especialmente na Carta Cultural Ibero-Americana e na Convenção da UNESCO para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, assim como nos textos constitucionais dos seus países, textos muitos deles caracterizados pela sua grande capacidade inovadora no contexto do constitucionalismo cultural mundial.

Entre os referidos valores jurídico-políticos e democráticos, o ECI deve igualmente aspirar a transformar-se numa área geográfica de referência na implantação e desenvolvimento dos direitos culturais como direitos fundamentais e como fundamento da cidadania cultural que faça, tal



como expressa a Carta Cultural Ibero-Americana, dos indivíduos e dos grupos, os protagonistas da vida cultural. Isto comporta, em especial, a garantia da liberdade cultural, o pluralismo e a diversidade, o reconhecimento da identidade, da igualdade e eliminação da discriminação, a participação, o acesso à cultura e o direito à criação cultural e intelectual e o direito ao desenvolvimento cultural das comunidades tradicionais, de origem, afrodescendentes e migrantes.

2.6. O ECI deve coordenar-se com os projetos de outros espaços de integração e cooperação da região. Com o fim de reforçar as sinergias e implicações entre cultura, ciência, conhecimento e educação, o ECI deve manter um diálogo continuado e criar pontes para a coordenação com as instâncias dos outros espaços já existentes no processo de criação: o Espaço Ibero-Americano do Conhecimento, o Espaço da Coesão Social e o Espaço da Economia e da Inovação. Para esse fim, propõe-se a celebração de reuniões regulares e a criação de uma mesa permanente dos Espaços Ibero-Americanos com o fim de favorecer o diálogo e a harmonização e coordenação das agendas e dos programas. Esta proposta é particularmente necessária, dada a dificuldade que o setor cultural mostra para estabelecer diálogos com outros setores.

2.7. O ECI deve ser um espaço apoiado na investigação, no conhecimento e na documentação cultural. Um correto desenvolvimento do ECI não deve ser feito sem um quadro doutrinal que junte o conhecimento científico, as experiências sociais e os saberes tradicionais acerca da realidade cultural da região. Para esse fim, seria conveniente a elaboração de um documento de linhas estratégicas para a investigação relacionada com a consolidação do ECI, como base dos programas nacionais de investigação dirigidos a fixar prioridades, objetivos e quadros de atuação, ligações entre as ciências sociais e naturais, metodologias comuns de análise e medição do impacto social da cultura, indicadores e estatísticas culturais. Os planos e ações de desenvolvimento destes programas deverão assentar prioritariamente nas instituições de análise e investigação que já estão a trabalhar no campo (universidades, observatórios, centros de investigação cultural, empresas e organizações sociais...) e deverá fomentar-se o seu funcionamento através de redes de investigação.

2.8. O ECI deve promover a sua visibilidade e imagem pública. É importante para o ECI a sua visibilidade pública e a apropriação social da sua imagem, tanto dentro como fora da região. Aconselha-se a criação de um logótipo do ECI e das suas regras de utilização convidando a



participar, para esse fim, criadores de todos os âmbitos da diversidade da região. Propiciar-se-á, igualmente, a presença de conteúdos e ligações relativas ao ECI nas páginas da web dos organismos e instituições culturais multilaterais, nacionais e territoriais da região. Por último, propõe-se a criação de uma chancela de boas práticas relacionada com o ECI.

2.9. A consolidação do ECI deve ser objeto de seguimento periódico. A consolidação do ECI deve ser objeto de seguimento continuado. A SEGIB, em colaboração com os demais organismos multilaterais e nacionais da região, deverá elevar periodicamente às reuniões das Cúpulas Ibero-Americanas e às suas conferências setoriais relatórios de avaliação sobre os avanços do ECI.

Para uma melhor execução e acompanhamento das propostas que se elaboram no presente relatório, a SEGIB, em consulta com os organismos e instituições, nacionais e multilaterais implicadas, deverá formular um programa de ação que determine as tarefas e os objetivos para cada ano, até 2016.

3. Propostas específicas em relação às dimensões do ECI

A realização do Espaço Cultural Ibero-americano exige tomar em consideração numerosas facetas ou aspetos que a Declaração da Cúpula de Cádiz denomina como “dimensões”. A cultura não é, com efeito, um corpo isolado mas vive, manifesta-se e avança através de processos económicos, tecnológicos, comunicativos, sociais, linguísticos... Por isso, a partir desta compreensão integral, o Espaço Cultural Ibero-americano deve atender a todas as “dimensões” que o possam tornar um espaço efetivo e partilhado de bens e serviços, de pessoas, de valores e de ideias circulando sem obstáculos.

Tomando como base a própria Declaração da XXII Cúpula Ibero-Americana de Cádiz, a Carta Cultural Ibero-Americana, o seu plano de ação aprovado na Cúpula Ibero-Americana de Valparaíso (2007) e os Fóruns temáticos de especialistas sobre os âmbitos da Carta promovidos pela SEGIB, a OEI e outras instituições estatais (Fórum de Santo Domingo sobre criação cultural, de Montevideu sobre património cultural, do México sobre educação e cultura, de Quito sobre comunidades de origem e de Sevilha sobre meio-ambiente e cultura), em seguida formulam-se uma série de propostas relacionadas com a dimensão do ECI, que não pretendem ser



um programa exaustivo mas sim um conjunto de medidas pensadas para a atual fase de lançamento do projeto:

3.1. Dimensão social e cidadania. Se a cidadania política afirma a igualdade intrínseca de direitos de todos os cidadãos, a cidadania cultural enriquece e aprofunda a vida democrática pois garante a igual dignidade dos cidadãos e das comunidades na sua diversidade simbólica. Neste sentido, o ECI deve estimular uma consciência partilhada e inclusiva da cidadania cultural ibero-americana, sustentada na centralidade da cultura nas políticas da cidadania e no reconhecimento recíproco da multiplicidade de culturas e expressões culturais da região e das identidades complexas e plurais das gentes e das comunidades (nacionais, territoriais, indígenas, de origem e afrodescendentes) que as articulam. E sustentada também no reconhecimento, visibilidade e participação dos movimentos sociais (com especial ênfase aos dos jovens e dos grupos expressivos da sua diversidade histórica e migrante) sobre a base do reconhecimento e a garantia, tal como propõe a Carta Cultural Ibero-Americana, dos direitos culturais.

Resulta obrigatório, neste ponto, apelar à responsabilidade ativa do Estado na implementação de políticas públicas dirigidas às populações mais desfavorecidas, no interior dos países da região. Nessa medida, é importante o apoio para o fortalecimento dos projetos inclusivos e inovadores que vêm sendo desenvolvidos pelos diferentes países da região como são os exemplos, entre outros, os Programas de Pontos de Cultura e as experiências de criação e localização de espaços culturais em comunidades socialmente vulneráveis.

Num plano mais concreto, deve salientar-se a importância das culturas ibero-americanas, para a coesão social, dos momentos lúdicos da vida cultural, como são as celebrações e festas populares que, em consequência, devem ser favorecidas e apoiadas.

3.2. Dimensão histórico patrimonial, que deve tornar possível a valorização, a difusão e o conhecimento do legado de criações e de bens culturais materiais e imateriais que significam de forma mais relevante a diversidade e a identidade cultural ibero-americana, e, em particular, a valorização dos conhecimentos tradicionais gerados pelos grupos e comunidades da região. Propõe-se:

- a) A preparação de acordos políticos e jurídicos regionais que instrumentam a proteção perante o tráfico ilícito dos bens culturais;

- 
- b) A difusão do conhecimento, através do sistema educativo e das plataformas digitais, de um programa de bens relevantes dos diferentes países e comunidades;
 - c) A elaboração de planos de digitalização do acervo cultural material e imaterial da região e, em particular, do patrimônio sonoro, audiovisual e fotográfico;
 - d) A geração de uma metodologia comum nos países da região sobre inventário e registro do patrimônio cultural e projetos de inventário;
 - e) A promoção de encontros científicos sobre critérios de conservação, intervenção e restauro do patrimônio cultural ibero-americano;
 - f) A promoção da investigação sobre o patrimônio cultural e a conservação preventiva;
 - g) A exploração da criação de uma lista de patrimônio cultural ibero-americano de excelência, que deveria ser equilibrada e representativa de todas as culturas e expressões culturais da região e tomar em conta, entre todos, os bens já reconhecidos pela UNESCO nela, no quadro das Convenções relativas ao patrimônio cultural;
 - h) O impulso de candidaturas como região, dirigidas à valorização e conhecimento do ECI no mundo, para a declaração pela UNESCO de bens culturais, materiais ou imateriais, compartilhado pelo conjunto dos países ibero-americanos.

3.3. Dimensão econômica: Um dos objetivos nucleares do ECI é tornar a região um espaço de livre circulação dos bens e serviços culturais no conjunto das fases de criação, produção e distribuição, tudo isto de acordo com os valores culturais de promoção da criatividade, de acesso de todos os cidadãos ibero-americanos à riqueza cultural da região e de preservação do pluralismo e da diversidade cultural. O objetivo fundamental deste dimensão econômica do ECI é, conseqüentemente, gerar as bases para a conjugação dos valores e interesses econômicos e culturais em prol de uma Economia Ibero-Americana da Cultura altamente competitiva e com elevado valor acrescentado baseado na potencialidade criativa dos seus indivíduos e comunidades e em conformidade com os referidos valores culturais. A sorte de uma parte importante da criação, produção e o acesso à cultura está, nos nossos dias, associada estreitamente à economia e, apesar de existirem âmbitos em que essa ligação é menor, a ligação é muito profunda e complexa nas chamadas indústrias criativas. Estas indústrias formam um setor marcado por no-



táveis singularidades econômicas, mas, sobretudo, pelo fato de exercerem um impacto decisivo em importantes valores coletivos como a identidade e a diversidade cultural, o acesso à cultura e liberdade cultural. Por isso, estas indústrias não podem basear-se unicamente na procura nem em monopólios ou oligopólios de oferta, mas têm de se criar as condições que permitam uma oferta plural, equitativa e inovadora que torne possível a realização dos referidos valores. Por outro lado, vista esta ligação da perspectiva da economia, cada vez estão mais patentes as utilidades positivas geradas pela cultura. As sociedades com um alto nível de formação educativa e cultural assim como com uma autoestima cultural e portadoras de identidades culturais que não estejam em conflito, têm tendência a gerar externalidades positivas, e, entre elas, economias mais prósperas.

O espaço ibero-americano tem, em consequência, de aspirar à harmonização de ambas as ordens de interesses e valores. Os bens e serviços culturais revestem-se de uma fortaleza simbólica para a diversidade cultural, mas hoje defrontam-se com os riscos potenciais derivados da adoção de acordos econômicos que condicionam as políticas de fomento e proteção da produção cultural. O respeito pela iniciativa privada e pelas liberdades econômicas deve tornar-se compatível com um desenvolvimento cultural que não seja exclusivamente instrumental dos processos mercantis e comerciais mas que enfrente a economia como um conceito pleno, como uma esfera na qual se elucida a satisfação de necessidades humanas básicas através da geração e distribuição de bens e serviços, necessidades entre as quais a cultura e os valores associados a ela são de especial relevância.

A complexidade intrínseca a esta dimensão torna necessário diferenciar estratégias e medidas a longo e a curto prazo.

- a) A longo prazo, o objetivo seria criar as condições para gerar, no quadro de uma nova economia da cultura, um mercado comum cultural ibero-americano de produção e coprodução, distribuição, formação (artística, técnica e de gestão) que torne a região um âmbito unificado de livre circulação dos bens e serviços culturais. E que também deveria tornar possível a emergência da região como um ator mundial na negociação do comércio internacional de bens e serviços culturais.

- 
- b) Em prol deste objetivo de longo prazo, propõe-se o desenho de um plano de investigação que conte para a sua execução com os organismos, instituições acadêmicas e programas sobre economia da cultura e das indústrias criativas que, na última década, os países e os organismos multilaterais da região têm vindo a desenvolver. Este plano deve ter em conta desde chaves de desenvolvimento sustentável, o elenco pleno dos setores da economia da cultura (cinema e audiovisual, edição e livro, artes cênicas e musicais, jogos vídeo, internet e indústria digital, artesanato, conhecimentos tradicionais, turismo...) assim como a totalidade de fases da vida econômica cultural (criação, produção, formação e distribuição). O Plano deveria centrar-se nos aspetos seguintes: 1) realizar um diagnóstico acerca da situação atual da livre circulação e do comércio intra-regional dos bens e serviços culturais; 2) a formulação de bases e propostas para a sua melhoria; 3) a análise do encaixe e viabilidade das referidas propostas no quadro das previsões constitucionais nacionais e do regime de compromissos relativos ao comércio internacional de bens e serviços e, em particular, dos bens e serviços culturais, em que se encontram inseridos os países da região; e 4) uma proposta de bases de uma Economia Ibero-Americana da Cultura.
- c) A curto prazo, propõe-se: 1) a geração, em cada um dos setores culturais, de redes e cursos de distribuição e codistribuição, convencionais e, muito especialmente, tecnológicos e digitais, dos bens e serviços culturais; 2) a formulação de um plano de empreendimento cultural com especial ênfase nas PME que devem oferecer condições adequadas para a sua internacionalização para poderem funcionar em condições de projeção exterior análoga à das grandes empresas; 3) o favorecimento da coprodução entre os países da região e com especial atenção às iniciativas dos jovens e dos sujeitos sociais, comunitários e aos setores culturais mais frágeis e atrasados; 4) a possibilidade de quadros legislativos que estimulem, para o âmbito cultural, a função e responsabilidade social das empresas; 5) a possibilidade de criação de um Fundo Ibero-Americano para a cultura; e 6) por último, conviria a adoção de programas e medidas legislativas nacionais que afirmem a diversidade como um valor do ECI no mercado cultural ibero-americano, em conformidade com as orientações da Convenção da UNESCO para a diversidade cultural da Carta Cultural Ibero-Americana.

3.4. Dimensão institucional e jurídica. A eficácia da execução do projeto de consolidação da ECI está regulada pela existência de um preciso e efi-



ciente sistema de institucionalidade, organizacional e jurídica, da cultura da região. Trata-se de um capítulo fundamental para o qual se formulam as medidas seguintes:

- a) Corresponde à SEGIB, como organismo superior das Cúpulas, a competência geral de promoção, coordenação e seguimento da agenda e das medidas e atuações para a consolidação do Espaço Cultural Ibero-Americano, em colaboração com os demais organismos multilaterais da região, e, em especial, com aqueles com competências culturais como é o caso da OEI. É também responsabilidade das Conferências de Cultura da região das reuniões técnicas setoriais (de patrimônio cultural, indústrias culturais, propriedade intelectual...) a tarefa de relatório e concertação das medidas e decisões gerais que, em desenvolvimento do ECI, se adotem para a região, no quadro das Cúpulas.
- b) Uma medida geral é o reforço das administrações e instituições culturais existentes nos Estados e nas demais instâncias territoriais, pois é a condição para que estas possam levar adiante de forma eficaz os compromissos e responsabilidades para o desenvolvimento do ECI. Para esse fim, seria conveniente a elaboração dos estudos seguintes: 1) uma análise comparada sobre a situação da institucionalidade cultural dos países da região e as novas tendências da organização administrativa da cultura no mundo; 2) um estudo sobre as estruturas organizativas regionais que o ECI poderia implantar no futuro em linha com as propostas formuladas pela Comissão redatora do relatório "Uma reflexão sobre o futuro das Cúpulas Ibero-Americanas" (2013) dirigido pelo ex-presidente Ricardo Lagos.
- c) Uma medida específica, mas altamente conveniente, é que as administrações culturais nacionais identifiquem, no interior de cada uma delas, órgãos específicos, novos ou através da atribuição desta função a órgãos já existentes, aos quais se atribua uma função informativa, e, sobretudo, de coordenação do conjunto de atuações relacionadas com o Espaço Cultural Ibero-americano que se levam a cabo pelas administrações e instituições culturais do país.
- d) Para facilitar a transversalidade da cultura nas atuações relacionadas com o ECI, propõe-se a criação de instâncias de coordenação que incluam os diversos Ministérios e Departamentos afetados (Cultura, Educação, Economia e Comércio, Meio Ambiente, Turismo, Novas Tec-



nologias, Ministério de Relações Exteriores...), assim como promover um sistema de estágios temporários, de técnicos de outros ministérios, nos Ministérios da Cultura ou administrações equivalentes.

- e) É de grande importância que os Programas IBER definam o projeto programático próprio, para os seus âmbitos específicos de atuação, para a consolidação do Espaço Cultural Ibero-americano, o que se poderia concretizar na conveniência de que cada programa elabore o seu Plano Estratégico com tal objeto. Os Programas IBER deverão também realizar reuniões conjuntas de forma periódica para a concertação e coordenação das suas atividades relacionadas com o ECI.
- f) Propõe-se estudar a possibilidade de criar um Alto Comissariado do ECI para a representação e projeção do Espaço na região e no mundo, além do reforço das relações com os organismos internacionais, especialmente com a ONU e a UNESCO e, se assim for considerado necessário, no âmbito das novas reestruturações organizativas da SEGIB, esta poderá assumir um rol ativo com as faculdades de seguimento e criação de sinérgias entre os programas.
- g) Como base fundamental de determinação das políticas culturais, é necessário trabalhar pela qualidade dos enfoques legislativos nas matérias culturais a partir de princípios partilhados que sejam a base de um Direito Ibero-Americano da Cultura, para o que é de especial importância a criação de bases e repertórios jurídicos legislativos, jurisprudenciais e documentais. Propõe-se: 1) a elaboração de uma base jurídico documental da região de acesso aberto através da internet; 2) a redação, por grupos técnicos de especialistas e membros parlamentares, de normas tipo para as matérias culturais, que estabeleçam padrões legislativos básicos, que, quando oportuno, possam servir de apoio e referência à ação normativa dos Estados Ibero-Americanos; e 3) a instauração de serviços de consultoria jurídica sobre as matérias culturais relativas ao ECI.
- h) Relativamente às políticas culturais, deve-se favorecer uma convergência entre as agendas temáticas em assuntos culturais dos países da região relacionados com o ECI e a criação de um sistema de boas práticas.

3.5. Dimensão educativa e do conhecimento, que deve procurar a sinergia entre cultura e educação e conhecimento como companheiros inseparáveis. O objeto desta estratégia é juntar outros atores, altamente benéficos para o projeto, à construção do ECI através de uma agenda de trabalho



que aproxime atores educativos, intelectuais, sociais, econômicos e culturais, gerando pontes de comunicação e trabalho entre eles.

A cultura é portadora de conhecimentos de épocas muito distintas e por isso constitui um ecossistema simbólico que permitiu à humanidade enfrentar graves situações e que, após crises adas, lhes permitiu gerar condições de diálogo e paz. A cultura é uma inteligência coletiva onde as experiências se vão oferecendo como recursos de convivência para construir melhores opções pelo que é necessária uma renovação dos quadros teóricos e metodológicos para poder enfrentar os problemas reais das nossas atuais sociedades. O trinômio cultura, conhecimento e educação deve ser, por isso, um eixo fundamental do projeto de consolidação do ECI.

- a) Para esse fim, a estratégia deve estabelecer uma relação coordenada e inseparável entre o espaço cultural, o espaço educativo e o espaço do conhecimento. Temos agora as condições favoráveis, em virtude da incerteza em que vivemos, para assumir o tempo atual como um espaço aberto, que permita dotar a cultura e o conhecimento que se gera no seu interior, de um papel dialógico, democrático e múltiplo e ao sistema educativo uma função renovada na colocação à disposição da sociedade dos mesmos. Devido à implicação que esta dimensão tem nos outros campos, para o desenvolvimento desta dimensão propõe-se a constituição de uma Mesa comum dos Espaços educativo, do conhecimento e da cultura que promova uma reflexão e formule propostas em prol da sinergia entre cultura, educação e conhecimento.
- b) Como propostas concretas, reiterando as já formuladas para esse fim na Carta Cultural Ibero-americana agora destacam-se: 1) reforçar nos sistemas educativos o conhecimento e valorização da diversidade cultural ibero-americana; 2) propiciar a incorporação nos planos e programas de educação de linhas temáticas orientadas para o estímulo da criatividade e da formação de públicos culturalmente críticos; 3) incorporar conteúdos da cultura e da história ibero-americana, reafirmando os componentes próprios e identitários nos currículos e 4) propiciar que os planos educativos incorporem, nos seus respectivos territórios, as línguas, valores e conhecimentos das comunidades tradicionais e indígenas. Estas medidas deverão inserir-se num âmbito mais amplo de proteção, difusão e valorização, que deve aplicar-se também às restantes dimensões do ECI, sobre o valor que aportam, a diversidade linguística da região, as línguas não hegemônicas, várias delas em perigo de extinção.



3.6. Dimensão comunicacional e digital. O Espaço Cultural deve ser um âmbito fluido de interação e de comunicação cultural no seu sentido mais pleno, que favoreça os movimentos, fluxos e refluxos que tramam e articulam redes de comunicação e interação entre os países, as comunidades, os grupos sociais e os cidadãos. A “consolidação” desta realidade, conforme pede a Cúpula Ibero-Americana de Cádiz, exige intensificar este processo, levá-lo a um estágio superior ao atual.

- a) Num sentido amplo, esta consolidação implica promover a mobilidade, física e digital (o ECI deve ser também inquestionavelmente um espaço virtual) dos bens e serviços culturais, das criações artísticas e culturais, dos bens e conhecimentos patrimoniais e dos valores simbólicos. Deve desenvolver-se, para tal fim, uma estratégia que favoreça um Espaço presente e visível no mundo, assim como a circulação e interação dos conteúdos e expressões culturais da região através dos meios de comunicação, das redes e das plataformas digitais, que assemem no espanhol, no português e nas demais línguas autóctones, tudo isto em conformidade com os princípios de pluralismo, acesso universal e neutralidade da rede.
- b) É por isso, extremamente conveniente realizar um grande esforço de promoção, divulgação e reflexão sobre as tecnologias digitais e a sua importância cultural – a internet é não só um meio, em parte é também uma nova cultura – como fator de acessibilidade cultural, o que exige afirmar os direitos digitais como parte dos direitos culturais como o objetivo de reduzir o chamado “fosso digital” que afeta a região.
- c) Esta estratégia de acesso deve ser dirigida para a construção de um novo cenário de comunicação – através de grandes pesquisadores ibero-americanos assim como do favorecimento das redes sociais – que permita o desenvolvimento de novas plataformas horizontais de distribuição e difusão, a participação social e a não monopolização na distribuição de conteúdos culturais.
- d) Um primeiro passo nesta direção poderia ser a criação de portais digitais agregados a partir dos atualmente já existentes, objetivo no qual os programas IBER podiam assumir um protagonismo especial.

3.7. Dimensão da criação cultural e artística

As culturas ibero-americanas são portadoras de uma profunda criatividade que é o húmus no qual germina a diversidade cultural. Criatividade



de que se explica pelo rico substrato de uma prolífera concorrência de elementos ancestrais e modernos sobre os quais se cimenta a realidade cultural ibero-americana: as populações de origem pré-colombianas, as culturas lusa, hispânica e europeia assim como outras contribuições entre as quais são de assinalar os afrodescendentes. Criar cursos e gerar condições para que flua e se continue a renovar essa criatividade é, por conseguinte, um objetivo irrenunciável do espaço cultural ibero-americano. Neste sentido, propõe-se:

- a) A formulação de programas setoriais em todos os âmbitos da cultura de promoção e fomento da criatividade e, em particular, de programas relacionados com o curriculum escolar e com as instituições museológicas.
- b) A criação de uma rede ibero-americana de residências artísticas e de exposições e promover as artes visuais contemporânea, pela sua atualidade tecnológica e porque potencialmente são, no mundo presente, um dos âmbitos culturais socialmente mais inclusivos e gerador de coesão de setores sociais como o dos jovens.
- c) O fomento da criação precisa, também, de condições jurídicas e materiais dignas para os criadores artísticos e culturais. Para isso, a região deve procurar a busca de soluções e enfoques partilhados, como parte dos direitos culturais, na proteção dos interesses legítimos dos autores em equilíbrio com a garantia do acesso universal à informação, ao conhecimento e à cultura por parte de todos os cidadãos. De acordo com as orientações da Carta Cultural Ibero-Americana, deverá abrir-se uma reflexão encaminhada para a procura de alternativas conjuntas para articular a salvaguarda dos direitos de autor, o desafio colocado pelas novas tecnologias, o acesso massivo a inovadoras formas de criação e a difusão de bens e serviços culturais.
- d) Por último, é preciso que a região promova atuações e encontros com o objetivo de fixar padrões de garantias básicas laborais e de proteção social para os trabalhadores e profissionais da cultura na região ibero-americana, assim como a liberdade de movimentos dos criadores e artistas através do conjunto de países da região, entre as que importaria estudar a possibilidade, entre outras medidas, da criação de um visto cultural.



4. Conclusão

A Ibero-América é valiosa sobretudo pela sua cultura, o seu acervo cultural é a sua vantagem comparativa. Atualmente, o continente americano é um dos poucos continentes em que imperam os governos democráticos, o que lhe dá um elevadíssimo valor no contexto mundial. Mas os valores políticos partilhados não são por si mesmos, a marca que singulariza especificamente a região, porque estes também acontecem noutros lugares do planeta, o que a singulariza é, indiscutivelmente, a cultura. O âmbito territorial ibero-americano caracteriza-se por acolher um exuberante conjunto de comunidades diversas, mas é inegável que estas participam também, com diferentes intensidades, numa grande comunidade cultural de que fazem parte. Culturalmente, a Ibero-América cumpre sem dúvida as condições para ser considerada uma grande comunidade cultural e goza, por isso, do direito a desenvolver e projetar a sua identidade, as suas identidades. Mas também tem o dever de o fazer, porque não promover algo que indubitavelmente trará vantagens aos nossos congêneres pode-nos ser recriminado agora, e, sobretudo, poderia sê-lo por quem nos sucederá, por termos delapidado uma oportunidade de crescer culturalmente e de construir um sonho coletivo a partir do elemento mais genuíno da nossa espécie, a expressão simbólica cultural. E não é desdeñável este pedaço da humanidade que, devido a vicissitudes históricas, partilha a realidade cultural ibero-americana e que supera largamente os setecentos milhões de pessoas.



Parte 3

**Declarações e conclusões da
XXIII Conferência
Ibero-Americana e de outras
reuniões ibero-americanas
2013**



A) Declarações acolhidas pela XXIII Cúpula Ibero-Americana



Declaração

XV Reunião da Rede Ibero-americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE)

“O rol dos Ministérios da Presidência na coordenação das políticas públicas governamentais para o desenvolvimento social e econômico”

Cidade do Panamá, Panamá, 10 de abril de 2013

Os Ministros e outras altas autoridades participantes na XV Reunião da Rede Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE) reunidos na Cidade do Panamá, em 10 de abril de 2013, no marco da preparação da XXIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo que será celebrada no Panamá, nos dias 18 e 19 de outubro de 2013.

Reunidos com o propósito de deliberar em torno ao papel que corresponde aos nossos ministérios na direção, planejamento e coordenação das políticas públicas para o desenvolvimento social e econômico dos nossos países num ambiente de governança democrática.

Cientes da necessidade que essa coordenação se deva realizar em todos os âmbitos e níveis de governo e deva considerar as políticas de curto, médio e longo prazo, com a finalidade de manter um equilíbrio entre as políticas de Estado e as estratégias governamentais e, ao mesmo tempo, promover e manter o desenvolvimento sustentável dos programas de coesão social, de redução da pobreza e as desigualdades e de crescimento sustentável e inclusivo, sem colocar em risco as políticas macroeconômicas de estabilidade ou as medidas de ajuste ou de regulamentação financeira dos países.

Convencidos de que, para isso, é fundamental continuar avançando no fortalecimento e consolidação institucional, bem como na melhor administração dos órgãos de governo e das entidades públicas em todos os níveis, dando ênfase especial ao bom governo, ao respeito da legalidade, à integridade, à não discriminação, à delegação e desconcentração de competências, à dotação de recursos financeiros e à capacitação de recursos humanos e à promoção permanente da participação cidadã.

Seguros, também, de que a nossa tarefa de coordenação deve ser acompanhada do reforço das políticas de regulamentação, de promoção da



transparência institucional, da gestão eficaz e eficiente, da prestação de contas, mediante mecanismos de medição, acompanhamento e avaliação que favoreçam uma administração pública ao serviço dos cidadãos e que contribuam a melhorar a inovação, a produtividade e competitividade de nossas economias.

Comprometidos com as políticas de igualdade de direitos e oportunidades promovidas pelos nossos países, que estabeleçam ações que permitam uma real e efetiva igualdade de gênero, um maior acesso dos povos indígenas e dos afro descendentes e de setores e grupos em situação de exclusão ou de vulnerabilidade à função pública.

Acordamos

1. Fortalecer os sistemas de coordenação entre todas as instâncias e níveis de governo com o objetivo de estabelecer políticas e estratégias nacionais de desenvolvimento econômico e social sustentáveis, coerentes com as prioridades e necessidades dos países, promover a inclusão e coesão social, reduzir as desigualdades, gerar sinergias com atores não governamentais, maximizar o crescimento de regiões e de setores menos favorecidos, promover a criação de emprego, melhorar e tornar mais eficaz a gestão governamental, racionalizar a administração e evitar a duplicidade de esforços.
2. Maximizar a implementação de sistemas de controle, acompanhamento e avaliação de programas e metas em todos os níveis de governo para agilizar os processos burocráticos, enfrentar a corrupção e promover a participação cidadã sem discriminação, nestes processos através de mecanismos adequados e viáveis, para tornar a função e o serviço público transparentes e eficientes.
3. Desenvolver ou maximizar, na administração pública, por meio de ferramentas inovadoras, os mecanismos de gestão eficaz e eficiente e a prestação de contas aberta ao escrutínio público para promover a participação, a credibilidade, a transparência e a produtividade.
4. Dar seguimento, no âmbito de sua competência, às políticas de ordenamento territorial e de descentralização que articulem no setor público, estratégias de desenvolvimento sustentável que permitam, sob os princípios de subsidiariedade e de maior proximidade, a distribuição adequada dos recursos financeiros e a participação dos atores



locais, com atenção especial às especificidades sociais, econômicas, geográficas e demográficas.

5. Expressar nossa profunda satisfação pela adoção, durante a XXII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e do Governo de Cádiz, da Carta Ibero-Americana da Transparência e o Acesso à Informação Pública, iniciativa gerada na última Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes e pela iniciativa de um Grupo de Trabalho reunido no mês de setembro de 2012 em Madri, com o objetivo de adotar políticas de transparência que reconheçam o direito de acesso à informação que os Estados devem tornar pública, com as limitações próprias desta questão e a proteção de dados de caráter pessoal. Solicitar à SEGIB que recopile nos países, os nomes das autoridades competentes na matéria, a objeto de configurar um diretório de experientes ibero-americanos para o intercâmbio de informação.
6. Favorecer na administração pública regras claras, estáveis e previsíveis que deem certeza e promovam os investimentos produtivos nacionais e estrangeiros, conforme as leis de cada país.
7. Reiterar nosso apoio político ao Programa Escola Ibero-Americana de Governo e Políticas Públicas, IBERGOP, e reafirmar sua importância como um instrumento da RIMPE para dar início aos seus acordos.
8. Valorizar a realização das três edições de Diplomados IBERGOP, sobre Sistemas de Monitoramento e Avaliação das Políticas Públicas, salientando a melhoria aplicada na metodologia e desenho do Diplomado e encarregar ao Programa IBERGOP o desenho da quarta edição do Diplomado, tendo como base o tema das Políticas Públicas para o fortalecimento institucional, o crescimento econômico e a coesão social, com ênfase especial no tema da transparência e bom governo.
9. Apresentar à Secretaria-Geral Ibero-Americana as medidas adotadas no âmbito do fortalecimento institucional com a finalidade de propiciar um estudo conjunto, a ser preparado pela SEGIB, que constitua um referencial para todas as instâncias de governo dos nossos países.
10. Compartilhar com a SEGIB, nesse mesmo sentido, pelos meios mais convenientes para cada país, informações sobre a incorporação ao direito interno dos nossos países dos mecanismos de fiscalização



governamental no marco das normas estabelecidas no Código Ibero-Americano de Bom Governo, adotado pelos países Ibero-Americanos na XVI Cúpula de Chefes de Estado e do Governo de Montevideu.

11. Reconhecer a Rede de Governo Eletrônico para América Latina e o Caribe (GEALC) como espaço de colaboração e impulso do Governo Eletrônico e encomendar à SEGIB realizar a necessária gestão para a incorporação da Espanha, Portugal e Andorra, como países membros dessa Rede.
12. Solicitar à Secretaria-Geral Ibero-Americana que eleve à consideração da XXIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e do Governo do Panamá a presente Declaração.

Os participantes agradecem à Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), como órgão permanente de apoio da Conferência Ibero-Americana, por seu trabalho de coordenação desta Reunião.

Igualmente, agradecem de modo especial ao Ministério da Presidência da República de Panamá pela excelente preparação e organização da XV Reunião Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes.



Declaração

VI Reunião de Ministros da Economia e Fazenda

“As políticas de ajustes das economías desenvolvidas e o seu impacto sobre a América Latina”

Cidade do Panamá, Panamá, 26 de junho de 2013

Nós, os participantes da VI Reunião Ibero-Americana de Ministros de Economia e Fazenda, reunidos na Cidade do Panamá, no dia 26 de junho de 2013, no marco da Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo a ser realizada no Panamá nos dias 17 e 18 de outubro de 2013.

Considerando

1. Que celebramos esta reunião com o objetivo de analisar, entre outras coisas, as políticas dos Estados Unidos, União Europeia e Japão frente à crise econômica mundial e seu impacto sobre as economias emergentes, especialmente sobre as economias latino-americanas.
2. Que as projeções de crescimento econômico para a América Latina e o Caribe do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial indicam que seria ao redor de 3,5%; e que este, na maioria dos casos, se apoiaria em uma demanda externa mais robusta, e de políticas econômicas expansivas aplicadas em alguns países da região.
3. Que persistem os desequilíbrios macroeconômicos e estruturais na economia global, assim como incertezas em relação à sustentabilidade da recuperação econômica, incrementando na região o risco de deterioração dos equilíbrios externos, fiscais e dos balanços financeiros; portanto, é necessária a implementação de mecanismos que fortaleçam o dinamismo e a diversificação das economias regionais.
4. Que a volatilidade dos preços das matérias primas gera incertezas na região e afeta as nossas economias.
5. Que, no caso de ser aplicada uma política monetária mais restritiva em economias desenvolvidas, se encarecerão os custos de financiamento externo e poderia gerar-se uma reversão no fluxo de capitais e a necessidade de ajustes nas economias da região para reduzir seus desequilíbrios em conta corrente.

- 
6. Que as experiências vividas no passado pela região e, recentemente, por Estados Unidos, Japão e União Europeia, devem servir como referência para que nossos países reforcem suas políticas econômicas macroprudenciais para mitigar os efeitos das crises internacionais e prevenir os riscos de bolhas econômicas.
 7. Que a União Europeia tem realizado um grande esforço de consolidação fiscal e de implementação de reformas estruturais, mas continua sendo necessária uma atuação decidida que fomente o crescimento e o emprego; mesmo assim, as perspectivas de um crescimento contínuo são ainda fracas e os riscos de escasso crescimento são significativos e poderiam ter impacto sobre a América Latina.
 8. Que é necessário impulsionar o crescimento sustentável, continuar promovendo uma distribuição mais equitativa da riqueza e um incremento da produtividade que se traduzam em aumentos de salários e na geração de emprego.
 9. Que é importante promover reformas que melhorem a qualidade das nossas instituições e da educação, para contar com instituições capazes de liderar uma revolução da produtividade que potencie a inovação tecnológica necessária em nossos países.

Acordamos

1. Realizar os esforços para garantir que os nossos governos se tornem catalisadores para o crescimento econômico, através de políticas fiscais sustentáveis, que potencializem e imobilizem a poupança interna, impulsionem os investimentos em capital produtivo, tanto em infra-estrutura como em talentos humanos investimentos em capital são um fator chave no desempenho econômico a curto e longo prazo e são também um instrumento de bem estar e desenvolvimento social inclusivo.
2. Continuar trabalhando para reduzir os níveis de pobreza, reduzir os desequilíbrios sociais e melhorar o acesso aos serviços básicos e a educação de qualidade, e desenvolver oportunidades para a população vulnerável.
3. Envidar os esforços necessários nos nossos países para permitir uma revolução da produtividade, eliminando os principais obstáculos



para um crescimento sustentável e gerando emprego. Este significa que, em maior ou menor medida, aprimorar a utilização dos fatores de produção, reduzir a informalidade, melhorar a estrutura tributária e reforçar o quadro regulamentar e o clima de investimento, incentivar o investimento em infra-estrutura e logística, promover a inclusão financeira, reduzir o fosso digital, investir no desenvolvimento humano, combater o crime organizado e a insegurança e atrair investimentos diretos estrangeiros, para fortalecer a transferência de tecnologia, em conformidade com a legislação e as prioridades internas de cada país.

4. Implementar ações para fortalecer a integração regional e extrarregional que permita ampliar os mercados nacionais, potenciar as economias de escala e o comércio internacional justo e desenvolver as pequenas e médias empresas.
5. Desenvolver instrumentos para responder a impactos exógenos, econômicos e de outro tipo, de forma que a agenda de crescimento a longo prazo não seja interrompida, especialmente perante um cenário de aumento de taxas de juros e a provável diminuição de fluxos de capital para a região que poderia intensificar-se a médio prazo.
6. Fortalecer a participação dos países da Comunidade Ibero-Americana nos foros econômicos mundiais, organismos multilaterais e nos processos de integração, dos quais os países sejam membros, com o objetivo de contribuir para a busca de consensos que tenham um impacto positivo para todos os países da região.
7. Promover a criação de mecanismo, públicos ou privados, para identificar e propor, em cada um dos nossos países, as políticas e as reformas fundamentais para aumentar a produtividade e encontrar os mecanismos para que as boas práticas nesta matéria sejam difundidas em toda a Comunidade Ibero-Americana.
8. Estreitar a colaboração para continuar lutando contra a evasão fiscal a fim de permitir que os nossos governos contem com maiores recursos para promover o desenvolvimento econômico de nossos países. Um elemento fundamental nesta esfera é facilitar a troca de informações entre nossas autoridades fiscais.
9. Agradecer ao Governo do Panamá, especialmente o Ministro da Economia e Finanças, Frank De Lima, e à Secretaria-Geral Ibero-Americana



pela organização e desenvolvimento desta bem sucedida reunião. Solicitar à Secretaria-Geral Ibero-Americana para levar à consideração da XXIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo da presente Declaração.



Declaração

I Reunião de Ministros dos Assuntos Sociais

“A necessidade de Coordenação da Gestão Pública no âmbito das Políticas Sociais”

Cidade do Panamá, Panamá, 27 de junho de 2013

Os Ministros e outros altos funcionários participantes da Iª Reunião de Ministros de Assuntos Sociais, reunidos na Cidade do Panamá em 27 de junho de 2013, no âmbito da preparação da XXIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo a ser realizada no Panamá, em 18 e 19 de outubro de 2013.

Reunidos com o objetivo de deliberar sobre o papel que corresponde aos nossos ministérios na coordenação, articulação e gestão das políticas sociais no âmbito público, influenciando na qualidade do investimento público, a coordenação em diferentes níveis de governo e controle no gerenciamento para resultados e outras metodologias de gestão.

Considerando o momento de crescimento econômico experimentado por alguns países da região, que permite a renovação das políticas sociais para o desenvolvimento de um Sistema de Proteção Social baseado em direitos e na geração de igualdade de oportunidades para a inclusão social.

Conscientes da necessidade de adotar estratégias comuns para alcançar a convergência das políticas sociais na redução das desigualdades que afetam nossos povos, assim como da promoção e inclusão das populações em situação de vulnerabilidade.

Decididos a promover mecanismos e políticas sociais que permitam superar a desigualdade e a vulnerabilidade social para alcançar uma genuína inclusão social, que respeite a diversidade cultural e as particularidades territoriais, articulando a Seguridade Social e a Proteção Social, a fim de melhorar as condições de vida de nossa cidadania, facilitando a igualdade de oportunidades e o pleno acesso a direitos.

Reafirmando que a participação da cidadania é um componente essencial na elaboração e na gestão das políticas sociais, permitindo a consolidação de uma administração pública transparente e eficaz.



Reconhecendo que a adoção de uma abordagem territorial nas políticas sociais deve influenciar a participação de organizações e atores sociais, com base em sua identidade e cultura, promovendo modelos de ação coletiva, no contexto da cooperação entre todos os agentes interessados, para o protagonismo dos espaços comunitários.

Comprometidos com as políticas de inclusão com igualdades de oportunidades e não discriminação, de acesso e exercício de direitos, adotadas em nossos países e destinadas a estabelecer uma efetiva igualdade de gênero e um maior acesso dos Povos Indígenas, dos Afrodescendentes e de outros grupos em situação de exclusão dos Sistemas de Proteção Social.

Reconhecendo a importância de promover a criação do Programa Ibero-Americano “AfroXXI: população e cultura afrodescendente na Ibero-América”, com vistas a prover um maior reconhecimento às contribuições sociais, culturais, políticas e econômicas dos afrodescendentes na América Latina e no Caribe.

Envolvidos na necessária integração nas políticas sociais dos vários modelos de desenvolvimento e bem-estar que existem em nossa região, que enriquecem a inovação e as propostas para o desenvolvimento do capital humano e social nos espaços comunitários.

Refletindo sobre as realizações e os impactos que as políticas e estratégias, impulsionadas em nossos Estados, favorecendo um efetivo cumprimento dos Objetivos do Milênio e da Cúpula Internacional de População e Desenvolvimento, com vistas a uma agenda pós-2015.

Reafirmando o compromisso dos nossos Estados com a declaração de 2013 como o “Ano Ibero-Americano para a inclusão no mercado de trabalho das pessoas com deficiência”, proclamada na XXII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

Acordam

1. Promover o crescimento com desenvolvimento e progresso social, gerando processos de desenvolvimento local sustentável e fortalecimento da governança democrática com coesão e inclusão social.

2. Impulsionar uma Ibero-América com engajamento social que promova o bem comum e a inclusão social dos nossos povos, levando em consideração o caráter indissociável das políticas econômicas e das políticas sociais, no quadro dos compromissos com o desenvolvimento sustentável.



3. Coordenar as políticas públicas e programas governamentais em suas diferentes dimensões para que sejam coerentes e convirjam para políticas integrais, sustentáveis e inclusivas de desenvolvimento econômico e social, adotando a prática de planejamento estratégico.

4. Encorajar e promover uma ampla participação de diferentes atores que fazem parte da agenda política, levando em conta as particularidades de cada um deles e seus espaços específicos.

5. Reconhecer a importância central de contar com um Estado presente e ativo, consciente de sua responsabilidade intransferível no planejamento, gestão e implementação das políticas sociais.

6. Promover políticas sociais integrais, que contemplem as particularidades de cada região com sua cultura e sua idiosincrasia, mediante a coordenação dos diferentes níveis de governo e o fortalecimento das administrações locais para fomentar uma participação mais direta. Criar espaços para facilitar a transferência de experiências bem-sucedidas e de boas práticas em matéria de crescimento com igualdade, através da inovação social.

7. Implementar políticas públicas para melhorar o acesso ao emprego digno, a atenção de saúde universal, promovendo a Segurança Social e os sistemas de Proteção Social. Desta maneira reduziremos as disparidades de acesso aos serviços sociais básicos, melhorando assim a qualidade de vida dos nossos povos, especialmente nas áreas rurais e de difícil acesso, bem como em assentamentos urbanos precários.

8. Potencializar as estratégias de inclusão laboral que têm sido desenvolvidas na região, especialmente aquelas voltadas para as pessoas com deficiência. Neste sentido, estimular aquelas que incorporem os valores da economia e o empreendedorismo social, solidário, popular e o cooperativismo.

9. Conceber políticas e estratégias integrais dirigidas aos jovens, em colaboração com a Organização Ibero-Americana da Juventude, priorizando aquelas que garantam maior acesso e permanência dos jovens no sistema de ensino formal.

10. Reforçar as iniciativas em andamento para a prevenção, proteção e promoção da adolescência e juventude em situação de vulnerabilidade, gerando igualdade de acesso a direitos e oportunidades.

11. Consolidar iniciativas que valorizem os adultos maiores e promover o exercício pleno de direitos, bem como o envelhecimento ativo e positi-



vo, mediante a criação de políticas para a Segurança Social e a Proteção Social.

12. Impulsionar uma coordenação regional eficiente, com Organismos Internacionais e Regionais, especialmente os Ibero-Americanos, na concepção, desenvolvimento e implementação de programas de Proteção Social para alcançar um maior impacto sobre as políticas públicas com recursos partilhados.

13. Consolidar mecanismos de monitoramento na implementação de políticas sociais, fortalecendo os canais de participação cidadã.

14. Fortalecer as políticas públicas que assegurem a plena igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, através da transversalidade de gênero, para garantir o empoderamento econômico, político e físico das mulheres, em todas as esferas públicas e privadas; seus direitos humanos a uma vida digna e livre de qualquer tipo de violência, com participação cidadã e reconhecendo a importância de trabalhar com as organizações e a cooperação internacional.

15. Recomendar, nos casos cabíveis, estratégias nacionais e regionais para promover a plena inclusão de pessoas de ascendência africana e Povos Indígenas, eliminar a desigualdade e erradicar o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e outras formas conexas de intolerância.

16. Reafirmar o respeito aos direitos humanos das pessoas com deficiência, levando em conta a declaração de 2013 como o “Ano Ibero-Americano para a inclusão no mercado de trabalho das pessoas com deficiência”, e promover o reconhecimento àquelas empresas Ibero-americanas que tenham incorporado em suas equipes de trabalho pessoas com deficiência.

17. Continuar a fortalecer a cooperação entre nossos países em áreas que promovam a proteção, promoção e inclusão social e as políticas sociais, por meio de planos, programas, projetos que proporcionem o desenvolvimento integral e inclusivo de todos os cidadãos da América Latina.

18. Solicitar à Secretaria Pro Tempore do Panamá que eleve à consideração da XXIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo na República do Panamá os acordos desta Declaração.



Os e as participantes agradecem à Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), como órgão permanente de apoio à Conferência Ibero-Americana, por seu trabalho na coordenação deste encontro.

Do mesmo modo, agradecem muito especialmente ao Ministério do Desenvolvimento Social da República do Panamá pela inovadora iniciativa de reunir os máximos representantes Ibero-Americanos da coordenação das políticas sociais, com a finalidade de contribuir a alcançar um maior impacto no bem-estar da cidadania. Neste sentido, manifestam sua disposição de dar continuidade a este espaço de intercâmbio no âmbito das sucessivas Cúpulas Ibero-Americanas.



Declaração

XXIII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Educação

Cidade do Panamá, Panamá, 19 de setembro de 2013

Os Ministros e representantes dos países ibero-americanos, reunidos na Cidade de Panamá no dia 12 de setembro de 2013, na Conferência Ibero-americana de Educação, convocada no marco da XXIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

Consideramos

Que a XXIII Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo que se realizará na cidade do Panamá, Panamá, nos próximos dias 18 e 19 de outubro de 2013 sob o tema “O papel político, económico, social e cultural da Comunidade Ibero-americana no novo contexto mundial”, abre a oportunidade de refletir sobre o papel que a educação deve ocupar no progresso dos países e dos cidadãos, na construção de sociedades democráticas, participativas e equitativas e no desenvolvimento sustentável de uma Comunidade Ibero-americana que deve construir-se em estreita relação com o resto das regiões do mundo.

Que o projeto Metas Educativas 2021 aprovado pela Conferência de Ministros de Educação e pela Cúpula de Chefes de Estado e de Governo na Argentina em 2010 constitui uma referência fundamental nas políticas educativas de nossos países.

Que a formação, a qualificação e o desenvolvimento profissional dos docentes são a principal garantia de melhoria da qualidade do ensino em nossos países.

Que a infância é uma etapa evolutiva fundamenta na vida das pessoas e que seu cuidado, proteção, defesa de seus direitos e ampliação de suas possibilidades educativas é a garantia de um melhor desenvolvimento e aprendizagem dos alunos e uma condição imprescindível para assegurar a dignidade das pessoas, a qualidade educativa e o progresso dos países.

Que a alfabetização e a educação permanente das pessoas jovens e adultas constituem um fator essencial para o desenvolvimento das pessoas e



são uma responsabilidade incondicional dos poderes públicos em articulação com atores sociais para evitar a pobreza e favorecer a integração social de todos os cidadãos.

Que a modernização da Educação Técnico-Profissional é uma garantia para melhorar a qualificação profissional dos jovens e das pessoas adultas e para abrir-lhes as portas do mercado de trabalho, e que nesse marco, é necessário incorporar na formação uma perspectiva que fomente as competências empreendedoras e aprender a empreender.

Que a educação artística contribui sem dúvida ao desenvolvimento da inteligência e da sensibilidade, favorece a convivência, ajuda a conhecer os outros e a entender pontos de vista diferentes, e abre novos caminhos para a inovação e a participação conjunta em atividades musicais e cênicas.

Que o progresso da ciência, a tecnologia e a inovação é uma condição imprescindível para o desenvolvimento econômico e social de nossos países e que a formação nestes campos é uma garantia para assegurar as competências necessárias que permitam a participação crítica e responsável na sociedade.

Acordamos

1. Manter e reforçar o compromisso adquirido pelos Ministros Ibero-americanos de Educação com o projeto Metas Educativas 2021, ratificado na Cúpula de Chefes de Estado e de Governo celebrada na Argentina em 2010, que almeja alcançar uma educação de qualidade para todos os alunos para fazer frente à pobreza, a exclusão social e a desigualdade e enfrentar ao mesmo tempo os desafios da sociedade da informação e do conhecimento.
2. Valorizar o relatório apresentado pelo IESME da OEI em estreita coordenação com o INEE do México e a área de Pesquisa e Estatística do Ministério de Educação do Uruguai e, no geral, com os Institutos de Avaliação de todos os países Ibero-americanos, sobre “Desenvolvimento profissional dos docentes e melhoria da educação”, e destacar que a informação e as propostas aportadas contribuirão para orientar as políticas educativas, para melhorar a qualidade do ensino e o trabalho dos professores.
3. Apoiar o projeto de desenvolvimento profissional dos docentes que inclui a mobilidade dos professores, que deve proporcionar um im-



pulso para o fortalecimento de redes de inovação e de intercâmbio de experiências entre as instituições educativas identificadas pelos países, que respondam a suas prioridades e promovam a investigação educativa. Isso em estreita relação com o Programa Ibero-americano de mobilidade Pablo Neruda.

4. Avançar no processo de reconhecimento das Universidades e Instituições responsáveis pela formação dos professores tanto em suas instâncias nacionais como em estreita relação com a Rede Ibero-americana de Acreditação da Educação Superior (RIACES) com o fim de favorecer a mobilidade dos alunos nos estudos exigidos para o exercício para a docência.
5. Manifestar o apoio ao Centro de Altos Estudos Universitários da OEI por seu desenvolvimento durante estes anos e incentivá-lo a ampliar sua oferta de formação a partir das prioridades, demandas e interesses dos Ministérios de Educação incentivando a constituição de comunidades e espacios de intercambio de experiências.
6. Encomendar ao Secretário Geral da OEI a continuidade dos trabalhos para firmar a Declaração conjunta da OEI e a Internacional da Educação para a America Latina, destacado a importância do diálogo entre os docentes e o Estado para buscar a melhora da educação e das condições laborais dignas, em função do respeito, da experiência e da legislação de cada país levando em conta as especificidades de cada nível e modalidade da educação.
7. Destacar a importância do projeto sobre atenção integral de infância, pois os primeiros anos da vida da criança são uma etapa evolutiva fundamental para o seu desenvolvimento posterior e suas aprendizagens futuras. Ressaltar a importância de ampliar a oferta educativa nestas idades para alcançar os objetivos estabelecidos no projeto Metas Educativas 2021. Isto implica assegurar a formação das educadoras, estabelecer relações estáveis entre as diferentes instituições responsáveis pelo cuidado da infância e prestar especial atenção à orientação e à participação das famílias no processo educativo de seus filhos. Agradecer à UNIECF seu firme apoio ao projeto manifestado por meio do convênio firmado com este objetivo.
8. Valorar o espaço de debate e intercâmbio sobre a relevância das TIC na superação da brecha digital, nos processos de formação de pro-



fessores, na inserção e protagonismo no mundo atual e nas mudanças na educação.

9. Reconhecer os avanços alcançados nestes anos no processo de alfabetização das pessoas jovens e adultas, com um reconhecimento especial aos programas “Eu, posso sim” e “Eu, posso continuar” e outros, e renovar o apoio ao Programa Ibero-americano de Alfabetização e Educação Básica de Pessoas Jovens e Adultas (PIA) com a finalidade de atingir seus objetivos básicos em seus dois anos finais de vigência (2014-2015). Ao mesmo tempo, encomendar à Unidade Técnica do PIA a redação de uma proposta de reformulação do Programa para a fase 2015 a 2021 em função dos eixos estabelecidos pelas Metas educativas 2021, com o fim de que seja aprovada pela Conferência Ibero-americana de Ministros de Educação e submetida posteriormente à Cúpula de Chefes de Estado e de Governo.
10. Destacar os progressos realizados no desenvolvimento da Educação Técnico Profissional, especialmente no programa de formação de jovens em competências empreendedoras aprovado na Conferência Ibero-americana de Ministros de Educação, celebrada em Salamanca em 2012 e dar um novo impulso ao desenvolvimento do programa Eurosocial II da União Europeia para configurar Sistemas Nacionais de Qualificações Profissionais.
11. Reconhecer os progressos na execução do programa “Luzes para aprender” que conseguiu mobilizar recursos, estabelecer relações eficazes entre o setor público e o privado e comprometer as comunidades implicadas para levar eletricidade e conectividade de forma sustentável aos povos que ainda não dispõem delas.
12. Valorizar os avanços realizados no projeto ibero-americano de Teatro infantil e juvenil aprovado na Conferência de Ministros celebrada em Salamanca em 2012 e manifestar o apoio para sua continuidade e à organização de um Festival de teatro infantil e juvenil em um prazo de dois anos no qual serão convidadas companhias de todos os países ibero-americanos. Considerar a possibilidade de que um festival destas características possa ser bienal e pedir à OEI que trabalhe nesta direção.
13. Apreciar o progresso do projeto “Te convido a ler comigo” aprovado na Conferência de Ministros de Educação celebrada em 2011 e estimular os países a participarem de sua ampliação e desenvolvimento.

- 
14. Respalda as conclusões do VII Forum Ibero-americano dos Responsáveis de Educação, Ciência e Inovação, em particular: o impulso à Agenda Cidadã, da Ciência, da Tecnologia e Inovação; os acordos em matéria de reconhecimento de períodos de estudo e de títulos, reforçando os mecanismos de cooperação entre os sistemas nacionais de avaliação e acreditação, incluindo a proposta de avançar na possibilidade de constituir um Conselho Ibero-americano de Acreditação Superior. Tudo isso para continuar avançado na construção do Espaço Ibero-americano de Conhecimento (EIC).
 15. Destacar o papel do Conselho Assessor das Metas Educativas como expressão da participação da sociedade ibero-americana na mudança educativa e valorizar sua consolidação e seu compromisso com a melhoria da qualidade e da equidade educativa.
 16. Valorizar o esforço realizado pela Vice-presidência e pelo Ministério de Educação da Colômbia que juntos com a OEI e os Ministérios de Educação de El Salvador e do Uruguai têm envidado esforços conjuntos para desenvolver o Instituto Ibero-americano para a Educação em Direitos Humanos e para a Democracia, Expressar o apoio da Conferência de Ministros a tão importante iniciativa.
 17. Reconhecer as valiosas experiências apresentadas e postas em comum no desenvolvimento da conferência de Educação que mostram os esforços, vontade e compromisso dos governos para desenvolver reformas e iniciativas que contribuam para a melhoria da qualidade da educação em nossos países.
 18. Apoiar o Congresso Ibero-americano de Ciência, tecnologia, inovação e educação convocado em Buenos Aires no período de 12 a 14 de novembro de 2014 e favorecer um encontro dos Ministros ou das pessoas responsáveis das novas tecnologias para continuar a reflexão realizada durante a Conferência de Ministros de Educação no Panamá sobre o impacto da tecnologia na mudança educativa.
 19. Manifestar o apoio ao processo de paz e reconciliações que se está realizando em Colômbia entre o Governo Nacional e as FARC. Reiterar a importância da educação para construir salas de aula as bases para a convivência pacífica e pelos direitos humanos.
 20. Agradecer o esforço realizado pela OEI e pelos Ministérios de Educação e de Cultura do Panamá na organização do concurso “Músi-



ca maestro”, que tem permitido que a orquestra juvenil do Panamá seja ampliada com jovens músicos procedentes de todos os países ibero-americanos e que pudesse também oferecer um concerto extraordinário no qual estivessem presentes as orquestras juvenis dos demais países.

21. Agradecer o magnífico trabalho realizado pela Ministra de Educação do Panamá e sua equipe junto com a OEI na organização e desenvolvimento desta Conferência.
22. Agradecer ao Secretário de Educação Pública do México a sua disposição em organizar a próxima Conferência Ibero-americana de Ministros de Educação no marco da XXIV Cúpula que terá lugar neste país no ano de 2014.



XVI Conferência Ibero-americana de Ministros da Cultura

Cidade do Panamá, Panamá, 13 de setembro de 2013

Os Ministros e altos funcionários da Cultura dos países ibero-americanos, reunidos na Cidade do Panamá, no dia 13 de setembro de 2013, na XVI Conferência Ibero-americana de Cultura, convocada no quadro da XXIII Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo.

Consideramos

Que a XXIII Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, que se levará a cabo na cidade do Panamá, Panamá, nos próximos dias 18 e 19 de outubro, sob o tema “O papel político, econômico, social e cultural da Comunidade Ibero-americana no novo contexto mundial”, oferece a ocasião adequada para esta XVI Conferência aprofundar o papel que desempenha a dimensão cultural no desenvolvimento sustentável da Comunidade Ibero-americana e na sua proteção na comunidade global.

Que a cultura ibero-americana é diversa, plural, universalmente difundida, tem um valor estratégico excepcional na nossa região e contribui de forma decisiva para a coesão social, desenvolvimento econômico, social e sustentável da mesma, e que o nosso propósito de convergência se sustenta não só num acervo cultural comum, como também na riqueza das nossas origens e das suas expressões (Carta Cultural Ibero-americana).

Que, guiados pela convicção da importância de consolidar o Espaço Cultural Ibero-americano, é necessário potenciar ações que permitam uma reflexão de futuro, a partir dos nossos processos históricos, para a construção de um projeto inclusivo que considere as identidades e a solidariedade como valores estratégicos fundamentais para a definição de políticas públicas.



Acordamos

Valorizar de forma unânime e positiva a apresentação do excelente Relatório sobre a consolidação do Espaço Cultural Ibero-americano de acordo com o mandato da Cúpula de Cádiz. O referido relatório é aceite como documento de referência e propõe-se igualmente que os países possam realizar novas contribuições para o enriquecimento como um Programa de trabalho e que seja objeto de debate e reflexão em diferentes encontros. No Relatório salientam-se, entre outros aspetos, as profundas raízes da diversidade cultural ibero-americana, o valor geoestratégico do espaço cultural na atual globalização, a sua inclusividade e coesão social e o seu serviço à integração regional. Um espaço também de valores, em especial os valores relacionados com os direitos fundamentais, entre eles os direitos culturais, que olha para o futuro e para as novas gerações. Em 2016 celebrar-se-á um Congresso de Cultura sobre o ECI, por ocasião dos dez anos da adoção da Carta Cultural Ibero-americana. Agradecer a realização dos encontros em Madrid, Panamá e México.

Afirmar a força simbólica dos bens culturais como manifestações da diversidade cultural perante os riscos potenciais que implicam a adoção de acordos económicos que condicionem as políticas de fomento e proteção da produção cultural.

Sublinhar o papel transversal da cultura como elemento chave para a realização da igualdade e destacar as experiências desenvolvidas em diversos países com a criação e estabelecimento de espaços culturais em comunidades socialmente vulneráveis.

Encomendar à SEGIB que no quadro do V Congresso Ibero-americano de Cultura de Zaragoza, Espanha, denominado “Cultural Digital, Cultura em Rede”, promova o debate juntamente com os Ministérios e instituições culturais da Ibero-América para o desenvolvimento de uma Agenda Cultural para a Ibero-América que, entre outras ações, contribua para a redução do fosso digital na região e fomenta o desenvolvimento cultural com o acesso equitativo à criação e difusão de manifestações culturais no âmbito digital.

Encomendar à SEGIB a criação de um grupo de trabalho para abordar a regulamentação e metodologia dos congressos ibero-americanos de cultura. Aceitar a proposta da Costa Rica para abril do ano de 2014 com o título “Cultura viva comunitária”. Saudar ainda a ligação do Fundo Indígena nessa edição.



Saudar a apresentação realizada pelo Panamá do projeto da Cidade das Artes, que é o principal investimento cultural dos últimos anos que procura estabelecer um núcleo central de desenvolvimento artístico, que promove a transformação curricular nas carreiras artísticas dos centros educativos de arte a nível nacional. A iniciativa do INAC inspira-se nas cidades criativas da UNESCO que se baseia na ideia de que a cultura pode desempenhar um papel importante na renovação urbana. É um conjunto de infraestruturas modernas, equipadas com a última tecnologia que albergará a Escola Nacional de Artes Plásticas, a Escola Nacional de Teatro, a Escola de Música, o Instituto Nacional de Música, a Escola Juvenil de Música, a Escola de Dança e Ballet, a Escola Nacional de Dança o Ballet Nacional, a Sala de Exposições, a Biblioteca, a Casa do Escritor, o Auditório Sede da Orquestra Sinfônica, o Edifício do Teatro, Multifuncional e o Edifício de Estacionamento. O México elaborou uma proposta para o desenvolvimento de intercâmbios neste campo.

Valorizar o trabalho realizado pela OEI relativamente ao programa sobre “Teatro Ibero-Americano Infantil e Juvenil” e apoiar a convocatória do Festival Ibero- americano Infantil e Juvenil que se celebrará na Cidade do México, organizado pela OEI com o apoio de CONACULTA, por ocasião da próxima Conferência Ibero-Americana de Ministros da Cultura, em que se convidará as companhias de teatro de cada país, favorecer o intercâmbio e alargar as experiências dos alunos neste campo.

Incentivar a OEI a continuar o desenvolvimento do projeto de Cultura empreendedora: aprender a empreender em cada um dos países e manifestar satisfação pelo êxito do concurso sobre Cultura empreendedora convocado pelo Ministério da Educação, Cultura e Desporto de Espanha conjuntamente com a OEI, cujos vencedores de cada país serão convidados a participar no Congresso Ibero- Americano de Cultura que se celebrará em Zaragoza dos dias 19 a 22 de novembro de 2013.

Apoiar a proposta da OEI para o desenvolvimento de um programa de mobilidade de artistas e gestores culturais no espaço ibero-americano a ter início no ano de 2014.

Apoiar a oferta dos cursos de formação à distância da Escola das Culturas do Centro de Altos Estudos da OEI (CAEU) e incentivar os países para que os considerem como próprios e promovam a participação nos mesmos.

Reconhecer os avanços realizados pela OEI em colaboração com a Secretaria de Cultura da Argentina na implementação do Observatório Ibero-



-Americano da Cultura (OBIC), com a participação ativa dos responsáveis pela informação estatística cultural de cada país, e, especialmente a dos diversos sistemas subregionais (SICSUR, CAN e SICA). Acordar a institucionalização do mesmo, e através da criação do OIBC, do seu Conselho Reitor que garanta a participação de todos os países da região e do seu Conselho Executivo que ajudará o funcionamento e a eficácia do OIBC.

Reconhecer o Observatório Ibero-Americano de Cultura como um âmbito de trabalho em comum que permitirá o fortalecimento das capacidades dos países para construir os seus próprios sistemas de informação estatística, o desenvolvimento de estratégias de difusão de informação e a elaboração de relatórios de atualização regional.

Reconhecer os avanços realizados por diversos organismos internacionais como o Convênio Andrés Bello e a OEA e os próprios países, na implantação dos sistemas de contas satélites da cultura com metodologias comuns. Isto permite inspirar um programa de atuação específico para um conjunto de países que receberão o apoio técnico e financeiro da OEI e da CEPAL ao longo dos anos 2013 e 2014 para promover o desenvolvimento das suas contas satélites e a realização da segunda edição do estudo: “A cultura e a sua contribuição para o desenvolvimento econômico na Ibero-América”, que nos permitirá, em termos do desenvolvimento das Contas Satélites dos países, alcançar o grau de maturidade necessário, avaliar melhor o peso da cultura na região e a sua contribuição para a criação de emprego e riqueza.

Saudar a iniciativa promovida pela OEI, em colaboração com o Latinobarómetro e os ministérios da cultura da região, de realizar pela primeira vez a nível regional, um inquérito de participação e consumo culturais, como primeira visão de conjunto das práticas culturais na região e de situar os dados dos nossos respetivos países nesse contexto.

Desenvolver e reforçar políticas públicas de desenvolvimento sustentável para a preservação, difusão, acesso e disfrute do Patrimônio Cultural e considerar a importância da ligação entre cultura e turismo, estabelecer uma maior colaboração entre os setores público e privado para implementar planos nacionais destes setores, que contribuem de forma significativa para a economia dos nossos países e da região no seu conjunto.

Felicitar o aumento da participação de países membros nos Programas de Cooperação Cultural, coordenados pela SEGIB, os avanços na busca de sinergias inter-programas, a inclusão de indicadores de gestão e re-



sultado e a contribuição financeira dos mesmos sob o critério de quotas diferenciadas para o fortalecimento do sistema de Cooperação Cultural Ibero-americano e cumprir os objetivos e linhas de ação estabelecidos.

Encomendar à SEGIB que continue com a realização dos workshops de comunicação, formação, gestão por resultados e sinergias inter-programas de Cooperação Cultural.

Destacar a constituição do Comitê Intergovernamental da Iniciativa de Cooperação Iberartesanías, a criação do seu Fundo Financeiro, a aprovação do seu Regulamento e Programa Operativo Anual com o qual se contribuirá para alcançar os objetivos estabelecidos. Agradecer à Colômbia o seu esforço ao encarregar-se da unidade técnica deste programa e incentivar a adesão e participação de mais países para se transformar num Programa de Cooperação.

Destacar o lançamento do Programa Ibero-Americano de Cooperação Ibermemória Sonora, a proposta do México e da SEGIB, que contribuirá para a preservação e difusão do patrimônio sonoro e audiovisual na região. Aderiram a Argentina, Costa Rica, Espanha, Panamá, Peru e a região da América Central com quota única.

Destacar o lançamento do Programa Ibero-Americano de Fomento à política cultural da base comunitária Ibercultura Viva, proposto pelo Brasil, e saudar a adesão manifestada pela Argentina, Bolívia, Costa Rica, Chile, El Salvador, Espanha, México, Panamá, Peru, Portugal, Paraguai, Uruguai e pelo Fundo Indígena.

Reiterar o apoio à proposta do Brasil para a realização de um encontro sobre a diversidade linguística no primeiro semestre de 2014 com o objetivo de formular estratégias de fortalecimento, proteção e difusão das línguas da região.

Saudar a OEI pela incorporação como observadores e participantes dos países lusófonos de África e Ásia nas iniciativas da região.

Encarregar a SEGIB para articular com as instituições acadêmicas e de formação em matéria de Diplomacia Cultural da região a atualização curricular para atender às novas formas de gestão e Diplomacia Cultural e com isso fortalecer as relações multilaterais e bilaterais, os mecanismos de cooperação e os programas de cooperação ibero-americanos, entre outros, e saudar o encontro celebrado no Panamá no quadro da Cúpula.



Reconhecer o trabalho articulado entre a SEGIB e a OEI no desenvolvimento programático que realizam no âmbito cultural do espaço Ibero-Americano.

Saudar o convite do Chile para participar na 6ª Cúpula Mundial das Artes e da Cultura que ser levará a cabo em Santiago do Chile de 13 a 16 de janeiro de 2014 em colaboração com o IFACCA, a Federação Internacional dos Conselhos das Artes e Agências Culturais.

Saudar a proposta do México para realizar uma reunião preparatória prévia à XV Conferência Ibero-Americana de Cultura a realizar-se no México em 2014.

Saudar a participação do IFACCA, CERLALC e do Convênio Andrés Bello na Conferencia de Cultura do Panamá.

Felicitar o INAC do Panamá pela excelente organização e desenvolvimento da XVI Conferência de Cultura celebrada na Cidade do Panamá.



Declaração

VIII Reunião de Ministros Iberoamericanos de Infraestrutura e Logística

“Infraestructura e Serviços Logísticos como Fatores Estratégicos de Competitividade”

Cidade do Panamá, Panamá, 20 de setembro de 2013

Nós, os Ministros Iberoamericanos e Chefes de Delegações responsáveis pela área de Infraestrutura e Logística, reunidos na Cidade do Panamá no dia 20 de setembro de 2013 com o propósito de discutir o desenvolvimento de políticas e estratégias para o fortalecimento do setor,

Considerando

1. Que o forte crescimento do volume de comércio dos países de América Latina, nos últimos vinte anos, o qual tem quase duplicado o PIB de cada país, gera pressões importantes na competitividade do setor produtivo e na eficiência dos modos de transporte e logística, tanto externos como internos.

Que estas pressões são patentes nos portos, nas fronteiras, nos aeroportos e nas ferrovias; porém são mais graves nos países que baseiam o seu transporte no modo rodoviário, o qual movimentam mais de 75% da carga interna da região.

2. Que a infraestrutura do transporte na América Latina mostra um atraso geral em relação às necessidades atuais e futuras, comparada com outras regiões com rendimentos similares.
3. Que a globalização das cadeias de abastecimento tem realçado o papel da logística, que hoje constitui um importante fator de competitividade para as empresas e os territórios.
4. Que os custos logísticos como percentagem do PIB nos países da região são cerca de 24%. A redução destes custos em só 4% gerariam um proveito equivalente ao de uma liberalização do comércio intra-regional.

- 
5. Que a conectividade e integração eficiente de toda a cadeia logística dependem da infraestrutura do transporte e da logística, e da coordenação com outros fatores como o marco regulatório e as políticas orientadas para a promoção da competitividade.
 6. Que algumas políticas públicas não se referem de forma integrada ao conjunto de atividades necessárias para mobilizar os produtos de acordo com os requerimentos das cadeias de valor. Em alguns casos, existe uma separação entre as políticas de infraestrutura e transporte. Além disso, a geração de infraestruturas logísticas nem sempre vão em linha com as políticas públicas dos países.
 7. Que se tem produzido uma mudança na geografia econômica do mundo e por isso é necessário rever as políticas e as regulações da infraestruturas de transporte e da logística para responder às novas procuras geradas. No caso da América Latina são especialmente relevantes as mudanças na estrutura do comércio, a ampliação do Canal do Panamá e a modernização de todos os meios e formas de transporte.
 8. Que cada vez mais é colocada ênfase na necessidade de que as zonas de fronteiras facilitem e favoreçam o comércio e o trânsito de pessoas.
 9. Que existe um consenso Ibero-Americano da necessidade de que o desenvolvimento da infraestrutura seja ambientalmente sustentável e ao serviço da sociedade.

Concordamos

1. Avançar nas negociações respectivas nos respetivos âmbitos nacionais, bilaterais, sub-regionais e regionais para (i) reduzir os custos do movimento das mercadorias e gerar uma estratégia coordenada e eficiente da oferta das infraestruturas, garantindo a sua interconectividade, operação e manutenção sob critérios de equidade; (ii) adequar as políticas e as regulações logísticas aos objetivos apresentados, incrementar o investimento em portos, aeroportos, estradas, vias férreas e vias navegáveis.
2. Promover o planeamento a médio e longo prazo das necessidades de infraestrutura e o seu correspondente financiamento com critérios de eficiência competitividade e complementaridade. Trabalhar na



elaboração de um programa em que sejam reconhecidas e atendidas as necessidades das economias pequenas e vulneráveis com características especiais.

3. Promover ações para detectar os aspectos ou pontos críticos que constituem, na atualidade, o estrangulamento técnico e econômico do déficit de infraestruturas, determinante essencial no desenvolvimento da cadeia logística de transporte, com orientação para o desenvolvimento de corredores internacionais na região.
4. Promover a participação do setor público e privado, dos organismos multilaterais de crédito, e a colaboração público-privada na execução de projetos estratégicos de impacto internacional que gerem um benefício social, sob práticas ambientalmente sustentáveis e promover o acesso a novos mecanismos de financiamento para o desenvolvimento da infraestrutura logística e de transporte.
5. Aproveitar a sinergia entre os diferentes modos de transporte para dar resposta às novas necessidades derivadas do desenvolvimento na região, atuando ao mesmo tempo sobre as redes existentes e sua interconexão para a implementação de corredores internacionais que ampliem a área de influência e o uso eficiente e competitivo de uma e várias formas.
6. Impulsionar a criação de centros de transferência intermodais e zonas de apoio logístico unidos pelas infraestruturas de transporte, a contratação de serviços integrados e o desenvolvimento de operadores multimodais para facilitar o transporte, a geração de serviços de valor agregado nestas zonas e à cadeia logística.
7. Desenvolver e fortalecer plataformas automatizadas ou janelas únicas para a gestão coordenada de fronteiras e portos, envolvendo serviços públicos e do setor privado, que permitam aperfeiçoar o controle fiscal, parafiscal e sanitário, a segurança das fronteiras e a facilitação do comércio e o trânsito de pessoas e mercadorias, qualquer que seja o meio de transporte, tudo dirigido para aumentar a competitividade das cadeias logísticas e reduzir a possibilidade de atos irregulares e ilegais.
8. Promover a criação de um Observatório Ibero-Americano de Infraestrutura integrado pelo setor público e privado e organismos internacionais cujos principais objetivos serão sistematizar informação,



gerar dados para o planejamento estratégico integral e promover sinergias entre os países membros.

9. Prestar atenção e detectar as necessidades de mobilidade de pessoas nas áreas urbanas e interurbanas, sobretudo nas grandes cidades dos países ibero-americanos, respeitando as identidades culturais, avaliando seus impactos econômicos, do meio ambiente e procurar os mecanismos financeiros que possibilitem a sua atenção.
10. Os participantes agradecem e felicitam a República do Panamá e o Ministério de Comércio e Indústrias a excelente organização desta VIII Reunião de Ministros Iberoamericanos de Infraestrutura e Logística.



**B) Declarações e Conclusões emanadas de Fóruns,
Seminários e Encontros preparatórios celebrados no
âmbito da XXIII Cúpula Ibero-Americana**



I) Fóruns e Encontros Declarações e Conclusões



Declaração

Declaração do VIII Fórum Ibero-Americano de Governos Locais

“Os Governos Locais Ibero-Americanos no novo contexto mundial”

Cidade do Panamá, Panamá, 11, 12 e 13 de setembro de 2013

Os Presidentes e as Presidentes das Câmaras e outros representantes dos Governos Locais Ibero-Americanos, reunidos no Panamá, por motivo do VIII Fórum Ibero-Americano de Governos Locais, nos dias 11, 12 e 13 de setembro de 2013.

Manifestam

Que os temas tratados nas sete edições anteriores do Fórum Ibero-Americano de Governos Locais: as migrações, a coesão social, a juventude, a inovação municipal, a educação, o desenvolvimento económico-social, a governação, a descentralização e a promoção empresarial, foram relevantes para a construção da agenda local ibero-americana.

Que o VIII Fórum Ibero-Americano já realizado e intitulado “*Os Governos Locais Ibero-Americanos no novo contexto mundial*”, contribuiu para a visão do municipalismo ibero-americano em três questões essenciais da agenda local ibero-americana, que são: a sustentabilidade; a inovação e a participação; e o futuro da cooperação.

E no seguimento das diferentes palestras, intervenções e debates.

Acordam

1. Valorizar o papel fundamental que a cooperação internacional tem para o desenvolvimento sustentável e equitativo e para o financiamento das infraestruturas das nossas cidades, e contribuir para encontrar fórmulas que apoiem uma melhor compreensão da sua realidade profunda, que em muitos casos não corresponde à visão que a comunidade internacional tem dos países de rendimento médio, esquecendo as desigualdades existentes nas nossas áreas urbanas.

- 
2. Valorizar os esforços significativos que se têm vindo a desenvolver nos últimos anos no âmbito da cooperação sul-sul e da cooperação triangular, que podem ser uma opção muito interessante ao nível local.
 3. Promover o desenvolvimento de programas de cooperação que surjam neste Fórum de Governos Locais e que se baseiem na troca de experiências, mas também no compromisso de estabelecer ações conjuntas ou de cooperação direta.
 4. Destacar e estimular o papel dos governos locais na prestação de serviços básicos, na erradicação da pobreza e na gestão de riscos, e promover modelos de descentralização que aumentem a capacidade destes governos desenvolverem políticas sustentáveis e definirem estratégias tanto nacionais como internacionais.
 5. Desenvolver estratégias locais com visão integral e baseadas em indicadores que permitam a avaliação dos programas e que facilitem o diálogo e a participação da cidadania. Neste sentido, destacar a importância de contar com instrumentos de planeamento urbano adequados aos objetivos estratégicos relacionados com a sustentabilidade.
 6. Abordar uma planificação integral relativa ao ciclo da água e ao abastecimento de energia e alimentos, assim como o objetivo da redução global de emissões e resíduos para avançar para um balanço zero. Neste contexto sente-se a necessidade de recuperar uma relação equilibrada da cidade com o território rural. Devem ser reconhecidos os serviços ecossistémicos oferecidos pelos meios rurais dos quais as cidades beneficiam, com as correspondentes implicações de transferência de receitas.
 7. Reforçar a relação direta das autoridades com os cidadãos em matéria ambiental, através do compromisso para com a transparência e a informação dos cidadãos, e através da educação. A sustentabilidade é uma questão que envolve uma grande mudança cultural que implica o envolvimento de todos os cidadãos para limitar a pegada ecológica numa base de corresponsabilidade.
 8. Marcar limites à expansão urbana para potenciar uma cidade compacta e densificada; facilitar a construção de territórios equitativos, garantindo coberturas universais de serviços essenciais e estabele-

- 
- cendo um sistema equilibrado de zonas verdes e espaços públicos com uma distribuição equitativa e garantia de acessibilidade.
9. Promover e estabelecer políticas que envolvam a concepção de cidades integradas, com sistemas de mobilidade urbana e comunicação adequados, respeitando a sustentabilidade e preservando os recursos naturais, através de uma gestão eficiente dos serviços públicos.
 10. Fomentar um modelo de transporte público que também inclua sistemas de mobilidade não motorizados, promovendo o uso da bicicleta e a recuperação de passeios, que favoreça a acessibilidade dos cidadãos e a mobilidade pedonal, em linha com as estratégias iniciadas nalgumas cidades da região.
 11. Promover as alianças estratégicas que incorporem, de forma fundamental, as entidades ou organizações especializadas no desenvolvimento e implementação das tecnologias, com o objetivo de articular a oferta em inovação com as crescentes exigências sociais que surgem em consequência da urbanização dos nossos territórios.
 12. Incentivar e alargar o uso das tecnologias da comunicação como instrumentos efetivos e eficazes para facilitar a participação dos cidadãos e para os envolver nos processos de fiscalização social e de consulta para a tomada de decisões.
 13. Aplicar as ferramentas das tecnologias da comunicação e inovação, como mecanismos que permitam exercer um maior e melhor controlo das ações da administração pública, favorecendo a incorporação de mecanismos em todas as administrações, destinados a uma maior transparência da gestão.
 14. Solicitar aos governos nacionais que integrem os governos locais na estratégia de desenvolvimento económico dos países, relacionando as capacidades nacionais com as necessidades locais, em especial os pedidos de serviços de qualidade, conducentes à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.
 15. Aceitar a proposta do Governo da Cidade do México (Distrito Federal) para organizar o IX Fórum Ibero-Americano de Governos Locais em 2014.
 16. Estabelecer bianualmente o Fórum, a partir do ano 2014, em consonância com a convocatória das Cimeiras Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo.

- 
17. Institucionalizar a Comissão de Acompanhamento do Fórum Ibero-Americano formada pela UCCI, SEGIB, FLACMA, MERCOCIDADES e FEMP, com o fim o de dotar com uma estrutura de apoio técnico permanente que assegure a sua continuidade e o cumprimento das suas resoluções.
 18. Instruir a Comissão de Acompanhamento para que coordene as suas atividades com a cidade organizadora da próxima reunião e com as Associações ou Federações Nacionais de Governos Locais, assim como com a Secretaria Pro Tempore do país anfitrião.
 19. Encarregar a Comissão de Acompanhamento de retomar o diálogo com os governos centrais para promover a aprovação da Carta de Autonomia Local, como modelo para a organização territorial dos estados ibero-americanos.

Por último, reforçar e remarcar a importância dos governos locais como escola de democracia, diálogo e equidade. Hoje, mais do que nunca, manifestamos a necessidade de diálogo como via para a resolução de conflitos.



Declaração

IX Encontro Cívico Ibero-Americano

“O papel político, económico, social e cultural da Comunidade Ibero-Americana no novo contexto mundial”

Cidade do Panamá, Panamá, 14 de setembro de 2013

As organizações, plataformas nacionais e redes da sociedade civil, participantes no IX Encontro Cívico Ibero-Americano, que teve lugar na Cidade do Panamá, fazem chegar as suas contribuições, reflexões, solicitações e compromissos, no quadro da XXXIII Cimeira dos e das Chefes de Estado e de Governo.

Considerando:

1. Que as sociedades dos nossos países, ao mesmo tempo que foram ganhando espaços cada vez maiores de liberdade e democracia, procuram garantir o exercido pleno dos direitos humanos na sua integralidade, em sociedades mais justas, seguras e equitativas, e aspiram alcançar a coesão social e a melhor convivência.
2. Que estamos situados num modelo de globalização neoliberal que dá prioridade ao mercado e ao capital em detrimento das pessoas e do bem-estar social, e que antepõe ao bem comum o lucro e as vantagens económicas de uma minoria e que estas políticas impostas pelas elites financeiras e orientadas para proteger os grandes capitais são um risco grave para os processos democráticos, impedem a equidade social, económica e cultural, e agredem a natureza e os bens comuns.
Que estas políticas económicas vão em detrimento do exercício dos direitos humanos dos mais excluídos devido a condições de género, idade, classe, e especialmente dos povos indígenas e das populações afrodescendentes.
3. Que é urgente que os governos e a sociedade civil avancem juntos na transformação do atual paradigma de desenvolvimento que produz deterioração ambiental, desigualdade, exclusão e violência.
4. Que as organizações, plataformas nacionais e redes da sociedade civil presentes participaram e continuarão a fazê-lo, juntamente



com outras redes e movimentos sociais ibero-americanos, na defesa dos direitos humanos e no fortalecimento da democracia, com uma cidadania ativa que incida nas políticas públicas para garantirem a realização de tais direitos.

5. Que os estados têm a responsabilidade de criar e respeitar um ambiente favorável que garanta o desempenho e a participação das organizações da sociedade civil no aprofundamento democrático e no desenvolvimento sustentável das nossas sociedades, reconhecendo-as como agentes essenciais nos processos de transformação social, económica e política.

Propomos aos e às Chefes de Estado e de Governo integrantes da Comunidade Ibero-Americana

1. Que se comprometam na transformação do atual modelo de desenvolvimento para erradicar qualquer forma de desigualdade e discriminação, promovendo políticas públicas que garantam o respeito, o desenvolvimento e a proteção permanente dos direitos humanos integrais e da natureza.
2. Que contribuam para a construção e cumprimento de uma agenda global pós-2015, que vá ao encontro das causas estruturais dos problemas nacionais e regionais, com a participação da sociedade civil e de outras instâncias e estruturas de governo local e regional.
3. Que os países integrantes da comunidade ibero-americana ratifiquem o Protocolo Facultativo dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais.
4. Que se institucionalize a participação dos cidadãos em todos os espaços e dinâmicas políticas de concertação da comunidade ibero-americana, convocando as OSC a participar, em função dos seus conhecimentos e experiências, nos diferentes fóruns e reuniões ministeriais que se realizam no quadro das Cimeiras.
5. Que acolham empenhadamente a proposta do Secretário-Geral Ibero-Americano, Senhor Enrique Iglesias de institucionalizar a participação dos cidadãos na Secretaria-Geral Ibero-Americana.



Comprometemo-nos a

1. Aderir ao processo político, económico, social e cultural que estamos a propor para a construção de uma comunidade ibero-americana solidária, justa, equitativa e sustentável.
2. Melhorar as nossas capacidades e aptidões para fortalecer todos os nossos processos internos e também externos de interlocução com as nossas nações, no âmbito Ibero-Americano.
3. Elaborar e executar planos de trabalho bienais que nos permitam identificar objetivos comuns e resultados concretos, para fortalecer o nosso trabalho em rede, contribuir para o diálogo com as nossas respetivas sociedades e qualificar o diálogo permanente com os nossos governos.
4. Apoiar a criação e arranque de uma instância de participação dos cidadãos dentro da Secretaria-Geral Ibero-Americana e contribuir para o seu efetivo funcionamento.



Conclusões da Presidência

IX Fórum Parlamentar Ibero-Americano

“O papel político, económico, social e cultural da Comunidade Ibero-Americana no novo contexto mundial”

Cidade do Panamá, Panamá, 16 e 17 de septiembre de 2013

A Presidência do IX Fórum Parlamentar, após a reunião dos PARLAMENTOS IBERO-AMERICANOS que teve lugar na Cidade do Panamá, República do Panamá, nos dias 15, 16 e 17 de setembro de 2013, intitulado “O papel político, económico, social e cultural da Comunidade Ibero-Americana no novo contexto mundial”.

Considerando que os parlamentos da Ibero-América expressam a legitimidade democrática dos Estados,

Destacando a importância do Fórum Parlamentar Ibero-Americano como veículo para reforçar a voz dos povos na realização da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo,

Afirmando que a Ibero-América é uma comunidade que apresenta várias nuances a nível político, social, económico e cultural, mas que na sua diversidade tem raízes e metas que lhe permitem projetar-se positivamente e de forma conjunta, no futuro,

reiterando a importância de Espanha e Portugal como pontes, sobre as quais assentar a relação entre a União Europeia e a América Latina,

Sublinhando a relevância de uma relação baseada na riqueza das nossas línguas, em estreitas relações económicas e em fluxos migratórios dinâmicos,

Agradecendo o acolhimento que nos foi oferecido pelo Parlamento Latino-Americano, em cujo edifício sede teve lugar o Fórum,

Submete à Cimeira de Chefes de Estado e de Governo as seguintes conclusões

No domínio político

A democracia, como forma de governo, pressupõe simultaneamente uma série de traços institucionais, que incluem a separação de poderes, os



direitos e liberdades públicas, o Estado de Direito, o pluralismo, a separação entre a Igreja e o Estado, os partidos políticos, as eleições, e as Forças Armadas submetidas ao poder civil.

Além disso, a democracia legitima-se, através de eleições periódicas e livres, e pela sua preocupação pelo bem-estar dos cidadãos, para o que são especialmente pertinentes: uma política fiscal, em que o Estado mantenha os serviços públicos essenciais e contribua para a redistribuição equitativa da riqueza nacional; um sistema de ensino gratuito e obrigatório, até uma determinada idade, assim como a colaboração público-privada; um sistema de saúde que cubra as necessidades de toda a população; uma ação decidida a favor da investigação, do desenvolvimento e da inovação; uma segurança pública efetiva e uma colocação em comum dos serviços públicos.

É também necessário democratizar as relações internacionais, e potenciar os cenários de solidariedade ibero-americana.

No domínio económico

A economia dos países Ibero-Americanos apresenta duas facetas diferentes quanto ao crescimento das economias da América Latina e às dificuldades com que se deparam, nos últimos anos, os países da Península Ibérica.

A América Latina caracterizou-se nos últimos 4 anos por registar um crescimento económico estável e sustentado, que se deve à execução de uma política fiscal monetária muito mais estável, que evitou a inflação alta; às reservas de divisas; à diminuição da dívida pública e do défice fiscal; e à abertura comercial.

Os fatores que podem afetar o crescimento são, a mudança de ritmo do crescimento da China, o aumento das taxas de juros nos Estados Unidos da América, e a lenta recuperação da Europa.

As medidas para transformar o crescimento em desenvolvimento na América Latina seriam: aprofundar as políticas que melhorem a produtividade e competitividade dos nossos países; melhorar o ensino; superar as deficiências nas infraestruturas; melhorar a inovação e a tecnologia; e promover a diversificação das exportações.

Para Espanha e Portugal, observa-se um panorama diferente. O desempenho económico de Espanha e Portugal apresenta um estado de declínio e desaceleração do seu Produto Interno Bruto, com os problemas que daí decorrem: desemprego, ajustes fiscais, conflitos sociais e um certo nível



de decaimento da qualidade de vida da população, o que provocou um fluxo migratório dos seus nacionais para a América Latina.

As causas reconhecíveis desta situação foram, o excesso das despesas e a falta de dinamismo dos setores económicos mais competitivos.

Para a Ibero-América no seu conjunto, a médio e a longo prazo, a perspectiva é positiva. No entanto, é necessário:

- Enfatizar o desenvolvimento humano, através da educação.
- Reduzir a pobreza.
- Fortalecer a institucionalidade económica e social.
- Enfatizar o desenvolvimento de consensos nacionais.
- Procurar a cooperação pública e privada.

Como aspeto central, concluiu-se que os modelos económicos devem situar o cidadão no centro das preocupações e como beneficiário das suas realizações.

No domínio social

O objetivo de alcançar a satisfação dos direitos sociais básicos é partilhado por todos os Estados da Comunidade Ibero-Americana, pelas forças partidárias e pelos movimentos sociais da região, os quais apresentam uma posição semelhante relativamente à erradicação da extrema pobreza e aos cuidados a ter com os mais vulneráveis, que devem ser prioritários.

Para assegurar ações eficazes no âmbito das políticas sociais, considera-se o setor empresarial como um dos setores mais importantes, especialmente pela sua capacidade de criar emprego.

Considera-se que o impacto do crescimento nos recursos naturais e na população, à volta das zonas de maior impacto ambiental, deve ser objeto de especial atenção, por causa das grandes obras de infraestruturas e pela extração de minerais. A rápida mudança das condições de vida, e os efeitos sobre o tecido social das populações circundantes, devem ser objeto de ponderação por parte dos governos nacionais.

A participação nos benefícios que se obtêm a partir dos recursos naturais mais apreciados, é um assunto que une as possibilidades de desenvolvimento coletivo com o direito a participar na gestão dos recursos estatais.

Um dos recursos naturais cujo impacto na qualidade de vida é indiscutível, é a água. Nesse sentido, sublinha-se a importância da sua adequada



gestão para a melhoria da qualidade de vida das populações ibero-americanas e para um futuro de bem-estar.

Os Estados ibero-americanos devem trabalhar em conjunto para lutar contra a pobreza. Sob um ponto de vista institucional, deve conhecer-se com precisão o que está a acontecer na região em matéria de pobreza em cada país, o que levará a um adequado sistema de indicadores e que políticas se estão a executar, para assim garantir uma troca sustentada de informação útil.

O trabalho conjunto contra a pobreza não tem apenas uma vertente internacional, é um conceito útil para coordenar os esforços que se realizam no interior de cada país, onde se podem destinar recursos com maior eficiência desde que se coordenem os esforços.

Resulta igualmente significativo o impacto da educação na luta contra a extrema pobreza. A este respeito, a conclusão parece evidente: a educação transforma cada indivíduo no ator protagonista do seu processo pessoal de superação da pobreza.

A intervenção do Estado na criação do contexto apropriado para esse processo é fundamental, e é condição necessária para que outras iniciativas contra a pobreza tenham possibilidade de sucesso. Destaca-se ao mesmo tempo a importância que a introdução das novas tecnologias pode ter na educação e na criação de capacidades para a vida profissional e para o empreendedorismo.

No domínio cultural

- Conclui-se que a cultura, como conceito, continua a transformar-se, alargando-se o seu sentido até abarcar processos que permitem dar sentido à realidade das pessoas que estabelecem vínculos de convivência que garantem a qualidade de vida e criam identidade para nos identificarmos e diferenciarmos.
- Integra-se a cultura nas próprias possibilidades de um desenvolvimento integral, e os Estados Ibero-Americanos, em função de uma enorme gama de recursos culturais, devem realizar esforços sustentados e sistemáticos para a destacar, não circunscrevendo as suas iniciativas ao prisma económico que coloca a ênfase no crescimento.

- 
- A cultura é vista como uma forma de identidade que promove a multiplicidade e a diversidade e é um fator fundamental para a libertação dos nossos povos.
 - Devem estabelecer-se políticas públicas de coesão e fortalecimento da identidade, que se centrem em democratizar a cultura, promover as indústrias culturais e a cooperação internacional.
 - Deve estabelecer-se um quadro de cooperação cultural que contribua para o intercâmbio de estudantes entre os países ibero-americanos.

A Presidência agradece também a participação das mais altas autoridades parlamentares e de outros membros de assembleias ibero-americanas neste Fórum, e felicita o Poder Legislativo Mexicano pelo convite para que nos reunamos novamente na Cidade do México, no próximo ano, antes de que o Fórum Parlamentar se passe a convocar bianualmente.



Conclusões

IX Encontro Empresarial Ibero-Americano

Cidade do Panamá, Panamá, 18 de outubro de 2013

Elaborado pelo Conselho Empresarial da América Latina (CEAL)

Para ser entregue ao Secretário-Geral Ibero-Americano, Enrique V. Iglesias, e por intermédio deste aos Chefes de Estado e de Governo que participam na XXIII Cúpula Ibero-Americana.

A América Latina tem o potencial necessário para deixar de ser a região menos desenvolvida do Ocidente. Pode e deve estar junto dos países mais prósperos, democráticos e livres do planeta. Esse foi o objetivo do IX Encontro Empresarial Ibero-Americano, convocado pelo Conselho Empresarial da América Latina (CEAL), a pedido da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB).

Partimos de quatro critérios fundamentais que são quase axiomáticos:

- As empresas são chamadas a criar riqueza através da produção de lucros, da poupança, da investigação e do investimento.
- Para se conseguir a prosperidade harmónica e inclusiva dos nossos países e, em consequência, de toda a região, deve fomentar-se o desenvolvimento de um tecido empresarial vasto, competitivo e com uma alta componente técnica que acrescente valor à produção, de forma a que as remunerações dos trabalhadores possam ser altas, se fortaleça a classe média, se reduza o fosso entre os diferentes estratos da sociedade e aumentem substancialmente as receitas fiscais.
- A base da integração reside no fomento da livre empresa e da livre circulação de bens e serviços entre os países, tornando a região mais forte para competir com o resto do mundo.
- Estes propósitos alcançam-se colaborando: colaborando com os governos, colaborando com os sindicatos e colaborando com as empresas nacionais e internacionais. A verdadeira revolução do progresso não se consegue alimentando os conflitos, mas sim os superando.



Segundo esses objetivos, os empresários da região ibero-americana partilham as seguintes conclusões e propostas.

Embora de uma forma imperfeita, a democracia está quase completamente instalada na região, o que deu origem a uma maior liberdade aos cidadãos e à vigência dos seus direitos civis e políticos.

Paradoxalmente, quando o resto do mundo se vê confrontado com situações económicas difíceis, a América Latina apresenta taxas de crescimento significativas. No entanto, existem enormes desafios em matéria de desenvolvimento, ante a coexistência de altos níveis de crescimento numa das regiões mais desiguais do mundo. Por isso, o setor privado, comprometido com um desenvolvimento sustentável e inclusivo, assegurando um papel pró-ativo a favor das sociedades ibero-americanas, debateu largamente sobre o seu compromisso de:

- Ser aliado da promoção das instituições democráticas e da vigência do Estado de Direito.
- Assegurar os mais elevados padrões na gestão das empresas, rejeitando a participação em práticas clientelistas e corruptas, entendendo que a solvência moral é essencial para o desenvolvimento e a estabilidade política.
- Investir em investigação e desenvolvimento, como elemento central para a inovação tecnológica e não tecnológica.
- Continuar a promover a Responsabilidade Social Empresarial, como um mecanismo de justiça e de coesão social, entendendo que a mesma não pode ser um elemento adjetivo do aparelho de produção, mas sim fazer parte do cerne das atividades empresariais.
- Cumprir as obrigações em vigor, incluindo as tributárias, regulamentares e regulatórias, entendendo a importância de liderar com o exemplo, sem esquecer as permanentes responsabilidades com o ambiente.
- Promover a articulação entre a educação e as empresas a fim de aumentar a criação de mais emprego de qualidade.
- Reafirmar o compromisso com o tratamento responsável do ambiente, a partir de práticas de comércio sustentáveis. As empresas devem preservar cuidadosamente o meio no qual desenvolvem as suas atividades.

- 
- A partir das recomendações do Relatório Lagos a favor do diálogo e do intercâmbio na região, promover a vigência do espaço de encontro proporcionado pelas cúpulas ibero-americanas.
 - Divulgar e contribuir com análises de políticas públicas ou iniciativas privadas úteis para o desenvolvimento da região, realizadas por gabinetes de especialistas, que identifiquem estratégias inovadoras para o desenvolvimento.

A fim de garantir o cumprimento dos compromissos atrás descritos, os empresários aqui reunidos acordam em:

1. Constituir um observatório para o desenvolvimento que tenha a capacidade técnica para formular recomendações de políticas públicas, tendentes a alcançar esses objetivos de desenvolvimento, a partir da perspectiva do setor privado.
2. Propor a criação de uma Comissão de trabalho Estado – Empresa, que se estabeleça com o objetivo fundamental de favorecer o crescimento das multilatinas, abordando os temas centrais de financiamento e os quadros regulamentares.
3. Continuar a trabalhar a favor da educação, da inovação e da promoção do empreendedorismo, participando com financiamento e com a disponibilidade das nossas empresas para realizarem estágios e programas de acompanhamento da educação formal.

Da mesma forma, compreendendo o papel central dos Estados a favor desse desenvolvimento, o setor empresarial, a partir da sua participação neste encontro, considera oportuno convidar os governos a continuar a trabalhar nos seguintes elementos tratados nos nossos painéis:

- Assegurar a estabilidade e a prudência macroeconómica como elemento central do desenvolvimento.
- Fortalecer os quadros regulamentares da região, propiciando que os mesmos permitam e fomentem a integração e o clima de investimento, rejeitando os excessos regulamentares que são contrários ao desenvolvimento.
- Desenvolver estratégias que favoreçam as economias de escala e fomentem o desenvolvimento de cadeias de valor para as empresas.
- Apoiar a consolidação da iniciativa de criar um Sistema Ibero-Americano de Arbitragem Comercial.

- 
- Fortalecer os Tratados de Livre Comércio, a fim de cada vez ser mais promovida a integração empresarial, tendo em consideração a necessidade de padronizar os quadros regulamentares e as formas de contratação, especialmente quanto às associações público-privadas.
 - Que se estabeleça uma agenda ibero-americana, no sentido de abordar os desafios para ser possível reduzir os custos de circulação de mercadorias.
 - Gerar mecanismos de coordenação para os procedimentos nos portos e fronteiras, que aperfeiçoem o trânsito de pessoas e mercadorias, com o objetivo de aumentar a competitividade.
 - Apoiar a iniciativa do Relatório Lagos de convocar e juntar empresários e instituições de investigação e desenvolvimento tecnológico com instituições de ensino, a fim de se criarem plataformas que promovam a competitividade e a produtividade em todos os escalões das cadeias de valor.
 - Mobilizar apoios para a constituição de empresas multi-ibero-americanas, promovendo o acesso ao financiamento.
 - Criar uma estratégia conjunta para melhorar a oferta de infraestruturas de transporte terrestre, aéreo e marítimo, com o fim de melhorar a interligação da região, assegurando o investimento que o setor requer ainda que não proporcione rentabilidade política a curto prazo.
 - Convidar os governos a manterem a vigência dos projetos a longo prazo, evitando o entorpecimento ou modificação dos trabalhos em curso após as mudanças de governo, prática que acarreta altos e desnecessários custos de desenvolvimento.
 - Garantir o investimento por parte do Estado no fomento do capital humano, fortalecendo o nível educativo da população e formando-a de acordo com as necessidades do mercado.
 - Continuar a trabalhar para melhorar a segurança dos cidadãos, dado o alto índice de criminalidade que se observa nalguns dos países da região.
 - Desenvolver estratégias para reduzir o fosso digital e promover a inovação tecnológica e não tecnológica, assegurando melhores ligações digitais e tecnológicas, especialmente ligações diretas entre a América Latina e a Península Ibérica.

- 
- Estabelecer programas para promover o fluxo de talentos na região, fomentando assim as oportunidades.
 - Fortalecer as instituições do Estado para garantir que as mesmas estão ao serviço do cidadão; entendendo que todos somos Estado.

No quadro do painel: “Empreendedorismo como motor do desenvolvimento latino-americano”, e depois de ouvir os Chefes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas (CEPAL) e a CAF, Banco de Desenvolvimento da América Latina, a CEAL partilha o papel central desempenhado pelo empreendedorismo como motor do desenvolvimento latino-americano. Para esse efeito, o setor empresarial toma nota dos elementos centrais debatidos e fica satisfeito com o compromisso dos organismos de se continuarem a esforçar a favor do empreendedorismo, especificamente à volta de:

- Fomentar a criação de novos empreendimentos inovadores.
- Promover a expansão do financiamento às empresas, particularmente em torno do capital de risco.
- Promover a produção de conhecimento e inovação como um pilar essencial para a promoção do empreendedorismo.

Por último, o setor empresarial, no quadro do painel “A Aliança do Pacífico e o impacto na América Latina”, ouviu atentamente os representantes dos países membros e dos países observadores da Aliança do Pacífico, e teve em especial atenção os comentários sobre:

- Os esforços para alcançar a integração política e económica da região.
- A exploração de novos espaços de colaboração e aliança, no quadro dos acordos existentes e de futuros acordos comerciais e políticos.
- As suas intenções de potenciar uma maior ligação de toda a América Latina com os agentes económicos afins para além do Atlântico e do Pacífico, aproveitando a União Europeia e a presença de Portugal e Espanha em ambos os espaços.

O futuro de uma América Latina unida, competitiva, forte e decisiva no contexto global já começou. A nossa vocação é estar junto dos países mais prósperos, democráticos e livres do planeta.



II) Outras Conferências, Seminários e Reuniões-Declarações e Conclusões



Conclusões

Seminário sobre Diplomacia Cultural

“A formação na Diplomacia Cultural”

Cidade do Panamá, Panamá, 11 e 12 de abril de 2013

Convocado pelo governo do Panamá, pelo seu Ministério das Relações Exteriores e pela Secretaria-Geral Ibero-Americana, teve lugar na Cidade do Panamá o Seminário Ibero-Americano de Diplomacia. O evento foi inaugurado por representantes do Ministério das Relações Exteriores do Panamá e da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB).

No parágrafo 21 do Programa de Ação que acompanha a Declaração dos Chefes de Estado e de Governo da Cimeira Ibero-Americana de Mar del Plata (2010), incumbiu-se a Secretaria-Geral Ibero-Americana de “que apoie a realização do Primeiro Encontro Ibero-Americano de Diplomacia Cultural que terá lugar em Cartagena das Índias, na Colômbia, em março de 2011, para melhorar a compreensão das diversas realidades dos nossos países”.

Desde há algum tempo, entidades nacionais e internacionais, têm vindo a promover atividades para propor estratégias que contribuam para melhorar os esforços que diversas instituições realizam no campo da diplomacia cultural na Ibero-América. A Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo que teve lugar em Montevideo, em 2006, aprovou a Carta Cultural Ibero-Americana que se inscreve nas propostas da Convenção sobre Diversidade, da UNESCO, e é expressão da diplomacia cultural.

Em setembro de 2007, teve lugar o Encontro Andino sobre Diplomacia Cultural, promovido pelo Ministério das Relações Exteriores da Colômbia e pela UNESCO, com a participação de representantes dos Ministérios das Relações Exteriores da Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, México e Chile¹. O Encontro facilitou o conhecimento das instâncias

1 Encontro andino sobre diplomacia cultural, Bogotá: Escritório para a UNESCO para a Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela, em representação junto do governo do Equador, setembro de 2007.



encarregadas dos assuntos culturais dos Ministérios sobre temas como a localização da Direção (escritório ou instância) de assuntos culturais na estrutura organizacional dos Ministérios de Relações Exteriores, as suas funções, a relação da diplomacia cultural com a política externa dos países, os planos de promoção dos países no exterior, as suas principais linhas de ação, a coordenação do Ministério de Relações Exteriores com outras instituições públicas e privadas, o orçamento anual que lhe é dedicado para a cultura na sua gestão internacional a partir dos Ministérios das Relações Exteriores, os principais desafios nesta área e as relações de cooperação cultural dentro das propostas de diplomacia cultural dos países.

Em outubro de 2009, a SEGIB, com o apoio da AECID e da OEI, organizou, em Madrid, o Seminário Ibero-Americano “Políticas, gestão e diplomacia cultural” com convidados de Ministérios da Cultura, Secretarias municipais da cultura, Centros culturais, diplomatas, gestores culturais, académicos e peritos, que se centrou na relação entre diplomacia cultural e políticas culturais, assim como entre diplomacia cultural e gestão cultural. Também se avançou numa caracterização da perspectiva de diplomacia cultural no contexto ibero-americano.²

O Encontro de Cartagena das Índias, convocado pelo Ministério das Relações Exteriores da Colômbia e pela SEGIB, com o apoio da AECID e da OEI, em março de 2011, reuniu responsáveis da cultura dos Ministérios das Relações Exteriores dos países ibero-americanos, para refletir sobre as diversas propostas de diplomacia cultural, as relações dos Ministérios das Relações Exteriores com os Ministérios da Cultura, os diferentes modelos e perspectivas da diplomacia cultural, o significado contemporâneo da cooperação cultural Norte-Sul, assim como Sul-Sul, e os contributos dos organismos multilaterais de cultura.

O Encontro da Cidade do México, promovido pela CONACULTA e a SEGIB, em maio de 2012, com a participação de representantes dos departamentos de relações internacionais dos Ministérios, Secretarias, Conselhos e Institutos de Cultura, explorou a sua presença internacional, as suas relações com os Ministérios das Relações Exteriores e a sua articulação com a política externa dos países, para além do significado das políticas culturais internacionais geridas pelos Ministérios, e as suas vinculações

2 Germán Rey “Políticas, gestão e diplomacia cultural”, SEGIB, Madrid, 2009.



com as regiões, as cidades, os criadores e as experiências culturais nacionais e locais.

O Seminário de Diplomacia Cultural que teve lugar no Panamá e sobre o qual se elabora o presente Relatório, faz parte integral deste processo. Nos anteriores eventos sublinhou-se a importância da formação na qualificação da diplomacia cultural ibero-americana. Por isso, foram convidados para o Seminário, Diretores ou representantes das Academias, Escolas ou Institutos Diplomáticos, que em cada país se encarregam da formação e que têm a oportunidade de tornar possível uma nova visão da cultura no conjunto das relações internacionais.

O Seminário combinou as conferências de figuras de vulto da cultura na Ibero-América, que ocupam ou ocuparam cargos de relevância nas instituições culturais da região ou na estrutura diplomática dos países, com a apresentação das experiências de formação de diplomatas culturais nos diferentes países da região. Entre os conferencistas convidados estiveram: Enrique V. Iglesias, Secretário-Geral Ibero-Americano, José Antonio García Belaúnde, Ex Ministro das Relações Exteriores do Peru, Juan Luis Mejía, Ex Ministro da Cultura da Colômbia, José María Lassalle, Secretário de Estado da Cultura de Espanha, Juca Ferreira, Ex Ministro da Cultura do Brasil e Secretário da Cultura da Cidade de São Paulo e José Luis Martínez Hernández, Director Geral de Assuntos Internacionais do Conselho Nacional para a Cultura e as Artes do México.

As mutações da cultura e da diplomacia

Mutações da cultura

Tanto a cultura como a diplomacia estão a mudar. A primeira afasta-se do seu mimetismo com as belas artes, o património e a difusão cultural, que deram lugar às arquiteturas institucionais dos diferentes países ibero-americanos, através de Ministérios, Institutos ou Conselhos Nacionais, para alargar o seu campo de ação e modificar o alcance da sua gestão. A constatação é a de que o campo do pensamento, da aplicação e da participação da cultura se alargou e se tornou mais complexo. Juntamente com as temáticas dos direitos e da cidadania culturais, surgiram com força o papel das indústrias criativas e, em geral, da economia criativa, da interculturalidade, das relações do setor da cultura com outros setores da vida social como o ambiente ou a educação, os vínculos cada vez mais fortes e importantes com a comunicação e as novas tecnologias,



a diversidade cultural, o património cultural ou as culturas das diásporas e a migração.

Não se trata simplesmente da renovação de um léxico, mas sobretudo da transformação dos modos contemporâneos de compreensão da cultura. E estes novos modos acarretam repercussões para as políticas culturais e a diplomacia cultural. A economia criativa revela a importância que algumas manifestações da cultura têm no fortalecimento de cadeias de produção cada vez mais sofisticadas, assim como na criação de emprego e nos processos de desenvolvimento.

Ainda é pequeno o contributo que a América Latina e o Caribe fazem para a exportação de bens culturais, que, no conjunto mundial apenas chega a 3% do intercâmbio e que no conjunto da Ibero-América aumenta, pelo contributo de Espanha e Portugal. Muita da diplomacia cultural está a fluir através dos produtos destas indústrias que, além disso, intervêm diretamente na mundialização da cultura e fazem parte muito ativa do consumo cultural através de todo o planeta. Por isso, a diplomacia cultural está unida à criação de conteúdos criativos próprios, que circulem internacionalmente e que mostrem as marcas e as diferenças da nossa identidade. Uma circulação que provavelmente deve começar pela própria região, na qual nem sempre se conhecem os livros, o cinema, as músicas ou o teatro dos diferentes e valiosos criadores ibero-americanos.

Nunca como nestas últimas décadas, os meios de comunicação e sobretudo as novas tecnologias da informação e comunicação cumpriram um papel tão destacado na promoção de redes de intercâmbio, no acesso aos bens e serviços culturais, no aumento da expressão de criadores e grupos culturais e na participação nos modos de viver, especialmente de crianças e jovens. Uma parte muito importante da cultura já está a passar pelo novo ecossistema digital no qual se começam a encontrar os ibero-americanos. A interculturalidade, definida pelo investigador colombiano Arturo Escobar, como “diálogo entre culturas em contextos de poder” é um sinal da época, enquanto que as diásporas, nos seus movimentos de ida e volta, são mobilizações culturais de enorme calado. Os direitos culturais tornaram-se numa nova geração dos direitos humanos, agora assentes no acesso à cultura, à diversidade cultural ou à participação ativa dos cidadãos na criação. Como afirmou o Ex Ministro de Relações Exteriores García Belaúnde “não é possível imaginar a cultura sem o conceito de cidadania. Estamos interessados numa sociedade de cidadãos - disse - e não apenas de consumidores”.



Todo este panorama está a mostrar que as mutações contemporâneas da cultura acompanham uma reconsideração das compreensões tradicionais sobre o seu papel na diplomacia e nas relações internacionais dos países.

Por seu lado, as mutações, reajustam os sentidos e o alcance das políticas públicas, assim com as intervenções dos Estados e da sociedade civil na sua formulação e aplicação. O Estado, como assinalou Juan Luis Mejía deve ser ativo na conservação, desenvolvimento e fortalecimento da memória e ao mesmo tempo respeitoso da liberdade de criação, seguindo a recomendação de André Malraux de “apoiar sem intervir”.

As mudanças das visões da nação e do estado, para conformações mais inclusivas, mais diversas e mais democráticas, nem sempre foram simétricas relativamente às variações da institucionalidade cultural na Ibero-América. Juan Luis Mejía referiu que estas figuras do poder e da gestão pública ainda interpelam nações “homogêneas” (brancas, iguais, católicas) que já não são tais e se mantêm em perspetivas setoriais da cultura, que formalizam em vez de promover diálogos e interações entre as diferentes expressões culturais. A participação dos cidadãos na cultura, o afixamento da diversidade que envolve direitos, a importância dos conhecimentos ancestrais sobre a biodiversidade, o acesso à cultura através da rede, são todos temas que compõem uma nova visão do cultural.

Mutações da diplomacia cultural

A diplomacia também vive tempos de mudança. Em encontros anteriores constataram-se essas transformações que partem de uma variação muito radical na geopolítica mundial e nos contextos e natureza das relações internacionais. Como mencionou José María Lassalle, a diplomacia cultural é uma ferramenta útil nos novos ordenamentos mundiais e deve estar associada à coesão social, à paz, ao desenvolvimento e à diversidade.

Um primeiro elemento destas transformações é a reconsideração do significado e dos alcances da intermediação. Enquanto se desvanecem algumas mediações tradicionais, aparecem outras novas ou relocalizam-se as conhecidas. Como assinalou o Ex Ministro das Relações Exteriores do Peru, García Belaúnde, na diplomacia do passado a diplomacia cultural era muito secundária, muito clássica. Agora, pelo contrário, entende-se a cultura como os múltiplos sentidos que se produzem numa sociedade e, através dos quais essas sociedades participam num cenário internacional mais heterogêneo e complexo.



Em parte, este desafio à intermediação nas sociedades atuais deve-se, como afirmou Enrique Iglesias, ao aparecimento de novos atores, destinatários, circuitos e recursos no cenário das relações internacionais, que arriscam outras compreensões, assim como também outros modos de relação, de deliberação pública e de influência social. Uma parte importante da diplomacia cultural no mundo passa atualmente por redes de investigadores e criadores, organizações não-governamentais, projetos promovidos por cidades, por regiões e ainda por centros culturais, entidades de pensamento e universidades e coletivos de criação e experimentação, entre outros.

A diplomacia cultural tem a ver com o que queremos mostrar, a quem e como. No Peru, por exemplo, a gastronomia é uma dimensão que se quer ressaltar, com todos os seus componentes de património e de memória, mas também de diversidade, de identidade e de possibilidade económica. Na Bolívia, dá-se ênfase ao rosto indígena do estado boliviano, como também aos processos de descolonização e de expressão das culturas no plural. Desta forma, a diplomacia cultural pode ser entendida como a capacidade de desenvolver uma presença a partir de factos materiais e intangíveis. A Diplomacia cultural articula processos culturais com processos políticos, modelo de desenvolvimento e projeto de país. Funciona a partir da articulação e integração interinstitucional que é fundamental para uma efetiva presença da cultura no âmbito internacional. Como afirmou o Secretário de Estado da Cultura de Espanha, José María Lassalle, a coordenação das instituições através de planos estratégicos que se fundamentem na criatividade e na inovação é necessária. Também insistiu em que as políticas públicas nesta área devem coordenar todos os ministérios e instituições com um papel na gestão internacional.

Esta articulação foi destacada em todos os encontros como um fator central de sucesso da diplomacia cultural, que muitas vezes atua de forma isolada e desintegrada.

Uma constante da reflexão foi também a insistência na relação que deve existir entre a política exterior dos países e a diplomacia cultural. Esta deve ser coerente com os objetivos e fins que os Estados se colocam em termos da sua política internacional.

A diplomacia cultural, como se assinalou no seminário, relaciona as realidades dos países com os seus imaginários, de tal forma que a coesão para dentro se costuma expressar nas narrações das sociedades para fora.



Um dos temas com os quais habitualmente se associa a diplomacia cultural é com os projetos de “marca país” que embora possam ser redutores, são uma fonte muito interessante de percepção que ganhou força em vários dos países da região.

A formação na diplomacia cultural

As escolas, academias ou institutos diplomáticos (existem pelo menos estas três versões institucionais no mapa ibero-americano da diplomacia) são os encarregados da formação dos diplomatas e de integrar a cultura como parte substancial da diplomacia pública. Mas a sua ação também se orienta para a formação de outros membros da organização do Estado, para outros setores da sociedade e inclusivamente para a formação de diplomatas estrangeiros.

A formação deve obedecer às políticas e aos planos concebidos pelos países para a sua participação como sociedade no contexto internacional.

Os temas culturais trabalhados nestas academias são variados: a valorização da diversidade, os processos de criação, a situação e divulgação das artes contemporâneas, a participação na economia criativa, as interações entre cultura e desenvolvimento ou a difusão social do patrimonial.

Nalguns países ibero-americanos, estão a promover-se experiências de incorporação de pessoas das diversas regiões ou inclusivamente representativas de grupos étnicos, que durante anos foram invisíveis, na diplomacia cultural.

Uma insistência comum foi a de relacionar a diplomacia cultural com a vocação, o compromisso e o sentido de país que os que se dedicam a ela devem ter.

A Diplomacia cultural, como assinalou Enrique V. Iglesias, tem um guia na Carta Cultural Ibero-Americana e um propósito na construção do espaço cultural ibero-americano, que se entende “como um âmbito próprio e singular, com base na solidariedade, no respeito mútuo, na soberania, no acesso plural ao conhecimento e à cultura e no intercâmbio cultural” (Carta Cultural Ibero-Americana).

A Ibero-América é “um espaço cultural dinâmico e singular; nele se reconhece uma notável profundidade histórica, uma pluralidade de origens e variadas manifestações”.



A diplomacia cultural é uma das dimensões que torna possível a construção do espaço cultural ibero-americano. Com efeito, a Ibero-América é uma região com profundas raízes culturais e simbólicas compartilhadas, com duas línguas comuns, com tradições que atravessam todo o continente e com expressões artísticas que criam identidade. O escritor mexicano Carlos Fuentes lembra que, “a cultura antecede a nação e as suas instituições. A cultura, por mínima e rudimentar que seja, é anterior às formas da organização social, ao mesmo tempo que as exige. Diversas formas de cooperação e de divisão do trabalho acompanharam, desde o alvorecer da história, o desenvolvimento das técnicas, a difusão do conhecimento e os conflitos surgidos das fricções entre línguas, costumes e território. Ao longo deste processo vão-se criando formas de ser, formas de comer, de caminhar, de sentar, de amar, de comunicar, de vestir, de cantar e de dançar. Formas de sonhar também” (“Aquilo em que acredito” (Portugal); “Este é o meu credo” (Brasil), 2002). Vincula-nos ser uma zona cultural rica, plural e diversa, com diásporas que se inserem em diversos países do mundo.

Desafios e recomendações

Os desafios

Na apresentação de abertura do Seminário, Enrique V. Iglesias enunciou vários desafios da diplomacia cultural ibero-americano. Um primeiro desafio é conseguir uma maior coerência entre política exterior e política cultural. É necessário construir políticas públicas para a presença da cultura no cenário das relações internacionais e encontrar os vínculos entre as grandes definições dos países sobre a sua política exterior e o papel da cultura nesta política.

Um segundo desafio, é a articulação dos esforços de diplomacia cultural realizados pelos diferentes atores tanto institucionais como estratégicos. Se bem que a representação oficial dos países está nas mãos dos Estados e dos seus mecanismos diplomáticos, uma articulação dentro das instâncias públicas e institucionais dos Estados é fundamental, quer dizer, entre os Ministérios da Cultura, Relações Exteriores mas também do Comércio, da Educação e da Ciência, entre outros. O reconhecimento de muitos agentes que, sem se encarregarem da representação oficial dos Estados, cumprem um papel muito importante nas relações internacionais dos países, é central.



Um terceiro desafio, é o alargamento e aprofundamento das compreensões da cultura e os dos seus significados internacionais. A compreensão da cultura tornou-se mais complexa ao estender-se a temas como a cidadania cultural, as suas relações com a economia e o desenvolvimento, os direitos culturais, a intersectorialidade e as suas relações com a comunicação e as tecnologias. Desta forma, enriquece-se o conceito de diplomacia cultural e mudam-se as suas estratégias.

Um quarto desafio é o fortalecimento, modernização e melhoramento do financiamento das estruturas institucionais da Diplomacia Cultural.

Um quinto desafio tem a ver com a qualificação da informação e a investigação sobre a diplomacia cultural da região.

Um sexto desafio, é promover processos de formação das pessoas e instituições que intervêm na conceção e desenvolvimento da ação cultural no exterior, quer sejam entidades do Estado, como do setor privado e das organizações sociais.

Um sétimo desafio é apoiar os processos de planeamento, sérios e sistemáticos, da promoção dos países no exterior. A diplomacia cultural não pode obedecer às conjunturas ou aos interesses individuais, mas sim a propósitos coletivos das sociedades.

Finalmente, é um desafio repensar o papel da cultura nos acordos bilaterais e nas comissões mistas, tentando centrar e concretizar as ações culturais para lhes dar adequado cumprimento e fortalecer o sistema da cooperação ibero-americana como expressão da diplomacia cultural, com uma ativa participação de todos os países.

Face a estes desafios, a diplomacia cultural ibero-americana tem na Carta Cultural Ibero-Americana um guia para a sua ação. Também uma agenda prática que a convida a promover a produção de conteúdos próprios, a circulação aberta de bens e serviços culturais da região, a consolidação dos direitos culturais em todos os setores da sociedade, o fortalecimento das indústrias criativas ibero-americanas que estimule o imenso talento que existe na região, a expansão do espanhol e do português como línguas de centenas de milhões de falantes, o apoio ao desenvolvimento das culturas tradicionais, indígenas, de afrodescendentes e de populações migrantes que constituem um património da humanidade, assim como relações cada vez mais frutíferas entre cultura e ambiente, educação, comunicação, ciência e tecnologia.



As recomendações

No decorrer do seminário surgiram algumas recomendações concretas. Uma primeira é a de formar um grupo de trabalho que projete e desenvolva um curso de formação específico em Diplomacia Cultural que possa ser oferecido como uma opção às diversas academias, escolas ou institutos de formação diplomáticos. Há que examinar algumas experiências anteriores existentes, avaliar as suas contribuições e construir materiais que levem em linha de conta as reflexões efetuadas neste processo liderado pela SEGIB.

Uma segunda é a de configurar uma Cátedra de Diplomacia Cultural Ibero-Americana que recolha as aprendizagens e as novas perspectivas do papel da cultura nas relações internacionais.

Uma terceira é a de estimular uma presença cultural ibero-americana nalgumas regiões estratégicas do mundo de forma concertada.

Uma quarta é a de aproveitar os recursos das novas tecnologias para promover tanto processos de formação em diplomacia cultural como centros ou projetos culturais virtuais de carácter ibero-americano.

Uma quinta, anunciada por Juca Ferreira, é a de estimular as relações internacionais, através de encontros e relações entre cidades.



Conclusões

Seminário sobre o tema da Cúpula

“O papel político, económico, social e cultural da Comunidade Ibero-Americana um novo contexto mundial”

Cidade do Panamá, Panamá, 12 abril 2013

Desde a primeira Cimeira Ibero-Americana (Guadalajara, México, 1991), que o mundo mudou de forma drástica. Falámos dos aspetos mais relevantes. Não é fácil resumir a magnitude e o alcance destas mudanças, mas devemos mencionar, “grosso modo”, algumas que são incontornáveis.

Os últimos cinco anos foram marcados por uma aguda crise económica e financeira de alcance mundial que se abateu sobre as economias mais avançadas do planeta (Estados Unidos, Europa, Japão); uma crise cujo impacto foi especialmente doloroso nos países ibéricos da nossa Comunidade.

Não é possível antecipar nem quando nem de que forma terminará esta crise, mas sim parece previsível que, ao terminar, o sistema internacional não será o mesmo que era antes do seu início. Não é expectável um simples regresso ao “statu quo”. Diversos indicadores (económicos, sociais, demográficos) sugerem de maneira clara um deslocamento do eixo ou centro de gravidade da atividade económica, financeira e comercial do planeta (também da política) para os países emergentes e, de forma particular, para a região Ásia-Pacífico.

Parece, pois, previsível que este deslocamento - chamemos-lhe transferência de poder - não se produzirá sem resistências ou conflitos. Porque estas mudanças costumam ser traumáticas e porque, na escala de valores, há diferenças óbvias entre as culturas asiáticas e as ocidentais. Por isso, devemos-nos empenhar na tarefa de preparar e fertilizar um território de encontro e diálogo que procure superar estas diferenças.

Também a própria Comunidade Ibero-Americana mudou. Assistimos nestes recentes anos a uma clara emergência da América Latina, sustentada por um longo período de bonança e de crescimento económico, em grande parte devido aos bons preços internacionais dos produtos primários.



Vários milhões de latino-americanos saíram da pobreza para se incorporarem numa nova classe média que, se bem que ainda frágil, transformou o panorama social da região e, previsivelmente, pretenderá exigências sociais que, creio, os sistemas políticos latino-americanos parecem ainda pouco preparados para interpretar e processar.

Por outro lado, na sua enorme extensão, a América Latina é diversa, múltipla, complexa e plural; oferece diferentes respostas aos problemas e, em consequência, nem os seus povos são homologáveis nem a sua voz é sempre a mesma. Isso, apesar de que há perspectivas e valores partilhados de longa data e profundo arraigo. Um deles é a democracia: a democracia, sim, mas também, e com a mesma força, a necessidade de uma **melhor** democracia.

Esta melhoria na qualidade da democracia implica mais participação dos cidadãos, menos exclusão das minorias e populações historicamente relegadas, menos desigualdade económica e maior vigência dos direitos humanos, entendidos estes de forma integral, mais além de qualquer dicotomia entre direitos civis e políticos e direitos económicos, sociais e culturais.

Porque a desigualdade, que continua a ser um lastro histórico é, sem qualquer dúvida, um dos maiores desafios da América Latina, deve ser entendida verticalmente (referida aos estratos socioeconómicos), e horizontalmente, devido à sua relação com os diversos grupos sociais. A parte americana da Comunidade arrasta o atraso multi-secular das populações afrodescendentes e dos povos indígenas, assim como os desafios de oferecer mais e melhores alternativas à juventude e de avançar para a equidade entre mulheres e homens, aspetos estes últimos aos quais não são alheias as nações ibéricas da Comunidade.

No âmbito da política, a Comunidade Ibero-Americana aposta com firmeza no multilateralismo para a governação da ordem internacional, o qual tem as suas implicações tanto na reforma do sistema como na arquitetura financeira internacional, ambas em processo de mudança.

A emergência da América Latina também se observa na aspiração de se dotar de maior autonomia; de decidir, definitivamente, o seu próprio destino. Isto observa-se, sobretudo, na sua relação com os Estados Unidos, historicamente a potência hegemónica da região. E esta urgência de maior autonomia implica o fortalecimento da integração, embora isso se manifeste em iniciativas por vezes sobrepostas e inclusivamente contraditórias. Devíamos coordenar-nos mais para fazer coincidir os nossos ob-



jetivos e não duplicar esforços. Isso é particularmente relevante no que se refere à CELAC e às Cúpulas CELAC–UE.

Por outro lado, a Comunidade Ibero-Americana acumulou durante a sua trajetória uma rica experiência em matéria de Cooperação Sul–Sul. Aqui se encontra um dos seus maiores haveres e potenciais. Esta cooperação, até agora centrada prioritariamente no nosso espaço interno, bem se podia projetar para outras regiões do orbe. A Ibero-América definiu-se e projetou-se como tal sobretudo perante si mesma e face à Europa, mas pode e deve fazê-lo de igual forma perante o mundo inteiro, olhando, especialmente, a África e a Ásia.

O fortalecimento e, quiçá, a continuidade da Comunidade Ibero-Americana no novo contexto mundial dependerão de uma redefinição realista, sincera e profunda dos termos da cooperação entre as nações ibéricas e americanas da Comunidade. Isso significa identificar tanto necessidades como áreas de cooperação comuns para fazer os ajustes que consideremos convenientes.

Mesmo com todas as diferenças que possa haver entre elas, tanto as nações ibéricas como as latino-americanas acusam um atraso alarmante em matéria de desenvolvimento tecnológico e científico. Na época da chamada “economia do conhecimento” – quando a componente tecnológica e o conhecimento científico que a sustenta constituem o principal valor agregado das cadeias globais de produção – isto traduz-se em vulnerabilidade e em dependência económica.

Por isso, o campo da cooperação científico-tecnológica e, junto a ele, o da educação – particularmente da **qualidade educativa** – não só são prometedores, mas também prioritários. Indicadores como o número de patentes registadas anualmente ou o índice da qualidade da educação (relatório PISA) obrigam-nos a intervir com urgência. Para melhorar a qualidade educativa parece propício fomentar as trocas de experiências e de boas práticas entre as nações da Comunidade Ibero-Americana.

E se queremos avançar em matéria científico-tecnológica, há que adotar iniciativas para liberalizar a circulação de pessoas, em geral, e de talentos em particular. Isso significa tomar medidas tanto de ordem migratória como académica, pensando, por exemplo, em agilizar o reconhecimento de diplomas e facilitar a incorporação em ordens profissionais. Também temos de fomentar redes multinacionais de ciência e tecnologia no âmbito ibero-americano.



Por outro lado, se a cultura é a amalgama da Comunidade – metaforicamente podemos dizer que é a **sua infraestrutura** – também é uma das suas maiores riquezas e potencialidades, embora a riqueza das expressões culturais e artísticas, línguas, tradições, património e outros, nem sempre se traduza em termos económicos e políticos.

A Ibero-América deve valorizar a função de coesão da cultura tanto em cada um dos seus países como no conjunto da Comunidade. E, evidentemente, considerar a projeção global das suas culturas, não apenas no que se refere às línguas – particularmente o espanhol, com quinhentos milhões de falantes – mas também a iniciativas de reflexão e síntese, como por exemplo as que surgiram no Equador e na Bolívia à volta do conceito do Bem Viver, onde convergem a dimensão cultural, a económica e a sustentabilidade ambiental.

Quanto à expressão económica da cultura, esta refere-se aos direitos de autor e de reprodução, patentes, etc., assim como à projeção e penetração das indústrias culturais, que são apenas os aspetos mais visíveis deste potencial. Tendo em conta a comunidade cultural e linguística que constitui a Ibero-América, resulta difícil aceitar os motivos pelos quais as produções de algumas destas indústrias culturais acabam por ser marginais dentro do nosso próprio âmbito, como acontece, por exemplo, com a indústria audiovisual.

Um outro aspeto – por certo, pouco explorado – de cooperação cultural no âmbito Ibero-Americano pode muito bem ser o dos valores e dos comportamentos da cidadania, cívicos, etc. E juntamente com estes não nos esqueçamos de um elemento conatural da nossa Comunidade: o diálogo político, que se deve entender não apenas na sua expressão mais reconhecível, como é a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, mas também nas consultas que a Secretaria-Geral Ibero-Americana faz à sociedade civil sobre diversas matérias. São consultas que, além disso, contribuem para tornar visível o muito que a presença “do ibero-americano” avançou no mundo de hoje.



Ata

Fórum Ibero-Americano da MPME

“Tornando realidade a Carta Ibero-Americana das MPME”

Cidade do Panamá, Panamá, 25 de junho de 2013

1. Um dos temas centrais da Cimeira Ibero-Americana de Chefes e Chefas de Estado e de Governo de Cádiz de 2012 foi o desenvolvimento das MPME no âmbito ibero-americano.
2. Na I Reunião de Ministros da Indústria e Responsáveis de PME da Ibero-América, que teve lugar em Madrid, no passado dia 23 de outubro, subscreveu-se uma declaração e a Carta Ibero-Americana da MPME, que define uma série de princípios comuns e eixos de atuação: promoção do empreendimento na educação e na sociedade, simplificação administrativa, contratação pública como oportunidade de mercado, fiscalidade para promover o investimento e desenvolvimento das MPME, acesso ao financiamento, internacionalização, e incremento da capacidade inovadora e tecnológica das MPME.
3. Para acompanhar o cumprimento da Carta Ibero-Americana acordou-se estabelecer a implementação, com o apoio da SEGIB, de algumas ações concretas, tais como uma plataforma eletrónica de troca de boas práticas, propiciar a constituição de um Fórum Ibero-Americano de MPME e estabelecer “A Semana da MPME na Ibero-América”.
4. Por este motivo, o tema central do I Fórum Ibero-Americano da MPME foi convocado subordinado ao tema “Tornando realidade a Carta Ibero-Americana das MPME”, e foram convidadas Instituições Financeiras regionais e Organismos multilaterais como o Bando Interamericano de Desenvolvimento, a CAF-Banco de Desenvolvimento da América Latina, o Centro de Desenvolvimento da OCDE e a Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas (CEPAL).
5. O referido Fórum teve lugar no dia 25 de junho, na Cidade do Panamá, no quadro da Cimeira Ibero-Americana, sob os auspícios da SEGIB, da Autoridade da Micro, Pequena e Média Empresa do Panamá (AMPYME) e do Instituto Panamenho Autónomo Cooperativo do Pa-



namá (IPACCOOP) e com o apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

6. Na Sessão de Abertura do mesmo deram as boas-vindas Federico Poli, Diretor da Divisão de Assuntos Económicos da SEGIB, Mayra Arosemena, Vice-Ministra Encarregada das Relações Exteriores do Panamá e Giselle Burillo, Ministra da Micro, Pequena e Média Empresa do Panamá. Seguidamente a Ministra expôs a “Evolução das Políticas Públicas para a Micro, Pequena e Média Empresa”.
 - O Fórum foi estruturado em duas partes. A primeira dedicou-se às apresentações, por parte dos Governos, das boas práticas em políticas públicas de MPME em:
 - Simplificação administrativa e fiscalidade para a criação e formalização de empresas
 - Contratação pública e contas de grandes empresas como oportunidade de mercado para as MPME
 - O Cooperativismo como instrumento de crescimento das MPME.
8. Em cada um dos três painéis, alguns responsáveis governamentais realizaram uma breve apresentação das experiências nessas matérias e contou-se também com o relato de um empresário que foi receptor do benefício em questão. Assim, sobre Simplificação Administrativa e Fiscalidade expuseram as suas políticas o Panamá, o Brasil, o Paraguai, a Espanha, El Salvador e o Chile. Sobre Contratação Pública e Compras de Grandes Empresas, partilharam as suas políticas a Argentina, a Colômbia, o México, o Equador, o Uruguai e o Peru. Em matéria de Cooperativismo relataram os seus programas o Panamá, a Guatemala e as Honduras.
9. Finalmente, na primeira parte, alguns países que realizam a Semana PME nos seus países contaram como se tem avançado e em que consiste, já que os Ministros da Indústria e responsáveis de PME na sua Declaração de Madrid solicitaram à SEGIB que estabelecesse a Semana da MPME Ibero-Americana. Ouviram-se os casos da Costa Rica, do Chile, do México e do Panamá.
10. Na segunda parte do Fórum tratou-se do compromisso das instituições regionais envolvidas no desenvolvimento das PME.

No primeiro painel, a SEGIB iniciou um debate com os governos e os organismos internacionais, o CENPROMYPE, o Centro de Desenvol-



vimento da OCDE e a CEPAL, sobre o modo de estabelecer um mecanismo que permita o diálogo sobre políticas públicas em matéria de MPME e o estabelecimento de uma plataforma web de troca de boas práticas. Os representantes governamentais ratificaram o seu interesse em avançar nessa direção e a SEGIB ficou encarregada de coordenar o trabalho com os restantes organismos e Governos.

Noutro painel, subordinado ao tema “O contributo dos bancos regionais de desenvolvimento para a internacionalização das PME ibero-americanas”, os representantes do BID e da CAF apresentaram as ações que essas entidades estão a realizar na região. Um representante do Bancomext também partilhou com os participantes a sua experiência.

11. No período das conclusões, a SEGIB manifestou que, tendo em conta os resultados positivos e as vontades manifestadas, a segunda edição do Fórum Ibero-Americano de MPME se realize através de uma convocatória conjunta das instituições e dos organismos e bancos regionais que têm vindo a trabalhar nessa temática e que participaram neste primeiro encontro.



Relatório

VII Fórum Ibero-Americano de Responsáveis de Ensino Superior, Ciência e Inovação

Cidade do Panamá, Panamá, 10 e 11 de setembro de 2013

O VII Fórum Ibero-Americano de Responsáveis de Ensino Superior, Ciência e Inovação, convocado pela Secretaria-Geral (SEGIB), pela Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI) e pelo Conselho Universitário Ibero-Americano (CUIB), em colaboração com a Secretaria Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação do Panamá (SENACYT) e com o apoio do Ministério das Relações Exteriores do Panamá e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) do Ministério Das Relações Exteriores e da Cooperação de Espanha, teve lugar no Hotel Sheraton da Cidade do Panamá, nos dias 10 e 11 de setembro de 2013.

Estiveram presentes no VII Fórum representantes dos sistemas do ensino superior, ciência e inovação da Argentina, Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.

O Fórum foi inaugurado no dia 10 de setembro, pelo Secretário Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação do Panamá, Dr. Rubén Berrocal, num ato no qual intervieram também o Secretário para a Cooperação da Secretaria-Geral Ibero-Americana, Dr. Salvador Arriola e o Embaixador de Espanha no Panamá, Sr. Jesús Silva. Participou também na Presidência da sessão inaugural o Reitor da Universidade do Panamá e o Presidente do CRP, Dr. Gustavo García de Paredes.

Anexa-se a este relatório o programa do Fórum, cuja agenda foi fundamentalmente constituída pelas seguintes sessões:

I Sessão: Relatório da Unidade Coordenadora do EIC e sobre os Programas e Projetos de Cooperação Ibero-Americana integrados no quadro do EIC

Resumiram-se brevemente as atividades realizadas desde o VI Fórum de Cádiz, destacando-se como prioridades que orientaram a atuação da Unidade Coordenadora, o melhor conhecimento das prioridades nacionais nas políticas de ensino superior, ciência, tecnologia e inovação, com o fim



de poder oferecer um acompanhamento mais eficaz às mesmas a partir do EIC; e a difusão do Espaço do Conhecimento, a sua estrutura, objetivos e instrumentos, com o objetivo de que sejam mais bem conhecidos pelos atores e agentes dessas políticas.

Foram também transmitidas informações sobre os contactos mantidos com a Direção Adjunta da Comissão Europeia, responsável pela European Research Area (ERA) e, como primeiro resultado, sobre a possibilidade de celebrar um acordo que permitiria que a região usasse a plataforma tecnológica que dá suporte ao portal EURAXESS, oportunamente adaptada.

Por último, resumiram-se brevemente os progressos alcançados no último ano e a situação dos programas de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED), Programa Ibero-Americano de Inovação, Programa Ibero-Americano de Propriedade Industrial e Promoção do Desenvolvimento, Programa de Mobilidade Académica “Pablo Neruda”, Fórum MI-PYME e dos Projetos Adstritos IberVirtual, IBERQUALITAS e Rede Empreendia.

O Conselho de Programas do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento, previsto na Estratégia do EIC e aprovado pela Cimeira de Assunção, ficou constituído no passado mês de julho.

- A Unidade Coordenadora enviará aos países um documento de trabalho que incluirá o plano de trabalho do Conselho de Programas e propostas para avançar numa maior sinergia entre eles e aumentar a sua eficácia e eficiência.
- Também será enviado um documento específico sobre o Canal da Cooperação Ibero-Americana, como instrumento importante para a difusão das atividades e dos projetos de ensino superior, ciência, tecnologia e inovação.

O representante do Ministério do Ensino Superior de Cuba anunciou a realização, no mês de fevereiro, do Universidade 2014, convidando os membros do Fórum a participarem nas atividades que se estão a programar. Nessa ocasião, considerar-se-á a possibilidade de realizar, nesse quadro, uma reunião do Conselho.

II Sessão: Apresentação dos resultados da iniciativa Agenda de Cidadania da Ciência, da Tecnologia e da Inovação

- Destacou-se a relevância da iniciativa e os resultados alcançados com as atividades realizadas, tendo-se acordado abrir a participação a todos os países da região que o desejarem, com o objetivo de que, no horizonte da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo de 2014, no México, se possam apresentar os resultados com uma dimensão global ibero-americana.

III Sessão: Reconhecimento de períodos de estudo e de diplomas

- Foi acordado constituir um grupo de trabalho integrado pela Argentina, Colômbia, Espanha, México e Panamá ao qual foi confiada a tarefa de:
 - Elaborar um inventário das convenções atualmente em vigor nesta matéria.
 - Formular uma proposta de estratégia, orientada para avançar no reconhecimento dos períodos de estudo e dos diplomas, com um primeiro objetivo de reconhecimento acadêmico, mas incluindo os aspetos relacionados com o exercício profissional, para o qual é necessária a participação de outros departamentos governamentais não representados no Fórum, dependendo dos respetivos quadros legislativos nacionais.
 - Avaliar com o pormenor necessário e avançar na possibilidade de constituir um Conselho Ibero-Americano de Acreditação, com base no documento de trabalho elaborado pelo COPAES e apresentado na sessão pelo seu Diretor Geral.

IV Sessão: Intervenção do Secretário-Geral da OEI

O Secretário-Geral da OEI, Dr. Álvaro Marchesi, apresentou alguns dados básicos da Organização e prestou informações sobre as principais atividades que se estão a promover. Na sua intervenção reiterou a disponibilidade total da OEI para acompanhar os esforços dos governos em matéria de ensino superior, ciência, tecnologia e inovação.

O Dr. Marchesi sublinhou particularmente o compromisso da OEI para com a mobilidade académica, principalmente através do Programa “Pablo Neruda”, antecipando uma nova linha orientada para a mobilidade no âmbito da formação de docentes. Mencionou também a oferta de contri-



buir para o reforço da colaboração em matéria de avaliação da qualidade e da acreditação, e para o estabelecimento de um sistema regional de informação do ensino superior.

Finalmente, anunciou a realização, em novembro de 2014, em Buenos Aires, do Congresso da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino, convidando os membros do Fórum a participarem ativamente nele.

V Sessão: Classificação de Instituições de Ensino Superior

- Acordou-se constituir um grupo de trabalho, integrado por representantes dos governos, por universidades e por peritos, coordenado pela SENESCYT (Equador) em colaboração com o Gabinete do EIC, encarregado de elaborar uma proposta de Sistema de Informação do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, tendo em muita atenção os sistemas nacionais existentes e outros precedentes regionais, e avançar, se for caso disso, para uma experiência piloto. A proposta e os resultados da experiência piloto apresentar-se-ão no VIII Fórum.

VI Sessão: Intervenção do Dr. Mateo Valero

- Destacou-se a importância de reforçar a colaboração birregional EIC-ERA e acordou-se incumbir a Unidade Coordenadora de proceder às diligências necessárias para avaliar, e eventualmente, promover, em colaboração com a Comissão Europeia, o estabelecimento de uma Unidade Específica para a cooperação birregional em ciência, tecnologia e inovação.

VII Sessão: Formação e mobilidade de investigadores e peritos tecnológicos

Constatou-se a grande importância para os países da formação de investigadores e de peritos tecnológicos, questão para a qual estão a ser efetuados orçamentos e esforços crescentes, em coerência com o objetivo de promover o desenvolvimento dos sistemas nacionais de ciência, tecnologia e inovação.

A esse respeito, considerou-se conveniente contar com uma visão prospetiva regional, com o horizonte de uma década, formada pelos estudos prospetivos elaborados pelos países sobre as necessidades formativas e



de mobilidade. Esta visão prospectiva contribuiria para a conceção de possíveis atuações orientadas para acompanhar os esforços dos países.

Para a identificação e proposta dessas atuações, acordou-se em constituir um grupo de trabalho integrado pelo Brasil, Colômbia, Cuba, Espanha e México.

VIII Sessão: Apresentação sobre políticas de Ensino Superior, Ciência e Inovação: Peru e Uruguai

Foram apresentadas as políticas do Ensino Superior, Ciência e Inovação do Peru e do Uruguai (anexam-se as apresentações realizadas).

Após as intervenções dos oradores, foi lançado um debate que veio mostrar de novo a utilidade de continuar a integrar estas trocas de experiência em futuras edições do Fórum.

IX Sessão: Apresentação da proposta de Programa Ibero-Americano de Comunicação Social e Cultura Científica

Depois da apresentação realizada pela representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva da República Argentina, o Fórum apoiou a Iniciativa, animando os países que ainda o não fizeram a considerar a sua participação.

Na sessão ficou também patente o contributo que projetos como a Agenda de Cidadania da Ciência, da Tecnologia e da Inovação, podem dar para alcançar os objetivos pretendidos pela Iniciativa.

Conclusões

O presente relatório incide, ordenados ao longo das sessões, nos acordos adotados no VII Fórum Ibero-Americano de Responsáveis de Ensino Superior, Ciência e Inovação. Constitui, pois, o guia de trabalho e atuação para a Unidade Coordenadora e para o Comissariado, no período que agora se inicia e vai até à realização do VIII Fórum. Para o desenvolvimento dos pedidos e mandatos recebidos contar-se-á com o apoio do Gabinete do EIC.

A modo de acordo de encerramento, agradeceu-se calorosamente à Secretaria Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SENACYT), como instituição anfitriã, o generoso e eficaz apoio à organização do Fórum, agra-



decimento que foi extensivo ao Ministério das Relações Exteriores do Panamá, assim como à Unidade Coordenadora (SEGIB, OEI, CUIB) do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento, pela adequada agenda da reunião.



Conclusões e Propostas para Análise e Debate

Fórum Ibero-Americano de Logística e Portos

“Preparando-se para uma mudança da geografia económica”

Cidade do Panamá, Panamá, 19 de setembro de 2013

Seguidamente resumem-se as conclusões e as propostas preparadas pela Secretaria-Geral Ibero-Americana decorrentes das discussões e dos debates do *Fórum Ibero-Americano de Logística e Portos*. Ficamos à espera das suas sugestões e propostas para enriquecer este documento de conclusões.

As mudanças no comércio e nas rotas marítimas exigem uma reavaliação das necessidades de infraestruturas e de logística

1. Nos últimos 20 anos o volume de comércio dos países da América Latina cresceu mais do que o dobro do PIB, daí resultando uma forte pressão nas infraestruturas e nós de comércio externo. Além disso, o crescimento e a prosperidade da Ibero-América continuarão a aumentar, assim como a diversificação do comércio de bens e serviços, aproveitando a oportunidade proporcionada pelos acordos de livre comércio.
2. A competitividade do comércio exige que as mercadorias saiam dos centros de produção para os centros de uso e consumo na altura adequada e no tempo acordado. Quer dizer, um funcionamento eficaz e eficiente de toda a cadeia logística.
3. Os indicadores mostram que, em geral, o desempenho logístico da América Latina é inferior ao de outras regiões. A posição de quase todos os países da América Latina no ranking Logistic Perception Index (LPI) é baixa. Quase todos se encontram por debaixo da posição 50 num ranking de 155 países, com duas de exceções: Espanha e Portugal, que estão no primeiro quintil do ranking geral.
4. A eficiência do sistema logístico depende das infraestruturas, bem como de muitos outros fatores, tais como: da administração das alfândegas; da competitividade das próprias empresas logísticas, condicionada pelas políticas e pelas regulamentações; e da adequada integração entre o desenvolvimento das infraestruturas e a logística.

- 
5. As infraestruturas de transporte na América Latina mostram um atraso geral relativamente a outras regiões, inclusivamente a algumas em desenvolvimento, que se agudiza nalguns setores e países. O inquérito do Fórum Económico Mundial elaborou um ranking da qualidade das infraestruturas em 140 países. A nota média da América Latina é 3,6 sobre 6, enquanto que a nota média dos países do Sudeste Asiático é 3,9 sobre 6, e a dos países da OCDE 5,4 sobre 6.

As políticas e as regulamentações logísticas condicionam a eficiência das cadeias

6. A competitividade do comércio internacional e doméstico no espaço Ibero-americano exige cadeias logísticas eficientes e de qualidade; nesse sentido, é fundamental criar quadros institucionais que permitam formular políticas nacionais de logística e estabelecer mecanismos de diálogo e de coordenação permanente entre o setor público e o privado.
7. A eficiência e os resultados das cadeias logísticas apoiam-se num tripé formado pelas infraestruturas, pelas políticas e regulamentações públicas e pela solidez e desenvolvimento das empresas de serviços logísticos.
8. Recomenda-se que a identificação e planificação das necessidades de infraestruturas sejam feitas com um horizonte temporal alargado para facilitar o financiamento estável e a longo prazo das mesmas e a sua coerência com as necessidades de infraestruturas.
9. Foram identificadas três áreas de melhoria em matéria de políticas e de regulamentação logística. A primeira, uma maior integração entre os investimentos em infraestruturas e as necessidades de logística das cargas; a segunda, uma adequação e harmonização da regulamentação para viabilizar o transporte ininterrupto e intermodal ao longo da cadeia logística, e a terceira, o fortalecimento dos fornecedores locais para que estes tenham capacidade para se integrarem nas cadeias globais.
10. A experiência mostra que os planos logísticos nacionais facilitam uma conceção integrada das necessidades das cadeias logísticas. Os planos logísticos concebem o transporte, as infraestruturas e os sistemas de logística de forma integrada e coerente para oferecerem soluções para as necessidades de mobilidade da população e



da carga, independentemente da forma de transporte utilizada e dos pontos de destino e de origem.

Os portos no novo contexto

11. O crescimento do comércio e do fenómeno da globalização alargaram o papel dos portos nas redes de transporte internacional. No entanto, em consequência das novas circunstâncias estão a surgir problemas a que é necessário atender. Por exemplo:
 - O crescimento do tamanho dos navios, em particular dos porta-contentores cada vez de maior tamanho.
 - As restrições e exigências do meio urbano, ambiental e social para o desenvolvimento das instalações portuárias.
 - A crescente concorrência entre os portos e os operadores.
 - O acesso dos navios aos portos e uma fraca ligação e integração dos portos com os seus *hinterland*.
12. Uma resposta bastante comum foi a simples modernização dos terminais, alargando a infraestrutura através de investimento público e privado. No entanto, é essencial ter em atenção outros aspetos relevantes para que os portos cumpram a sua função. Os peritos destacaram fragilidades nas seguintes áreas:
 - A administração portuária.
 - A acessibilidade e a ligação interna dos portos.
 - O clima de negócios da comunidade portuária.
 - A sustentabilidade na gestão dos portos.
13. Uma estratégia de modernização portuária que ofereça respostas aos problemas derivados do novo contexto, e atenda os interesses dos agentes envolvidos, requer um diagnóstico e um consenso. Diagnóstico, para identificar e avaliar as necessidades não apenas das macro infraestruturas, mas também das infraestruturas mais pequenas e especializadas, a fim de as dotar de sustentabilidade e conectividade. E é necessário um consenso, porque há muitos agentes com interesses dispares, mas cuja participação e cujo esforço são necessários para que as cadeias logísticas funcionem eficientemente.



Para uma administração integrada das fronteiras

14. A Gestão Coordenada das Fronteiras é um elemento fundamental para que as cadeias logísticas assegurem a recolha e entrega nos prazos e tempos acordados. No entanto, isso requer regulamentação e coordenação nos âmbitos local, nacional e multinacional e nos planos: político, técnico e dos investimentos.
15. A Gestão Coordenada das Fronteiras requer a aplicação do operativo de trânsito aduaneiro ao passar pela fronteira, o que significa a ampliação e implantação universal em cada país do sistema de trânsito internacional e a modificação da regulamentação interna de cada país para que os trâmites das importações ou exportações se realizem na origem ou no destino, reduzindo ao mínimo as que se realizam na fronteira.
16. A Informação antecipada, de qualidade e integral, que envolva as instituições públicas na sua captura e o setor privado na sua provisão, através de sistemas eletrónicos fiáveis (rastreadibilidade, rendimento, serviço, segurança e estabilidade) interoperáveis a nível sub-regional, regional e mundial é uma condição necessária para a gestão e controlo dos riscos do trânsito nas fronteiras.
17. A confiança nos operadores de comércio externo, reduzindo as intervenções físicas, num ambiente de segurança fiscal e parafiscal, é um fator essencial para a eficiência dos processos fronteiriços, o que significa o desenvolvimento e implantação dos atuais e novos programas de Operador Económico Autorizado (OEA) sob padrões internacionais.

As plataformas logísticas

18. A promoção de investimentos em projetos de Infraestrutura logística especializada é primordial para o desenvolvimento da competitividade logística regional. A experiência mostra que uma planificação de âmbito nacional de uma rede de parques logísticos, integrada com as redes de transportes e a rede de nós de comércio externo (portos, aeroportos, passagem das fronteiras), aumenta significativamente a eficiência do movimento das mercadorias.
19. Entre outras tipologias, a Rede de Parques Logísticos entendida num sentido mais lato, como uma rede que inclui as Zonas de Atividade



Logística (ZAL) de apoio aos portos, Centros de Carga Aéreos (CCA), Centros de Serviço ao Transporte de Carga em Camião e Plataformas de Distribuição Urbana de Mercadorias.

20. O rápido crescimento das principais cidades da região e o aumento dos fluxos de distribuição urbana de mercadorias, aconselham a dar prioridade ao desenvolvimento de Parques Logísticos especializados em Distribuição Urbana de Mercadorias, que permitam o ordenamento, otimização e sustentabilidade do movimento de mercadorias nas áreas urbanas e a sua integração na rede do conjunto do país.

Propostas

Primeira. Promover iniciativas para reavaliar as necessidades das infraestruturas e os sistemas de logística do espaço Ibero-Americano, e instrumentar mecanismos para progredir na formulação de planos logísticos nacionais e, eventualmente, regionais.

Segunda. Abordar estratégias integrais de modernização portuária, que ofereçam respostas aos problemas decorrentes do novo contexto, e atendam aos interesses dos agentes envolvidos.

Terceira. Promover mecanismos de medição e monitorização do desempenho logístico dos países. Em particular, propõe-se a criação de indicadores para medir as vantagens associadas às redes dos parques logísticos e às operações de acréscimo de valor que neles se realizam.

Quarta. Desenvolver um programa para que os países do Espaço Ibero-Americano apliquem uma Gestão Coordenada de Fronteiras que inclua um compromisso de revisão das regulamentações, dos modelos de trabalho em fronteira, do financiamento e dos prazos de execução. Esse programa deveria incluir mecanismos de acompanhamento e sistemas para a promoção e o fortalecimento da figura do Operador Económico Autorizado sob padrões internacionais.

Quinta. O projeto e a execução de programas regionais para a investigação e a formação de recursos humanos na área da gestão integral de redes logísticas.



Resumo de resultados

V Congresso Ibero-Americano de Cultura

Saragoça, Espanha, 20-22 de novembro 2013

Considerando que:

- a) A Conferência Ibero-Americana e a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo vêm institucionalizando espaços privilegiados de diálogo com os vários sectores da sociedade, tais como o Fórum Parlamentar, o Fórum de Governos locais e os Encontros Empresarial e Cívico, bem como os Congressos ibero-americanos de Cultura, como expressão da identidade e dos valores que os unem.
- b) A Carta Cultural Ibero-Americana (Cúpula de Montevidéu 2006), o seu Plano de Ação (Cúpula de Santiago do Chile 2007) e das medidas empreendidas para o fortalecimento do Espaço Cultural Ibero-Americano, têm como um dos seus resultados referência, a realização dos Congressos ibero-americanos de Cultura iniciados em 2008. A proposta dos Governos de Espanha e México contou de imediato com o acordo dos países ibero-americanos.
- c) A partir do referido ano se celebraram ininterruptamente cinco edições no México, Brasil, Colômbia, Argentina e Espanha e se acordou que em 2014 se realize na Costa Rica.
- d) O V Congresso Ibero-Americano de Cultura foi organizado pelo Ministério da Educação, Cultura e Desporto de Espanha e a Secretaria Geral Ibero-Americana, NOS dias 21 e 22 de novembro de 2013, contou com a presença de 12 delegações oficiais, 9 lideradas por Ministros da Cultura ibero-americanos, altos funcionários de Cultura de Ministérios e instituições; 1.400 assistentes inscritos, 174 oradores e especialistas da nossa região e também de outros países, 21 mesas redondas; 201 experiências digitais e 21 projetos no âmbito do Concurso “Emprende com Cultura” dos quais se outorgaram 6 prémios. O Congresso contou também com a participação de delegados de instituições culturais ibero-americanas (OEI, CERLALC, AECID, CO-



NACULTA, Instituto Camões, CONAR, Instituto Cervantes, SURDOC, ARCE, TEIB, etc.), profissionais e criadores do sector cultural.

- e) Que o V Congresso despertou o interesse das redes sociais, o que permitiu alcançar uma audiência superior a 12 milhões de pessoas.

Com base no que precede trabalhar-se-á para:

- a) Que a vocação dos Congressos seja a determinada pelo Espaço Cultural Ibero-Americano, por conseguinte, diversa, plural, pluriétnica e inclusiva para as comunidades ibero-americanas migrantes, fixadas noutras latitudes, e aberta as sociedades civis e aos setores culturais e criativos da nossa região.
- b) Adotar o Relatório da SEGIB denominado “Em direção à Consolidação do Espaço Cultural Ibero-Americano” como agenda de trabalho da Conferência Ibero-Americana a desenvolver durante o próximo quinquénio, e formar equipas de trabalho lideradas por alguns países para avançar nos domínios jurídico, comunicacional, económico, histórico patrimonial, educativo, cívico, social e territorial.
- c) Convocar os países do Espaço Ibero-Americano a trabalhar em conjunto pelo desenvolvimento de uma Agenda Digital Ibero-Americana e aproveitar as oportunidades que oferece a Internet para reduzir a exclusão social. As propostas que surjam a este respeito serão trabalhadas com os especialistas de cada ministério da região.
- d) Fomentar o empreendimento cultural no espaço Ibero-Americano, com especial atenção ao âmbito digital.
- e) Avançar com a proposta de Protocolo para a Regulamentação dos Congressos e acordada com os países.



**C) Declarações e Conclusões de outras Reuniões
Ibero-Americanas realizadas à margem da
XXIII Cúpula Ibero-Americana**



Declaração

XVIII Conferência de Ministros de Justiça dos Países Ibero-Americanos

Viña Del Mar, Chile, 4 e 5 de abril de 2013

Os Ministros e as Ministras da Justiça, representantes dos Ministérios da Justiça e das autoridades homólogas, reunidos em Viña del Mar nos dias 4 e 5 de abril de 2013, com o apoio e a colaboração inestimável do Ministério da Justiça do Chile e como o incentivo da Secretaria-Geral desta Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos (COMJIB);

Consideramos

Que a Região ibero-americana constitui um espaço comum de intensas relações económicas, jurídicas, políticas e culturais. A criação deste espaço comum exigiu um grande esforço por parte de todos, estabelecendo vínculos políticos entre os países e construindo instituições com vocação de trabalho partilhado.

Que a Região enfrenta problemas e desafios graves, tais como debilidades institucionais que limitam o desenvolvimento, níveis ainda altos de exclusão social e de pobreza, a crescente violência e insegurança dos cidadãos ou a incidência da criminalidade organizada transnacional, que ameaçam a estabilidade dos nossos países.

Que a situação torna mais necessário do que nunca desenvolver estratégias conjuntas para responder aos crimes de maior gravidade, para harmonizar instrumentos e coordenar respostas que combinem ações aos níveis nacional e regional, que reforcem e não debilitem as políticas nacionais e, sobretudo, que melhorem a qualidade da Justiça e a confiança dos cidadãos na Justiça.

Que são os Ministérios da Justiça, enquanto instituições que regem as políticas públicas neste sector, que têm a responsabilidade e a capacidade de coordenação e cooperação, tendo como pressuposto que a Justiça começa muito antes que o próprio conflito judicial, e engloba aspectos de prevenção, acesso e segurança jurídica, bem como de garantia e proteção dos direitos.



Acordamos

1. Agradecer ao Ministério da Justiça do Chile e à Secretaria-Geral da COMJIB pela eficaz organização da Conferência
2. Apoiar a vontade da República Dominicana de realizar a XIX Conferência, no ano de 2015.
3. Aprovar o Relatório apresentado pelo Secretário-Geral sobre os trabalhos realizados desde a XVII Conferência realizada na Cidade do México, em 22 e 23 de outubro de 2010, até momento presente, incluindo o Relatório Económico.
4. Aprovar a Convenção Ibero-Americana de Equipes Conjuntas de Investigação por parte dos países que a assinam no presente ato (Argentina, Costa Rica, El Salvador, Nicarágua, Panama, Portugal e República Dominicana), colocando à disposição daqueles países que possam estar interessados em a ela aderir posteriormente.
5. Recomendar que o Documento “Bases para a elaboração de um instrumento internacional sobre cibercriminalidade” seja a base de uma Convenção Ibero-Americana sobre cooperação, prova, jurisdição e competência sobre cibercriminalidade, bem como de uma recomendação que englobe os princípios fundamentais relativos aos aspectos substantivos que deveriam ser acolhidos pelas legislações nacionais. Para tal, e após a prévia convocatória de um seminário para definir o conteúdo final de ambos os instrumentos, propõe-se levar estes textos para a sua assinatura na próxima Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo a realizar no Panamá, em outubro de 2013.
6. Aprovar a “Recomendação da COMJIB, relativa às Normas Mínimas e Comuns para a Sanção Penal da Corrupção no Comércio Internacional”.
7. Aprovar a “Recomendação da COMJIB, relativa às Normas Mínimas e Comuns para a Harmonização da Legislação Penal sobre Corrupção de Funcionários Públicos”.
8. Aprovar o documento “Programa Modelo de Género em contexto de privação de liberdade para a Ibero-América”
9. Aprovar o Documento “Guia de Desenvolvimento de Infraestruturas Penitenciárias”.

- 
10. Aprovar o Documento “Guia de Implementação e Gestão de Sistemas de Vigilância Eletrônica na Ibero-América”.
 11. Aprovar a Estratégia COMJIB 2013-2014, incluindo as linhas de trabalho nela estabelecidas e a estratégia de viabilidade econômica. Incorpora-se uma linha adicional relativa à Prevenção da Violência e do Crime que será definida no prazo de um mês.
 12. A esse respeito, comprometemo-nos a efetivar as contribuições anuais cujo compromisso já foi assumido junto à COMJIB ou, na ausência de tal, empenharmo-nos para garantir uma viabilidade mínima da COMJIB enquanto Organismo Internacional.
 13. Reconhecer os esforços realizados pelos países que realizam contribuições de forma habitual. Valoriza-se especialmente a contribuição que tem vindo a ser realizada pela Espanha, em particular através do Fundo MAEC-COMJIB desde o ano 2007, a qual se mostrou fundamental para executar grande parte destas ações, especialmente valiosa em momentos de severas dificuldades econômicas. Valoriza-se muito especialmente a assinatura do Convénio MAEC-COMJIB, em dezembro de 2010. Reconhece-se também a contribuição prestada pela Argentina com o financiamento da sede da COMJIB.
 14. Reconhecer o esforço da Secretaria-Geral da COMJIB pela mobilização de fundos externos para o desenvolvimento de projetos e atividades, o que tem permitido desenvolver parte das linhas de ação em marcha. Insta-se à Secretaria-Geral a continuar a promover e a impulsionar novas formas de financiamento das suas atividades e projetos, quer sejam provenientes de contribuições públicas, de organismos internacionais e bancos de desenvolvimento, como de instituições privadas.
 15. Felicitar e apoiar os progressos do Projeto de Harmonização da Legislação Penal quanto ao Crime Organizado na América Central e na República Dominicana, levado a cabo pelo SICA e pela COMJIB, com apoio do Fundo Espanha-SICA, manifestando o seu interesse em conhecer os progressos do citado projeto para avaliar a sua possível ampliação ao conjunto da região ibero-americana.
 16. Reconhecer os progressos do projeto “Estudo sobre a cooperação jurídica em matéria de tráfico de drogas entre a Europa e a América Latina” da EU-LAC.

- 
17. Apoiar a manutenção e a melhoria do Portal de Justiça Eletrônica na Ibero-América (PIAJE).
 18. Aprovar o Relatório sobre a IberRede apresentado pelo Secretário-Geral da COMJIB, que também é Secretário-Geral da IberRede. Confirmar a recepção da acta da VII Reunião Plenária de pontos de contato da IberRede, que teve lugar na Costa Rica, em novembro de 2011. Reafirmar o compromisso assumido por todos os Ministérios da Justiça e autoridades homólogas de potenciar a utilização ou o uso da IberRede e do seu sistema de comunicação seguro, Iber@, bem como de promover a interação dos grupos de trabalho da COMJIB com os grupos de trabalho da IberRede, tanto com os pontos de contato como com os agentes de ligação nas iniciativas que se estão a realizar.
 19. Estudar em colaboração com as outras instituições nacionais que fazem parte da IberRede a proposta da Secretaria-Geral de promover que a IberRede seja um Programa Ibero-Americano para dotar a Rede da necessária sustentabilidade e viabilidade financeira para a sua manutenção, valorizando os progressos já realizados até ao momento.
 20. Estabelecer uma comissão de trabalho para a elaboração de uma proposta de reforma estatutária da Conferência, a ser apresentada na próxima Reunião Plenária.
 21. Celebrar os progressos do Programa Ibero-Americano de Acesso à Justiça, e agradecer a partilha dos seus resultados. Além disso, consideramos necessário promover a incorporação dos países que dele ainda não fazem parte.
 22. Apoiar as iniciativas que tem vindo a ser levadas a cabo no âmbito do Programa Eurosocial.
 23. Aplaudir o trabalho que está a ser feito pela SEGIB e pela COMJIB para se avançar na formulação de uma proposta de criação de um mecanismo especificamente ibero-americano de arbitragem comercial e econômica internacional.
 24. Felicitar a entrada em funcionamento do extranet da COMJIB, exortando os Ministérios da Justiça e as instituições homólogas a promoverem a sua utilização entre os seus coordenadores nacionais e especialistas, com o objetivo de se progredir nas linhas de trabalho

- e projetos, reduzindo, tanto quanto possível, as reuniões presenciais ao estritamente necessário.
25. Promover a adesão à Convenção Ibero-americana sobre a utilização da videoconferência na Cooperação Jurídica Internacional entre Sistemas de Justiça e o seu Protocolo Adicional, por parte dos países da região ibero-americana que ainda não o fizeram. Acompanhar a ratificação dos países assinantes para os efeitos da sua entrada em vigor. Neste sentido, felicitamos a Espanha, Panamá, México e El Salvador por já terem ratificado ambos os instrumentos.
 26. Continuar a promover a colaboração com outros Organismos Internacionais que desenvolvem atividades em âmbitos relacionados com as linhas de trabalho definidas como prioritárias no seio da COMJIB, através dos instrumentos que se demonstrem convenientes.
 27. Continuar a promover a implementação de projetos específicos de carácter sub-regional, de outros que promovam a cooperação sul-sul e a cooperação triangular, bem como de projetos bilaterais a pedido dos países da região. Neste sentido, incentivamos que a COMJIB se constitua em entidade executora de projetos de cooperação para o desenvolvimento.
 28. Reconhecer que a execução das linhas de trabalho aprovadas estarão sujeitas à obtenção dos recursos orçamentários necessários.
 29. Levar à consideração dos Chefes de Estado e de Governo, que se reunirão no Panamá, em outubro de 2013, a aprovação dos seguintes parágrafos na sua Declaração.
 - *“Continuamos a apoiar as ações que têm vindo a ser realizadas pela COMJIB, especialmente as que procuram combater, de forma coordenada a criminalidade organizada transnacional, a melhoria dos sistemas penitenciários, a utilização das novas tecnologias na Administração da Justiça e a promoção do acesso à Justiça”.*
 - *“Apoiamos especificamente os progressos em matéria de luta contra a cibercriminalidade, a harmonização da legislação penal contra o crime organizado na América Central e na República Dominicana, e a promoção de guias de desenvolvimento de infraestruturas penitenciárias que tenham em conta os direitos humanos”.*
 30. Solicitar à SEGIB que leve à próxima Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, para o seu conhecimento e consideração, a presente Acta.

- 
31. Incentivar aos Ministros da Justiça e às instituições homólogas da Ibero-América a que intercedam perante os seus governos de modo a apresentar na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo no Panamá, em outubro de 2013, comunicados especiais que difundam as ações no âmbito do sector da justiça que estamos a realizar e, sobretudo, que manifestem a necessidade da sua inclusão nas políticas públicas e de coesão social na região.
 32. Constituirão a Comissão Delegada os países seguintes: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Guatemala e República Dominicana. A Guatemala oferece-se para ser anfitriã da próxima reunião dessa Comissão Delegada.
 33. Elegem-se como Secretários-Gerais adjuntos o Peru, o México, a Espanha e Honduras.
 34. Inicia-se um processo de recepção de candidaturas para o cargo de Secretário-Geral, conforme se detalha em anexo.
 35. De acordo com o ponto 9.4 do Regulamento Interno da COMJIB, os Secretários-Gerais adjuntos delegam à atual Coordenadora-Geral da COMJIB, Marisa Ramos as funções de Secretária-Geral (em exercício).
 36. Agradece-se ao Secretário-Geral cessante, D. Víctor Moreno Catena, o seu compromisso, dedicação e entrega a este Organismo.



Declaração

III Encontro Ibero-Americano e do Caribe sobre Segurança Viária (EISEVI)

“Se se podem evitar, não são acidentes. Salvemos 1.000.000 de vidas”

Buenos Aires, Argentina, 9 de maio de 2013

As delegações dos países da Ibero-América e das Caraíbas, reunidas por ocasião do cumprimento do segundo ano do Plano do Decénio de Ação para a Segurança Rodoviária 2011-2020, no quadro da realização dos encontros: “Terceiro Encontro Ibero-Americano e das Caraíbas sobre Segurança Rodoviária (EISEVI3)” e “Primeiro Encontro do Observatório Ibero-Americano de Segurança Rodoviária (OISEVI1), com o lema: “Se se podem evitar, não são acidentes. Salvemos 1.000.000 de vidas”, declaram o seguinte:

Afirmamos que a problemática da Segurança Rodoviária requer o compromisso ético e político.

Destacamos que a segurança rodoviária deve ser considerada uma política de Estado, na qual devem prevalecer o objetivo comum de melhorar a segurança rodoviária e o melhor consenso sobre os elementos básicos e fundamentais.

Entendemos que, relativamente à situação da mobilidade crescente que se vive em todos os países, é da responsabilidade das autoridades nacionais, regionais e locais responder ao desafio de trabalhar para garantir a todos os cidadãos, e de forma especial aos mais vulneráveis, um sistema de mobilidade sustentável, apoiado em transportes públicos mais seguros e, ao mesmo tempo, uma redução do número de sinistros e de vítimas nas estradas.

Sabemos que a problemática da Segurança Rodoviária tem uma natureza multi-causal e, portanto, para obter bons resultados, é necessário conseguir a participação de toda a cidadania e um papel preponderante das administrações nacionais, provinciais, estaduais, departamentais e municipais, das organizações da sociedade civil, das empresas e dos centros de investigação e especialmente das vítimas dos sinistros rodoviários e dos seus familiares.



Trabalhamos para alcançar os objetivos determinados para a Década de Ação e para melhorar a segurança rodoviária nos nossos países, colocando em prática as ações concretas que ajudem a diminuir o risco de que se produzam sinistros rodoviários e, conseqüentemente perdas de vidas humanas e lesões. E isso, dando prioridade a medidas relativas à velocidade, ao uso do cinto de segurança, aos sistemas de retenção infantil, à utilização de capacetes e à limitação do álcool.

Estamos convencidos de que, apesar das dificuldades, nos últimos anos foram alcançados grandes progressos nos nossos países e na nossa Região, na consecução do mandato ditado na **XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes e Chefas de Estado e de Governo**, que teve lugar em San Salvador, em 2008, para fortalecer a segurança rodoviária na região. Esta Cúpula decidiu criar o atual Observatório Ibero-Americano de Segurança Rodoviária (OISEVI), um organismo regional, centro de referência e colaboração, que facilita a cooperação entre países na luta contra os acidentes de trânsito e que estabeleceu as bases para a constituição da atual Federação Ibero-Americana de Associações de Vítimas contra a Violência nas Estradas e promoveu os regulares Encontros Ibero-Americanos e das Caraíbas sobre Segurança Rodoviária.

Subscrevemos a presente DECLARAÇÃO IBERO-AMERICANA PELA SEGURANÇA RODOVIÁRIA, na cidade de Buenos Aires, ARGENTINA, no dia 9 de maio de 2013.



Reunião de Ministros do Turismo da Ibero-América (no âmbito da 55ª Reunião da Comissão Regional para as Américas da OMT)

São José, Costa Rica, 13 de maio de 2013

Os Ministros, Vice-Ministros e Autoridades de Turismo dos Estados Ibero-Americanos, reuniram-se na cidade de São José, Costa Rica, no dia 13 de maio de 2013, no quadro da 55ª reunião da Comissão Regional para as Américas da Organização Mundial do Turismo (CAM).

Participaram na reunião os seguintes estados ibero-americanos: Argentina, Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, Espanha, Guatemala, México, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Esteve presente a Secretaria-Geral Ibero-Americana, tendo-os acompanhado a Secretaria da Organização Mundial do Turismo (OMT). A reunião foi presidida pela Costa Rica, na qualidade de país anfitrião da 55ª reunião da Comissão Regional para as Américas da OMT, por acordo dos estados ibero-americanos presentes.

Apenas foram tratados dois pontos:

1. Analisar e chegar a acordo quanto uma proposta de parágrafo para ser apresentada ao Panamá, na qualidade de Secretaria Pro Tempore Ibero-Americana, para se considerar a sua inclusão na Declaração da XXIII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Ibero-América, que terá lugar na Cidade do Panamá, nos dias 18 e 19 de outubro de 2013.
2. Realizar uma mesa de diálogo sobre turismo Ibero-América/Ásia, no âmbito da XX Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo (OMT), que terá lugar na região das Cataratas Victória (Zimbábwe e Zâmbia), no dia 27 de agosto de 2013.

No que se refere ao **Ponto 1**, os países tinham recebido previamente uma proposta preliminar de parágrafo. Foram apresentados comentários por parte do México e do Equador, tendo as alterações propostas por ambos os países sido aceites. Com estas duas reformas, a proposta de parágrafo foi aprovada, e acordou-se que o Governo da Costa Rica apresentaria o mesmo junto do Governo do Panamá, país que ostenta a *Secretaria Pro Tempore* Ibero-Americana.



O texto acordado do parágrafo que será proposto é o seguinte:

“Os Chefes de Estado e de Governo da Ibero-América consideram o turismo como uma atividade de grande importância política, económica, social e cultural, facilitadora do conhecimento entre diversas culturas e regiões que favorece o diálogo entre os povos. Também constitui uma fonte muito importante de geração de divisas e de empregos dignos, pelo que instruem os responsáveis pelo turismo dos diferentes países a:

- a) Fomentar mecanismos que melhorem as ligações e facilitem as viagens, assim como fomentar o multi-destino entre diferentes países da Comunidade Ibero-Americana.
- b) Impulsionar a integração de cadeias de produção, em torno do setor, através do fomento das pequenas e médias empresas, estimulando o desenvolvimento de produtos inovadores e competitivos.
- c) Promover e impulsionar um turismo consciente, baseado em princípios éticos, de sustentabilidade e de responsabilidade social das empresas e dos prestadores de serviços, através de medidas de proteção ao consumidor de serviços turísticos, da igualdade de género, da acessibilidade, da redução da pobreza e da preservação do ambiente e do património cultural.

Os avanços que se verifiquem nas tarefas acima confiadas, deverão ser submetidos à consideração da XXIV Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, tal como as relativas à Mesa de Diálogo sobre Turismo Ibero-América/Ásia, recém-estabelecida, no quadro da XX Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo.”

No que diz respeito ao **Ponto 2**, os países ibero-americanos presentes estiveram de acordo quanto à realização de uma **mesa de diálogo sobre turismo Ibero-América/Ásia**, no quadro da XX Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo (OMT), que terá lugar na região das Cataratas Victória (Zimbabwe e Zâmbia). A mesa de diálogo terá lugar no dia 27 de agosto, às 12:15 horas, com o objetivo de definir um plano de ação para impulsionar as atividades económicas relacionadas com o turismo, que será colocado à consideração do Banco Asiático de Desenvolvimento e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, para recolher o apoio de ambas as instituições e realizar as ações correspondentes ao plano de atividades que daí resultar.



Conclusões

I Congresso Bienal sobre Segurança Jurídica e Democracia na Ibero-América

Gerona, Espanha, 3-5 de junho de 2013

O I Congresso Ibero-Americano sobre Segurança Jurídica ultrapassou os objetivos e as expectativas tanto daqueles que colaboraram para que fosse possível a sua realização como daqueles que estiveram presentes como oradores e participantes. A sua ampla divulgação na imprensa local e internacional é uma mostra mais da enorme importância que os temas debatidos neste encontro têm para a sociedade.

Os participantes e oradores puderam contactar com o conceito de segurança jurídica abordado sob diferentes perspectivas. Esta abordagem multidimensional assegurou o cumprimento de um dos objetivos propostos para o Congresso: pôr em evidência que a segurança jurídica tem impacto a muitos e variados níveis, mas que todos eles se encontram estreitamente inter-relacionados. Nos parágrafos que se seguem mencionar-se-á brevemente como a segurança jurídica afeta cada um dos níveis que tiveram o seu espaço de debate no I Congresso bienal e de que forma se relacionam uns com os outros.

Ao longo das três jornadas de apresentações e debates ficou claro que a segurança jurídica tem como destinatários mais imediatos os cidadãos, em todas as facetas do seu desenvolvimento. A ausência de segurança jurídica tem um impacto na vida quotidiana das pessoas fragilizando as garantias de proteção dos direitos e até impedindo diretamente o exercício desses direitos nos casos mais extremos. Por exemplo, os altos níveis de violência interpessoal que a América Latina sofre – debatidos em várias oportunidades no Congresso – são o resultado de uma fraca segurança jurídica (certamente conjugada com fatores alheios a ela). Mas, além disso, a violência – quando alcança graus significativos – também produz o desgaste da credibilidade nos sistemas de justiça e na confiança nas instituições jurídicas. Deste modo, pode ser identificada uma relação de duplo sentido entre violência interpessoal e segurança jurídica. As dificuldades no acesso à Justiça e a demora nada razoável dos processos judiciais também foram aspetos sobre os quais se evidenciou um alto



grau de preocupação durante o Congresso: neste caso, a preocupação tem impacto tanto nas pessoas singulares como nas empresas e nos potenciais investidores na Ibero-América.

Para os investidores, a segurança jurídica vincula-se deveras com os incentivos para investir e reinvestir. A problemática é ainda maior nos casos em que os investimentos requerem períodos prolongados para serem estrategicamente viáveis. Algo semelhante acontece com o comércio internacional, que, como é evidente, também se vê afetado se a segurança for fraca.

Sob o ponto de vista do sistema democrático, durante as três jornadas de debate tornou-se evidente que a democracia precisa da segurança jurídica para garantir aos cidadãos e habitantes as verdadeiras vantagens desse sistema político. Um pretenso sistema democrático sem segurança jurídica não pode sequer manter a etiqueta de democracia formal (já que se requer segurança jurídica pelo menos relativamente às suas garantias eleitorais) e muito menos o será no sentido material. A qualidade democrática está inevitavelmente unida ao respeito pela segurança jurídica.

Finalmente, a globalização, conforme se debateu em profundidade no Congresso, desempenha um papel duplo na segurança jurídica. Por um lado, o mundo global obriga os Estados a elevar os seus padrões de segurança jurídica para serem candidatos a perceber as vantagens trazidas por essa mudança estrutural do mundo conhecida por globalização. Por outro, a própria globalização representa um desafio para as estruturas estatais e jurídicas que, por vezes, reduzem as proteções que o direito nacional outorgava aos seus cidadãos.

A segurança jurídica necessita de uma análise pluridisciplinar: jurídica, de politologia, sociológica, etc. No entanto, o alcance jurídico do conceito teve, durante os workshops realizados na última jornada do Congresso, um espaço de debate de qualidade que permitiu a todos os presentes e oradores ratificar a necessidade de continuar o trabalho sobre este assunto no âmbito académico, judicial, governamental e não-governamental, assim como sob a perspetiva empresarial.

De tudo isso se podem retirar as seguintes conclusões.

1. A importância da segurança jurídica no atual momento da Ibero-América

Os trabalhos apresentados e os sucessivos debates deixaram claro que o fortalecimento da segurança jurídica tem atualmente uma importância crescente na Ibero-América. Essa relevância em crescendo, tem diversos motivos, e entre os mais importantes podemos mencionar os seguintes:

- As democracias, mesmo com as suas fragilidades e problemas por resolver, finalmente estão asseguradas em toda a Ibero-América e requerem o fortalecimento da segurança jurídica para aprofundar a sua consolidação e ganhar em qualidade.
- A segurança jurídica é uma pré-condição para o respeito e garantia dos direitos humanos. Ao fortalecer a segurança jurídica a nível local, os Estados evitam condenações e outras exigências de responsabilidade internacional por violações de tratados sobre direitos humanos que assinaram, e oferecem aos seus cidadãos garantias efetivas de que o reconhecimento dos direitos não se fica por uma mera formalidade sem efeitos práticos.
- O mesmo acontece no âmbito dos outros direitos (que não integram o núcleo dos direitos humanos), no qual os habitantes e cidadãos só os poderão tomar como garantias para a sua conduta ordinária se a segurança jurídica for respeitada.
- Na Ibero-América hoje, de um lado e do outro do Atlântico, o investimento internacional de qualidade é essencial. Há países que querem recuperar os níveis de investimento internacional que perderam nos últimos anos, outros que precisam de atrair esse tipo de investimentos para enfrentar as crises e o desemprego, e finalmente, países que estão em plena expansão económica e que só conseguirão investimentos estrangeiros de qualidade se conseguirem ser consistentes no respeito pela segurança jurídica.
- O investimento local, tal como o internacional, também exige essa segurança. Sem segurança jurídica os incentivos para os investimentos desvanecem-se, e sem investimentos não há crescimento económico.
- O comércio internacional foi essencial no reposicionamento mundial das economias da América Latina. No entanto, uma segurança jurídica insuficiente poderia chegar a afetar esses enormes fluxos de dinheiro que permitiram melhorar as possibilidades de educação,



saúde, trabalho e até de alimentação de milhões de habitantes no subcontinente americano.

- A crise económica que atualmente se vive na Europa e, especialmente, em países como Espanha e Portugal, impõe também sérias ameaças à segurança jurídica de todos os cidadãos, dos investidores, dos aforradores e das empresas. Um entendimento integral do conceito de segurança jurídica e a sua devida proteção são imprescindíveis para que a crise não fragilize a qualidade dos nossos sistemas jurídicos, políticos e económicos.

2. A necessidade de contar com um instrumento de medição da segurança jurídica

No workshop sobre «Indicadores de segurança jurídica» que teve lugar no dia 5 de junho, foram apresentadas e debatidas diversas formulações das dimensões que deveriam ser avaliadas para se construir um indicador útil como instrumento para aqueles que se interessem por conhecer o grau de segurança jurídica na Ibero-América. Além disso, debateu-se a crescente relevância dos indicadores na tomada de decisões a nível governamental, empresarial e da cidadania e ratificou-se a necessidade de contar com um instrumento de medição da segurança jurídica que se distinga dos já existentes, que estão ligados à qualidade da governação ou ao estado de direito e que não explicam o vasto e multidimensional espectro contido no conceito de segurança jurídica. A partir do trabalho realizado no workshop chegaram-se às seguintes conclusões:

- Neste I Congresso foram apresentadas experiências que tentaram transmitir o grau de segurança jurídica presente ou ausente nos diferentes países ibero-americanos. No entanto, essas experiências foram, em geral, relativas a determinadas dimensões que compõem o conceito (por exemplo, as dificuldades para aceder à justiça ou a falta de garantias quanto ao direito de propriedade). São relatos significativos ou testemunhais de extrema utilidade mas que, no entanto, devido à complexidade do conceito de segurança jurídica, devem ser incorporados num estudo mais integral e sistemático.
- Uma das funções mais importantes da segurança jurídica – com especial impacto nos investimentos e no desenvolvimento económico em geral – é a capacidade de permitir calcular ou prever a forma como os Estados se irão comportar relativamente às leis já aprovadas ou aos



direitos já outorgados. Sem um mapa claro da situação da segurança jurídica em cada país, muitas vezes essa função primordial perde-se ou é necessário tomar decisões estratégicas sem a informação conveniente.

- O conceito de segurança jurídica é complexo e multidimensional. Por outro lado, trata-se de um conceito jurídico com impacto e importância em atividades dirigidas por pessoas não necessariamente formadas em direito. A importância da segurança jurídica é, no entanto, tão importante, que resulta necessária a formulação de um instrumento que permita a todas as pessoas saber de forma rápida e simples quais são as dificuldades ou os pontos fortes do país em que vivem ou onde querem viver, ou no qual estão a investir ou pretendem investir. A tomada de decisões políticas também poderia beneficiar muito com a existência de um tipo de estudo que oferecesse uma radiografia dos pontos fortes e fracos de um país quanto à proteção efetiva dos direitos adquiridos, já que isso permitiria adotar medidas de correção dos pontos críticos detetados.
- As medições existentes até agora não incluem de nenhuma forma os múltiplos elementos que integram o conceito de segurança jurídica. Se bem que algumas medições da governação ou do estado de direito têm elementos que integram o conceito (como por exemplo, a independência do poder judicial ou a capacidade para fazer valer contratos incumpridos) muitos outros não estão incluídos por nenhum mapeamento ou índice (como por exemplo, a estabilidade das decisões judiciais). Por outro lado, não há qualquer tipo de medição que reúna os diferentes elementos de forma conjunta, consistente e regular. Deste modo, aqueles que pretendam conhecer o grau de segurança jurídica de um país só o poderão fazer de maneira parcial e apelando a uma diversidade de fontes com diferente qualidade e metodologia (o que em muitos casos impede a comparação dos resultados de uns com outros).

3. Os indicadores de segurança jurídica como instrumento de medição

Nos últimos anos consagrou-se a tendência para usar indicadores ou índices para medir diversos eventos sociais, económicos e jurídicos. Esta tendência não é por acaso: hoje em dia o acesso à informação e o seu entrecruzamento resulta mais simples do que há alguns anos e ao mesmo tempo os utilizadores exigem contar com cada vez maior quantidade de



informação para tomar as suas decisões. A facilidade de acesso e leitura dos índices consolidou o seu uso como um instrumento de trabalho e de tomada de decisões útil.

- Provavelmente a maior virtude dos índices – embora sem dúvida não seja a única – é a simplicidade com que se pode chegar a um panorama geral ou a certos aspetos do objeto de análise. Além disso, permitem ao interessado na consulta mover-se de forma independente na informação sem necessidade de conhecimentos técnicos sobre o fenómeno a analisar.
- Outra vantagem dos indicadores é a possibilidade do destinatário orientar a sua leitura para os aspetos mais relevantes daquilo que deseja resolver. Por exemplo, face a uma ação judicial, o interessado pode orientar a sua leitura para esse item e para outros relacionados com ele e deixará de lado as questões que não considere relevantes.
- Os indicadores costumam contar com um grau de consistência na transmissão da informação já que a metodologia basicamente se reitera nas seguintes edições do medidor e relativamente aos diferentes países analisados. Desta maneira, os indicadores permitem de forma muito simples uma comparação inter-temporal dentro do mesmo país, ou entre dois ou mais países no mesmo período ou em períodos sucessivos.
- Assinalou-se, com acerto, que outra vantagem dos índices ou indicadores é a transparência. Esta característica apresenta-se em vários sentidos: em primeiro lugar a informação transmitida por eles é idêntica para todos os destinatários (ao contrário de, por exemplo, um relatório elaborado a pedido de um interessado que poderia conter leituras distorcidas tendentes a influenciar alguma decisão do consultante); em segundo lugar, os índices são transparentes relativamente à metodologia utilizada para a sua elaboração, já que esta é pública, tal como o são - em geral - as fontes nas quais a informação tem origem.
- Finalmente, os indicadores costumam integrar ou serem acompanhados por um relatório no qual se analisam os resultados. Isto permite que aqueles que queiram aceder a informação mais pormenorizada ou profunda o possam fazer através da leitura do relatório ou da memória que acompanha esses indicadores.
- Em síntese, o desenvolvimento de um indicador como metodologia de medição é a forma mais simples e ao mesmo tempo mais completa de



transmitir informação para um conceito como o de segurança jurídica que é complexo, técnico e composto por múltiplos fatores.

4. A segurança jurídica na formação

No segundo workshop, sobre «Segurança jurídica na formação dos juristas», concluiu-se que na formação geral dos juristas (advogados, juízes, magistrados do Ministério Público, solicitadores, notários, agentes de registo, etc.) se deve conceder à segurança jurídica um lugar com identidade própria, mas ao mesmo tempo esta deve estar presente de forma transversal no ensino das outras áreas do direito. Para isso, é necessário modernizar a forma como o direito se ensina e se aprende, já que o ensino centrado na memorização do direito em vigor perdeu uma boa parte do seu sentido: hoje em dia, a tecnologia permite o acesso em segundos às normas vigentes, às revogadas e até às que estão em projeto. Por isso, a formação jurídica deveria orientar-se para as formas mais analíticas e críticas e abandonar a estrutura já ultrapassada que a rege até agora. Algumas universidades ibero-americanas já fizeram esta mudança de orientação na forma de ensinar o Direito e o caminho a seguir pelas restantes deveria ser o mesmo.

Por outro lado, debateram-se neste workshop uma série de aspetos relativos à formação, especialmente dos juízes, que se relacionam estreitamente com a necessidade de contar com indicadores de segurança jurídica. Nesse sentido, as conclusões mais relevantes foram as seguintes:

- As mudanças que a formação dos juízes e magistrados requer em defesa do fortalecimento da segurança jurídica não se devem limitar a uma definição interna, política ou técnica dos objetivos de capacitação judicial, mas também considerar os utilizadores do serviço, as suas expectativas e opiniões. Esta necessidade ver-se-á indubitavelmente satisfeita com a realização do índice sobre segurança jurídica que se projeta desenvolver, já que um dos caminhos para conhecer o estado da segurança jurídica num determinado país é através das consultas aos utilizadores dos sistemas judiciais (que logicamente se deve completar com informação objetiva e estatística).
- Falou-se também de quais são as pré-condições para poder adaptar a formação judicial às exigências da vida atual e de que forma se pode fortalecer a formação em segurança jurídica através dessas adaptações. A resposta contou com o consenso dos oradores e



participantes: é necessário recolher mais informação empírica sobre o atual funcionamento dos sistemas de justiça e sobre a eficácia das normas jurídicas em vigor. Esta conclusão leva-nos novamente à necessidade de centrar os nossos projetos imediatos no desenvolvimento dos indicadores de segurança jurídica que será o meio de recompilação da informação pretendida de forma sistemática e tecnicamente consistente.

- A segurança jurídica depende em grande medida da formação dos juízes e magistrados, mas eles não são os únicos encarregados do seu fortalecimento. Os advogados e outros operadores do direito têm a capacidade para contribuir em muito para a melhoria da segurança jurídica nos seus países e regiões; as empresas – a partir de outro lugar – também têm a oportunidade de contribuir para a construção da segurança jurídica, e, logicamente, apostar em seu favor ao decidirem os seus investimentos; finalmente, os cidadãos e habitantes também podem, com as suas ações e comportamento ético contribuir para melhorar os aspetos ainda frágeis da segurança jurídica na Ibero-América.

As considerações anteriores deixam pouca margem para dúvidas: é necessário continuar os debates que acabam de se iniciar neste I Congresso e que devem continuar nos vinte e quatro meses que separam esta primeira edição do II Congresso sobre Segurança Jurídica na Ibero-América, que se pretende realizar em 2015. Por isso, e embora o protocolo indique que as conclusões são o último capítulo de qualquer apresentação, neste caso, elas estão seguidas por um plano de trabalho.



Conclusões

Fórum Ibero-Americano de Organismos Reguladores Radiológicos e Nucleares

Madrid, Espanha, 6 e 7 de junho de 2013

Nos dias 6 e 7 de junho de 2013, o Fórum Ibero-Americano de Órgãos Reguladores Radiológicos e Nucleares (FORO) realizou a sua reunião plenária em Madrid. Nessa reunião, analisaram-se as atividades técnicas da associação, a interação com outras organizações, entre elas a Secretaria-Geral Ibero-Americana, e a difusão dos resultados do FORO em toda a região ibero-americana no sentido de melhorar a proteção radiológica e a segurança nuclear.

O FORO é uma associação criada no ano 1997, sendo atualmente composta pelos órgãos reguladores radiológicos e nucleares da Argentina, Brasil, Chile, Cuba, Espanha, México, Peru e Uruguai, e tem por objetivo promover a proteção radiológica e a segurança nuclear e física de todas as práticas e atividades que envolvam o uso de materiais radiativos ao mais alto nível na região ibero-americana. Dada a sua visão, o FORO propõe-se integrar os restantes países da região de forma gradual.

A fim de alcançar os seus objetivos, o FORO troca experiências entre os seus órgãos membros e desenvolve um programa técnico em estreita colaboração com a Agência Internacional de Energia Atômica (OIEA) das Nações Unidas. Assim, o FORO tem vindo a trabalhar em questões essenciais para a segurança radiológica e nuclear, a partir da perspectiva reguladora, através de um programa técnico rigoroso, desenvolvendo projetos técnicos inéditos e divulgando os resultados dos seus trabalhos em toda a região através da RED e de outros mecanismos de difusão.

O FORO desenvolve projetos em questões centrais para a segurança radiológica e nuclear a partir da perspectiva reguladora. Nalguns casos, os resultados obtidos despertaram interesse a nível mundial. Entre eles, a análise probabilista da segurança aplicada à radioterapia e matrizes de risco, os manuais de práticas reguladoras sobre o envelhecimento e o prolongamento da vida das centrais nucleares, o programa de prote-



ção radiológica do paciente, a estratégia para a prevenção, detecção e resposta face à presença inadvertida de material radiativo na reciclagem de metais e a avaliação da resistência das centrais nucleares dos países membros do FORO (Stress Tests). Com estes trabalhos e a sua difusão e incorporação nas práticas específicas vão reduzir-se os riscos dos pacientes nos tratamentos médicos que usem radiações ionizantes, os riscos para o ambiente e para os trabalhadores em indústrias da reciclagem de metais e os riscos para a população em face de possíveis incidentes em centrais nucleares.

No último ano, o FORO realizou uma importante contribuição na área da saúde humana, inscrita no desenvolvimento e utilização da ferramenta informática “Sistema de Avaliação do Risco em Radioterapia” (SEVRRRA), que está a difundir pelos seus membros na região e para além desta, e que conseguiu repercussão e reconhecimento pelas suas avaliações de resistência (stress tests) de todas as centrais nucleares da região por parte da XXII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo que teve lugar em Cádiz, Espanha, em novembro de 2012 e pela Conferência Geral da OIEA de 2013.

Além disso, o FORO criou um âmbito: a RED (www.foroiberam.org), destinado à troca de experiências e conhecimentos e à realização de atividades relacionadas com problemas comuns e prioritários no campo da segurança radiológica, nuclear e física, a partir de uma perspectiva reguladora nas práticas que envolvem o uso dos materiais radiativos, de forma a conseguir o fortalecimento da capacidade e a competência dos seus integrantes e, em consequência, da região ibero-americana.

A nova RED do FORO, inspirada nas necessidades regionais, propõe-se continuar a fomentar a troca de conhecimentos entre os seus membros, peritos de outros órgãos reguladores e o público em geral.

Esforçando-se por aumentar os seus conhecimentos e por difundir os seus resultados, o FORO tem vindo a fortalecer os vínculos com organizações internacionais e regionais com competências relacionadas em áreas de interesse mútuo, sendo a OIEA a sua referência científica e de grande interesse os organismos e associações, tais como a Organização Pan-Americana da Saúde (OPS), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), a Comissão Internacional de Proteção Radiológica (ICRP) e a Associação Internacional de Proteção



Radiológica (IRPA) com os quais o FORO mantém uma cada vez mais estreita interação.

O FORO coloca à disposição de todos os países da Ibero-América o seu conhecimento e disponibilidade para colaborar no âmbito regulador, de forma a melhorar a segurança nuclear e física e a proteção radiológica e espera vir a ser um espaço cada vez mais útil no âmbito ibero-americano.



XV Reunião de Ministros da Administração Pública

Cidade do Panamá, Panamá, 27 e 28 de junho de 2013

- “O Papel da Administração Pública face ao papel político, económico, social e cultural da Comunidade Ibero-Americana num novo contexto mundial”.
- “Carta Ibero-Americana dos Direitos e Deveres do Cidadão em relação à Administração Pública”.
- “Resoluções e Acordos”

As Ministras e os Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado, e as Chefas e Chefes de Delegação dos países ibero-americanos, reunidos nos dias 27 e 28 de junho de 2013, na Cidade do Panamá, sob a iniciativa do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) e com o apoio e a coorganização do Governo do Panamá, através do seu Ministério de Economia e Finanças, constituíram a **“XV Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado”**, a fim de debaterem as questões seguintes:

- “A Planificação no Século XXI”.
- “O Papel da Administração Pública face ao papel político, económico, social e cultural da Comunidade Ibero-Americana num novo contexto mundial”.
- “Carta Ibero-Americana dos Direitos e Deveres do Cidadão em relação à Administração Pública”.

Antes do início das deliberações, o plenário dos participantes decidiu eleger por aclamação o Ministro da Economia e Finanças do Panamá, Frank De Lima, como Presidente da XV Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado.

Com o objetivo de incrementar as capacidades institucionais necessárias para garantir a governação e a governabilidade democrática; a consecução dos objetivos de desenvolvimento com inclusão, justiça e equidade e a vigência plena do Estado de direito, promovendo a transformação das estruturas estatais e impulsionando os critérios do papel da administração



pública da comunidade ibero-americana, nas suas dimensões políticas, económicas, sociais e culturais no novo contexto internacional; isto ampliando o intervalo, assim como o aprofundamento das cinco Cartas Ibero-Americanas e do Código Ibero-Americano de Boa Governação, através da aprovação de uma Carta relativa aos Direitos e Deveres dos Cidadãos em relação à Administração Pública, e examinando as dimensões que estão por vir e as opções futuras da planificação, alcançaram consenso, nas considerações que a seguir se enunciam, tendo acordado que, mediante os bons ofícios da Secretaria Pro Tempore, se apresentarão na XXIII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que terá lugar no próximo mês de outubro, na Cidade do Panamá.

Resoluções

I. A planificação no século XXI

Os Ministros e as Ministras da Administração Pública e Reforma do Estado, e os Chefes e as Chefas de Delegação dos países ibero-americanos presentes acordam:

Acolher a iniciativa de assumir como documento quadro o trabalho apresentado, com o fim de que sirva como elemento para aprofundar o debate sobre a nova planificação e orientar os estudos sobre as experiências de planificação nos países da região.

Acolher as recomendações no sentido dos principais traços que devem definir a nova planificação, que se referem ao fortalecimento da capacidade de inovação e da criatividade; de feedback e controlo das metas de Governo; à perspetiva participativa, descentralizada e territorial; assim como ao carácter multidimensional que inclua outras dimensões para além da económica e orçamental.



II. O papel da Administração Pública face ao papel político, económico, social e cultural da comunidade ibero-americana num novo contexto mundial

Os Ministros e as Ministras da Administração Pública e Reforma do Estado, e os Chefes e as Chefas de Delegação dos países ibero-americanos presentes declaram:

Aprovar o documento apresentado sobre este tema e assinalar que para a análise do mesmo e a sua abordagem efetiva se deve ter em conta a complexidade do panorama económico e financeiro mundial e as diferentes situações dos países da comunidade ibero-americana, o que implica a adoção de estratégias diferenciadas.

No entanto, na atualidade, o papel da administração pública deve estar centrado no desenvolvimento com prosperidade e equidade, assumindo o cidadão, tal como o CLAD recomenda no documento “Uma Gestão Pública Ibero-Americana para o Século XXI”, como o centro da atuação da administração pública, enfatizando particularmente o aperfeiçoamento do sistema democrático, o impulso ao desenvolvimento de uma sociedade inclusiva e orientada para o bem comum, assim como o fortalecimento institucional, tudo isto, tendo por base os documentos estratégicos do CLAD, os quais apontam para que seja colocada uma especial atenção na profissionalização, na gestão da qualidade, na participação dos cidadãos, nas tecnologias de informação, na formação e capacitação dos funcionários públicos e nas ferramentas de gestão e inovação, entre outras.

III. Carta Ibero-Americana dos Direitos e Deveres do Cidadão em relação à Administração Pública

As Ministras e os Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado, e os Chefes e as Chefas de Delegação dos países ibero-americanos presentes estudaram e debateram o conteúdo do projeto de Carta Ibero-Americana dos Direitos e Deveres dos Cidadãos em relação à Administração Pública que foi objeto de um minucioso e extenso debate, no qual, respeitando o espírito geral do texto apresentado, formularam observações, tendo em conta a sua melhoria e adequação aos respetivos ordenamentos jurídicos nacionais.

Para esse efeito, o plenário da XV Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros decidiu constituir um procedimento virtual para a incorporação no texto das observações e comentários expressos, visando



a aprovação da Carta, de maneira que, em tempo pertinente, esta possa ser objeto de apreciação por parte da XXIII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

Acordos

As Ministras e os Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado, e os Chefes e as Chefas de Delegação dos países ibero-americanos, reunidos nos dias 27 e 28 de junho de 2013, no Panamá, por ocasião da XV Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado, decidiram:

- Submeter uma mensagem à XXIII Cimeira Ibero-Americana de Chefas e Chefes de Estado e de Governo, assinalando a importância de que dita Cimeira acolha e apoie as Resoluções acordadas pela XV Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado, tendo em conta que existe o compromisso de promover políticas e estratégias de mudança.
- Solicitar à Secretaria-Geral Ibero-Americana que, através da Secretaria Pro Tempore da XXIII Cimeira Ibero-Americana, submeta à consideração dos Chefes e Chefas de Estado e de Governo as resoluções anteriormente mencionadas.

Igualmente acordam

- Expressar o reconhecimento e as felicitações ao Governo do Panamá, através do Ministério da Economia e Finanças, pela excelente organização da Conferência, pela sua generosa contribuição que tornou possível a realização da mesma, assim como pela sua proverbial hospitalidade, e a sua contribuição para o clima de confraternidade ibero-americana que caracterizaram esta reunião.
- Receber com beneplácito, a oferta do Governo dos Estados Unidos Mexicanos, para se constituir como sede da XVI Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado, no caso de se aceitar o pedido do México como país sede da XXIV Cimeira Ibero-Americana de Chefas e Chefes de Estado e de Governo.
- Agradecer e felicitar a Secretaria-Geral do CLAD, pela preparação e convocatória da XV Conferência Ibero-Americana de Ministras e Minis-



tros da Administração Pública e Reforma do Estado, e encomendar-lhe a realização das ações de coordenação necessárias com o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para efeitos da organização e execução da XVI Conferência Ministerial, caso esta Conferência se realize.



Seminário Ibero-Americano sobre Migração e Desenvolvimento

“A mobilidade profissional na Ibero-América”

Madrid, Espanha, 16 e 17 de julho de 2013

Conclusões

Bloco 1: A mobilidade profissional na Ibero-América: Estado da situação

Factos e desafios destacados

- A migração internacional é um tema central da agenda global estreitamente relacionado com os direitos humanos.
- A importância da mobilidade profissional no espaço ibero-americano é inegável em termos demográficos, económicos, sociais, culturais e políticos.
- Atualmente, é importante entender a mobilidade profissional no contexto da globalização e das assimetrias, da interconexão e das interdependências inerentes a este processo.
- As interdependências representam tanto desafios como oportunidades para as sociedades ibero-americanas.
- A reforma migratória dos Estados Unidos terá uma incidência extraordinária na forma como se concebe e se faz a gestão da migração na América-Latina.
- O maior desafio é o de criar um **desenvolvimento sustentável, com igualdade, no quadro do respeito pelos direitos humanos**, para fazer da migração uma opção, e não uma necessidade.

Mesa redonda 1: A Mobilidade Profissional na Ibero-América: Panorama General

Fatos e desafios destacados

- Há cerca de 214 milhões de migrantes internacionais, dos quais 50% são economicamente ativos; 4.4 milhões na Ibero-América (Maguid e Ulloa 2010).

- 
- A principal característica da mobilidade profissional Ibero-Americana é a sua multipolaridade. A maioria dos países tem alguma forma de mobilidade profissional, sendo simultaneamente emissores, recetores e países de trânsito.
 - Destacou-se a importância dos fluxos migratórios Sul-Sul e dos desafios que estes criam nos países em desenvolvimento.
 - Observaram-se as disparidades quanto aos níveis de qualificação dos trabalhadores migrantes: os fluxos da América Latina para a Europa e no interior da América Latina costumam ser pouco qualificados, enquanto que os fluxos da Europa para a América Latina tendem a ser média e altamente qualificados.
 - Enfatizou-se que a migração qualificada, medianamente qualificada ou pouco/não qualificada representa um potencial para o desenvolvimento de todas as sociedades envolvidas.
 - Sublinharam-se os laços históricos, o crescimento económico e o investimento estrangeiro, a interligação, a segurança nacional e a expansão das redes sociais como fatores que influenciam a diversificação dos fluxos migratórios profissionais.
 - Assinalou-se também que a migração profissional tem uma função complementar, e não substitutiva, da força de trabalho local.
 - Insistiu-se na necessidade de rever a terminologia utilizada em matéria de migração, bem como de **mobilidade profissional**, com o fim de definir um campo de ação com maior clareza.
 - Um dos principais desafios identificados é a **falta de políticas migratórias integrais, no quadro do respeito pelos direitos humanos e profissionais das e dos trabalhadores migrantes**. Uma sugestão nesse sentido é a de considerar os fluxos migratórios profissionais a partir da perspectiva dos **fatores estruturais que os estimulam e afetam, através de uma perspectiva transnacional**.
 - Uma interrogação não resolvida, é, no entanto, a de como alcançar a integração social a partir da integração profissional. Alguns elementos de resposta identificados são: 1) o compromisso dos Estados para melhorarem as condições de trabalho e a participação económica e política das e dos trabalhadores migrantes; 2) o fortalecimento da cooperação interestatal e institucional para garantir a implementação dos enquadramentos jurídicos existentes; 3) o compromisso dos sindicat-



tos, empregadores e da sociedade civil para garantirem condições de emprego dignas e a proteção dos direitos laborais das e dos trabalhadores migrantes.

Mesa redonda 2: O papel dos sistemas de informação migratória

Factos e desafios destacados

- Nesta mesa observou-se a necessidade de um **maior rigor e consenso transnacional** no tratamento da informação, incluindo o acordo sobre os critérios de obtenção de dados e a modelagem no tratamento da informação, com o objetivo de facilitar a sua comparabilidade.
- Para além de destacar a necessidade e a importância de se criar informação estatística comparável em matéria de mobilidade profissional, um contributo significativo desta mesa foi o reconhecimento do facto de que a **exclusão da população migrante das estatísticas** implica a sua **invisibilidade** para o Estado, e, por consequência, a sua **vulnerabilidade**.
- Convidou-se também à reflexão sobre a problematização do fenómeno migratório. Não só é importante integrar a população migrante nas estatísticas, mas também se reconheceu que as metodologias não são neutras já que respondem a determinados interesses que devem ficar patentes nos estudos.
- Com o fim de ultrapassar as distorções metodológicas, **recomendou-se a construção de indicadores estratégicos de mobilidade profissional**, que incluam a complexidade do fenómeno e evitem as perspetivas reducionistas, para além da **definição de uma visão clara sobre o uso que será dado à informação produzida**.
- Em resumo, **não é suficiente contar com sistemas de recolha de dados, sendo sim necessárias abordagens holísticas para produzir, analisar, comparar e difundir a informação**. Isto inclui, por exemplo, a incorporação de metodologias qualitativas e a inclusão, entre outras, da perspetiva de género, étnica, sociocultural e geracional.
- Há boas práticas, tais como a criação de sistemas de informação estatística sobre migrações. No entanto, a sua **sustentabilidade** depende do financiamento adequado, da criação de capacidades técnicas e do compromisso das partes interessadas.



Bloco 2: Condições que favorecem um quadro de mobilidade profissional com proteção

Mesa redonda 3: Reconhecimento de aptidões, competências e diplomas

Factos e desafios destacados

- Nesta mesa abordou-se a equivalência dos diplomas, o reconhecimento de competências profissionais e o acesso e a portabilidade dos direitos sociais como fatores que contribuem para a mobilidade profissional protegida.
- Destacaram-se três desafios principais relativos à equivalência de diplomas e ao reconhecimento de competências profissionais: 1) a falta de harmonização das definições e da terminologia utilizada neste campo; 2) a acreditação dos programas formativos; e 3) os requisitos para a equivalência dos diplomas e o reconhecimento de competências profissionais.
- **O estabelecimento de sistemas de reconhecimento de competências profissionais e de equivalência de diplomas requer condições estruturais propícias** para a sua implementação, tais como: 1) a criação de um catálogo único de qualificações profissionais, 2) o envolvimento de setores empresariais, sindicatos, empregadores e instituições educativas, 3) contar com uma nomenclatura uniforme de diplomas universitários e sistemas de acreditação, assim como 4) o estabelecimento prévio de sistemas nacionais de reconhecimento de competências.
- Relativamente ao **acesso a, e à portabilidade de benefícios sociais**, os principais desafios identificados incluem: 1) alargar o alcance ou a cobertura dos sistemas de proteção social no contexto atual de globalização e superar a territorialidade; 2) a situação migratória (os migrantes em situação irregular encontram-se frequentemente desprotegidos); 3) os períodos contributivos exigidos para aceder a prestações sociais e à sua totalização; e 4) a diversidade de sistemas de proteção social.
- As **convenções bilaterais** e a **Convenção Multilateral Ibero-Americana (2004)** encontram-se entre as boas práticas. Outros fatores que podem contribuir para a garantia de uma cobertura social mais completa e efetiva são: 1) os princípios de igualdade de tratamento e a aplicação da legislação mais favorável; 2) o estabelecimento de critérios claros para as contribuições; e 3) uma maior cooperação administrativa e ordenação interna.



Mesa Redonda 4: Direitos Humanos, proteção e migração regular mais segura para os trabalhadores migrantes e os grupos mais vulneráveis.

Factos e desafios destacados

- Há vários instrumentos e enquadramentos para a proteção dos direitos dos trabalhadores migrantes, tanto específicos (por exemplo: a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e Membros das suas Famílias; as Convenções N.º 97, 143 e 189 da OIT), como gerais (a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e os pactos internacionais relativos aos direitos económicos, sociais e culturais, civis e políticos), ou inclusivamente não vinculantes, como o Quadro Multilateral da OIT sobre a Migração Laboral.
- Se bem que os problemas e os instrumentos para abordar os direitos dos trabalhadores migrantes estão bem identificados, subsistem vários obstáculos para garantir uma migração laboral segura e protegida: entre outros, o tráfico de pessoas, as deportações e detenções dos migrantes em situação irregular, a violência nas fronteiras e a aplicação parcial dos direitos laborais.
- Juntamente com a falta de vontade política, destacou-se a falta de meios para garantir o pleno respeito pelos direitos das e dos trabalhadores migrantes. Esta questão pode ser abordada a partir de diferentes ângulos:
 - A **responsabilidade partilhada** dos países de origem e destino, ao longo do ciclo migratório, desde a saída, durante o deslocamento, depois da chegada e no retorno.
 - O **diálogo aberto, a construção de confiança, o investimento de recursos financeiros e humanos e a consolidação de alianças estratégicas** entre todas as partes interessadas a nível nacional, regional e global (governos, sindicatos, setor privado, sociedade civil, e as e os trabalhadores migrantes).
 - A **mudança de paradigmas** para entender e gerir o fenómeno migratório e o desenvolvimento. Recomendou-se:
 - Considerar a **migração como uma questão inerente à condição humana** e um **fato social**; combater a criminalização e as perceções tendenciosas sobre a população migrante, garantir a inclu-



são profissional e social desta população e o seu acesso a opções de habitação a longo prazo ou permanente e à cidadania.

- Considerar o **direito a não migrar** que depende, em parte, da criação de oportunidades de trabalho digno e protegido.
- Considerar a **responsabilidade social do setor privado** como um aspeto fundamental na procura de modelos de desenvolvimento sustentável que garantam o trabalho protegido.
- Finalmente, destacaram-se algumas diretrizes concretas para fortalecer a aplicação do quadro de direitos humanos e laborais em matéria de mobilidade profissional laboral:
 - A **ratificação** dos enquadramentos jurídicos relativos aos direitos humanos e laborais das e dos trabalhadores migrantes, como uma **expressão de vontade política**.
 - A **conclusão de acordos bilaterais e a ênfase no respeito pelos direitos humanos e laborais no contexto doméstico**, incluindo a formalização do emprego.
 - A **vinculação das políticas migratórias ao resto das políticas públicas de desenvolvimento** (ex: de emprego, investimento, integração social e cultural) com vista a alcançar um **equilíbrio entre a perspetiva da gestão migratória e a perspetiva dos direitos humanos e laborais**.

Bloco 3: Análise das experiências nacionais e regionais. Os acordos de livre comércio como ponto de partida para garantir a mobilidade

Mesa redonda 5: Apresentações de experiências regionais ou supranacionais

Factos e desafios destacados

- Nesta mesa destacou-se a importância dos processos de integração económica nas diferentes sub-regiões como ponto de partida para garantir a mobilidade profissional; no entanto, assinalou-se que persiste um tratamento restritivo da mesma.
- Enfatizou-se a necessidade de sublinhar a dimensão humana das migrações profissionais, por cima da perspetiva económica e debateu-se a necessidade de continuar a **remover barreiras jurídicas, económicas e socioculturais para fomentar a mobilidade profissional**.

- 
- Neste quadro, colocou-se a necessidade de abordar a **irregularidade** com **políticas migratórias abertas** e com uma perspectiva de **respeito pelos direitos humanos e laborais**.
 - Finalmente, considerou-se a necessidade de fortalecer as relações bilaterais, o diálogo e os fóruns de debate e a necessidade de resgatar e partilhar as diferentes experiências sub-regionais no tratamento da mobilidade profissional sub-regional, a partir de uma perspectiva integral de direitos, integração social e desenvolvimento.

Mesa redonda 6: Apresentações de experiências nacionais

- Revelou-se a diversidade de interesses e abordagens nacionais quanto ao tratamento do fenómeno migratório em geral, e da mobilidade profissional em particular, que vão do resgate da centralidade da dimensão humana das migrações e da não instrumentalização da pessoa migrante, passando pela promoção da perspectiva de direitos e da prestação de serviços aos nacionais no exterior, até ao fomento da circulação de talentos e ao desenvolvimento de recursos humanos.



Declaração

Primeiro Congresso Regional de Telecomunicações

Cidade do Panamá, Panamá, 23-26 de julho de 2013

Nós, representantes de governos e autoridades reguladoras, associações e empresas de telecomunicações, inovadores e executivos do mundo privado, peritos do mundo acadêmico, representantes de organismos internacionais e da comunidade técnica da Internet, reunidos na cidade do Panamá, de 23 a 26 de julho de 2013, por ocasião do 1º Congresso Regional de Telecomunicações, reunião de alto nível associada à XXIII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, na qual foram analisados os desafios da região para colmatar o fosso digital no ano 2020,

Destacando a importância do evento como um âmbito de intercâmbio integral e efetivo entre agentes multissetoriais, no qual se compartilharam e debateram experiências e conhecimentos que favoreçam o desenvolvimento das TIC na região.

Valorizando a possibilidade de criar oportunidades de colaboração a longo prazo entre diferentes organizações, com o fim de poder criar consensos e acordos sobre os mecanismos necessários para impulsionar a massificação das TIC e colocá-las ao serviço do desenvolvimento social, político e econômico da região.

Entendendo que apenas através de um esforço conjunto entre agentes multissetoriais públicos e privados será possível coordenar iniciativas e avançar para o objetivo de colmatar o fosso digital em 2020.

Considerando o evento como uma instância de preparação da Cimeira Ibero-Americana de Presidentes e Chefes de Estado para o setor das telecomunicações, a realizar em outubro de 2013 no Panamá.

Lembrando o contributo que as TIC podem dar para a melhoria da qualidade de vida, a prestação de serviços de educação, a saúde e a segurança, bem como o seu impacto na transformação social e produtiva, na criação de emprego, na criação de valor agregado local, e na competitividade.

Reconhecendo que é importante facilitar os contextos adequados para possibilitar o investimento necessário para a implantação de infraestruturas.



turas e a incorporação dos progressos tecnológicos necessários para conseguir colmatar o fosso digital.

Entendendo que a facilitação e a redução de despesas na implantação de infraestruturas podem criar um impacto significativo nos preços dos serviços, contribuindo desta forma para massificar a conectividade fazendo-a chegar a setores mais vastos e em melhores condições.

Considerando as metas apresentadas no Plano de Ação da Sociedade da Informação e do Conhecimento na América Latina e nas Caraíbas (eLAC2015), e o Plano de Trabalho 2013-2015, aprovado na Quarta Conferência Ministerial sobre a Sociedade da Informação na América Latina e nas Caraíbas, que teve lugar em Montevideo, de 3 a 5 de abril de 2013.

Tendo em conta as metas estabelecidas para 2015 pela Comissão da Banda Larga para o desenvolvimento digital, estabelecida pela União Internacional das Telecomunicações (UIT) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em matéria de universalização, conectividade e acessibilidade da banda larga.

Lembrando o compromisso dos países da região relativamente à aplicação dos resultados da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI+10).

Acordamos

Fomentar espaços ibero-americanos multissetoriais públicos e privados, tendentes a coordenar as diferentes iniciativas que se estão a desenvolver na região e que aspiram a alcançar um objetivo convergente, como o de conseguir colmatar o fosso digital em 2020, procurando coordenar os esforços dos governos, dos reguladores, dos organismos regionais e internacionais, do setor privado, da sociedade civil e das organizações da comunidade técnica da Internet, entre outros.

Promover através dos espaços multissetoriais previstos, linhas de trabalho conjuntas por país, que permitam identificar as condições requeridas para levar avante os investimentos necessários para a consecução do objetivo de colmatar o fosso digital.

Propiciar a construção de um ecossistema digital que permita aproveitar as oportunidades que as TIC oferecem para melhorar a qualidade de vida e avançar em maior equidade, no fomento da investigação, no desenvolvimento tecnológico e na inovação.



Reafirmar a importância da banda larga móvel para colmatar o fosso digital, e a necessidade de articular políticas adequadas de gestão, disponibilidade e uso eficiente do espectro, conseqüentes com a procura de tráfego prevista para os próximos anos.

Realizar esforços destinados à promoção do acesso universal, com as mesmas oportunidades para todos.

Propor iniciativas para promover a redução de despesas do investimento em infraestruturas para a banda larga de alta velocidade, entendendo que este constitui um caminho inevitável para alcançar a redução dos preços dos serviços, favorecendo o acesso aos mesmos, e como consequência, facilitando a redução da brecha digital.

Reafirmar os princípios expressos na Cimeira Mundial da Sociedade da Informação, através da Agenda de Tunes, em especial os que se referem à vigência do denominado Modelo Multistakeholder de Governação da Internet.

Promover um debate sobre a modernização necessária no domínio da regulamentação, que tenha presente os novos desafios, particularmente vinculados à convergência.

Impulsionar o debate da sustentabilidade do desenvolvimento contínuo da Internet, de forma que seja possível responder aos incrementos de tráfego que os utilizadores irão exigir.

Fomentar um clima de confiança entre os utilizadores das TIC relativamente à segurança da informação e à segurança das redes, à autenticação, à privacidade e à proteção dos consumidores.

Avaliar e acompanhar ativamente a evolução da redução do fosso digital, trabalhando conjuntamente sobre como enfrentar os desafios.

Oferecer o apoio aos diferentes reguladores, associações de autoridades reguladoras, organismos regionais e instituições envolvidas em promover o acesso, adoção e uso dos serviços de banda larga, de tal forma que se contribua para colmatar o fosso digital ao mesmo tempo que se promove o crescimento económico e a inclusão social.

Destacar a importância do 1º Congresso Regional de Telecomunicação como instância para forjar alianças de longo prazo entre diferentes organizações e reafirmar a importância de promover a sua continuidade, com encontros anuais que ofereçam espaços a todos os stakeholders do



setor, com ânimo de colaboração, para enfrentar, de forma conjunta, os desafios comuns com que o setor se depara hoje e se deparará amanhã.

Apoiar a realização da próxima edição do Congresso Regional de Telecomunicações, prevista para o ano 2014.

Agradecer às autoridades locais do Panamá a sua hospitalidade e o excelente trabalho de organização deste 1º Congresso Regional de Telecomunicações.



Conclusões

II Fórum da Declaração de Cádiz 2012 da Sociedade Civil Gaditana

Cádiz, Espanha, 30 de setembro de 2013

Na cidade de Cádiz (Espanha), as entidades e associações da sociedade civil gaditana reuniram-se no II Fórum da Declaração Cádiz 2012, com o objetivo de coordenar as ações descritas no documento Encontro da Sociedade Civil Gaditana, incluído nos Documentos resultantes da XXII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo e de Declarações, Conclusões e outras Reuniões Ibero-Americanas da Cúpula que teve lugar em Cádiz.

Em virtude do que, acordam transmitir aos Chefes de Estado e de Governo da XXIII Cúpula Ibero-Americana a realizar no Panamá as seguintes manifestações e solicitações:

Manifestam

1. O seu desejo de apresentar à XXIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que se vai realizar no Panamá, os progressos das ações contidas no documento incluído na XXII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo realizada em Cádiz, em 2012.
2. O seu agradecimento ao apoio recebido por parte da Secretaria-Geral Ibero-Americana SEGIB, do Centro de Estudos Políticos e Constitucionais do Ministério da Presidência do Governo de Espanha e do Ministério das Relações Exteriores através da Secretaria de Estado de Cooperação e para a Ibero-América e da sua Embaixada junto da Cúpula.
3. A justificação de apresentar o presente documento à XXIII Cúpula Ibero-Americana do Panamá nasce da ênfase que a XXII Cúpula Ibero-Americana concedeu ao reconhecimento da participação da sociedade civil nas políticas públicas e na sua capacidade em contribuir para o desenvolvimento, para a coesão social e para o crescimento



e que as suas decisões sejam cada vez mais vinculativas no domínio da política pública. No preâmbulo dos acordos da XXII Cúpula Ibero-Americana de Cádiz manifesta-se que as declarações recebidas - como é o caso das Propostas da Sociedade Civil Gaditana - refletem o que é hoje a Comunidade Ibero-Americana, e já não a dos acordos intergovernamentais, mas antes, como teriam querido os nossos antepassados em Cádiz, a dos cidadãos.

Solicitam

1. Relativamente à designação de Cádiz como sede do Constitucionalismo

No mesmo Preâmbulo dos acordos da XXII Cúpula Ibero-Americana manifesta-se que o eixo central da Conferência Ibero-Americana foi reencontrar, a partir de uma história, de uma cultura e de línguas partilhadas, o fundamento comum entre todos os países ibero-americanos, que nasce do primeiro e único texto constitucional comum que foi aprovado em 1812 pelas Cortes de Cádiz.

A Constituição de Cádiz é um marco do ponto de partida do pensamento constitucional, o que justificou o apoio da Cúpula Ibero-Americana à designação de Cádiz como sede permanente do constitucionalismo, tendo-se os países ibero-americanos comprometido a desenvolver novas atividades conjuntas num assunto tão transcendente.

O desenvolvimento do apoio da Cúpula traduziu-se pela primeira vez no ato convocado pelo Centro de Estudos Políticos e Constitucionais do Ministério da Presidência do Governo de Espanha, em maio de 2013, na sede do mesmo, subordinado ao tema: Cádiz Sede do Constitucionalismo, no qual intervieram o Diretor do CEPC, a Secretaria-Geral Ibero-Americana SEGIB e o Embaixador de Espanha junto da XXII Cúpula Ibero-Americana. As conclusões centraram-se na importância de que as ações concretas derivadas da sede do constitucionalismo perdurem no tempo, tendo o Centro de Estudos Políticos e Constitucionais e a SEGIB oferecido a sua colaboração para bom desempenho das mesmas.

Entre as ações conjuntas, figurava a criação do **Arquivo Constitucional dos Estados Ibero-Americanos e da Academia Constitucionalista Ibero-Americana**, expressamente incluído no documento integrado no Livro Oficial da XXII Cúpula. Para tornar possível a implantação das mesmas, solicitam a articulação de uma Convenção tendente a incentivar a contri-



buição dos países ibero-americanos através de meios instrumentais, técnicos e financeiros, com o objetivo de que os acordos de apoio da Cúpula sejam efetivamente cumpridos, em colaboração com os órgãos executivos das sucessivas Cúpulas. Para esse efeito, solicitam especialmente a incorporação na citada Convenção da SEGIB, da Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos COMJIB e do Centro de Estudos Políticos e Constitucionais CEPC do Ministério da Presidência do Governo de Espanha, para além de organismos oficiais de Cádiz e das associações civis reunidas neste II Fórum.

As referidas ações são completadas pelo apoio da Cúpula à designação de Cádiz como **Património Mundial da Humanidade**, tendo em consideração que o centro histórico da cidade é um conjunto arquitetónico relacionado com a Cádiz das Cortes, ponto de partida de um novo ordenamento político e do pensamento constitucional, ao mesmo tempo em que ponto do reencontro da história comum, cultura e língua partilhadas da Comunidade Ibero-Americana.

A introdução das ações anteriores, completadas por outras, valiosas e já existentes, permitiria que Cádiz fosse a cidade espanhola e continental europeia de um excecional **espaço cultural ibero-americano**.

2. Relativamente à Plataforma Logística Ibero-Americana de Cádiz

O reconhecimento da XXII Cúpula Ibero-Americana como contribuição histórica de Cádiz para a promoção do comércio ibero-americano, deve relacionar-se com outros acordos expressos da Cúpula sobre como potenciar o desenvolvimento de uma plataforma logística que facilite a plena ligação comercial e económica entre os países ibero-americanos e a Europa.

A promoção do comércio internacional deu origem ao grande crescimento dos transportes marítimos, a tal ponto que a XXII Cúpula Ibero-Americana, com o fim de estimular a relação renovada dos países ibero-americanos, fixa como eixo fundamental o desenvolvimento das infraestruturas de transporte.

Cádiz continua a ter uma situação geográfica privilegiada para ligar os dois hemisférios e para que a sua baía albergue o Porto Logístico situado no importantíssimo nó do Estreito de Gibraltar. Na tendência mundial do crescimento económico há uma concentração das rotas mundiais dos transportes de contentores. A mais pujante é marcada pelo Panamá, por



Gibraltar, pelo Suez e por Singapura, que cresce mais do que a média mundial. A rota que mais cresce é a do Extremo Oriente para a Europa, apoiada também no nosso estreito, sendo por sua vez parte da rota Norte-Sul e Norte da Europa-África.

A construção de um novo porto terminal de contentores na Baía de Cádiz — com a localização e os requisitos técnicos adequados definidos neste II Fórum — junto de uma zona logística terrestre portuária anexa e das infraestruturas já disponíveis de ligação imediata com a rede de caminhos-de-ferro e de autoestradas, devem ser o suporte necessário para garantir a plena conectividade da plataforma logística entre os países ibero-americanos, alargada ao continente europeu mediante a sua integração na Rede Transeuropeia de Transportes (Trans European Transport Network) que tem a categoria do maior investimento público em infraestruturas da União Europeia.

Por isso, solicita-se à XXIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo o apoio expresso à **Plataforma Logística Ibero-Americana da Baía de Cádiz** proposta pela Declaração Cádiz 2012 da sociedade gaditana.

A Plataforma Logística Ibero-Americana de Cádiz permitiria alcançar as condições ótimas para a real aplicação do reconhecimento feito pela XXII Cúpula Ibero-Americana de Cádiz, designando **Cádiz como local de encontro das ações no âmbito do comércio Ibero-americano**, desenvolvido por organismos estatais e associações privadas do mesmo âmbito, tendo já sido empreendidas iniciativas neste sentido que foram analisadas no II Fórum.

Pelas razões anteriormente referidas, o II Fórum da Declaração Cádiz 2012 considera-se habilitado a apresentar as conclusões do mesmo à XXIII Cúpula Ibero-Americana do Panamá, esperando que o debate do seu conteúdo permita avançar com novos apoios às solicitações apresentadas no presente documento na sequência dos já obtidos na XXII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo de Cádiz.

Ateneu Gaditano; Associação da Imprensa de Cádiz; Fórum de Debate de Cádiz 2012; Delegação Espanhola da União Latina; Cádiz Século XXI; Grupo Cádiz em Madrid, Cultura e Universidade; Cáritas Diocesana de Cádiz e Ceuta; "Comisiones Obreras" União Provincial de Cádiz; Ordem Oficial do Trabalho Social; Ordem Oficial dos Farmacêuticos; Ordem Oficial dos Engenheiros Cíveis de Estradas, Canais e Portos; Ordem Oficial dos Engenheiros Técnicos Industriais; Ordem Provincial dos Advogados de Cádiz e Ordem Provincial dos Economistas de Cádiz.



Declaração do Panamá

III Encontro Inter-Religioso Ibero-Americano “O Papel das Comunidades de Fé na Sociedade e na Cultura no Âmbito Ibero-Americano do Novo Contexto Mundial: contribuindo para uma sociedade mais justa e harmoniosa e para uma cultura com valores e diversidade”

Cidade do Panamá, Panamá, 1 e 2 de outubro de 2013

O Conselho Latino-Americano e Caribenho de Líderes Religiosos - *Religiões pela Paz*, que reúne as principais comunidades religiosas da região, e o Grupo de Trabalho Estável de Religiões (GTER), que é a rede de confissões religiosas da Catalunha com interação em toda a Península Ibérica, contando com o apoio da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e com a cooperação do Comité Inter-Religioso do Panamá (COIPA), do Comité Ecuménico do Panamá (COEPA), do Ministério das Relações Exteriores do Panamá e do Parlamento Latino-Americano (PARLATINO), realizou, na Cidade do Panamá, nos dias 1 e 2 de outubro de 2013, o **III ENCONTRO INTER-RELIGIOSO IBERO-AMERICANO**, que antecedeu a XXIII Cúpula Ibero-Americana de Chefas e Chefes de Estado e de Governo.

No encontro, abordámos os compromissos adotados pela Conferência Ibero-Americana sobre a diversidade cultural na região, desde a I Cúpula de Guadalajara, em cuja Declaração se afirma que: “Representamos um vasto conjunto de nações que compartilham raízes e o rico património de uma cultura fundada na soma de povos, credos e sangues diversos”, e em especial, a Carta Cultural Ibero-Americana, de entre cujos fins estabelece o de: “Promover e proteger a diversidade cultural que é origem e fundamento da cultura ibero-americana, assim como a multiplicidade de identidades, línguas e tradições que a formam e enriquecem”.

Tivemos também em conta que a XXI Cúpula Ibero-Americana “registou com interesse as conclusões do I Encontro Inter-Religioso Ibero-Americano”, e ainda que, “acordou desenvolver políticas públicas para tornar efetivos os direitos humanos e o pluralismo cultural e religioso, para



viabilizar a convivência pacífica entre as pessoas, grupos, comunidades e povos dos Estados”. Da mesma forma, as conclusões do II Encontro Inter-Religioso Ibero-Americano foram recebidas pela XXII Cúpula Ibero-Americana, destacando que são “uma mostra da vitalidade e diversidade da Comunidade Ibero-Americana”.

Reunidos num quadro de harmonia e respeito mútuos, e tendo refletido sobre o tema do “*O Papel das Comunidades de Fé na Sociedade e na Cultura no Âmbito Ibero-Americano do Novo Contexto Mundial: CONTRIBUINDO PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E HARMONIOSA E PARA UMA CULTURA COM VALORES E DIVERSIDADE*”, os representantes das comunidades religiosas do espaço ibero-americano, reconhecendo que a paz e a justiça provêm de Deus, exortam as Chefes e os Chefes de Estado e de Governo que se reunirão na XXIII Cúpula Ibero-Americana a:

- 1) Afirmar o nosso compromisso para com o respeito pela dignidade humana, a defesa e a promoção da liberdade religiosa, e o cumprimento pleno dos outros direitos humanos.
- 2) Centrar as políticas públicas nos valores de integridade e honestidade, orientando-as para o bem comum que visa a igualdade de oportunidades para todas as pessoas e o bem-estar de todos os povos.
- 3) Reafirmar a dimensão humana como o eixo para a formulação das políticas sociais nos países da região.
- 4) Reconhecer a ligação entre as políticas sociais e os problemas de segurança dos cidadãos nos nossos países.
- 5) Recomendar que a Agenda de Desenvolvimento Posterior a 2015 dê prioridade à pobreza extrema na qual ainda vivem numerosas populações nalguns países da região.
- 6) Considerar as comunidades de fé como criadoras de capital social e como opositoras a qualquer forma de injustiça, exploração e opressão.
- 7) Dar visibilidade à cooperação entre as comunidades de fé, como modelo de coesão social que pode apoiar a transformação de conflitos, usando a multiculturalidade como valor.
- 8) Registrar que os valores intrínsecos das comunidades de fé são relevantes para a construção de comunidades e sociedades harmoniosas, e não são contraditórios aos do conjunto da sociedade civil.

- 
- 9) Destacar a atenção preferencial a dar aos jovens e aos idosos na construção de comunidades e sociedades harmoniosas.
 - 10) Facilitar a aproximação das comunidades de fé aos governos e à restante sociedade civil.
 - 11) Apreciar as importantes contribuições da cooperação solidária proveniente das comunidades de fé, especialmente a nível local.
 - 12) Garantir a intervenção dos representantes das comunidades de fé nos mecanismos de participação dos cidadãos.
 - 13) Permitir o envolvimento das comunidades de fé na formulação das políticas públicas especialmente dirigidas às pessoas mais vulneráveis.
 - 14) Apelar à responsabilidade social dos empresários como associados na procura conjunta da justiça social.
 - 15) Valorizar as comunidades de fé na sua condição de agentes de mudança, comprometidas com a conquista da excelência na gestão que lhes corresponde.
 - 16) Sublinhar a experiência partilhada pelos delegados e delegadas das comunidades de fé nestas jornadas de deliberação, que foram mostra da pluralidade cultural e religiosa da região, especialmente no Panamá, país sede da reunião.
 - 17) Insistir que as considerações do “Relatório Lagos” sobre a cultura ibero-americana como um âmbito específico de trabalho, desenvolvimento e projeção da Comunidade no mundo, incluam também a dimensão religiosa da cultura ibero-americana.
 - 18) Implementar a Estratégia Regional sobre Diálogo e Cooperação Interculturais para a América Latina, da Aliança de Civilizações das Nações Unidas (UNAOC) e incluir a promoção do diálogo inter-religioso no Plano de Ação Regional.

Este III Encontro Inter-Religioso Ibero-Americano foi também realizado como um evento preparatório da próxima IX Assembleia Mundial das *Religiões pela Paz*, a ter lugar em Viena, de 20 a 22 de novembro de 2013, que se centrará na questão de “Acolhendo o Outro: Ação pela Dignidade Humana, pela Cidadania e pela Partilha do Bem-Estar”.



Agradecemos a colaboração da SEGIB, o acolhimento do PARLATINO e o apoio do Ministério das Relações Exteriores do Panamá, ao qual solicitamos, na sua condição de Secretaria Pro-Tempore Panamá 2013, a apresentação desta Declaração do Panamá à XXIII Cimeira Ibero-Americana, para a sua consideração pelas Chefas e pelos Chefes de Estado e de Governo, que entregamos na Nova Sede Permanente do PARLATINO, na Cidade do Panamá, aos dois dias do mês de outubro do ano dois mil e treze.



Documento Síntese

Seminário “Cidades Sustentáveis para o bem-estar de todas e de “todos”

Cidade do Panamá, Panamá, 16 de outubro de 2013

1. Introdução

O mundo é cada vez mais urbano. Desde 2008 mais de metade da população mundial, de mais de 7 mil milhões de habitantes, vive em cidades. Estima-se que a população mundial venha a alcançar 9 mil milhões de habitantes por volta do ano 2050. Deste total, a população urbana (incluindo os habitantes de pequenos centros urbanos) representará mais de 70 por cento.

O perfil urbano é ainda mais marcado nas populações da América Latina e do Caribe, onde quatro de cada cinco habitantes vivem atualmente em cidades. Nessa região, a maior parte do incremento populacional das últimas décadas estabeleceu-se no espaço urbano. De 69 milhões em 1950 (41% do total), a população urbana passou, em 1990, para 311.6 milhões (70.3%), e deverá atingir 500 milhões em 2015, representando mais de 80 por cento do total da população da região. Além disso, a população infantil da América Latina e do Caribe em áreas urbanas alcança cerca de 75% e considera-se que há atualmente 155 milhões de crianças. Entre elas, cerca de 50 milhões de crianças e adolescentes de zonas urbanas vivem em condições de pobreza, sem poderem aceder às vantagens urbanas em termos de acesso a serviços e a qualidade de vida.

A importância do espaço urbano não se deve apenas à concentração numérica da população. Nesse espaço concentram-se também as atividades económicas e culturais, assim como as oportunidades de educação, emprego e serviços de saúde. Além disso, a cidade é o centro vital da participação política e social; é onde a cidadania tem os espaços mais conducentes para se organizar e expressar as suas exigências.

No entanto, as cidades não estão isentas de desafios e dificuldades. O seu crescimento associou-se a um aumento do número de residentes e trabalhadores urbanos em situação precária. Essas disparidades intraurbanas



exigem estratégias diferenciadas, com forte arraigo local. Gradualmente, as favelas foram-se associando à urbanização rápida e descontrolada, e os problemas que afetam as populações que vivem em condições muito precárias contribuíram para formar uma percepção negativa da urbanização rápida. Simultaneamente, o crescimento da população urbana e o correspondente aumento do investimento económico e social no mesmo espaço, determinou uma maior exposição humana e material ao risco de catástrofes e uma maior vulnerabilidade ao impacto das mesmas.

As evidências mostram que a percepção negativa da urbanização é injustificada, pois esta ampliou as oportunidades e aumentou a competitividade e a eficiência. Políticas mal fundamentadas, que frequentemente tentaram travar a urbanização, apenas contribuíram para aprofundar as desigualdades e piorar tanto as condições físicas das áreas urbanas menos favorecidas, quanto as condições de vida e de trabalho dos grupos que radicam nessas áreas. O potencial pleno do desenvolvimento urbano requer uma concertação de esforços que vá para além do governo local, e necessita de um quadro jurídico coerente e progressista. Para alcançarem plenamente o seu potencial e conseguirem um crescimento sustentável e equitativo, as cidades precisam de se confrontar com os atuais desafios de governação e com a gestão de um desenvolvimento sustentável.

As cidades e as aldeias não serão sustentáveis se as condições de vida e de trabalho dos seus habitantes não foram abordadas e estas são especialmente importantes no caso da América Latina. Os próprios cidadãos têm as soluções para os seus problemas e é por isso que é importante que a planificação seja participativa para incluir as vozes dos mais excluídos e marginalizados. Neste sentido, a partir do sistema das Nações Unidas argumenta-se que a consecução de um desenvolvimento urbano sustentável apenas será possível a partir de uma perspectiva coerentemente integrada e sustentada nos direitos, na inclusão e proteção social, na segurança, na disponibilidade dos serviços públicos de qualidade, no trabalho digno, na redução de riscos e na sustentabilidade ambiental. Neste esforço, o Sistema das Nações Unidas e outros organismos e instituições internacionais e regionais têm vindo a implementar uma série de programas e ações para ajudarem os países da região a promoverem o desenvolvimento sustentável das cidades.



2. Antecedentes

Considerando a importância das cidades para a região da América Latina e do Caribe e o seu futuro, os Diretores e as Diretoras Regionais do Sistema das Nações Unidas, em cooperação com a SEGIB e com o Governo do Panamá acordaram em promover um evento sobre cidades sustentáveis para o bem-estar de todas e de todos (16 de outubro), intitulado “O papel político, económico, social e cultural da Comunidade Ibero-Americana no novo contexto mundial”, ainda antes da XXIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que terá lugar na cidade do Panamá, nos dias 18 e 19 de outubro de 2013.

Os temas foram abordados a partir de uma visão holística do desenvolvimento sustentável, integrando as suas três dimensões: social, económica e ambiental.

O evento foi encerrado com uma sessão propositiva, na qual se apresentaram propostas de soluções para diferentes desafios identificados, assim como opções e perspectivas para o futuro.

3. Conclusões e Recomendações

As cidades apresentam-se com uma realidade dual. Por um lado, puderam oferecer um maior acesso aos serviços sociais básicos e a oportunidades de emprego e de empreendimentos, e, por outro lado, foram o âmbito no qual se tornaram mais notórias as desigualdades, a vulnerabilidade e a insegurança dos cidadãos.

Foi nas cidades onde frequentemente se pôde reduzir com mais facilidade a pobreza e, à medida que mais pessoas foram alcançando os níveis da classe média, os governos confrontaram-se com um grupo com novas exigências, grupo este que pressiona para conseguir melhorias na qualidade dos serviços e infraestruturas urbanas.

Embora haja muitas oportunidades de emprego nas cidades, na realidade, em muitos casos, as condições de trabalho são deficientes, os trabalhadores não têm os seus direitos plenamente respeitados e/ou não têm acesso à segurança social. Há também situações de desemprego. Portanto, os governos também têm um desafio importante para promover o trabalho digno.

Para ultrapassar os desafios, são necessários grandes investimentos, pelo que as prefeituras ou governos municipais encarregados de gerir as



idades devem manter um estado financeiro são e sólido que lhes permita obter o crédito necessário para efetuar esses investimentos.

A solidez financeira do governo está estreitamente relacionada com o tema de um apropriado planejamento urbano e do financiamento. Tanto o planejamento urbano como o financiamento devem ser estratégicos, participativos e com perspectiva de gênero, de forma que os investimentos e dotações orçamentais sejam relevantes para atacar os problemas que realmente afetam o bem-estar da população no seu conjunto, tendo em conta as diferentes necessidades dos grupos que sofrem maiores desigualdades.

Se bem que o financiamento das cidades latino-americanas é fundamentalmente um tema de mobilização de recursos dos setores públicos e privados disponíveis no país, a cooperação internacional ainda tem um papel importante a desempenhar, entre outros, na articulação de projetos locais com experiências internacionais e na prestação de assistência técnica.

O empoderamento dos governos locais, incluindo a sensibilização sobre as problemáticas sociais e ambientais que afetam os diferentes cidadãos e cidadãs, e a criação de oportunidades para que os prefeitos e as prefeitas possam partilhar experiências e boas práticas com o fim de ir resolvendo os problemas com os quais se deparam na gestão diária, podem também ser excelentes instrumentos para conseguir alcançar a igualdade, a sustentabilidade, a eficiência e a eficácia.

É importante destacar que a segurança é o produto de relações complexas e a sua abordagem deve ser integral: devem garantir-se as condições sociais, culturais e ambientais propícias para a concretização dos direitos dos seus habitantes. Uma cidade com mais e melhores escolas, com centros de saúde e com espaços públicos para brincar ou para praticar desporto é uma cidade mais segura.

Num mundo onde os impactos das alterações climáticas se fazem sentir cada dia com mais intensidade e no qual é necessário minimizar a pegada de carbono da atividade humana, as cidades podem dar grandes passos na eficiência energética. As inovações tecnológicas permitiram às grandes empresas oferecer produtos com uma maior eficiência energética, que, quando são utilizados em massa nas cidades, têm efeitos mais do que significativos na pegada de carbono.



As alterações na eficiência energética devem fazer parte de uma transição para a formação de uma economia verde, que também pode ser a alavanca para a multiplicação de oportunidades de empregos verdes/dignos e dentro da formalidade. Neste sentido, os parâmetros ou padrões da construção verde adquirem importância como motores dessa transformação.

Ao mesmo tempo, a redução do risco de desastres em contextos urbanos passou a ser um tema fundamental dado o incremento acelerado de perdas registradas, pelo que se torna necessário redobrar esforços para reduzir o impacto das condições perigosas.

A política social com perspectiva de género, perspectiva de direitos e não discriminatória é essencial para garantir a coesão social nas cidades, evitando as repercussões negativas da segmentação espacial, discriminação e exclusão.

As condições de vida e de trabalho das populações excluídas e marginalizadas podem ser melhoradas a partir da perspectiva dos megaprojetos, mas as intervenções muito focalizadas também podem produzir importantes consequências. Por exemplo, a universalização do acesso à água potável e a construção de redes públicas de água potável têm um enorme impacto na inclusão social, mas muitas vezes esses empreendimentos são consequência da mobilização pontual das comunidades de base e das mulheres organizadas cujo uso do tempo e a sobrecarga de trabalho não remunerado deveriam ser reconhecidos e avaliados em termos económicos.

Por um lado, os municípios têm um papel importante a desempenhar na formação de uma economia dos cuidados na qual as crianças, as pessoas deficientes e os idosos não autossuficientes possam receber o apoio de que necessitam, sem dependerem apenas do trabalho doméstico não remunerado que habitualmente recai nas mulheres. Por outro lado, no que diz respeito a atividades de formação, sensibilização ou promoção, é sempre importante aplicar uma perspectiva de género que fomente o equilíbrio entre a vida familiar e profissional das mulheres e dos homens, assim como a maior incorporação dos homens na educação das crianças, no trabalho doméstico e noutros cuidados, e das mulheres no emprego e economia formais. Igualmente, as autoridades locais devem desenvolver políticas a favor da infância tais como a universalização do registo civil, a



melhoria da qualidade da educação, a integração das crianças indígenas e afrodescendentes e a prevenção da gravidez adolescente.

A participação da comunidade, de facto, tem um enorme valor para o desenvolvimento de projetos de inclusão social. A transformação de bairros precários em bairros produtivos, seguros, com acesso a serviços e a fontes de emprego pode ser feita a um preço menor com a participação da comunidade. Aqueles e aquelas que vivem na pobreza estão organizados e têm as suas referências coletivas que é preciso saber identificar e integrar.

A planificação estratégica participativa, com perspectiva de género, permite orçamentar as atividades que podem proporcionar uma maior igualdade de género à comunidade, assim como atribuir recursos para sensibilizar sobre, prevenir e sancionar a violência contra as mulheres e as meninas. É importante que a mulher participe nas decisões relativas às dotações de recursos e que beneficie diretamente das mesmas. Ainda, a conservação e sustentabilidade ambiental dos ecossistemas desempenham um papel essencial no fornecimento de serviços ambientais essenciais para o bem-estar de todas e de todos.

As cidades deveriam ser espaços livres de discriminação de género, raça, etnia, orientação sexual ou condição social. Os governos municipais desempenham um papel importante no que se refere ao trabalho de educação cívica e de formação de uma consciência dos cidadãos que seja pluralista, respeitadora para com os outros, legalista e democrática. Devem assegurar o acesso aos serviços, especialmente às populações mais pobres e vulneráveis, incluindo os serviços de água, energia, saúde reprodutiva, educação, prevenção do VIH/SIDA para toda a população, mas especialmente para jovens e adolescentes.

As lideranças locais, a sua visão e compromisso com uma agenda de desenvolvimento sustentável constituem o ingrediente político indispensável para que muitos dos propósitos dos cidadãos se vão traduzindo em realidades e projetos concretos. Estas devem ser lideranças modernas, guiadas por uma análise baseada em provas, fazendo uso dos dados disponíveis, que criem intervenções acertadas e efetivas. Tais lideranças não podem ignorar o facto de que para uma governação efetiva das cidades é necessário ter uma boa articulação com as políticas nacionais. A governação das cidades depende em grande medida da boa articulação entre as políticas locais e as políticas nacionais.



Da mesma forma, as instâncias do Estado devem tomar consciência de que uma cidade não é uma entidade autossustentável, mas sim dependente dos seus intercâmbios com os territórios adjacentes e com o sistema de cidades de um país. Nesse sentido, tudo o que fizer pela conectividade da cidade com o exterior reverte em benefício da própria cidade. Por exemplo, a manutenção da biodiversidade nas zonas da periferia da cidade afeta a qualidade de vida da cidade. É necessário conceber a cidade como um sistema cuja dinâmica e vida dependem da ligação com outras cidades e zonas rurais.

Para fazer um acompanhamento do progresso da concretização de cidades sustentáveis seria preciso desenvolver um protocolo para *sistemas de indicadores* que permitam estabelecer um *ranking de cidades sustentáveis*. O debate sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável constituem uma oportunidade importante para fazer face aos desafios e oportunidades das cidades da região.